

JANE MARIA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO PARA A INDÚSTRIA: A FIEMG, A FORMAÇÃO
HUMANA E O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO (1951 - 1960)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

UBERLÂNDIA, MG

2008

JANE MARIA DOS SANTOS

EDUCAÇÃO PARA A INDÚSTRIA: A FIEMG, A FORMAÇÃO HUMANA E O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO (1951 - 1960)

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora, como pré-requisito final para a obtenção do Título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

UBERLÂNDIA, MG

2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- S237e Santos, Jane Maria dos, 1982-
Educação para a indústria : a FIEMG, a formação humana e o nacional desenvolvimentismo (1950 – 1961) / Jane Maria dos Santos. - 2008.
231 f. : il.
- Orientador: Carlos Alberto Lucena.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.
1. Ensino profissional - Minas Gerais - História. - Teses. 2. Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Teses. I. Lucena, Carlos Alberto. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 377(815.1)(091)

JANE MARIA DOS SANTOS

**EDUCAÇÃO PARA A INDÚSTRIA: A FIEMG, A FORMAÇÃO
HUMANA E O NACIONAL DESENVOLVIMENTISMO (1951 - 1960)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: História e Historiografia da Educação

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Lucena (Orientador)

Profa. Dra. Fabiane Santana Previtalli (UFU)

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

*Para meu pai Odecio, minha mãe
Maria e meu namorado Cinval,
que sempre me apoiaram e
vibraram a minha trajetória
pessoal e acadêmica, com todo
carinho, respeito e amor que
podem emanar de um ser humano.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, ser superior e onipotente, que permitiu minha existência e aos seus intercessores de luz, que me ajudaram chegar até aqui.

Aos meus familiares pelo apoio, torcida e compreensão sempre presente tanto nos momentos difíceis, quanto nas vitórias. Meu pai, exemplo extremo de humildade e sabedoria adquiridas na dureza da vida: pessoa que me ensinou a vencer pela batalha, paciência e conhecimento. Minha mãe, exemplo de tolerância e esperança em dias melhores: ensinou-me a esperar cada coisa no seu tempo. Cinval, vida da minha vida, companheiro e amigo sempre presente: juntos, estamos batalhando pelos ideais que temos em comum, sempre alicerçados no amor. Dona Irene e Seu Cinval, meus sogros, mais uma mãe e um pai que ganhei, que sempre me incluíram em sua família e em suas orações, com muito carinho. Minha irmã, Tania, sempre acreditando no meu sucesso e aos meus sobrinhos e afilhados, Eduardo e Vinícius, que me ensinaram a ser também mãe deles pelo forte laço do amor. Minha prima Débora, sempre presente, vivenciando juntamente comigo sorrisos e angústias.

Às inesquecíveis amizades feitas na graduação, que suportaram até mesmo o tempo e a distância: Ildamara e família, Flávio, Carol, Fernanda, Régis e José Ricardo.

Aos amigos da pós-graduação que em vários momentos, pude compartilhar as angústias, os textos, as reclamações, as farras, os congressos, as viagens e os êxitos: as Filipinhas e irmãs de coração (Aline, Camila) e as Filipinhas recentes (Silvani e Karen), Maurício, Ana Sheila, Cida, Fabrício (estímulo e apoio sempre constante), Ana Sheila, Joiciane, Inayá, Pollyana, Luciene Iglesias, Alcione, Kellen, Wendell, Junior (amizade verdadeira para toda a vida) e Alexander.

Aos amigos recentes, mas inesquecíveis, que me fazem ver a vida por meio do sorriso e me ensinaram a entrar e sair com dignidade do “Matrix”: Thaís, Alex, Mateus, Taninha e Rosana.

Aos amigos que fazem parte da minha vida antes mesmo de ser cientista social: Alaninha e Elci (pelos 15 anos de amizade constante, verdadeira e sempre presente), Lili e Klin (meus primos queridos e exemplo de garra), Eliamar (amizade eterna para todos os momentos, uma irmã que Deus me deu) e seu esposo Luís, Ronan e família, Antônio Peixoto e sua prestatividade.

Aos laços de amizade estabelecidos na Faculdade Católica de Uberlândia: Fernando, Analu, Vera e família, Marco Túlio, Marilaine, Ivone, Luiz Carlos.

À Professora Dr. Sandra Leila de Paula, que me “lapidou” para que eu pudesse ingressar na pós-graduação por mérito próprio e sua irmã Luciane, sempre presente nos bastidores dos meus trabalhos.

À Professora Fabiane, que apesar de nunca ter me dado aula me ensinou em dias o que está sendo válido para a vida toda, acreditou no meu potencial e fez com que eu também acreditasse nele, de modo que juntas, comemoramos meu ingresso em renomados programas de pós-graduação.

Aos mestres da graduação, que até hoje torcem pelo meu desempenho e logo irão me receber calorosamente no Departamento de Ciências Sociais: Elisabeth, Eliane, Mônica, Alessandra, João Marcos, João Batista, Micheloto.

À professora Dr. Maria Vieira Silva, que abriu as portas da Educação para que eu pudesse entrar.

Ao meu “pai intelectual”, Carlos, “orientador querido”, que sempre colocou o carinho e a amizade acima de qualquer coisa, mas sem se esquecer de, juntamente comigo, seguir os parâmetros de cientificidade que se desdobraram na materialização deste trabalho. E a sua família maravilhosa: Maria de Lurdes, Gabriel e Letícia.

Aos demais professores, que muito me ensinaram nesses dois últimos anos da minha vida: Guido, Mara Rúbia, Marcelo, Gabriel. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Economia, que me receberam sem questionamentos e muito contribuíram para o avanço de meus conhecimentos: Niemeyer, Rosana e José Rubens. E especialmente aos que acompanharam de perto minha trajetória do mestrado: Robson, grande Professor e amigo. E aos professores que muito contribuíram no exame de qualificação: Carlos Henrique e José Carlos.

Às funcionárias do Centro de Memória da FIEMG, Gizele e Fernanda, que me possibilitaram o acesso às fontes, sempre me lembrando da postura do pesquisador mediante o material a ser pesquisado.

Ao James e a Gianni, secretários do Mestrado em Educação/UFU, sempre dispostos a ajudar com um grande sorriso estampado na face.

À banca da defesa, pela prestatividade de comparecer num momento ímpar da minha trajetória acadêmica. Profa. Fabiane, pela contribuição oriunda de sua densa experiência acadêmica e acompanhamento desde os primeiros passos e Prof. Luiz Bezerra, possível orientador de mestrado, com qual fico extremamente feliz e honrada de compartilhar um trabalho que poderia ter sido realizado com ele.

E por fim, a todos os trabalhadores que pagam com dignidade seus impostos, que me possibilitaram o acesso ao ensino público e gratuito de qualidade e além disso, o financiamento de minha bolsa de pesquisa oriundo da Capes, que sustentou minha vida acadêmica durante o mestrado.

O valor do ensino para um povo é determinado, historicamente, pelas vinculações da experiência educacional escolarizada com os interesses e ideais sociais, particularistas ou comuns, das classes sociais existentes.

FLORESTAN FERNANDES

RESUMO

A presente dissertação objetiva problematizar as estratégias, propostas e projetos educacionais formulados e desenvolvidos pelo empresariado mineiro associado à FIEMG no nacional desenvolvimentismo, mediante a emergente necessidade da educação para a indústria, ou capacitação de força de trabalho. Logo, num contexto de intensa transformação econômica e de consolidação capitalismo tardio e dependente no Brasil, por meio de um projeto de modernização conservadora, o empresariado industrial mineiro começou a adquirir destaque perante as demais classes produtoras do Estado. Para isso, tornou-se necessário problematizar as relações entre a economia, o Estado e a educação por meio de um movimento e de possíveis articulações entre os marcos e acontecimentos históricos regionais, nacionais e mundiais essenciais para o entendimento dos objetivos da pesquisa em sua totalidade. Foi possível depreender que tanto as economias brasileira e mineira, quanto a articulação dos empresários e a própria fundação da FIEMG estiveram em consonância como o movimento de expansão do capitalismo vigente desde 1930. Movimento este que acompanhado de um discurso futurista baseado na industrialização que viera na contramão da percepção do estado de Minas Gerais enquanto essencialmente agrícola. Até que, no auge do processo de industrialização no Brasil, principalmente na década de 1950 – período marcante para o país de modo suscitar diversas mudanças cujos desdobramentos se fazem presentes, embora com novas configurações, até os dias atuais, a FIEMG e seus respectivos órgãos e instituições promotoras do ensino industrial também atingiram o ápice de sua atuação. Tais reflexões estão fundamentadas nas fontes primárias disponibilizados para pesquisa no Centro de Memória da FIEMG, que por seu turno, viabilizaram a identificação dos diferentes projetos educacionais voltados para os trabalhadores pertencentes à estrutura industrial mineira, apresentando uma educação de cunho fordista e taylorista, tanto para as massas, quanto para as elites, mas ambas voltadas para o favorecimento do processo de industrialização e para a implantação do capitalismo tardio e excludente em Minas Gerais e no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: FIEMG, ensino industrial, nacional desenvolvimentismo, formação humana.

ABSTRACT

This thesis aims to question the strategies, proposals and educational projects formulated and implemented by businessmen associated with mining FIEMG in national development through the emerging need of education for industry, or training of the workforce. So, in a context of intense economic transformation and consolidation of late capitalism and dependent in Brazil, through a project to modernise conservative, the entrepreneurial mining industry began to acquire prominence to the other classes of producing state. To do this it was necessary to question the relationship between the economy, the state and education through a dialectical movement between landmarks and historical events regional, national and global essential to the understanding of the goals of the search in its entirety. It was apparent that many economies in Brazilian mining, as the articulation of entrepreneurs and the very foundation of FIEMG were in line as the movement of expansion of capitalism in force since 1930. Movement that this together with a futuristic speech based on the industrialization that viera in oposition the perception of the state of Minas Gerais while essentially agricultural. Until, at the height of the process of industrialization in Brazil, mainly in the 1950 - marked period for the country so many changes raise whose developments are present, but with new settings, until the present day, FIEMG and their bodies and institutions promoting the education industry also reached the apex of their actions. Such thoughts are grounded in primary sources available for research at the Centre of Memory of FIEMG, which in turn, allowed the identification of the various educational projects aimed to workers belonging to the industrial structure mining, presenting an education, embossing fordist and taylorist for both the masses, and for the elites, but both directed to the favoring of the process of industrialization and for the deployment of late capitalism and exclusionary in Minas Gerais in Brazil.

KEY-WORDS: FIEMG, industrial education, national development, training human

LISTA DE REDUÇÕES (ABREVIACÕES E SIGLAS)

_ABDIB	Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base
_BNDE.....	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
_CACEX.....	Carteira de Comércio Exterior
_CBAI.....	Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
_CEMIG.....	Companhia Energética de Minas Gerais
_CEPAL.....	Comissão Econômica para a América Latina
_CEXIM.....	Carteira de Exportações e Importações
_CFCE.....	Conselho Federal de Comércio Exterior
_CIEMG.....	Centro das Indústrias do Estado de Minas Gerais
_CLT.....	Consolidação das Leis do Trabalho
_CNI.....	Confederação Nacional da Indústria
_CNC.....	Confederação Nacional do Comércio
_CSN.....	Companhia Siderúrgica Nacional
_DEE.....	Departamento de Estudos Econômicos (da FIEMG)
_DP.....	Departamento de Produtividade (da FIEMG)
_EFCB.....	Estrada de Ferro Central do Brasil
_EUA.....	Estados Unidos da América
_FIEMG.....	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
_FIMG.....	Federação das Indústrias de Minas Gerais
_FMI.....	Fundo Monetário Internacional
_GATT.....	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
_ISEB.....	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
_JK.....	Juscelino Kubitschek
_OMC.....	Organização Mundial do Comércio
_PCB.....	Partido Comunista Brasileiro
_PSD.....	Partido Social Democrata
_SENAI.....	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
_SESI.....	Serviço Social da Indústria
_T.W.I.....	Treinamento dentro da Indústria
_UDN.....	União Democrática Nacional
_USIMINAS.....	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Centro de Memória da FIEMG	32
Figura 2: Sala de Entrada do Centro de Memória da FIEMG	33
Figura 3: Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, de 1903	35
Figura 4: - Cia. Siderúrgia Belgo Mineira	60
Figura 5: Fábrica de massas Martini	63
Figura 6: Os industriais Lodi e Giannetti	72
Figura 7: José Carlos de Moraes Sarmento, primeiro Presidente da FIEMG	72
Figura 8: Inauguração da Companhia siderúrgica Nacional. 1946	84
Figura 9: Planta da Cidade Industrial	86
Figura 10: Acordo do SENAI assinado por Lodi	91
Figura 11: Primeira unidade do SENAI em Minas Gerais	92
Figura 12: A Conferência das Classes Produtoras em Teresópolis, 1945	112
Figura 13: Industriais que estavam a frente da criação do SESI:	112
Figura 14: Frequentadora de uma das bibliotecas do SESI, 1956	115
Figura 15: O primeiro Curso Supletivo do SESI	117
Figura 16: Atividades relacionadas ao teatro e biblioteca do SESI	121
Figura 17: Inauguração da Cia. Siderúrgica Mannesmann, agosto de 1954	126
Figura 18: Giannetti (Prefeito de BH) e JK (Governador de Minas)	131
Figura 19: O Presidente Juscelino Kubitschek apresenta ao país o Plano de Metas	141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
 CAPÍTULO 1 O PROJETO MINEIRO DE MODERNIZAÇÃO SOB A LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL.....	35
1.1. Minas rumo ao projeto de diversificação econômica	35
1.2 O empresariado industrial mineiro frente ao Estado de Compromisso	42
1.3. Organização político-econômica sob a perspectiva do desenvolvimentismo	50
1.4 A articulação entre o arcaico e o novo nos primórdios da industrialização	57
 CAPÍTULO 2 DO CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO AOS PRIMEIROS PILARES EDUCACIONAIS: MINAS GERAIS MEDIANTE A TENDÊNCIA NACIONAL E AS PRIMEIRAS ESTRATÉGIAS DA FIEMG.....	71
2.1 Institucionalização da porta-voz da indústria mineira: a fundação da FIEMG sob a luz do nacional desenvolvimentismo.....	71
2.2 Emergência e materialização das primeiras estratégias educacionais da FIEMG: O SENAI e o SESI	89
2.2.1 Departamento regional do SENAI-MG: a instituição educacional oficial da FIEMG....	89
2.2.2 Departamento regional do SESI-MG: a dimensão educacional da assistência social ao trabalhador da indústria	109
2.3 A década de ouro do capitalismo em Minas Gerais e no Brasil: o auge da FIEMG e a consolidação da indústria pesada.....	122
2.4 Um breve balanço da ideologia nacional desenvolvimentista: os desdobramentos que permaneceram.....	151
 CAPÍTULO 3 DIALOGANDO COM AS FONTES: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR MINEIRO MEDIANTE OS DITAMES DO CAPITALISMO RETARDATÁRIO E EXCLUDENTE.....	159
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
 REFERÊNCIAS	223

INTRODUÇÃO

"Estudei o homem, porque se assim não o fizesse, não conseguiria realizar nada em meu ofício."
Charles Chaplin

O presente trabalho objetiva problematizar as influências da camada empresarial mineira na estrutura e no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e suas respectivas influências na gestação/elaboração dos projetos educacionais do estado. Rumo a uma investigação mais pormenorizada, torna-se necessário que essa análise seja contextualizada nas dimensões econômicas, históricas e sociais da realidade brasileira. Nesse sentido, a reflexão a ser desenvolvida está atrelada ao complexo e contraditório debate acerca do desenvolvimento brasileiro, no que se refere à expansão do capitalismo no Brasil e ao seu conseqüente processo de modernização industrial, com base, como afirma Ianni (1971, p.18), em um complexo “[...] processo de acumulação privada de capital”.

Todo este debate está circunscrito ao debate acerca da modernização, do desenvolvimentismo e da educação, sempre tendo a FIEMG como objeto de análise. Nesse sentido, a modernização, conceito recorrentemente utilizado pelas Ciências Sociais a partir de 1950, na caracterização do subdesenvolvimento, embora possua suas variações terminológicas, em termos gerais, diz respeito ao “[...] processo de trânsito da tradição para a modernidade, entendendo-se por isso a repetição de características econômicas, de estrutura social, psicossociais e de organização política das sociedades norte-ocidentais contemporâneas.” (FGV, 1986, p. 773). Ou seja, a exemplo dos países desenvolvidos, os países periféricos como o Brasil vinham tentando implantar, ainda que retardatariamente, um projeto de modernização em seu território, por sua vez, marcado pelos seguintes desdobramentos: a industrialização e a urbanização. A modernização por seu turno, está diretamente articulada com o desenvolvimento econômico fundamentado nos discursos de cunho desenvolvimentista, nesta tentativa de reprodução da sociedade moderna, ou de aproximar a configuração estrutural/econômica do sistema norte-americano.

E uma das variáveis deste desenvolvimento econômico, é a composição e representatividade de uma camada pertencente tanto à elite política, quanto a elite econômica, que se refere ao empresariado industrial mineiro associado à FIEMG.

O desenvolvimentismo nesta perspectiva é concebido como um projeto de industrialização fundamentado no planejamento e no suporte estatal, como uma estratégia de

acumulação de capital na indústria, que viria construir o projeto de nação brasileira por meio de uma modernização conservadora. E em Minas Gerais, essa modernização, conforme abordaremos mais adiante, se concretizou por meio do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da produção, implantado no Governo Milton Campos.

E a industrialização, por seu turno, remete, em seu sentido geral, “[...] sem referência a qualquer revolução industrial específica, o crescimento da indústria moderna (com todas as circunstâncias e problemas sócio-econômicos inerentes) numa sociedade até então predominantemente agrária.” (FGV, 1986, p. 594). É nesse sentido, que o processo de industrialização se fez presente no estado de Minas Gerais: juntamente com as características econômicas, históricas e sociais próprias da realidade mineira, emergiu a partir de 1930 um discurso industrializante que representava um projeto político para a nação de cunho urbano-industrial, sem, no entanto, se romper com as elites agrário-exportadoras. E como fruto deste movimento, nasceu a FIEMG, que dentre seus projetos e ações, esteve à frente de vários projetos de cunho educacional, voltados para a consolidação e fortalecimento da economia mineira, que eram essenciais para a produção em série e em grande escala que caracterizaria a estrutura industrial ao longo do contexto desenvolvimentista.

Torna-se necessário que haja um coerente entendimento de tal desenvolvimento – que deve problematizar o recorte histórico do trabalho, para que seja viabilizada uma análise mais consistente da organização e formação do empresariado mineiro. O pressuposto básico para esta problematização é ter como ponto de partida as condições concretas da acumulação, condizentes com suas próprias especificidades sociais, econômicas, históricas e políticas. Ou seja, é na história (econômica, política e social) e em sua respectiva dinamicidade, que está a concretude necessária para viabilizar o comprometimento do trabalho científico com a realidade.

No que se refere à problematização do desenvolvimento brasileiro, Martins (1968, p. 112) constatou que ele é coordenado por duas características primordiais: a excludência e a dependência, próprias do capitalismo periférico:

A situação de dependência atua, portanto, pelo lado da produção e pelo lado da demanda, [...] para o estabelecimento de um determinado padrão que comanda as decisões empresariais de investimento [...] gerando e mantendo o fenômeno da excludência que se irá manifestar. (MARTINS, 1968, p. 113).

As análises a ser desenvolvidas privilegiam a década de 1950 – e mais especificamente, o período no qual Juscelino Kubitschek Governou o Estado Brasileiro – em virtude do fato que é nesse contexto que tanto o desenvolvimentismo, quanto o capitalismo, a

industrialização e a própria atuação da FIEMG e do empresariado mineiro atingiram seu auge. Tanto que as fontes disponibilizadas no Centro de Memória da FIEMG oferecem um vasto material para pesquisa, relativo ao período em questão. Pois,

As transformações por que passou a economia brasileira na gestão Kubitschek foram tão rápidas e de tal monta que seus desdobramentos são referência obrigatória para a análise de nossa própria situação econômica atual. (MENDONÇA, 1986, p. 45).

Mas por saber-se que as bases desses fenômenos – históricos, políticos e econômicos – têm suas raízes nos marcos e acontecimentos ocorridos desde 1930, tornou-se necessário remontar, ainda que brevemente, alguns aspectos que antecederam esse período, para que a fundamentação desse estudo tenha consistência, articulação lógica e abranja a totalidade de seu objeto – no intuito de apreender a complexidade e abrangência das relações sociais que o envolve e as condições históricas e econômicas que nortearam o processo brasileiro de industrialização e a própria trajetória da FIEMG e de seus respectivos projetos educacionais. Até porque,

O período de 1930 a 1961 marcou o momento final do processo de constituição do capitalismo no Brasil, na medida em que a industrialização desencadeada a partir da Crise de 1929 culminou com a plena formação das bases técnicas indispensáveis à autodeterminação da acumulação capitalista. (DRAIBE, 1985, p. 12).

No que se refere ao contexto de 1930, segundo Sanfelice,

Pode-se dizer que aquela emergente modernização trouxe consigo a necessidade objetiva, pelo menos por parte de determinados grupos e/ou classes sociais, de discutir e definir questões supraestruturais para que essas pudessem, uma vez reformadas, corresponder de forma mais adequada às novas características estruturais. Uma dessas questões, era, exatamente, a da educação. Que educação o projeto de modernização econômica passava a exigir? Qual seria o papel do Estado nesse processo? Quais sujeitos deveriam recebê-la? (SANFELICE, 2007, p. 543).

É assim que, na mesma perspectiva de Sanfelice (2007), este trabalho vem problematizar a educação enquanto questão chave para o entendimento da realidade complexa e contraditória, configurada no referido período, enquanto nova característica estrutural própria do Brasil e de Minas Gerais. A obrigatoriedade de perpassar por esse período também se justifica pelo fato da FIEMG ser fundada em 1933, tal qual será discutido um pouco mais a

frente. A ênfase em tais processos históricos está no fato de ser neles que ocorreram importantes transformações na relação entre o Estado e a economia, de modo a reorientar os rumos da sociedade brasileira e as características que ela assume no contexto atual.

Cabe aqui, portanto, contribuir para com as investigações que contemplam o empresariado mineiro e sua influência na dimensão educacional, que sempre se fez presente no contexto da consolidação do capitalismo e da industrialização pesada no Brasil. Afinal, tanto a empresa quanto os empresários constituem as categorias-chave que expressam a concretude e dinâmica do sistema capitalista de produção na realidade social. E como se sabe, os parâmetros que norteiam a educação são frutos desse movimento.

O fato de ter como foco os projetos educacionais gestados e concretizados pelo empresariado industrial mineiro representado pela FIEMG parte do pressuposto que a educação sempre teve destaque dentre as preocupações empresariais. Embora fosse negado o caráter de investimento lucrativo aplicado à dimensão educacional, sabe-se que ele sempre esteve à frente dos interesses das classes produtoras. Tanto que,

Desde as preocupações de Adam Smith sobre a questão da mão invisível que regia o mercado, passando pela proposta de uma educação mais diversificada e constante de Condorcet, chegando aos princípios da educação liberal contemporânea de adequação de mão-de-obra, a partir da especialização e da disciplina, inerente à proposta taylorista, tem se destacado o papel do Estado como responsável pela educação básica, voltada para a preparação do trabalhador, em vista de aumentar a sua eficiência, adaptabilidade, além de uma outra subordinação total aos imperativos da produção, mesmo tendo como contraponto as escolas particulares voltadas para o outro lado: o dos futuros dirigentes das linhas de produção. É necessário pontuar sobre essa questão as iniciativas das organizações empresariais para criar centros de formação específicos, também de nível “básico” e “médio”, como o SENAI e outros. Destaca-se também, atualmente, as propostas pedagógico-industriais, no sentido de formar o trabalhador nas próprias fábricas. Na verdade, a luta de classes nas fábricas deve ser analisada em torno da relação entre a teoria e prática, dos detentores do saber analítico – engenheiros – e funcional – discurso técnico e operativo. (ALMEIDA, 2003, p. 49).

Foi a partir de 1930, que começou a ser trilhado o caminho para a construção de uma economia nacional e que foi se consolidando um projeto de industrialização que, posteriormente, viria a ser a “coluna vertebral do desenvolvimento brasileiro” (FIORI, 2001, p. 270).

Qualquer análise, ainda que breve, das grandes linhas do desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil, não pode deixar de lado as transformações ocorridas a partir da década de 1930. Foi aí que se produziu uma primeira ruptura no que diz respeito ao avanço da acumulação capitalista no país, no

sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como no da redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o pólo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia. (MENDONÇA, 1986, p. 13).

Além disso, essa modernização do Estado Brasileiro também está diretamente atrelada à instável conjuntura internacional marcada pela crise de 1929. O quadro internacional no período entre - guerras, por muitos designado de “Grande Depressão do entre – guerras” de 1929 a 1933, faz referência ao período no qual a economia mundial capitalista pareceu desmoronar (HOBSBAWN, 1995, p. 91). Pois foi nesse contexto que ocorreu a quebra da bolsa de Nova York, de modo que a dramática recessão da economia industrial norte-americana acabou por abalar a estrutura da economia mundial (HOBSBAWN, 1995, p. 96). Tal crise colocou em xeque até mesmo a capacidade do mercado, em virtude da falta de equilíbrio entre a produção e o consumo. Conseqüentemente, a produção básica (de alimentos e matérias-primas) sofreu uma crise devido ao fato da queda livre dos preços, que não eram mais mantidos pela formação de estoques como antes. Logo, países como o Brasil (que faziam parte da Liga das Nações em 1931), e tinham seus comércios internacionais estritamente dependentes de tais produtos básicos, ficaram praticamente prostrados com o colapso dos preços agrícolas, de modo a “contribuir” para que a Grande Depressão se tornasse ainda mais um fenômeno global (HOBSBAWN, 1995, p. 96). Como constatou Hobsbawn (1995, p. 99), esse trágico episódio na história do capitalismo pode ser sintetizado em uma frase apenas: “[...] a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século”¹. Com efeito, cada Estado se recolheu, erguendo barreiras que protegessem seus mercados e suas moedas nacionais contra a instabilidade, consciente que isso desembocaria num desmantelamento do sistema mundial de comércio multilateral, no qual na verdade deveria repousar a prosperidade do mundo (HOBSBAWN, 1995, p. 98 e 99).

Os desdobramentos da Grande Depressão no Brasil influenciaram no fim da República Velha oligárquica, além de levar ao poder Getúlio Vargas. Com isso, gradativamente, desenvolveu-se a transição da economia agrário-exportadora, para a economia urbano-industrial. Daí em diante, sob o Governo de Getúlio Vargas, foram impulsionados os fenômenos da urbanização, da industrialização, da consolidação do capitalismo (ainda que tardios) no país, tendo como uma de suas vertentes, os aspectos de uma educação industrial hierarquizada, baseada no fordismo internacional (embora “distorcida” e precarizada) e nos

¹“Foi precisamente a ausência de qualquer solução dentro do esquema da velha economia liberal que tornou tão dramática a situação dos tomadores de decisões econômicas.” (HOBSBAWN, 1995, p. 98)

pressupostos tayloristas, voltada para a formação dos trabalhadores, peças-chaves desse projeto.

Há dois fatos de enorme relevância no período de recuperação da crise de 1929 por parte da economia brasileira: a intensa modernização da indústria de bens de consumo assalariado e a diferenciação da estrutura industrial, com as forças que a pequena indústria do aço ia adquirindo e com a implantação com a indústria de cimento (MELLO, 1984, p. 166). Torna-se necessário destacar que ambos os ramos industriais se fizeram presentes no processo de industrialização ocorrido no estado de Minas Gerais. As novas bases da expansão econômica somente se viabilizaram em detrimento da existência de uma certa capacidade de acumulação e das medidas de política econômica voltada ao relativo sustento da capacidade de importar (MELLO, 1984, p. 109). “No entanto os anos compreendidos entre 1930 e 1946 não foram particularmente favoráveis à exportação de capital por conta de uma seqüência de eventos decorrentes da Grande Depressão” (MELLO, 1984, p. 115). Captar coerentemente e dialeticamente a complexa articulação entre a economia mineira, a economia nacional e a economia mundial que contextualiza o objeto a ser pesquisado, constitui um dos desafios desta pesquisa, pois

A história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo, mas irregular crescimento econômico e de crescente “globalização”, ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa de trabalho; uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global. (HOBSEBAWN, 1995, p. 92).

Afinal recorrer à história, é ter como ponto de partida o concreto e sua respectiva inter-relação com as múltiplas determinações postas nas especificidades da realidade social pesquisada. Além disso, é preciso ressaltar que, como Martins (1968, p. 39 e 40) o fez, a historicidade do “capitalismo central” e do “capitalismo periférico” não é esgotada neles mesmos e nem na articulação de ambos no contexto do mercado mundial, “[...] mas se estende necessariamente também aos retro-efeitos que, a partir dessas intersecções se vão produzir, por condutos variados, sobre o processo social interno das nações representativas desses sistemas.”

Desse modo, há uma continuidade no processo do desenvolvimento brasileiro, que distante de um movimento linear e constante, trouxe em seu cerne um movimento dinâmico e complexo, também marcado por confluências. Um trabalho que objetiva ser científico e crítico deve estar atento tanto às continuidades quanto às confluências que, quando captadas,

darão sentido ao resultado das investigações. Por conseguinte, não é viável que ele seja nem extremista e nem disperso, mas sim que se movimente dialeticamente entre as contradições e as semelhanças, entre as continuidades e as discontinuidades, entre o homogêneo e o heterogêneo, que em determinados momentos podem até mesmo se complementar e conduzir as investigações à totalidade do objeto da pesquisa.

É preciso, pois, “transitar” dialeticamente, em termos de desenvolvimento sócio-histórico-econômico, entre o nível micro (as especificidades do estado de Minas Gerais) e o nível macro (nacional e internacional), porque

[...] uma sociedade em desenvolvimento opera sua mudança dentro de uma ordem mundial também em transformação e que os movimentos dessas duas trajetórias embora em graus diferentes, são mutuamente condicionados. O que importa, portanto, é buscar correspondências em cada um dos pólos da relação e analisar a maneira pela qual, aqui e agora, se combinam para produzir este ou aquele padrão de relacionamento. (MARTINS, 1968, p. 89).

O processo de industrialização impactou diretamente sobre o país, de modo a condicionar a estrutura social e o sistema político da nação brasileira. Quando se tenta compreender a emergência de tal processo e os aspectos que ele assume em um país subdesenvolvido, deve-se ter como ponto de partida a ordem mundial capitalista, que já existia bem antes do esforço da formação brasileira voltada para o desenvolvimento e que organiza a situação de dependência oriunda da forma pela qual o capitalismo periférico se consolidou na economia nacional (MARTINS, 1968, p. 67). Por conseguinte, é notável a complexidade da relação estabelecida entre a ordem capitalista mundial e o Estado Brasileiro – principalmente quando problematizada por um viés dialético, não linear e não dualista:

O estudo das formas de vinculação e dependência das economias periféricas às centrais não pode, portanto, ser reduzido como tende a fazer a análise vulgar do imperialismo, apenas uma relação unidirecional de dominação externa; da mesma maneira, não pode também o problema ser referido e “explicado” a partir apenas de uma constatação descritiva dos diferentes estágios de evolução capitalista que separam nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. (MARTINS, 1968, p. 38).

O desafio aqui lançado não pode deixar ser problematizado sem debater sobre o eixo que sustenta toda a discussão: o Estado e sua respectiva atuação, que foi essencial para a formação do capitalismo no país e suas respectivas particularidades.

Pois o Estado em seu relacionamento com a economia, exprime tanto as relações quanto as influências recíprocas entre o poder político e o poder econômico: “Isto é, o exame

dos conteúdos ideológicos e práticos da política econômica governamental pode esclarecer a maneira pela qual se organizam, funcionam e transformam as relações de dominação (políticas) e apropriação (econômicas) na sociedade brasileira” (IANNI, 1971, p. 16). É por meio da ação governamental que as condições “não econômicas” necessárias para a organização e reprodução das forças produtivas são constituídas e operacionalizadas (IANNI, 1971, p. 18).

Mas nem por isso deve-se menosprezar a atuação do empresariado nacional, favorável a todo esse processo – ainda que tal participação fosse complexa em relação ao capital externo e ao próprio Estado. A problematização da formação e organização institucional de uma importante entidade sindical patronal mineira, ou seja, da FIEMG e de seus respectivos projetos educacionais, está totalmente vinculada às relações que foram engendradas pelo Estado e por suas respectivas interfaces com diferentes sujeitos, sejam eles pertencentes ao quadro do empresariado ou empregadores, sejam eles pertencentes ao quadro da classe trabalhadora. E, devido ao fato da FIEMG ser uma entidade representativa empresarial nos parâmetros oficiais, a opção aqui foi ter como foco os empresários, não porque os trabalhadores sejam menos importantes (até porque eles constituem a categoria chave para que o capitalismo possa se movimentar com dinamicidade), mas sim por que os mesmos produzem ações e tomadas de decisões que são fundamentais para se problematizar as bases do pensamento nacional desenvolvimentista no país. Até porque a configuração da educação do operariado e demais trabalhadores inseridos na estrutura de uma indústria é delineada de cima para baixo, ou seja, da fração dominante oriunda das classes produtoras – o empresariado industrial.

Foram explicitadas em algumas partes do estudo, em termos quantitativos, dados, porcentagens etc., que ilustram a referência a determinados contextos históricos, econômicos, políticos e sociais. Dessa maneira, a essência desses dados está no fato deles expressarem, em sua significação, a real dimensão do processo de desenvolvimento brasileiro ao se investigar o projeto nacional nele alavancado. Nesse sentido, Martins (1968) destaca que,

Cabe retornar, por isso mesmo, e a partir dessa perspectiva, os temas referentes às questões políticas da alocação do poder no interior da sociedade da posição internacional do país [...]. Para tanto é indispensável, previamente abordar o problema das estruturas sociais que se foram criando à sombra do processo de industrialização. (MARTINS, 1968, p.63).

Estiveram presentes no decorrer da pesquisa a riquíssima análise das fontes primárias. Conseqüentemente, os destaques principais encontrados nas fontes foram digitalizados, a título de ilustração das reflexões e problematizações aqui desenvolvidas.

Tendo como referência as interpretações do desenvolvimento brasileiro, na perspectiva dos pensadores clássicos que tentaram apreender em suas investigações, a historicidade específica da constituição do capitalismo no Brasil, abre-se a partir de então um espaço para que seja discutida, por meio de uma articulação entre o debate teórico e as evidências empíricas, a postura da FIEMG e o respectivo empresariado que lhe confere dinamicidade, mediante a formulação dos projetos educacionais mineiros, que por sua vez, traz em seu cerne à colocação de pertinentes questões acerca do capitalismo e da industrialização no Brasil. A relevância de recorrer a tais pensadores está no fato que, “Rejeitando análises transplantadas dos centros hegemônicos, a preocupação central dos intérpretes do Brasil é encontrar a especificidade de nossos problemas históricos e suas possíveis soluções” (SAMPAIO JÚNIOR, 1999, p. 416). Ou seja, cabe aos intérpretes do Brasil, analisar o processo de industrialização no país a partir de sua singularidade, que por sinal é bastante distinta da realidade dos países desenvolvidos.

Apesar das divergências teórico-metodológicas, o diagnóstico que praticamente todos os clássicos intérpretes do desenvolvimento brasileiro têm em comum são as análises acerca das contradições existentes entre a formação do capitalismo no país (dependente, periférico, associado, tardio) e o projeto de formação nacional (que perpassa pela urbanização, industrialização, modernização): “[...] só o eufemismo político separa os vários sinônimos de “atraso” [...] que a diplomacia internacional espalhou por um mundo descolonizado (“subdesenvolvidos”, “em desenvolvimento”, etc.)” (HOBBSAWN, 1995, p. 199).

As interpretações acerca do desenvolvimento brasileiro aqui enfatizadas convergem com o próprio posicionamento teórico-metodológico e crítico que conduz as investigações. Torna-se necessário ressaltar que situar o debate nessas interpretações não significa submetê-las a uma classificação simplista, mas sim situar a discussão intelectual acerca do desenvolvimento brasileiro no âmbito das produções científicas nacionais.

Pode-se notar, contudo, que em função da rica diversidade da ciência, das produções intelectuais e até mesmo da amplitude da temática aqui abordada, são cabíveis várias interpretações². Dessa maneira, sem a pretensão de esgotamento, este estudo constitui apenas

² Informações mais detalhadas sobre as interpretações do desenvolvimento brasileiro podem ser encontradas na seguinte referência: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. “Seis Interpretações sobre o Brasil”. In: *Pactos Políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

mais uma contribuição para a expansão e avanço das produções científicas e para fomentar o inexorável debate intelectual.

Mas como já se sabe, apesar das divergências analíticas dos autores que teoricamente fundamentam este trabalho, é possível afirmar que todos eles têm em comum o fato de ter como ponto de partida e de estímulo para suas investigações, as transformações ocorridas especificamente no processo de formação do Estado Brasileiro e seu respectivo desenvolvimento. Em virtude do comprometimento com sua formação acadêmica, da especificidade da área do conhecimento à qual pertence e de seu recorte analítico (Economia, Ciência Política, Sociologia, etc) há os estudiosos³ que se focam nas transformações econômicas, os que se situam nas transformações políticas, nas mudanças educacionais e outros nas transformações sociais. Mas todos estão centrados no movimento da história, que em sua totalidade, abrange todas as dimensões e, além disso, reconhecem a relação de complementaridade que elas têm entre si – embora tenham que privilegiar mais um aspecto do que outro.

E no decorrer das análises, as evidências empíricas articuladas ao debate teórico são oriundas de várias fontes. As fontes primárias aqui utilizadas se encontram no Centro de Memória da FIEMG⁴, localizado em Belo Horizonte, na sede do Sistema FIEMG.



Figura 1: Centro de Memória da FIEMG
Fonte: Arquivo eletrônico do Centro de Memória

³ Martins (1968), Mendonça (1986), Draibe (1985), Dulci (1999), Oliveira (1981), entre outros – vide referências.

⁴ O Centro de Memória foi criado em 1995, no intuito de guardar, preservar e divulgar a memória das indústrias do Estado de Minas Gerais, em grande maioria, representadas pela FIEMG. Todo o material que constitui o seu acervo é datado a partir de 1933 – período no qual a entidade foi fundada. O local está disponível para visitas e consultas.

Do material disponibilizado no Centro de Memória, foram utilizados na pesquisa aqui desenvolvida: os relatórios anuais da FIEMG, algumas correspondências, materiais informativos avulsos, fotografias, estatutos, livros, edições da Revista da Associação Comercial de Belo Horizonte, Revista Vida Industrial.



Figura 2: Sala de Entrada do Centro de Memória da FIEMG

Fonte: Arquivo eletrônico do Centro de Memória

Além disso, também foram procuradas fontes no Arquivo Público Mineiro, também situado na capital de Minas Gerais. Entretanto, em função da minuciosa análise primeiramente realizada no Centro de Memória, foi constatado que grande parte das fontes que se articulavam diretamente este trabalho e que estavam no arquivo público, eram as mesmas da FIEMG. O material mais específico da FIEMG, foi encontrado no Centro de Memória, enquanto que o material mais geral, que retratava o empresariado mineiro, era o mesmo e estava disponibilizado em ambas instituições e também na biblioteca do SESI.

Todo o estudo introduzido até então, segundo os parâmetros de cientificidade, será didaticamente dissertado por meio de capítulos. No primeiro capítulo, objetiva-se apresentar o projeto mineiro de diversificação econômica elaborado no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial em 1903, período no qual pela primeira vez empresariado industrial participou ativamente das decisões políticas e econômicas do Estado. Em seguida, foi problematizado o posicionamento do empresariado mineiro mediante o Estado de Compromisso e posteriormente a organização político econômica de Minas Gerais e do Brasil sob a perspectiva do nacional desenvolvimentismo.

O segundo capítulo, “Do contexto político econômico aos pilares educacionais: Minas Gerais mediante a tendência nacional e as primeiras estratégias da FIEMG” tem como ponto de partida a fundação da FIEMG enquanto porta-voz da indústria mineira e suas primeiras estratégias educacionais, materializadas na implantação do SENAI e do Sesi em Minas Gerais. E, conferindo continuidade ao debate, foi realizada uma problematização sobre a “década de ouro” em Minas Gerais e no Brasil, dando destaque ao auge da FIEMG, e ao processo de industrialização pesada. E por fim, o capítulo se encerra com a elaboração de um breve balanço sobre a ideologia nacional desenvolvimentista e os seus respectivos desdobramentos.

No terceiro capítulo foi efetivado um diálogo com as fontes primárias da pesquisa, que por sua vez, revelaram a formação da força de trabalho mineiro tanto para o processo do trabalho em si, quanto para a própria maneira de viver num contexto no qual predominava a indústria e os ditames do capitalismo monopolista.

Entendemos que esses estudos são de significativa importância para a problematização da formação dos trabalhadores no estado de Minas Gerais. Acreditamos que o mesmo está longe de se esgotar, porém, oferece contribuição para o desenvolvimento de análises e pesquisas posteriores.

CAPÍTULO 1

O PROJETO MINEIRO DE MODERNIZAÇÃO SOB A LÓGICA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

1.1. Minas rumo ao projeto de diversificação econômica

A FIEMG tem suas raízes fincadas no processo de modernização conservadora ocorrido em Minas Gerais, por meio da diversificação econômica de sua estrutura produtiva, por seu turno, fundamentada num projeto desenvolvimentista nacional. Conseqüentemente, torna-se imprescindível que as análises aqui discutidas tenham como marco inicial o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte, de 13 a 19 de maio de 1903. Foi neste evento, que a camada empresarial industrial começara a adquirir destaque dentre as demais frações pertencentes às classes produtoras mineiras.



Figura 3: Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, de 1903

Fonte: <http://www2.fiemg.com.br/exposicao%5Findustria/painel-19.htm>

O Primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais, foi um dos mais significantes momentos da História Mineira para suas três camadas dirigentes que juntas, constituíam a classe produtora do estado: a agricultura, o comércio e a indústria. Pois foi neste evento que, pela primeira vez, os membros mais expressivos da política e da economia se reuniram em torno de um só objetivo: o desenvolvimento econômico de Minas Gerais e a diversificação de sua estrutura produtiva. E o fruto desses esforços se congregou num rigoroso diagnóstico da realidade regional e nacional (PEREIRA, 2001, p. 22). Por isso, não há como negligenciar como ponto de partida deste estudo de cunho historiográfico sobre Minas, a importância deste encontro.

Foi por meio das resoluções dos congressos e conferências realizados pelas classes produtoras, que tanto a FIEMG quanto as demais entidades empresariais mineiras acompanhariam a partir de então, a definição do papel a ser desempenhado pelo estado e pelo capital estrangeiro no processo de industrialização, além de configurar sua própria atuação. Tanto que, os principais mecanismos de pressão dos empresários foram os eventos designados de “Congressos das Classes Produtoras.” (DELGADO, 1997, p. 82). Além disso, o ensino industrial era um tema recorrente abordado em tais eventos, que por sua vez revela a preocupação do empresariado na elaboração de projetos educacionais voltados para a capacitação da força de trabalho necessária para o projeto de modernização do estado (DELGADO, 1997, p. 57).

Neste evento, o projeto de “recuperação” e dinamização da economia mineira foi esboçado pelo estado e pelas elites, ou seja, pelo Estado em conjunto as classes produtoras de Minas Gerais. E, como a própria denominação do congresso sugere, tal projeto nasceu do cerne da aliança composta pelo Estado e as diferentes classes produtoras mineiras. Segundo Silva (2007, p. 21), a realização deste evento se justifica por uma antiga evidência: discutir a transformação sofrida pelo processo de trabalho mediante a transição do regime de trabalho escravo, para o regime de trabalho livre – o que por sua vez, veio constituir o “problema da mão-de-obra” enquanto um dos principais obstáculos para a efetivação do projeto de desenvolvimento econômico em Minas Gerais. Além disso, o encontro foi decorrência da crise que abalava a economia mineira e nacional, principalmente em relação à produção cafeeira e à notável situação de atraso econômico, na qual se encontrava o estado (PEREIRA, 2001, p. 22).

Visando acima de tudo, o desenvolvimento da economia estadual, contemplando as diferentes frações que constituíam as classes produtoras mineiras, o Congresso de 1903 foi organizado e realizado em nome do progresso e da “união na diversidade”. Por trás dessa

organização, estava o principal mentor do evento: João Pinheiro⁵ – político, industrial e articulador político, além de Governador de estado mineiro entre os anos 1906 e 1908 (SILVA, 2007, p. 19).

A finalidade última do evento era efetivar o Projeto de “restauração econômica” fundamentado na diversificação do sistema produtivo mineiro (explorando seu mercado interno), no intuito de superar a idéia de “atraso econômico” inerente ao desenvolvimento estadual (em relação aos avanços vivenciados em São Paulo e Rio de Janeiro) e a notável desarticulação e dispersão presentes na geografia e na economia em Minas. O que para Silva (2007, p. 25) evidenciava uma imagem de estagnação, associada à idéia de atraso.

Todos estes esforços se justificavam pelo fato de que Minas Gerais era considerada uma unidade essencialmente política e não econômica: nas diversas regiões do estado mineiro estavam dispersas áreas econômicas isoladas, que se relacionavam com mercados de outros estados e sem contar com uma articulação por meio de um pólo econômico.

É fundamental o fato de Minas não ser uma região, mas um mosaico de sete zonas diferentes ou sub-regiões.⁶ [...] Por outro lado, cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos. Em suma, sete zonas em que se costumam dividir o estado apresentam histórias particulares e problemas especiais que desafiavam as soluções comuns. (WIRTH, 1982, p. 41).

Neste contexto, a emergência da indústria em Minas Gerais, onde vigorava uma economia essencialmente agrária e dispersas regiões econômicas, ocorreu

[...] de forma marcadamente descentralizada, num espaço econômico desarticulado em que eram baixos os índices de urbanização. [...] Além disto, na indústria mineira prevaleciam os pequenos e médios estabelecimentos, fundamentalmente por conta do peso da indústria de alimentos na estrutura industrial do estado. (DELGADO, 1997, p. 50).

Somente com o posterior desenvolvimento da indústria do ramo siderúrgico, é que a atividade industrial viria se concentrar na região central do estado, de modo a fundamentar o projeto de consolidação de um pólo que pudesse articular as diversas regiões industriais dispersas no território mineiro (DELGADO, 1997, p. 50).

⁵ João Pinheiro foi figura de destaque enquanto estimulador do desenvolvimento da economia mineira até 1930, tendo como foco principal de suas ações a expansão e consolidação do ensino agrícola no Estado. Maiores informações, vide pasta 29 do Inventário Analítico do Arquivo Privado de João Pinheiro da Silva, disponível para consulta no Arquivo Público Mineiro.

⁶ Eis as sete zonas: triângulo, oeste, norte, leste, centro, mata e sul (WIRTH, 1982, p. 42).

Foi assim que, mediante esta situação econômica, foram apresentadas pela Comissão do evento 12 teses, que por sua vez, foram distribuídas para os participantes, para que os mesmos pudessem analisá-las. No espaço do congresso se faziam presentes aqueles que representavam municípios e setores econômicos do estado. E na hierarquia de suas preocupações, a lavoura do café vinha em primeiro lugar e a indústria, o que mais interessa neste contexto, ocupava a quarta posição nas referidas teses:

Esses 12 temas ou teses desdobraram-se em 119 recomendações, que se constituíram no delineamento de toda uma política econômica a ser posta em prática pelos Governos mineiros que sucederam o de Francisco Salles, de modo muito especial de João Pinheiro, que ocupou a presidência do Estado entre 1906 e 1908. (PEREIRA, 2001, p. 23).

Como se pode perceber, essas 119 recomendações expressavam as tendências do estado naquele contexto, enquanto fruto dos esforços das classes produtoras em parceria com a elite intelectual do período. Embora o destaque principal estivesse centralizado no setor agrícola, a camada industrial e a comercial aproveitaram a oportunidade de, pela primeira vez, se fazerem ouvir e até mesmo participar das decisões políticas e econômicas do estado (PEREIRA, 2001, p. 23).

Um dos propósitos do congresso, presente em tais recomendações, era inserir o trabalhador dos diversos ramos produtivos, nas novas relações capitalistas ou via repressão ou via ensino profissionalizante – o que demonstra a preocupação com a educação desde os primórdios do processo.

Uma das conseqüências deste encontro, se materializou no desencadeamento do processo de organização dos representantes dos diversos setores da economia mineira em entidades de classe, de modo que as mesmas adquirissem autonomia e identidade civil. E este desdobramento contava com o respaldo e patrocínio do Estado, que tinha como responsabilidade o estímulo e até mesmo o favorecimento desta tendência, pois com isso, tinha-se o intuito de apressar o desenvolvimento da economia mineira (PEREIRA, 2001, p. 23).

Deste fato, é possível depreender que, 30 anos mais tarde, se consolidava enquanto desdobramento do Congresso de 1903, a fundação da FIEMG (Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais). O espaço cronológico de três décadas, que configura a lacuna entre o congresso e a organização da classe industrial mineira, pode ser justificado pelo próprio atraso econômico no qual o estado de Minas Gerais se encontrava, pela sua característica essencialmente agrícola e pelos interesses que estavam em primeiro plano no contexto do

evento. Até porque, era preciso esperar o desenrolar do complexo movimento da história, que no período do congresso, ainda era emergente o processo de urbanização e a respectiva florescência de vários estabelecimentos industriais.

O que caracterizava o projeto mineiro de modernização concebido pelo estado e pelas classes produtoras? Ele expressou a projeção do desenvolvimento da economia estadual, de modo que ela se adequasse à diversificação do sistema produtivo mineiro, de modo a privilegiar todos os setores econômicos que dele faziam parte:

Não se deve perder de vista que o roteiro seguido pelas classes dirigentes movidas pelo ideário do “desenvolvimentismo” partia sempre do mesmo ponto: da crise à idéia de superação do atraso econômico estadual. E o Congresso de 1903 não fugiu a esse *script* oficial do Governo mineiro. Foi justamente diante dos efeitos da crise cafeeira iniciada em 1896 que o Estado em busca da “restauração econômica” convocou os representantes dos diversos setores produtivos de Minas ao primeiro Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, em maio de 1903, na capital Belo Horizonte - MG. (SILVA, 2007, p. 27).

No contexto no qual foi realizado o Congresso, a gestão de Minas estava sob a responsabilidade de Francisco Sales, que em 1985, quando ainda era Secretário das Finanças do estado, revelara sua preocupação de que a vida financeira do estado podia mergulhar numa grave crise, caso permanecesse na dependência à comercialização do café (SILVA, 2007, p. 28). Por conseguinte, numa perspectiva futurista, justamente em sua gestão, foi proposta a realização do congresso, que congregava as três principais dimensões da estrutura produtiva mineira. Afinal, Minas não podia ficar estagnada no atraso econômico, sob a permanente dependência da agricultura.

Conseqüentemente, partiu-se do pressuposto de estímulo ao desenvolvimento e modernização das atividades ligadas à agricultura, à indústria e ao comércio, no intuito de alavancar a economia mineira. Abriu-se a partir de então, as portas para o projeto de industrialização em Minas, que agora incluía nas suas decisões econômicas e políticas, a participação do seu empresariado industrial. As transformações históricas não acontecem de um dia para o outro, ou seja, somente em 1933, foi que a camada empresarial começou a se organizar oficialmente. Afinal, por mais que a decisão fosse agregar as classes produtoras do estado, visando a diversificação, continuava à frente do processo, o fomento pela modernização da agricultura voltada para a produção cafeeira. Além disso, a fundação da FIEMG neste período estava na contramão do que estava posto: sua emergência se deu num período no qual Minas Gerais era um estado essencialmente agrário, sob um discurso que não

tinha sustentação concreta, mas apenas a perspectiva futurista calcada no industrialismo. Tanto que suas estratégias educacionais, somente iriam emergir em meados da década de 1940, em que as indústrias passariam a investir na formação profissional de seus trabalhadores.

De acordo com Mello (1984, p. 98), não há qualquer sombra de dúvida que o que engendrou os pré-requisitos necessários para a emergência do capital industrial e para a grande indústria foi a economia cafeeira fundamentada em relações capitalistas de produção e em seu segmento urbano. O processo de industrialização tinha como pressuposto para a sua consolidação, a existência de um certo estágio de desenvolvimento capitalista e de divisão social do trabalho (numa economia mercantil).

A economia cafeeira capitalista cria, portanto, as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria ao: 1) gerar, previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social, passível de se transformar em capital produtivo industrial; 2) transformar a própria força de trabalho em mercadoria e, finalmente, 3) promover a criação de um mercado interno de proporções consideráveis. (MELLO, 1984, p. 99).

Mediante este contexto, o capital industrial se beneficiou de alguns fatores vinculados ao complexo cafeeiro: atração de capitais da economia cafeeira em virtude do auge exportador que a mesma vivenciava (entre 1890 e 1894); propícias condições de financiamento por parte da política econômica do Estado; queda da taxa de salários (baixa relação entre capital e trabalho e alta rentabilidade); isenções tarifárias para a importação de máquinas e equipamentos, etc.. Os desdobramentos dessa situação implicaram na conversão dos capitais cafeeiros excedentes em capital industrial:

Em suma, o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou o capital-dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a essa transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, o que só foi possível porque se estava atravessando um auge exportador. (MELLO, 1984, p. 101).

Em função disso, Mello (1984, p. 143) depreendeu que a matriz social da burguesia industrial não teria podido deixar de ser a burguesia cafeeira, pois esta foi a única classe que tinha a capacidade de acumulação necessária para impulsionar a grande indústria. E, enquanto isso, no que se refere aos projetos do capital industrial, bastava que tivessem assegurada uma

rentabilidade positiva, de modo a garantir que seus lucros fossem globalmente reproduzidos e transformados em decisões de investimento (MELLO, 1984, p. 144).

Dessa realidade, consolida-se gradativamente no Brasil uma indústria produtora de bens de consumo assalariado e não uma indústria de bens de produção. Tal fato se justifica na contraditória articulação entre o capital cafeeiro e o capital industrial – ora o primeiro estimula o segundo e ora o bloqueia (MELLO, 1984, p. 103). Além disso, o capital industrial dependia duplamente do capital cafeeiro para que pudesse se expandir: 1) sua reprodução e ampliação estava circunscrita à capacidade de exportação da economia cafeeira; 2) sua geração de mercados estava subordinada aos mercados externos criados pelo complexo exportador cafeeiro (MELLO, 1984, p.104). Ou seja, a economia industrial dependia da acumulação cafeeira e subordinada à dominância mercantil do capital cafeeiro.

Em suma, o próprio complexo exportador cafeeiro engendrou o capital-dinheiro disponível para transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: parcela de força de trabalho disponível ao capital industrial e uma capacidade para importar capaz de garantir a compra de meios de produção e de alimentos e bens manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho industrial. (MELLO, 1984, p. 147).

Por isso, se fez presente a necessidade de estar em constante busca do nexo entre a dinâmica regional e a dinâmica nacional, que articuladas contextualizam os limites e possibilidades das elites econômicas mineiras. Até porque, desde 1930, a afirmação do discurso emergente que sustentava a industrialização enquanto caminho apropriado para a superação das crises e dos atrasos econômicos tendia a atribuir papéis definidos para o estado, para o capital estrangeiro e para a agricultura mediante o processo de construção da Nação sob a liderança da indústria (DELGADO, 1997, p. 76). Por conseguinte, os pronunciamentos deste discurso eram levados a diante pelas entidades empresarias, como a FIEMG, sem se romper com a estrutura agrária e sob a reorientação do Estado.

Mas com a crise da superacumulação, o ciclo cafeeiro sofreu um declínio e embora por pouco tempo, o capital industrial e sua taxa de rentabilidade relativa, subiu e ajudou a manter a taxa de acumulação da economia. Mas quando a crise definitivamente se alocou na economia brasileira, ambos os capitais foram por ela arrastados. O capital industrial foi beneficiado com a quebra da capacidade de importação, pois foi a partir daí que ele começara paulatinamente a se recuperar por meio da gradual utilização da capacidade ociosa, de modo a

iniciar um novo ciclo de expansão, no momento no qual os preços externos e internos voltavam a subir (MELLO, 1984, p. 107 e 108).

Tal configuração pode justificar tanto a fundação quanto a fragilidade inicial característica dos primórdios da FIEMG. Por um lado, a mesma foi criada em virtude da constante busca de afirmação e autonomia por parte do capital industrial neste complexo e contraditório período de transição. Por outro lado, no início de sua fundação apresentava certa fragilidade em sua ainda tímida atuação, em virtude da sobreposição dominância mercantil da economia cafeeira sobre a economia industrial.

1.2 O empresariado industrial mineiro frente ao Estado de Compromisso

Partindo do pressuposto de que no período de 1930 houve um pacto conservador, enquanto eixo de sustentação do desenvolvimento e da modernização do Estado Brasileiro, focado no processo de industrialização, mas com suas raízes “fincadas” nas oligarquias agrário-exportadoras, é possível constatar que, o empresariado mineiro, dando continuidade à sua participação nas decisões econômicas, adquiriu maior expressividade num compromisso entre empresa nacional privada, empresa estatal e empresa estrangeira, que emergiu do referido contexto.

É inegável o fato de que o empresariado foi incapaz de se tornar hegemônico no processo político nacional e de ser o construtor e concretizador de um autêntico projeto nacional que abrangesse todos os segmentos sociais, “[...] pois o prevalecimento de seus interesses em detrimento das demandas, principalmente dos trabalhadores, o fazia privilegiar a manutenção de uma relação dúbia com Estado, confrontando-se com ele, sem contudo romper, em definitivo, com o modelo político vigente” (OLIVEIRA, 2005, p. 22).

Dulci constatou em suas investigações o quanto que a atuação do empresariado foi fundamental para o desenvolvimento econômico de Minas Gerais:

Os interesses empresariais se articulam muito cedo (A associação Comercial de Juiz de Fora é criada em 1896 e a de Belo Horizonte em 1901 aglutinando os interesses do comércio, da indústria, da lavoura e das finanças, como era comum na época). A Associação Comercial de Minas, sediada em Belo Horizonte, constitui-se em centro formulador e irradiador de ação política. Ao longo do tempo, estrutura-se, por outro lado, uma vanguarda empresarial que interliga as associações, quando estas passam a representar interesses diferenciados. As entidades básicas incluem, além das duas citadas, a

Sociedade Mineira de Agricultura (1906), o Centro Industrial de Juiz de Fora (1926) e a Federação das Indústrias/ FIEMG (1933). De sua conexão surge uma elite empresarial bastante ativa, presente na cena política – inclusive no plano nacional – e sustentada na base por um considerável esforço de mobilização e organização da classe nas localidades e regiões do estado. (DULCI, 1990, p. 100).

Além disso, os próprios fatos e acontecimentos históricos enriquecem essa constatação: os sinais de existência da mentalidade industrializante no Brasil eram recorrentes antes mesmo de 1930 (MARTINS, 1968, p. 77); e entre 1920 e 1930, as elites empresariais já se articulavam em prol da expansão de sua organização e organizavam eventos estratégicos para defender seus interesses por meio de uma frente única e para que pudessem adquirir intervenção política na esfera estatal. Tanto que no primeiro evento ou, “Congresso Agrícola, Comercial e Industrial”, o perfil dos congressistas se resumiu aos mais importantes empresários do estado e políticos (DULCI, 1990, p. 116).

De acordo com Diniz (2004, p. 05 e 06), o empresariado industrial foi essencial para a abertura dos novos rumos que a economia brasileira tomara de 1930 a 1945 para a ascensão dos interesses ligados à produção fabril:

[...] observou-se a consolidação de seu espaço econômico e a conquista de um espaço político próprio, ao diferenciar-se das elites tradicionais e definir sua identidade enquanto ator político. Se é verdade que não assumiu liderança de uma “revolução burguesa” no país, por outro lado, tampouco se pode dizer que tenha sido conduzido à reboque, puxado pela clarividência das elites técnicas e militares que ascenderam ao poder estatal naquele momento. (DINIZ, 2004, p. 05 e 06).

Nesse sentido, o empresariado industrial foi um dos protagonistas das transformações ocorridas durante toda a consolidação do projeto desenvolvimentista brasileiro. O Estado, por sua vez, “[...] teria por característica, o precário equilíbrio entre as forças sobre as quais se fundara, resultado das mudanças das alianças políticas que se orientavam para uma relativa abertura do poder a novos parceiros” (MENDONÇA, 1986, p. 16). Era esse fato que viabilizava a força pessoal do chefe de estado, criando um espaço para que o Estado pudesse atuar num viés modernizador. Disso pode-se depreender que “[...] os limites da modernização do pós-30, isto é, o seu caráter conservador, resultante do conteúdo de classe tradicional do novo Estado, assim como de sua forma de intervenção autoritária, de cima para baixo” (MENDONÇA, 1986, p. 17). Ou seja, ao Estado neste contexto, cabia a tarefa de executor da modernização da economia.

Nessas condições, é possível afirmar que o contexto pós 1930, foi inaugurado um longo período no qual conviveram forças políticas aparentemente contraditórias e “Seu sentido político mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresariais industriais à posição de hegemonia” (OLIVEIRA, 1981, p. 40). Com efeito, o desenvolvimentismo brasileiro foi fundado por um pacto, de modo que,

Ao mesmo tempo que cria as condições para a acumulação necessária para a industrialização, a legislação trabalhista, no sentido dado por Weffort é a cumieira de um pacto de classes, no qual a nascente burguesia industrial usará o apoio das classes trabalhadoras urbanas para liquidar politicamente as antigas classes proprietárias rurais; e essa aliança é não somente uma derivação da pressão das massas, mas uma necessidade para a burguesia industrial evitar que a economia, após os anos da guerra e com o “boom” dos preços do café e de outras matérias-primas de origem agropecuária e extrativa, reverta à situação pré-anos 30. (OLIVEIRA, 1981, p. 40).

Cabe então investigar, quais foram as bases sociais nas quais o Estado expressou e implementou um projeto de cunho estritamente capitalista que foi além dos restritos horizontes dos diferentes setores dominantes, e especificamente da burguesia industrial (DRAIBE, 1985, p. 20). Nessas condições, o pacto conservador se erigiu sobre um conjunto de forças sociais em transformação, que por sua vez constituíram uma estrutura social heterogênea, mas nem por isso desarticulada. O que no caso de Minas Gerais, estava em consonância com as teses do Congresso de 1903, que visavam a diversificação econômica do sistema produtivo, que por sua vez, congregava as diferentes camadas das classes produtoras do estado.

Ao ser incorporado na dinâmica da economia brasileira, o empresariado industrial foi um dos principais responsáveis pelas mudanças ocorridas no período de transição (da economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial), mas sem desalojar as elites tradicionais do contexto (DINIZ, 2004, p. 6). Essa ação conjunta de ambos os segmentos configurou o que vários intelectuais pertencentes ao debate da temática aqui dissertada denominam de Estado de Compromisso ou pacto conservador⁷:

Como suporte da nova coalizão, foram executadas as políticas que implantariam o novo modelo econômico voltado para a industrialização e calçado no tripé empresa nacional privada, empresa estatal e empresa

⁷ Mas porque conservador? Porque neste pacto, houve uma redefinição das relações de poder, mas sem processar mudanças de cunho estrutural – Daí o caráter conservador das ações do novo Estado (MENDONÇA, 1986: 23). E mesmo diante desse aspecto conservador é importante apontar que “[...] no processo de “modernização conservadora” em curso a partir da década de 1930, deve ser privilegiada a vertente da mudança, no lugar daquela da continuidade” (MENDONÇA, 1986, p. 23).

estrangeira, que perdurou ao longo de todo o período de vigência da industrialização por substituição de importações. (DINIZ, 2004, p. 6).

Para problematizar a complexa gama de mudanças ocorridas no Estado Brasileiro desde 1930 e a formação de um capitalismo tardio e dependente, demanda que antes disso se compreenda o Estado de Compromisso, no que por sua vez, envolve os fundamentos de classe no poder e as condições políticas específicas de autonomia (DRAIBE, 1985, p. 21). Tal pacto preservou diferentes (mas não antagônicos) modos de acumulação entre os setores da economia. Além disso, ele expressa em seu cerne algumas particularidades próprias do caso brasileiro: 1) a progressão das formas nitidamente capitalistas não requeria a destruição total do modo de acumulação anterior; 2) os condicionamentos estruturais da expansão do capitalismo no Brasil têm suas raízes no crescimento dos setores Secundário e Terciário e na estrutura do emprego⁸ (OLIVEIRA, 1981, p. 40 e 41).

Seu resultado foi um “esforço de adaptação” entre setores oligárquicos tradicionais e dissidentes, grupos empresariais e de classe média urbana, assim como a classe trabalhadora que emergia – apesar de tutelada – no cenário político. Tudo isto convergindo para o chamado Estado de Compromisso, que também correspondia ao início da construção do populismo no país. (MENDONÇA, 1986, p. 22).

No que se refere ao empresariado, desde 1930, os grupos técnicos e políticos estavam inseridos nas decisões da elite dirigente. A camada industrial estabeleceu a partir daí, basicamente para sua atuação três frentes: “[...] a luta pela participação efetiva no aparelho de Estado – em Conselhos Técnicos e comissões; a construção de um discurso próprio que o igualasse às demais classes produtoras e, por fim, a elaboração preliminar de um verdadeiro programa industrialista” (MENDONÇA, 1986, p. 19). Certamente, dentro dessas frentes está a justificativa da fundação da FIEMG enquanto entidade patronal oficial, como será abordado mais à frente, ter ocorrido justamente nesse contexto (1933), ainda que não estivesse sistematicamente organizada e nem funcionando “a pleno vapor”.

Num momento de evidente crescimento econômico e de constante processo de modernização, os conselhos e comissões estavam em plena atividade, no intuito de estabelecer núcleos compostos pelos representantes da indústria em expansão – que na verdade, se consolidou enquanto um lócus de negociação e de canais de acesso ao poder (DINIZ, 2004, p. 08).

⁸ Essa especificidade traz em seu cerne uma questão fundamental, que é a das relações de produção entre o capital e o trabalho na indústria (OLIVEIRA, 1981, p. 44).

Com a nova configuração do Estado, o modo de participação política foi paulatinamente se modificando, até desembocar numa multiplicação dos órgãos burocráticos, que por sua vez, viabilizou concomitantemente, a abertura para diferentes grupos de interesses e suas respectivas novas áreas de influência e o perfil de um Estado burocrático-autoritário diferente e não monolítico, de instâncias decisórias: “Às lideranças da burguesia industrial coube um importante papel de intervenção junto a alguns desses novos órgãos, especialmente ao CFCE (Conselho Federal de Comércio Exterior) e o Conselho Técnico de Economia de Finanças” (MENDONÇA, 1986, p. 19 e 20). Como se pode perceber, desde cedo já era notável o relacionamento entre empresariado industrial nacional, Estado e capital estrangeiro, o que vinha reafirmar as raízes do pacto conservador, pois ao mesmo tempo em que o empresariado se relacionava com o Estado, ao liderar alguns de seus órgãos, ele também se relacionava com o capital estrangeiro – o que pode ser considerado indício da abertura que posteriormente iria acontecer (do capital nacional para o capital internacional). Logo, “[...] foi nessas brechas do funcionamento do aparelho de Estado que o empresariado nacional definiu o perfil formal da luta pela afirmação de seus interesses, posições e valores” (MENDONÇA, 1986, p. 20).

Além disso, havia também o fato de que desde os meados de 1940, se faria presente uma notável tendência de empresários ocuparem cargos políticos, em postos de primeiro e segundo escalão:

Diversos, dentre eles, eram dirigentes de classe que assumiram cargos governamentais em consequência de sua liderança ou projeção no mundo dos negócios. Assim é que todas as administrações estaduais posteriores ao Estado Novo, iremos encontrar líderes de segmentos empresariais, geralmente à frente de pastas econômico-financeiras. (DULCI, 1999, p. 169).

Sem contar que, em nível de Brasil, ainda em 1920, a burguesia industrial se articulava em prol da organização de seus direitos, até que em 1928 foi fundada a FIESP (Federação das Indústrias do estado de São Paulo), no intuito centralizar em uma entidade a representação dos interesses de classe (MENDONÇA, 1986, p. 19).

Neste contexto, o empresariado industrial mineiro se preocupou em produzir um discurso próprio, a fim de estabelecer uma ideologia industrialista autêntica: no intuito de estimular o processo de industrialização no Estado, e afirmá-lo enquanto única via que possibilitasse superar a fragilidade da economia industrial de caráter agroexportador. Mas, o que estava por trás dessa preocupação era a percepção do empresariado acerca de seu

relacionamento com o Estado e demais grupos sociais e sua legitimação enquanto classe produtora nacional. Para isso, o empresariado incorporou ao seu discurso categorias oriundas do pensamento político autoritário do período, mas adaptando-as à modernização econômica por eles enfatizada – o que justifica a qualificação deste projeto de “modernizador” (MENDONÇA, 1986, p. 20).

Essa convergência de interesses entre o posicionamento do empresariado industrial e o pensamento autoritário, principalmente em relação ao nacionalismo e intervenção do Estado na economia, “[...] permitiu ao empresariado brasileiro tornar-se um ator estratégico no esquema de alianças que favoreceu a consolidação do novo regime, ainda que não tivesse detido a hegemonia deste processo” (MENDONÇA, 1986, p. 21).

Contudo, se sabe que apesar da tentativa ter sido lançada, o empresariado industrial nacional não conseguiu converter sua ideologia industrialista num autêntico e pleno projeto nacional. Ou seja, é possível afirmar que por um lado, a burguesia industrial foi historicamente incapaz de formular um projeto nacional, em virtude de sua subordinação ao capital estrangeiro e ao Estado, mas nem por isso, ela (e o capital estrangeiro) não deixaram de ser um dos principais beneficiários das mudanças políticas e econômicas da época e que, por outro lado, “[...] ainda que os núcleos decisórios do Estado coubessem às frações das oligarquias agrárias tradicionais, isto não significa que elas tivessem uma postura anti-modernizante ou anti-industrialista.” (MENDONÇA, 1986, p. 22). Afinal, o deslocamento em voga não era das elites, mas sim dos setores produtivos (da agricultura para a indústria).

Nessas condições, é mais coerente afirmar que as transformações ocorridas na economia brasileira pós 1930 se enquadram num pacto conservador, até porque, longe de estarem desarticuladas, as classes a ele incorporadas se vinculavam contraditoriamente no modo capitalista tardio, periférico de produção. “Quando o modo de produção não está em discussão, o conceito de transformação toma uma outra dimensão. Esta assume o princípio do reformismo que se manifesta em práticas e princípios conservadores que estampam os mesmos interesses sociais” (LUCENA, 2004, p. 10).

Desse modo, o pacto conservador trouxe em seu cerne o princípio do reformismo, no qual apesar de ter havido mudanças, as mesmas não implicaram numa superação do modo de produção capitalista, consistindo apenas em uma nova “maquiagem” do sistema que se consolidava no país. “Então, nas fronteiras do reformismo, transformação é sinônimo de conservadorismo e antônimo de superação. A transformação, nesse sentido, corresponde à garantia da reprodução do capital” (LUCENA, 2004, p. 10). Pois não há como enxergar a revolução num país no qual o capitalismo se estabeleceu sem se romper com as tradicionais

estruturas de poder. Eis porque, muitos denominam esses acontecimentos de pacto conservador, haja vista que a rota seguida pelo desenvolvimentismo brasileiro foi justamente a não-revolucionária.

Foi assim que em sua política, o Estado concomitantemente, nem se afastou totalmente dos interesses da oligarquia e nem deixou de contemplar os interesses imediatos de cunho urbano-industrial (DRAIBE, 1985, p. 23). Trata-se de uma discussão que considera a natureza das contradições sociais que dela se desdobram:

[...] o “Estado de Compromisso” expressa a ausência de hegemonia de qualquer um dos grupos dominantes e exerce o papel de arbitro entre estes interesses, respondendo por uma solução de compromisso e equilíbrio. [...] é o Estado mostrar-se de forma direta, sem mediações, a todos os cidadãos e de, numa dinâmica própria, absorver e concentrar em si as possibilidades de mudanças estruturais. (DRAIBE, 1985, p. 22).

Apesar de esse pacto conservador ter suas raízes remontadas períodos distintos, mas nem por isso desarticulados com o período histórico aqui enfatizado, “[...] é possível identificar regras e estruturas que se mantêm e fenômenos que reaparecem, recorrentemente, através do tempo” (FIORI, 2001, p. 275). Por conseguinte, com um suporte conservador, o veto político e ideológico do pacto levaram-no a atuar de uma forma passiva fundamentada em bases bastante frágeis, que ficariam mais perceptíveis quando já não se tivesse mais como opção de apoio ao processo de acumulação industrial os recursos internacionais (em função de sua escassez) ou o endividamento interno (FIORI, 1995, p. 136).

A análise das transformações até aqui percorridas, sob o ângulo do Estado de Compromisso ou pacto conservador, recebe a crítica de que é problemático identificar as diversas modalidades de compromisso em função da dinâmica das mudanças das forças sociais e das questões da industrialização (DRAIBE, 1985, p. 24). Ora, mas todas as investigações que problematizam Estado, desenvolvimento, formação do capitalismo, principalmente quando se leva em conta as especificidades do caso brasileiro (que não são poucas), é claro que se trata de difíceis problematizações. Mas aí que se encontra o desafio da pesquisa: abranger a totalidade do objeto a ser pesquisado e conseguir movimentar-se dialeticamente entre as contradições que o permeiam. Afinal, o importante não é identificar as várias modalidades de compromisso, mas sim constatar que houve um compromisso, no qual se encontram as raízes do desenvolvimento do Estado Brasileiro e as fontes que justificam os rumos que ele tomou.

Nesse sentido, o fato de “fugir para frente”⁹ (terminologia bastante utilizada por Fiori (1995 e 2001) para fundamentar suas análises acerca do pacto conservador), revela a fragilidade política do estado, que ao optar pelos caminhos de menor resistência, consolidou uma estrutura industrial significativamente desenvolvida, mas com auto-sustentação financeira e tecnológica ausentes (FIORI, 1995, p. 150). Conseqüentemente, “A história da industrialização brasileira mostra uma trajetória ritmada por ciclos expansivos potentes, mas de curta duração, interrompidos por crises muito profundas de natureza quase invariavelmente econômica, tanto quanto política” (FIORI, 1995, p. 151).

Logo, o compromisso instalado neste contexto, foi firmado entre diversas frações as quais nenhuma delas por si só exercia hegemonia, pois a frente deste pacto era constituída por forças de natureza distinta (FAUSTO, 1975, p. 104). Nem mesmo o empresariado industrial

Tendo em vista as características da burguesia nacional dos países dependentes, foi necessário que o núcleo dominante do ponto de vista econômico – onde a burguesia industrial fez grandes progressos, a partir dos anos trinta – perdesse o comando do Estado, para que este se abrisse aos grupos técnicos da nova classe média, à influência de setores militares, que deram forma a algumas medidas conducentes ao desenvolvimento autônomo (PETROBRÁS, ELETROBRÁS), sob a pressão dos movimentos populares. (FAUSTO, 1975, p. 111).

Desse modo, a formação do Estado de Compromisso constituiu uma alternativa para a rearticulação da estrutura de poder em jogo, dada a incapacidade de qualquer grupo em conflito, de assumir a hegemonia do processo político (DINIZ & BOSCHI, 1978, p. 46).

Para Delgado, no confronto entre diferentes estratégias classistas e entre as iniciativas da burocracia estatal,

O essencial é captar como o confronto entre estas práticas diversas define um formato para o Estado que opere seletivamente na captação ou exclusão dos diversos interesses em confronto, permitindo que, mesmo à base de concessões aqui ou ali, tenha prevalência sobre os demais interesses aqueles que correspondem aos da fração dominante. (DELGADO, 1997, p. 34).

O compromisso estabelecido no pacto conservador consiste no fundamento da modernização e do desenvolvimento nacional e na continuidade das tendências consolidadas em Minas Gerais em detrimento do seu primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial.

⁹ Esse movimento desigual e excludente, no qual se agregavam diferentes interesses econômicos e políticos em função do apoio externo e da afluência dos capitais privados, era caracterizado pelo fato de que “[...] a acumulação do capital e da riqueza privada ocorreram ao mesmo tempo em que crescia a polarização na distribuição da riqueza e da renda entre as classes sociais” (FIORI, 2001, p. 270).

Logo, seria inviável dar continuidade às investigações aqui suscitadas sem fazer referências a ele.

1.3. Organização político-econômica sob a perspectiva do desenvolvimentismo

Como já foi anteriormente afirmado, aqui se encontra a necessidade de recorrer às raízes do desenvolvimentismo e da respectiva industrialização que está em seu cerne e que consiste em sua “coluna vertebral” (ou eixo de sustentação). Torna-se necessária, uma breve retomada do contexto de 1930, essencial para que se possa entender sócio-histórica e economicamente como e por que a FIEMG e seus projetos educacionais foram se consolidando.

Nesse contexto, o nacionalismo teve por um lado o papel de agregação e, por outro lado, era débil em função de ser incapaz de concomitantemente, conseguir mobilizar a classe trabalhadora e atrair as lideranças dos setores dominantes, uma vez que a situação de coesão interna era ausente.

As expectativas desenvolvimentistas que foram alimentadas até o fim da década de 1950, tinham como pressuposto que o processo de desenvolvimento conduziria o Brasil a uma mudança de posição no cenário internacional, por meio de uma progressiva autonomia política da nação em âmbito mundial. Tanto que,

Industrialização e desenvolvimento eram entendidos, portanto, como formulações até certo ponto sinônimas e isso, em grande parte, devido ao fato de que se atribuía ao processo industrial (e por extensão a seus agentes sociais) a função de motor e, simultaneamente, de correia de transmissão capaz de gerar desenvolvimento e o generalizar para as várias dimensões em que se manifestava o atraso. (MARTINS, 1968, p. 35 e 36).

Mas o anseio de tal posicionamento se deparou com diversas resistências oriundas dos centros hegemônicos de poder mundial:

Do ponto de vista dos países subdesenvolvidos, a autonomia internacional, historicamente foi sempre vista como um instrumento de modificação da divisão internacional do trabalho e de ampliação do poder de barganha visando obtenção de recursos e espaço econômico internacional para o esforço de desenvolvimento. (MARTINS, 1968, p. 90).

Ou seja, na condição de país subdesenvolvido, o Brasil nesse contexto correspondia internamente “[...] aos estímulos externos orientados no sentido de manter o perfil vigente de estratificação nacional (MARTINS, 1968, p. 89)”. Foi assim que na realidade brasileira a partir de 1950, houve uma aceleração no seu processo de urbanização, que por sua vez acarretou uma ampliação do operariado urbano e a emergência de grandes metrópoles, nas quais se instalaram os exércitos industriais de reserva ou “[...] populações inteiramente marginalizadas dos mercados de trabalho formal” (FIORI, 2001, p. 281).

No decorrer do projeto de desenvolvimento da economia industrial brasileira, o Estado elaborou uma institucionalidade ampla e complexa, que desde então, tendeu à constante especialização. “Como produtor e coordenador dos grandes blocos de investimento e principal agente interno de financiamento, o Estado Brasileiro acabou montando extensas burocracias econômicas, em geral competentes em sua gestão setorial” (FIORI, 2001, p. 273).

O Estado desenvolvimentista se expandiu arbitrariamente de tal modo a estar presente ora de modo produtivo, ora de modo regulatório, em praticamente todas as esferas econômicas e sociais. Para Fiori (2001, p. 274), o único aspecto que o autoritarismo do Estado Brasileiro teve foi o fato dele ter sido desenvolvimentista – contrariamente aos demais países da América Latina. Tanto que as consequências foram nefastas:

No fim da “era desenvolvimentista”, a participação na renda do quintil mais alto da população chegou a ser 17,7 vezes maior que a do quintil mais baixo – desigualdade ampliada pela impotência do Estado diante dos interesses ligados à estrutura fundiária e à monopolização do espaço urbano, onde a acumulação de capital, nos marcos de uma expansão metropolitana desenfreada, acabou relegando parcela expressiva da população a um Estado quase completo de marginalidade com relação ao acesso aos serviços sociais básicos. (FIORI, 2001, p. 278).

Na trajetória da industrialização no Brasil, identificada por muitos como tardia ou retardatária, a atuação do Estado foi primordial no que se refere ao fato dele ter sido financiador dos blocos de investimento, criador da infra-estrutura, produtor direto de insumos e articulador e protetor dos capitais privados tanto nacionais quanto internacionais. É perceptível, portanto, que Estado atuou enquanto aglutinador do processo de acumulação industrial no Brasil, pois era ele que estava à frente das determinações acerca da expansão e integração do capital internacional e da expansão do capital nacional privado (FIORI, 1995, p. 132).

Dessa maneira,

O estatismo dos anos 30 prolongou-se na ideologia desenvolvimentista dos anos 50, enquanto as instituições construídas pelo Estado corporativo e autoritário da primeira década transformaram-se no corpo institucional do Estado desenvolvimentista que irá comandar a industrialização brasileira entre 1950 e 1980. Durante esse tempo, o liberalismo econômico esteve na defensiva, enquanto o liberalismo político foi explicitamente rejeitado pela ideologia do Estado, e quase sempre considerado um elemento derivado ou secundário pela ideologia desenvolvimentista obcecada com o desafio do atraso e a premência do crescimento econômico. (FIORI, 1995, p. 128).

Neste contexto, Minas tinha como setor dinâmico da sua economia a indústria alimentar, principalmente laticínios e açúcar (DINIZ, 1981, p. 25). Mas sua situação era crítica: a economia sofria uma crise generalizada, em virtude da drástica redução das exportações de café, a queda da arrecadação oriunda do imposto de exportação, o aumento da dívida pública e o aumento da emigração do Estado (DINIZ, 1981, p. 35).

Mas o que influenciou toda essa dinâmica em pauta desde 1930 foi a expansão do capitalismo no Brasil que se deu pela via do crescimento e que para Oliveira (1981, p. 48) “[...] foi muito mais o resultado concreto do tipo e estilo da luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial”. Mas nem por isso pode-se deixar de reconhecer que tal expansão é fruto de um movimento maior, que é o capitalismo em escala mundial e que o desenvolvimento econômico brasileiro também é reflexo desse quadro.

Para Mendonça (1986, p. 27), a dinâmica da acumulação capitalista no Brasil teve sua base construída na recriação das relações de trabalho não capitalistas, condizente com o perfil conservador das forças que representavam o novo Estado. Nessas condições, a intenção era que as formas de propriedade da estrutura agrária no país – os latifúndios – e os regimes tradicionais de organização da produção permanecessem intactos:

Ao mesmo tempo, por paradoxal que pareça, ela se via “renovada” tanto pela recriação do “velho”, quanto pela consolidação do “novo”, já que a industrialização a beneficiava triplamente: impulsionando sua expansão, abrindo-lhe novos mercados e fornecendo-lhe manufaturados que serviriam a reprodução da força de trabalho rural. (MENDONÇA, 1986, p. 27 e 28).

Logo, o capitalismo periférico que se concretizou na realidade brasileira pela via do crescimento, somente foi possível em função das condições estruturais próprias do país, que puderam alimentar a acumulação e a formação do mercado interno.

Martins (1968, p. 36) optou por investigar as potencialidades da industrialização sob a ótica dos obstáculos com os quais ela se deparou em função do subdesenvolvimento – ou seja, na prática seria refletir sobre a capacidade do sistema produtivo de expandir as transformações por todas as estruturas da nação e em um viés econômico seria refletir o problema sob a perspectiva da demanda e da distribuição de renda (MARTINS, 1968, p. 36). Para isso, Martins (1968, p. 36), teve como referência “[...] busca da tipicidade histórica do processo, através da determinação dos fatores estruturais que geraram o efeito excludente que caracteriza este tipo de desenvolvimento”. Com isso, Martins (1968, p. 36) quis dizer que o sistema era incapaz de mobilizar fatores e de combiná-los de modo adequado, superando um marco que fora estruturalmente determinado¹⁰.

No que se refere à sua dinamicidade, o processo de industrialização teve como marcos sucessivos ciclos – fortes e expansivos, mas de breve duração, em função das crises políticas e institucionais que além de constituírem suas conseqüências em relação à balança de pagamentos, eram também responsáveis pela sua interrupção (FIORI, 2001, p. 273 e 274). Ou seja, o problema cambial e financeiro era oriundo do quadro macroeconômico do Estado Brasileiro. Objetivando a restabilização, várias frações do capital confrontaram entre si, em prol da defesa política de seus direitos até então assegurados pelo pacto conservador:

Além disso, foi nos momentos de desaceleração dos ciclos, acompanhados pelo aumento da inflação e estreitamento fiscal do Estado e pelo agravamento do conflito distributivo, que o Estado desenvolvimentista deixou mais clara sua fragilidade diante das pressões empresariais e políticas responsáveis pelo aprofundamento das crises. (FIORI, 2001, p. 274).

Segundo Draibe (1985, p. 11), o processo de consolidação do capitalismo no Brasil pode ser subdividido em três etapas: economia exportadora, industrialização restringida¹¹ e industrialização pesada¹². De modo que a industrialização como um todo constituiu no

¹⁰ Esse marco diz respeito à localização do desenvolvimento em funções das restrições qualitativas e quantitativas da distribuição de renda (MARTINS, 1968, p. 37).

¹¹ Há autores, como (MENDONÇA, 1986, p. 26) que denominam de “industrialização restringida” todo o período de 1930 a 1955, pois “Trata-se, é evidente, de uma situação ambígua, uma contradição que marcaria o processo de industrialização brasileira no período, demonstrando seu próprio limite: sua dependência com relação ao setor agrário-exportador em termos de financiamento adequado às suas necessidades” (MENDONÇA, 1986, p. 26).

¹² O fato do processo de industrialização ser aqui tratado por etapas, não significa que ele foi aqui concebido como um processo linear e fragmentado. Ou seja, subdividir o processo de industrialização em etapas consiste numa estratégia didática – é claro que, diretamente ligada às mudanças em cena – para que nos principais momentos haja a possibilidade de que as investigações aqui suscitadas transitem pelo contexto no qual predominam dialeticamente tanto as continuidades quanto as confluências.

aspecto econômico do processo de formação e consolidação do capitalismo no Brasil, que por sua vez envolveu uma complexa e obscura aliança entre diferentes interesses.

Também Martins (1968, p. 41), de modo diferente, analisou o processo de industrialização no Brasil, sob a perspectiva da problemática da dependência vinculada aos aspectos do cenário internacional, de modo a definir em termos analíticos, três formas de ações de etapas históricas correspondentes à temática por ele abordada¹³.

A primeira forma de ação diz respeito à disputa por territórios econômicos – no intuito de apropriar das matérias-primas e/ou dos mercados locais necessários para a comercialização dos produtos manufaturados nos centros – e no Brasil e demais países periféricos corresponde à etapa histórica da colônia até a fase do desenvolvimento “para fora”¹⁴; a segunda forma, referente, à exportação de capital industrial ou financeiro do centro para a periferia – que no Brasil se refere à etapa histórica da dependência também designada de desenvolvimento “para dentro”¹⁵; e a terceira e última forma de ação é o investimento estrangeiro fundamentado na apropriação dos fatores de produção próprios da periferia, que corresponde à consolidação da etapa do modo de produção e de controle do mercado interno e à coordenação do processo brasileiro de industrialização (num contexto de capitalismo periférico) por meio de imposição ou de consentimento por parte capital estrangeiro (MARTINS, 1968, p. 42).

Desse modo, fica perceptível o quanto é complexa, a situação de dependência do Estado Brasileiro¹⁶, em virtude da multiplicidade e complementaridade de dimensões e fenômenos e suas respectivas conseqüências, que produzem efeitos que vão além do controle das decisões. Para Martins (1968, p. 42), “[...] a dependência implica numa situação que quer ser socialmente socializadora” – tanto que não é mais relevante o fato de situar o controle das decisões na dimensão pública ou na dimensão privada.

Além disso, outra face do desenvolvimento brasileiro é o seu efeito excludente, que na dimensão econômica, corresponde a uma complementaridade de interesses condicionada pela dependência entre as duas estruturas sociais que compõem a sociedade dual – arcaica e moderna. Nessa relação, os custos do processo são socializados de modo a atingir

¹³ “É indispensável insistir que se essas formas de ação e etapas históricas podem ser separadas, para efeito de análise, isso não significa que elas se excluam necessariamente no tempo” (MARTINS, 1968, p. 41).

¹⁴ Pode haver um equívoco nas expressões “para fora” e “para dentro” ao se referir às sucessivas etapas do desenvolvimento: mas no sentido aqui adotado, “Elas exprimem uma inversão de mão da atividade econômica dinâmica (que passa da exportação à atividade industrial), mas não, evidentemente, do sistema como um todo ou da sociedade como tal” (MARTINS, 1968, p. 48).

¹⁵ Idem.

¹⁶ É preciso salientar que tanto no estudo aqui desenvolvido, quanto na perspectiva analítica de Martins (1968, p. 42 e 43), o tema da dependência não é tratado com detalhes, mas apenas no que se refere à relação entre a industrialização e a formação dos parâmetros que ordenam o mercado e a produção nos países periféricos.

desigualmente as periferias espaciais e sociais – que são as mais vulneráveis ao efeito excludente. Com isso, é gerada outra dualidade entre o setor marginal urbano e o setor marginal rural, que agora, em função de sua complexidade e da precariedade dos termos, não podem ser pautados apenas enquanto novos e arcaicos (MARTINS, 1968, p. 72 e 73). Por isso, o autor (MARTINS, 1968, p. 73) apontou que a sociedade brasileira é configurada de modo extremamente ambíguo e complexo em virtude da segmentação que sofrem suas estruturas e sistemas que não são facilmente definidos.

Logo, no contexto desenvolvimentista, a sociedade foi percebida por muitos sob um viés dicotômico, no qual de um lado estavam os setores “desenvolvimentistas” e de outro os setores “arcaicos”, numa relação em que os primeiros tentavam superar os últimos. Na medida em que as bases para o desenvolvimento da industrialização iam se consolidando, a atuação complementar dos setores arcaicos já era dispensável para o impulso e a consolidação dos setores desenvolvimentistas.

Com o avanço da industrialização e da urbanização, entretanto as relações entre “atraso” e “modernidade” se complexificaram, afastando-se de um simples modelo dualista. A idéia de que heterogeneidade estrutural aponta também para essa nova configuração sócio-política. Do ponto de vista político-eleitoral, manteve-se uma legislação que permite a existência até hoje, de regiões onde ainda predominam as velhas oligarquias apoiadas em relações políticas baseadas no favor ou na dependência econômica. Essa coalizão regional de interesses conservadores teve papel decisivo na derrubada de Vargas e, 1954 e durante todo o regime militar iniciado pelo golpe militar de 1964. (FIORI, 2001, p. 279).

Ou seja, a ideologia desenvolvimentista, se sustentou num modelo dualista no qual a sociedade era vista linearmente por uma transição entre duas diferentes estruturas sociais: uma moderna (própria da economia urbano industrial) e outra arcaica (própria da economia agrário-latifundista), de modo que “[...] o impacto do setor “moderno” se projetasse sobre o “arcaico” operando assim sua transformação” (MARTINS, 1968, p. 67).

Para Martins (1968, p. 69 e 70), o conceito de sociedade dual¹⁷ gerava estrategicamente uma invisibilidade a qual impedia que fosse percebida na dimensão econômica, a relação dialética e de complementaridade que havia entre as duas estruturas em

¹⁷ O fato de Martins (1968) utilizar o termo sociedade dual não corresponde à razão dualista criticada por Francisco de Oliveira (1981), pois apesar de utilizar o termo dualismo, ele deixou claro o movimento dialético e complexo presente em tal termo: “A sociedade, portanto, não é dual, mas no mínimo duplamente dual, na medida em que o fenômeno se manifesta em mais de uma dimensão [...]. Estabelece-se, assim, um jogo múltiplo de equilíbrios, combinações e tensões, responsável não só pela instabilidade da sociedade como, no plano político, pela multiplicidade de desfechos que podem ocorrer e que são condicionados pelos tipos de combinações que venham a prevalecer a cada etapa do processo” (MARTINS, 1968, p. 71).

si. Ou seja, nessa perspectiva, o contraditório movimento de transição entre o novo e o arcaico foi marcado por uma complementaridade funcional¹⁸, entre ambas as estruturas e seus respectivos sistemas (MARTINS, 1968, p. 71). Nesse sentido a agricultura e a indústria se relacionaram estruturalmente, de modo que a tensão entre ambas ocorrera não no nível das relações da força produtiva, mas sim no nível interno das relações de produção na primeira e na segunda (OLIVEIRA, 1981, p. 25). E o próprio empresariado percebeu e assumiu a necessidade dessa vinculação:

A agricultura é e continuará a ser por muito tempo a única fornecedora das divisas necessárias a uma indústria que se distingue pela variedade e versatilidade dos seus produtos, para muitos dos quais não dispomos das matérias primas necessárias. Demais uma indústria sem mercados externos está na dependência imediata da agricultura, não só por ser esta a sua maior cliente, como porque o preço dos produtos agrícolas é o elemento de maior ponderação na formação dos salários, influenciando, assim, de modo decisivo, direto e imediato no custo da produção industrial.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, abril, 1953, p. 40)

Martins (1968, p. 78) percebeu, portanto, que essa dualidade manifestava “[...] um conflito pela hegemonia na condução do processo entre as burguesias representativas de cada um dos dois sistemas maiores de produção”. Nessa transição, foram constituídos grupos com orientações políticas homogêneas, que aderiram uma ou outra estrutura e seus respectivos sistemas – conseqüentemente, interesses supostamente contraditórios condicionaram o embate entre os principais atores de cada grupo. “E seria o jogo dessas contradições, uma vez expressas politicamente, que alimentaria o movimento de transformação da sociedade como um todo, atenuando ou corrigindo os desníveis de progresso que no seu seio haviam gerado” (MARTINS, 1968, p. 67). Dessa dualidade, emergiram, portanto, a concentração de recursos

¹⁸ Essa afirmação pode ser ilustrada pelo papel da agricultura, que não devia ser estimulada enquanto força motriz do sistema, mas devia ser mantida: pelo lado da exportação ela deveria suprir as necessidades dos bens de capital e da produção externa, além de também servir como pagamento dos bens de consumo e pelo lado do consumo interno, ela deveria suprir as necessidades das massas urbanas, para que assim o custo da alimentação e das matérias primas não fosse elevado (OLIVEIRA, 1981, p. 20). “Afim, Em torno desse ponto girará a estabilidade social do sistema e de sua realização dependerá a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial, fundada numa ampla expansão do “exército industrial de reserva” (OLIVEIRA, 1981, p. 20). Além disso, a agricultura foi essencial para que o processo de acumulação global da economia e pra a redefinição das condições estruturais da indústria (OLIVEIRA, 1981, p. 25).

econômicos e a complementaridade dos interesses responsáveis pela sincronização do ritmo e do sentido do desenvolvimento (MARTINS, 1968, p. 72).

E, com a marcante “heterogeneidade estrutural” presente na manutenção e na reprodução do capitalismo no Brasil, a situação ficou tão complexa que já não havia como confundi-la ou equipará-la com o modelo dualista.

Enfim, depois de estabelecer os aspectos mais gerais da “coluna vertebral” do desenvolvimento brasileiro, o qual se enveredou pelos rumos da formação do capitalismo no Brasil por meio da industrialização, torna-se possível discorrer sobre esse processo de uma maneira mais detalhada, vinculando-a com os objetivos desta pesquisa.

1.4 A articulação entre o arcaico e o novo nos primórdios da industrialização

A primeira etapa da industrialização, ou economia capitalista exportadora, própria do período de transição, é caracterizada pelo *crescimento industrial* (que é diferente do processo de industrialização em si), no qual a estrutura econômica foi marcada pelo domínio do capital mercantil, de modo restringir os investimentos industriais ao setor produtor de meios de consumo popular (DRAIBE, 1985, p. 11 e 12). Nesse momento,

A indústria incipiente, em que tem que vencer as resistências impostas ao seu progresso pelas forças políticas que procuram fixar o papel do país na esfera do “essencialmente agrário”, é levada quase que naturalmente a “provar” a sua capacidade industrial ajustando-se para produzir a níveis internacionais. É significativo, de resto, que uma das mais freqüentes críticas na época à idéia de industrialização se entrincheirasse no argumento da “baixa qualidade” das manufaturas localmente produzidas. (MARTINS, 1968, p. 49).

Neste contexto, tal qual foi visto anteriormente, a ação da burguesia industrial emergiu sem demandar uma ruptura com as frações oligárquicas das classes dominantes, que por sua vez compunham o bloco no poder do Estado burguês que emergira no Brasil. Mediante este contexto, a estrutura industrial tinha reduzido peso sob o regime oligárquico e conseqüentemente tinha limitadas possibilidades de influência, ainda que por meio de poder indireto, sobre o Estado (DELGADO, 1997, p. 43).

Mello (1984, p. 90) destaca um questionamento bastante pertinente: seria possível associar o crescimento da indústria de bens de consumo corrente e de poucas indústrias leves

de bens de produção, como ocorre no caso do Brasil, ao conceito de industrialização? Com isso, ele aponta uma distinção entre os termos “industrialização” e “crescimento industrial”, haja vista que a crise desembocada em 1929 não se referiu ao início da industrialização no país, mas sua aceleração. Ou seja, para Mello (1984, p. 90 e 91), enquanto o primeiro termo indica a formação de um sistema de produção industrial (que neste contexto, já estava germinando em solos brasileiros), o segundo indica a industrialização induzida pelo crescimento, por meio de várias incrementações na sua produção (novas máquinas, novas unidades de produção, etc.).

Com isso, compartilhando da mesma perspectiva de Mello (1984, p. 95), “[...] pensaremos a industrialização latino americana como uma industrialização capitalista; mais ainda, como uma **determinada** industrialização capitalista: **uma industrialização capitalista retardatária**¹⁹.”

Fica perceptível que a industrialização capitalista (ou processo de composição de forças produtivas capitalistas) também era sinônimo de um processo de passagem para o modo particularmente capitalista de produção, que por sua vez, é equivocadamente denominada “capitalismo industrial”:

Quer dizer, grande indústria e forças produtivas capitalistas não são uma mesma única e mesma coisa. [...] Quer dizer, em termos da **constituição de um departamento de bens de produção capaz de permitir a autodeterminação do capital**, vale dizer, de **libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital**²⁰. (MELLO, 1984, p 98).

Mas além de ser capitalista, a industrialização no Brasil (e demais países da América Latina) tinha uma dupla particularidade: a primeira seu ponto de partida (as economias exportadoras nacionais – que em Minas Gerais ainda eram dispersas e fragilizadas) e a segunda o seu contexto (período no qual o capitalismo monopolista se tornou mundialmente dominante, ou seja, contexto no qual já estava constituída economia mundial capitalista).

Enfim, reversamente, a História do Capitalismo é também a nossa história: o capitalismo não pode formar-se sem o apoio da acumulação colonial; o capitalismo industrial valeu-se da periferia para rebaixar o custo de reprodução tanto da força de trabalho quanto dos elementos componentes do capital constante; ademais, dela se serviu quer como mercado para sua produção industrial, quer como campo de exportação de capital financeiro e, mais adiante, produtivo. (MELLO, 1984, p. 177).

¹⁹ Destaques do autor.

²⁰ Idem

Essa dupla especificidade é que configura o processo de industrialização capitalista no Brasil de “retardatária”/“tardia” (MELLO, 1984, p. 98).

Em síntese,

A periodização (economia colonial – economia mercantil-escravista nacional – economia exportadora capitalista – retardatária em suas três fases: nascimento e consolidação da grande indústria, industrialização restringida e industrialização pesada), que aponta a direção do movimento da economia, está complexamente determinada. (MELLO, 1984, p. 176).

A industrialização enquanto progresso das forças produtivas trazia consigo outra problemática: o aspecto técnico do desenvolvimento de determinadas relações sociais e de produção. Cabe aqui ter como foco, a dimensão educacional, focada na demanda de capacitação de mão-de-obra, ou seja, na formação de trabalhadores, que a partir de meados de 1940, estaria centralizada no ensino industrial em instituições privadas, mantidas pelo empresariado e circunscritas à coordenação da FIEMG. Para conquistar o seu espaço na estrutura produtiva capitalista que se consolidava em Minas Gerais e no país, o empresariado industrial elaborou um discurso futurista, focado na industrialização, mas primeiramente, voltado para o crescimento industrial e não para o processo em si, que consolidaria um “autêntico” projeto de construção e desenvolvimento da nação brasileira.

Tanto que a década de 1920 foi essencial e favorável à estrutura industrial mineira, pois foi nesse período que a industrialização alcançou altos patamares de crescimento econômico, principalmente em detrimento do setor siderúrgico que se expandiu significativamente no Estado (FIEMG/SESI, 1998, p. 40)²¹. Neste contexto o capital estrangeiro já estava presente na economia mineira, pois a liderança deste setor estava situada na Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, que contava com o respaldo de algumas empresas onde se situava a região metalúrgica (Caeté, Rio Acima, Barão de Cocais e Belo Horizonte), (FIEMG/SESI, 1998, p. 40). Com isso, iria se constituir no estado um importante parque siderúrgico, a base de carvão vegetal. Em síntese:

Em fins da década de 1930, Minas Gerais participava com aproximadamente 90% do ferro gusa, 60% do aço e 50% dos laminados produzidos no Brasil

²¹ “Em 1925, inaugurou-se a duplicação da Usina Rio das Pedras, com a montagem de um novo gerador de 2.200 kwatts, batizada de Usina Mello Vianna, dobrando a capacidade daquela planta. Rio das Pedras ampliou-se em 1929, e continua até hoje a gerar energia elétrica, sob a direção da CEMIG” (FIEMG/SESI, 1998: 40). Outro fato importante foi que “No final dos anos 20, iniciou-se a construção de estradas de rodagem, ligando Belo Horizonte a São Paulo e ao Rio de Janeiro” (FIEMG/SESI, 1998, p. 40).

[...]. Como resultado, a participação do ramo metalúrgico no valor da produção industrial mineira subiu de 2,2% em 1919 para 23,7% em 1939, e o capital, de 3,6% para 35,5%. (DINIZ, 1981, p. 31).

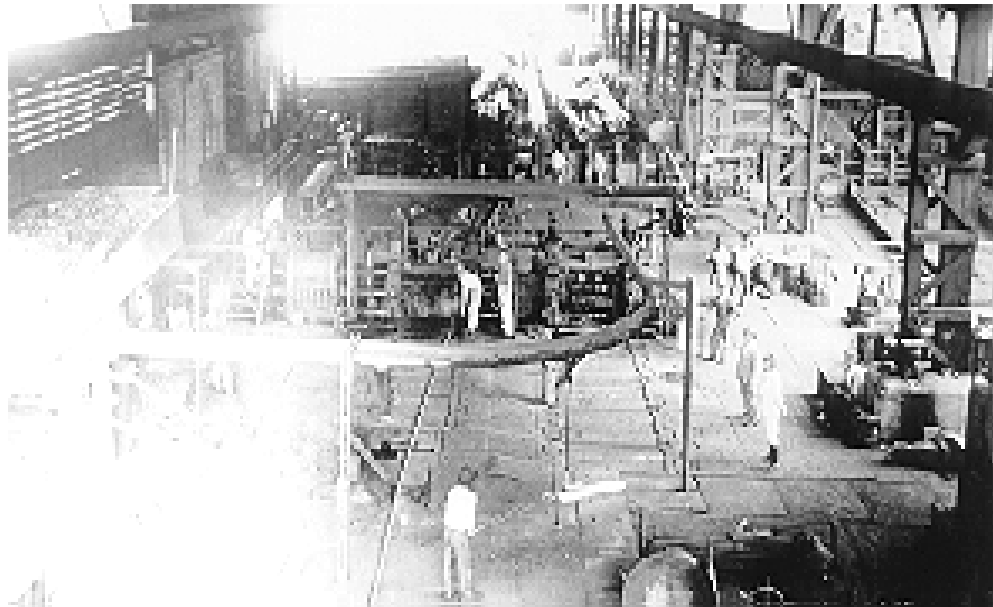


Figura 4: - Cia. Siderúrgia Belgo Mineira

FONTE: <http://www2.fiemg.com.br/exposicao%5Findustria/painel-20.htm>

Além disso, em 1929, os serviços de energia elétrica de Belo Horizonte também foram submetidos ao controle da empresa estrangeira denominada Bonde & Share (FIEMG/SESI, 1998, p. 40). Conseqüentemente, a indústria em Belo Horizonte e região foi se fortalecendo cada vez mais, em virtude do aumento da produção siderúrgica (FIEMG/SESI, 1998, p. 40). Mas apesar dos setores mais dinâmicos da indústria mineira estarem concentrados na capital, Juiz de Fora com seu parque industrial de unidades predominantemente têxteis, ocupava o segundo lugar do pódio (FIEMG/SESI, 1998, p. 49).

Com todas estas modificações, a estrutura produtiva mineira alterou a distribuição regional da indústria (DINIZ, 1981, p. 31). Um dos principais incentivadores desse desenvolvimento industrial da capital mineira em 1930, foi o prefeito Octacílio Negrão de Lima:

Criou-se a Zona Industrial de Belo Horizonte (Lei Estadual nº 98-36 e Decreto nº 104/36), no Barro Preto, numa faixa de 150 metros compreendida entre Ribeirão Arrudas e as linhas da Estrada de Ferro Central do Brasil e Oeste de Minas. A principal concentração de indústrias da Capital deslocou-se das imediações da Estação Ferroviária para a região do Barro Preto. Ali instalaram-se inúmeras indústrias, como a Cia. De Cigarros Souza Cruz, inaugurada em 1937. O ano de 1938 foi marcado pelo início das atividades da Cia. Renascença Industrial, no bairro de mesmo nome, empregando cerca

de 1.000 trabalhadores (mulheres em sua maioria), que provocou um grande impacto na economia municipal. (FIEMG/SESI, 1998, p. 49).

Logo, o marco da industrialização em Minas Gerais e no Brasil foi o processo de substituição de importações, que levou o sistema produtivo a se adaptar a padrões de produção e de consumo que “[...] refletem o grau de adiantamento tecnológico das condições do mercado existentes no âmbito do “capitalismo central” (MARTINS, 1968, p. 49). Essas condições eram estranhas ao subdesenvolvimento, exceto para reduzida parcela que em função do seu grande poder aquisitivo, norteou o desenvolvimento:

As circunstâncias que cerca, portanto, a emergência e continuidade da industrialização em países como o Brasil são de molde a obrigar uma revalorização da situação de dependência numa perspectiva globalizadora, pois suas disfunções exercem, já nessa fase inicial, a partir de uma dupla e estratégica entrada: pelo lado da demanda e pelo lado da produção. E antes mesmo do transplante de investimentos estrangeiros para o país. (MARTINS, 1968, p. 49).

Por outro lado, para Sampaio Júnior (1999, p. 420), essas novas perspectivas com as quais a economia brasileira se deparou, ocorreram em função da crise estrutural do setor externo, uma vez que por estar isolado da concorrência internacional, o Brasil tinha a possibilidade de criar uma conjuntura mercantil favorável à industrialização por substituição de importações. Pouco a pouco, ia se destacando no Governo e na política desse período, a idéia de que a industrialização seria a melhor alternativa para se conseguir o desenvolvimento econômico:

Ora, recordando que a estrutura industrial brasileira até então se resumia, praticamente, na existência de um setor de bens de consumo correntes, percebe-se o vulto da tarefa a realizar: implantar um setor de bens de produção (também chamado de Departamento I ou D.I.) como meio de garantir ao incipiente capitalismo brasileiro alguma capacidade de autodeterminação. (MENDONÇA, 1986, p. 24 e 25).

Nesse momento, o estado de Minas Gerais tinha como artifício, um diferencial na corrida pelo desenvolvimento: as grandes riquezas de seu subsolo (FIEMG/SESI, 1998, p. 49). Apesar do isolamento geográfico e da economia dispersa, as perspectivas de industrialização nessa parte do país, mobilizaram o estado e o empresariado em torno de um mesmo projeto, por meio do qual se idealizava uma industrialização autônoma: a construção de um parque industrial composto por indústrias de base – em detrimento da abundância de

matérias-primas no território mineiro (FIEMG/SESI, 1998, p. 49). Ações essas, resultantes do que se fomentava desde o congresso de 1903: a diversificação da economia mineira.

Essas perspectivas estavam fundamentadas no crescimento quantitativo do setor industrial no estado, que participava progressivamente na produção industrial nacional, ainda que fosse reduzido em relação à São Paulo e Rio de Janeiro. Afinal, Minas Gerais podia contribuir significativamente para com o processo de crescimento industrial nacional, pois além das riquezas do subsolo, o território mineiro também se destacava em detrimento da exploração das fontes de energia, da instalação de indústrias de base e da Escola de Minas de Ouro Preto (onde eram desenvolvidas tanto a tecnologia, quanto a disponibilidade de recursos humanos qualificados, que posteriormente, iriam compor o quadro do empresariado e dos políticos mineiros) (FIEMG/SESI, 1998, p. 49).

A implantação de uma industrialização pesada era obstaculizada pelo contexto da conjuntura internacional, devido ao fato que as economias centrais estavam voltadas para elas mesmas em detrimento dos efeitos da crise de 1929, de modo a não destinar financiamentos economias periféricas: “As economias centrais, preocupadas com sua recuperação da crise, optaram por centralizar investimentos e técnicas em suas próprias fronteiras” (MENDONÇA, 1986, p. 35). Pois de acordo com as “necessidades” do momento, “Cada Estado agora fazia o máximo possível para proteger suas economias de ameaças externas, ou seja, de uma economia mundial que estava visivelmente em apuros” (HOBBSBAWN, 1995, p. 93). Tanto que nesse momento, estavam em voga iniciativas de incentivo à produção fabril e políticas de valorização do nacionalismo no setor produtivo, visando o desenvolvimento econômico da nação. E a tendência de Minas, era compatível com este movimento.

Mesmo apesar da crise econômica mundial em detrimento da quebra da bolsa de Nova York, no período de 1929, a produção industrial mineira estava próxima da produção agrícola, em termos de valores de produção (FIEMG/SESI, 1998, p. 40). Diante de todo esse quadro, a década de 1930 em Minas Gerais foi marcada por uma grande expectativa de superar o atraso econômico em função dos estimulantes dados, que apontavam para o crescimento do setor industrial para o conseqüente aumento de sua participação na produção industrial nacional: “[...] no período de 1907 a 1940, a participação de Minas subiu de 4,4% para 6,5% do total nacional, a despeito do processo de concentração industrial em São Paulo” (FIEMG/SESI, 1998, p. 49).

Tomando os anos 30 como ponto de partida, vemos nessa fase constituir-se um setor desenvolvimentista, no aparelho estatal mineiro. O tipo correspondente é o do político com visão modernizante, que, dadas as características da época, é um alto funcionário “político”, não se assumindo como “técnico”. Membro da elite tradicional, ele serve como ponte entre um sistema político ainda fortemente oligárquico e os interesses emergentes. (DULCI, 1990, p. 112).

Chegavam ao território mineiro várias famílias de imigrantes (italianas, polonesas, paraguaias, etc.) no intuito de “construir a vida” em Belo Horizonte, investindo no setor industrial, ou seja, abrindo novas empresas que eram beneficiadas e estimuladas por aqueles que idealizavam a industrialização²² (FIEMG/SESI, 1998, p. 40 e 41). Além disso, como será abordado mais à frente, a FIEMG em parceria com órgãos públicos, abriria as portas do estado para a incorporação de mão-de-obra estrangeira qualificada.



Figura 5: Fábrica de massas Martini

FONTE: <http://www2.fiemg.com.br/exposicao%5Findustria/painel-20.htm>

Por mais que fosse incipiente, a industrialização pós-30 foi muito além de meros surtos de crescimento e conseqüentemente, a formação do empresariado sofria acelerada expansão (DINIZ, 2004, p. 4). Tanto que as investigações de Dulci (1990 e 1999) acerca desse processo no estado de Minas Gerais, convergem com as análises de Diniz (2004), haja

²² O papel dos imigrantes - italianos, portugueses, espanhóis e outros, foi marcante no processo brasileiro de industrialização. Eles trouxeram sua força de trabalho, seus conhecimentos, técnicas mais modernas, novas idéias políticas, além de usos e costumes que contribuíram para a formação da cultura brasileira, enriquecendo-a e conferindo-lhe um caráter mais cosmopolita. Mas por outro lado, prejudicavam os trabalhadores nativos, que de imediato já se deparavam com o despreparo profissional e pessoal para o trabalho na indústria.

vista que ambos constataram o quanto foi significativa para o desenvolvimento do estado e do país, a expansão e a atuação de seu empresariado, que tinha seu quadro composto até mesmo por empresários de renome nacional. “Lembremos que cerca de 70% dos estabelecimentos industriais levantados pelo Censo de 1940 foram fundados depois de 30” (DINIZ, 2004, p. 04).

Desse modo, é possível perceber que a emergência do processo de industrialização no Brasil teve um caráter abrangente e uma oferta elástica de mão-de-obra, de modo que o incremento das atividades terciárias provocou uma relativa baixa do montante de salários urbanos (MARTINS, 1968, p. 82)²³.

Segundo Oliveira (1981, p. 14), esse período de transição pós 1930 é considerado um marco na economia brasileira e seu aspecto principal se refere à hegemonia agrário-exportadora e ao início da predominância da base urbano industrial, enquanto estrutura produtiva vigente. Nessa fase do processo de acumulação, o capital industrial não era dominante. “É a heterogeneidade desta fase que permite caracterizá-la como uma estrutura de transição: sob a dominação do capital mercantil, nela convivem as mais diversas formas de organização da produção e distintas relações de produção” (DRAIBE, 1985, p. 12).

Tanto que Diniz & Boschi (1978, p. 9), destacam que a década de 1930 marcou o real aparecimento de federações industriais e demais entidades que posteriormente iriam constituir organizações sindicais patronais. Ou seja, a emergência da FIEMG foi fruto de todo o movimento histórico ocorrido a partir da década de 1930, favorável ao industrialismo em voga.

O sistema capitalista de produção somente se tornou dominante na América Latina, com o nascimento das economias exportadoras. Por outro lado, ainda mais relevante, foi do fato de que mediante a ausência de bases concretas de produção de bens de capital e seus respectivos meios de produção (o que significava que o capital não tinha sua reprodução ampliada assegurada dentro das economias latino-americanas), é que emergiu um período de transição para o capitalismo: “A problemática da transição é a problemática da industrialização capitalista na América Latina, porque a revolução das forças produtivas, quer dizer, a industrialização, se dá sob a dominação do capital.” (MELLO, 1984, p. 98).

²³ Nessa primeira etapa da industrialização, predominava o emprego da tecnologia de caráter *labor intensive*, pois ainda era escassa a mão de obra industrial urbana – tal fato gerou a elevação do nível geral de salários e determinou a expansão do mercado das categorias de rendas intermediárias (MARTINS, 1968, p. 50). E o empresariado mineiro se deparou com essa dificuldade, tanto que era intensa a admissão de força de trabalho estrangeira – afinal estava em jogo a dinâmica da estrutura produtiva da indústria, diretamente atrelada à demanda de trabalhadores aptos para exercer as atividades industriais.

Para Diniz (2004, p. 5), todo o processo de crescimento industrial preparou o terreno para a consolidação do projeto desenvolvimentista, contexto no qual a economia brasileira atingiu os mais altos índices de crescimento de sua história:

Desta forma, podemos afirmar que 1930 representou efetivamente importante etapa na construção do capitalismo industrial brasileiro. Coube ao primeiro Governo Vargas administrar essa transição da ordem agro-exportadora para a era urbano-industrial. O Estado foi o agente deste esforço de transformação, mobilizando os recursos externos e internos, criando incentivos à produção doméstica, apoiando a indústria nacional, buscando ao mesmo tempo atrair os investimentos externos necessários. Sob o impacto deste conjunto de políticas, observou-se a incorporação dos principais atores da ordem capitalista em formação, empresários e trabalhadores industriais. (DINIZ, 2004, p. 5).

Conseqüentemente, essa primeira etapa da industrialização foi marcada tanto por avanços quanto por retrocessos:

Portanto, 1930 é certamente um divisor de águas na história do Brasil. O período de 15 anos que se desdobra entre 1930 e 1945 foi um momento histórico decisivo na trajetória do país, que através das reformas introduzidas por Vargas ingressa uma nova etapa. [...] Se, neste percurso, podemos detectar continuidades, os pontos de ruptura foram, certamente, mais relevantes. (DINIZ, 2004, p. 4).

Desde esse primeiro momento do processo de industrialização, o fator condicionante da produção industrial em sua etapa inicial, foi a demanda previamente existente, aberta pelo estrangulamento do mercado externo face à desorganização da economia mundial, que em função disso, possibilitou à produção local suprir parte da demanda interna de bens industriais (MARTINS, 1968, p. 46 e 48).

O papel do Estado era garantir a sobrevivência do decadente modelo exportador e superproteger o modelo industrial emergente – “[...] sob pena de ruptura irremediável do sistema social” (MARTINS, 1968, p. 84). Com isso, foi formado um mercado, em virtude do consumo dos grupos de altas rendas – cujas necessidades de mercado externo estavam obstaculizadas – e em virtude do consumo dos grupos de médias e baixas rendas –que não eram financeiramente capazes de importar (MARTINS, 1968, p. 47). Conseqüentemente, embora também estimulada pelo segundo tipo de demanda, a expansão da indústria em emergência se deu em virtude da primeira demanda, ou seja, do consumo dos grupos de altas rendas (MARTINS, 1968, p. 47).

Com o mercado externo estrangulado, emergiu a tentativa de manter a expansão industrial por meio de mecanismos protecionistas – que também não foram radicais o bastante para obstacularizar a importação de padrões oriundos do capitalismo central, que no decorrer do tempo acabaram sendo confundidos e até mesmo identificados com a capacidade própria de produção.

De acordo com Oliveira (1981, p. 12), quando a relação centro-periferia é vista sob o aspecto da dependência, torna-se necessário analisar a questão do desenvolvimento tanto do âmbito interno (oposição entre classes sociais), quanto do âmbito das relações externas (oposições entre nações). As condições de subdesenvolvimento de países como o Brasil são produzidas em detrimento da expansão do capitalismo por todas as partes do globo, ou pelo menos aquelas que lhes sejam favoráveis. Nas palavras do autor:

[...] as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; em resumo, o “subdesenvolvimento” é uma formação capitalista e não simplesmente histórica. (OLIVEIRA, 1981, p. 12).

Fica perceptível, portanto, que a análise do Brasil em suas condições ambíguas de subdesenvolvimento, demanda atenção teórica e ação política voltadas para o problema da luta de classes, num período decisivo para a consolidação do empresariado brasileiro: o de transição da economia essencialmente agrária, para a economia industrial urbana (OLIVEIRA, 1981, p. 13).

O preço dessa transição consistiu na limitação e penalização do custo e da rentabilidade dos tradicionais fatores da economia agrário-exportadora, voltados para o destino externo, para que assim, a ele se sobrepusesse um novo modelo de acumulação, cuja expansão dependia substantivamente de uma “realização parcial interna crescente”, diferente tanto em termos qualitativos quanto em termos quantitativos (OLIVEIRA, 1981, p. 14).

Nesse movimento dinâmico, Oliveira (1981, p. 16) destacou alguns aspectos de significado essencial, que foram favoráveis à expansão da estrutura produtiva da economia urbano-industrial. O primeiro aspecto diz respeito à regulamentação da oferta e da demanda dos fatores da economia. Dentre tais fatores, um dos mais importantes se refere à regulamentação das leis que relacionavam capital e trabalho, ou seja, as leis trabalhistas, fundamentais para que o novo modelo de acumulação se consolidasse (OLIVEIRA, 1981, p.16).

A crise do modelo agrário-exportador acarretou o êxodo rural, que por sua vez, contribuiu significativamente para a formação de um exército de reserva, que foi fundamental para a expansão do capitalismo e para a consolidação do empresariado industrial, por dois motivos principais:

[...] de um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista **igualava reduzindo** – antes que incrementando o preço da força de trabalho. (OLIVEIRA, 1981, p. 16).

Além disso, o fato dos salários pagos pelas indústrias serem superiores aos rendimentos rurais, favoreceu à própria acumulação e às atividades urbano-industriais. Com isso, a base dos salários foi igualada, de modo que independentemente de sua qualificação, todos os trabalhadores estavam no mesmo patamar, ou seja, na condição de não qualificados. Conseqüentemente a acumulação ganhou um impulso com essa “homogeneização” da base salarial dos trabalhadores, dando novas características à nova etapa da economia brasileira (OLIVEIRA, 1981, p. 17 e 18).

Já o segundo aspecto é direcionado à intervenção estável na economia, regulamentando outros fatores. Em relação ao Estado, pode-se afirmar em síntese que “Aqui o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial ao nível das empresas, possa se reproduzir” (OLIVEIRA, 1981, p. 18).

Toda essa configuração do Estado era voltada para tornar a empresa industrial o centro do sistema. Para que o novo modo de acumulação se sobrepusesse ao modelo agrário-exportador, foi necessário como denomina Oliveira (1981, p. 20), a *destruição da inclinação natural para certo tipo de acumulação*. Para isso, a medida tomada foi o isolamento dos produtores de café da oferta e procura de fatores, de modo a impulsionar a alocação de recursos nos setores vinculados à atividade industrial (OLIVEIRA, 1981, p. 19).

O terceiro aspecto se centra no contraditório papel da agricultura, essencial para o desenvolvimento da industrialização. Por um lado, tornou-se necessário que ela fosse mantida ativa, mas por outro lado, era preciso que ela não fosse estimulada enquanto fator central para o sistema, devido ao fato de que o objetivo maior era destruir o antigo modelo. Por conseguinte, no que se refere à exportação, a agricultura deveria suprir as necessidades da massa urbana, não elevando o custo da alimentação e das matérias-primas, mas sim conseqüentemente favorecendo, o desenvolvimento da economia urbano-industrial. Por conseguinte, “A solução do chamado problema agrário nos anos da “passagem” da economia

de base agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista” (OLIVEIRA, 1981, p. 20).

O arcaico combinado com o novo, ou seja, a “velha” economia agrário-exportadora, contraditoriamente articulada com a “nova” economia urbano-industrial, foi de suma importância. Foi essa articulação que viabilizou o crescimento industrial e de serviços, fornecendo os contingentes populacionais necessários para a formação do exército de reserva nos setores urbanos, redefinindo as relações trabalho-capital e fornecendo excedentes alimentícios.

Portanto, de acordo com a concretude da realidade brasileira analisada até então, fica perceptível que há um equívoco ao relacionar os setores “atrasados” com os setores “modernos” por meio de uma oposição formal ou analisar a agricultura e a indústria a partir de um modelo dual (OLIVEIRA, 1981, p. 24).

Assim, a orientação da indústria foi sempre e principalmente voltada para mercados urbanos não apenas por razões de consumo, mas primordialmente porque o modelo de crescimento industrial seguido é que possibilita adequar o estilo de desenvolvimento com as necessidades da acumulação e da realização da mais-valia: um crescimento que se dá por concentração, possibilitando o surgimento dos chamados setores de “ponta”. Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual, por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. (OLIVEIRA, 1981, p. 25).

De acordo com Pereira (1985, p. 282), “a agricultura pré-capitalista, assim como a marginalidade urbana, seriam funcionais para a acumulação capitalista, na medida em que rebaixassem o custo de reprodução da mão-de-obra”.

Neste período, os interesses de ambas estruturas (urbano-industrial e agrário-exportadora), ainda eram convergentes, pelo menos em parte, principalmente em relação ao mecanismo de manipulação da taxa cambial “[...] que tanto defendia o nível de preço do setor exportador ameaçado pelas oscilações de demanda externa, como premiava o setor industrializante com uma garantia de mercado” (MARTINS, 1968, p. 79). Ou seja, toda essa movimentação se desemboca na “desigualdade combinada”, oriunda de uma acumulação capitalista razoavelmente pobre, que sustentou a expansão industrial e o movimento dialético entre os setores “atrasados” e os setores “modernos” no período posterior a 1930 (OLIVEIRA, 1981, p. 35). Portanto,

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo. Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista – como querem alguns transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir. (OLIVEIRA, 1981, p. 36).

Logo, nesse momento, em que o estrangulamento do mercado interno impôs uma mudança de cunho exógeno, foi aberto um espaço social necessário para o crescimento industrial que não foi fruto de embate entre o empresariado industrial nascente e as tradicionais oligarquias agrário-exportadoras – até porque nesse contexto havia no sistema uma margem de acomodação para ambas (MARTINS, 1968, p. 77). Ela não ocorreu em virtude da efetiva atuação de um empresário inovador, que fosse capaz de promover o desenvolvimento autônomo do capitalismo compatível com especificidades do caso brasileiro.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio criado em 1931, foi fundamental para tratar das questões acerca do trabalho, juntamente com as classes produtoras, pois suas medidas deveriam a ela ser favoráveis (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 47).

No que diz respeito aos sindicatos, o Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931 foi estabelecido no intuito de regular o modo pelo qual tanto o empresariado, quanto os trabalhadores iriam se organizar. De acordo com o que constava em tal decreto, havia uma primazia dos interesses econômicos sobre a organização dos sindicatos por ramo de atividades (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 48). Em síntese, “Uma avaliação cuidadosa do movimento sindical brasileiro no limiar dos anos 30, aponta para a multiplicação de entidades sindicais, patronais e obreiras, ainda que tuteladas pelo Estado. Empresários, trabalhadores e profissionais liberais seriam os agentes exponenciais daquele processo” (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 56).

Com efeito, beneficiado pela instauração de uma estrutura corporativa de representação de interesses, o empresariado industrial adquiriu uma maior margem de ação, em contraposição aos trabalhadores urbanos. E a comprovação dessa assertiva se encontra na própria fundação da FIEMG. Enquanto o empresariado tinha ampla margem da ação, os

trabalhadores eram rigidamente submetidos ao controle e à disciplina por parte do Estado (DINIZ, 2004, p. 07).

No que tange à fundação da FIEMG, pode-se associar à ela o fato de que com as reformas ocorridas no primeiro Governo Vargas, foram expandidos os direitos sociais no que se refere à legislação social, nas áreas sindical, trabalhista e previdenciária (DINIZ 2004, p. 07). Cabe investigar o caráter desse sindicalismo, principalmente o que foi incorporado na configuração da FIEMG e os respectivos interesses que ela representava.

Tanto que a FIEMG, mais tarde (1933), viria representar e defender os interesses patronais, ou seja, de grande parte do empresariado mineiro oriundo dos ramos mais dinâmicos dessa economia regional. Além de se associar à tal instituição, o empresariado mineiro também se preocupou em ter representatividade na Assembléia Nacional Constituinte e na Assembléia Legislativa de Minas e, paralelamente à tais representações, estavam presentes os institutos previdenciários, como por exemplo, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 48). É possível afirmar que foi em função deste movimento que o empresário deste estado iria mais à frente transitar entre a dimensão econômica do setor industrial e a dimensão política.

Podemos dizer que o empresariado é concebido com um setor “[...] relativamente organizado e cômico de seus interesses, atua politicamente em conjunturas críticas para reorganizar a sociedade segundo o paradigma das “classes produtoras”, e essa reorganização passa fundamentalmente por sua capacidade de acionar o Estado” (DULCI, 1990, p. 102). Portanto, nessa primeira etapa, a industrialização se deu por meio de dois fatores: primeiramente pelo fato dela ter sido praticamente um “desdobramento” natural do modelo de acumulação brasileiro e também em função dos impactos que os estrangulamentos externos provocaram no país.

CAPÍTULO 2

DO CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO AOS PRIMEIROS PILARES EDUCACIONAIS: MINAS GERAIS MEDIANTE A TENDÊNCIA NACIONAL E AS PRIMEIRAS ESTRATÉGIAS DA FIEMG

2.1 Institucionalização da porta-voz da indústria mineira: a fundação da FIEMG sob a luz do nacional desenvolvimentismo

Entre 1933 a 1955, a industrialização se fez presente no processo de acumulação em virtude da sua expansão, “[...] porque existe um movimento endógeno de acumulação em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial” (DRAIBE, 1985, p. 13). Mas estava restringida porque o processo de acumulação não tinha o “fôlego” suficiente para consolidar plenamente, de uma só vez, as bases técnicas e financeiras necessárias, ou seja, o núcleo da indústria de bens de produção – que era essencial para viabilizar o crescimento industrial. Com efeito, o núcleo fundamental do departamento de bens de produção foi implantado de modo lento, limitado e a reboque da demanda, de uma maneira que as bases técnicas da acumulação se ampliavam paulatinamente (MELLO, 1984, p. 111).

O grande grau de complementaridade dos ramos industriais básicos exigiria que “pacotes” de investimentos fossem realizados conjuntamente por várias empresas – o que não poderia acontecer sem uma coordenação de forças superior, exatamente num período desfavorável a este tipo de intervenção dos Estados capitalistas centrais. (MELLO, 1984, p. 116).

Mediante este contexto, tornava-se emergente a necessidade, lançada por industriais mineiros (Euvaldo Lodi e Américo René Giannetti), de plantar as bases de um movimento que fundaria uma entidade dotada de objetivos mais amplos, que abrangesse não só a defesa de interesses legítimos da indústria, mas também a defesa e representação do ramo industrial mediante o poder público e à estrutura econômica estadual (COUTO, 1992, p. 113).



Euvaldo Lodi



Américo René Giannetti

Figura 6: Os industriais Lodi e Giannetti

Fonte: Arquivo eletrônico do Centro de Memória da FIEMG

Logo, a fundação da FIMG ocorreu em 12 de fevereiro de 1933, tendo como seu primeiro dirigente, o industrial José Carlos de Moraes Sarmiento – ex-presidente da Associação Comercial de Juiz de Fora e também do Centro Industrial do mesmo município.

**Figura 7: José Carlos de Moraes Sarmiento, primeiro Presidente da FIEMG**

Fonte: Centro de Memória da FIEMG.

12 de fevereiro de 1933. O *Estado de Minas* destacava em sua primeira página a notícia sobre a criação da Federação das Indústrias de Minas Gerais, àquela época, FIMG, pois a denominação “Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG” foi introduzida em 1942. (COUTO, 1992, p. 115).

Um parecer oriundo da consultoria técnica – seção sindical, com a data de 11 de fevereiro de 1970, número 007/70, tem registrado a informação de que

" FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS "
Fundada em 12 de fevereiro de 1933 e instalada defini-
tivamente em 25 de março de 1933.

Neste mesmo parecer, também se fez referências aos primeiros estatutos da FIMG, lançados nove meses depois de sua fundação

Estatutos registrados no "Cartório de Registro de Tí-
tulos e Documentos" Plínio Mendonça", sob o nº 97, em data de 24 de
novembro de 1933. Estatutos publicados no "Minas Gerais" de 23 de
novembro de 1933.

E apesar de ter sido fundada em 1933, somente dois anos depois, ou seja, em 1935, foi que a FIEMG foi oficialmente reconhecida

Reconhecida pelo Ministério de Estado dos Negócios do
Trabalho, Indústria e Comércio, de acordo com o Decreto nº 24.694, /
de 12/07/1934, no dia 28 de setembro de 1935.

Tal reconhecimento só veio ocorrer em 28 de setembro de 1935, com a filiação de 14 sindicatos, organizados sob o impulso da Federação. Naquela ocasião, presidia a entidade o industrial Alvimar Carneiro de Rezende, empossado em abril de 1934 e reeleito para os períodos de 1936 a 1942. (COUTO, 1992, p. 115).

Enquanto que, no Diário Oficial da União, somente em 1943, foi que a FIEMG teve publicado o seu despacho de reconhecimento:

Despacho de reconhecimento como Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais publicado no "Diário Oficial" da União, edição de 1.º de julho de 1943, à página 10.101, Processo nº / 121.352/43.

No intuito de se contrapor as características do estado de Minas Gerais, essencialmente agrário até então, a FIEMG foi o ponto de partida do início de uma contraditória transição, da economia agrário-exportadora para a economia urbano-industrial. Dialética e contraditória porque o fortalecimento do processo de industrialização iniciado na década de 1930 longe de excluir agricultura, dela dependeu para se concretizar, mas paulatinamente foi a ela se sobrepondo. Por outro lado, a elite continuou a mesma, só que a partir deste contexto, fundamentada no discurso futurista da industrialização emergente. Conseqüentemente, as indústrias do estado de Minas Gerais, começaram a congregar seus esforços no sentido de fundar e manter a FIEMG, que teve como justificativa a necessidade “urgente e inadiável” de autorização de uma organização de classe que defendesse e representasse junto aos poderes públicos, os interesses do empresariado industrial.

A FIMG constituiu nos seus primórdios uma entidade sindical de 2º grau, que congregava os Sindicatos patronais das indústrias do estado de Minas Gerais. Para Diniz & Boschi, a FIMG representava um estilo setorizado de atuação, que

[...] se configura como um recurso político apto a conduzir os interesses industriais numa conjuntura autoritária para assegurar-lhes um espaço no universo econômico do país, enfraqueceu a representatividade global do empresariado nacional ao dificultar a constituição de modos uniformes de pensar e ao tolher a sua capacidade de formular propostas de ordem mais geral. (DINIZ & BOSCHI, 1978, p. 11).

A FIMG era a entidade representativa dos interesses do empresariado industrial mineiro, que se apresentava como a mais influente e poderosa em termos de barganha frente ao estado. Deste período em diante,

Infundáveis atividades se inserem na rotina diária da FIEMG: análises, estudos, elaboração de pareceres sobre assuntos diversos, reuniões, promoções culturais, seminários, simpósios e pronunciamentos, que revelam participação e esforço de problemas que afetam a indústria, Minas e o Brasil. (COUTO, 1992, p. 118).

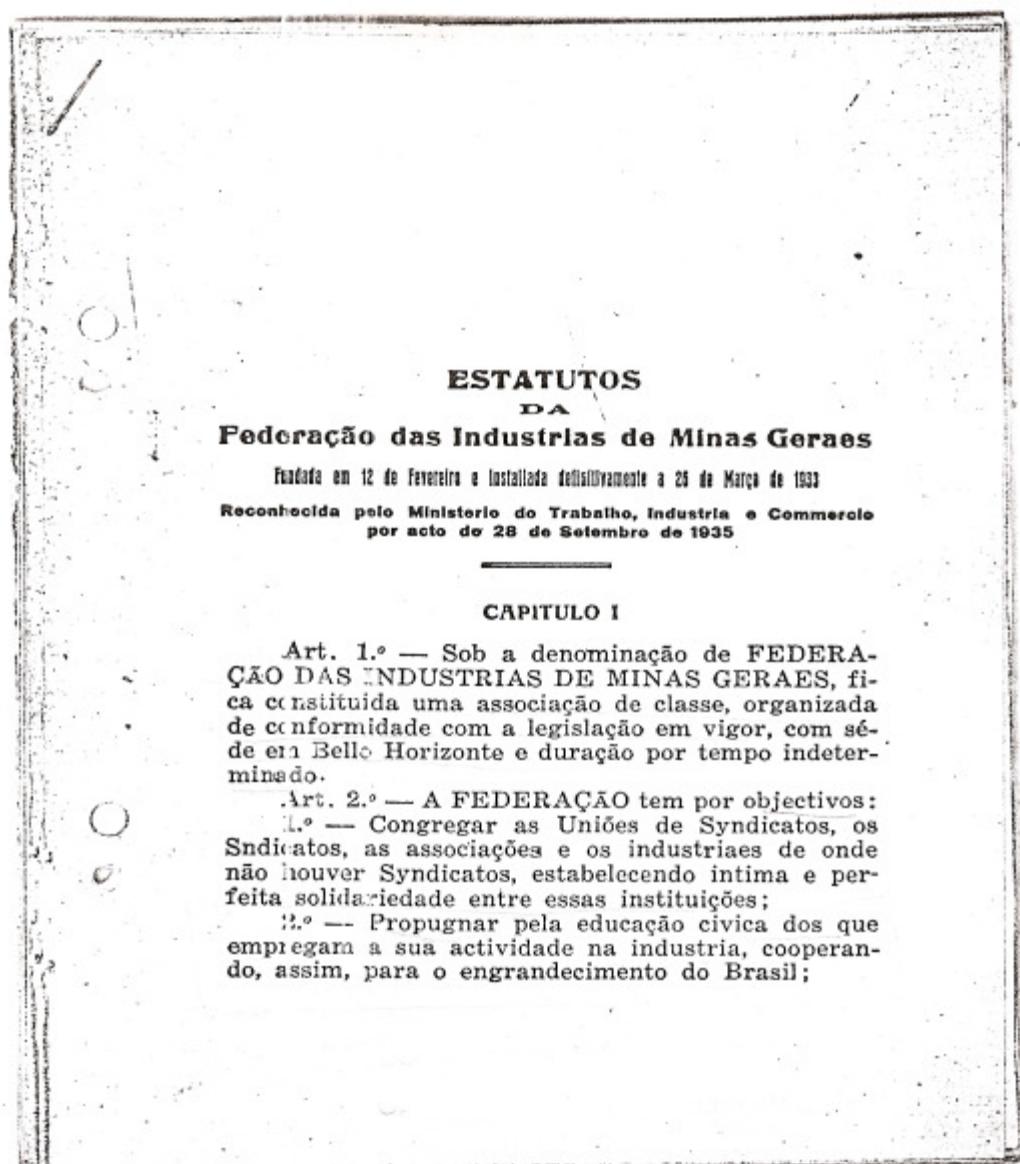
Ou seja, a FIMG iria constituir a partir de alguns anos de sua fundação, uma ampla margem de atuação, e dentre suas demais ações, adquiriram destaque os seus projetos no âmbito da educação, que formulados e fomentados pelos seus vários departamentos, eram voltados para os mais diferentes níveis hierárquicos que em conjunto, compunham a estrutura produtiva industrial: desde os trabalhadores do chão de fábrica, até o topo formado pela elite dirigente – todos voltados para a progressiva tendência fordista de racionalizar cada vez mais o sistema produtivo.

Sua história está no complexo emaranhado da história de Minas e do Brasil. Uma entidade desde pós-1930 veio protagonizando a história das lutas e conflitos a favor dos interesses do segmento industrial que começava a se diferenciar dentro das classes produtoras, de fundamental importância para a compreensão do processo mineiro de industrialização e para os aspectos educacionais que se desdobraram deste contexto.

Segundo sua estrutura organizacional, a entidade era constituída por sócios efetivos, individuais e cooperadores. Os sócios efetivos eram os sindicatos, associações industriais e demais proprietários de estabelecimentos industriais (individuais, coletivos ou anônimos) situados no estado de Minas Gerais. Os sócios individuais correspondiam aos sócios, ex-sócios, diretores, ex-diretores, gerentes e ex-gerentes de indústrias associadas e indivíduos ligados à indústria também residentes em Minas Gerais, que desejam colaborar com a FIEMG. E por fim, os cooperadores eram os sócios que têm indústrias fora do estado e que possuem instituições e organizações não industriais que objetivam fazer parte do quadro social da FIEMG.

Os principais objetivos da FIMG – dentre outros, em consonância com o discurso futurista do processo de industrialização do país, visavam: 1) promover um desenvolvimento que fosse favorável à nacionalidade brasileira; 2) expandir a economia mineira e nacional, além de defender os interesses do empresariado frente aos poderes públicos; 3) organizar o trabalho industrial; 4) adoção de regras e normas que aperfeiçoassem e beneficiassem os sistemas de fábrica; 5) congregação dos industriais e seus respectivos sindicatos e associações especializados em Minas Gerais.

Na primeira folha, de seu primeiro estatuto, a FIMG já demonstrava a sua “preocupação” com a esfera educacional:



(ESTATUTO DA FIMG, 1933, p. 1)

Tanto que, um de seus principais objetivos era lutar pela educação cívica de todos que faziam parte dos recursos humanos que delineavam a estrutura industrial mineira, objetivando com isso, o processo de desenvolvimento da nação. Além disso, em relação aos projetos educacionais que seriam gestados no seio da federação, também era objetivo explícito da FIMG, como constava em seu estatuto:

6.º — Estudar e divulgar medidas capazes de aperfeiçoarem os systemas de fabricação e fomentar a adopção de regras e normas que concorram para maior segurança e efficiencia do trabalho industrial brasileiro;

(ESTATUTO DA FIMG, 1933, p. 4)

Este objetivo demonstra o que mais tarde em meados da década de 1940, iria se concretizar na gama de discursos focados na importância do ensino industrial tanto nas escolas, quanto nas próprias fábricas, para o processo de desenvolvimento e modernização do Brasil. O que por sua vez, somente se materializaria alicerçado nos fundamentos fordistas de organização da produção e aplicação da extrema racionalização representante das técnicas tayloristas com vistas para o aumento da lucratividade:

3.º — Amparar e defender os interesses das indústrias mineira e brasileira, promovendo e estimulando o seu racional desenvolvimento;

(ESTATUTO DA FIMG, 1933, p. 4)

O objetivo era que a FIMG estivesse apta a lidar com tudo que lhe aparecesse. Tanto que era de sua obrigação organizar comissões especiais que estudassem qualquer problema:

4.º — Organizar comissões especiais para o estudo de qualquer questão e o desempenho de determinadas missões;

(ESTATUTO DA FIMG, 1933, p. 8)

Em 1935, período no qual se intensificava o debate acerca da siderurgia no Brasil e de suas respectivas instalações (se seriam ou não próximas das fontes de matéria-prima), os estatutos da FIMG destacavam que o objetivo da federação era divulgar as matérias-primas nacionais, no intuito de fomentar o seu aproveitamento industrial (DELGADO, 1997, p. 58).

O contexto de fundação da FIMG foi marcado por um movimento dialético/complementar, entre a crise do modelo agrário-comercial-exportador e o início da estruturação do modelo nacional-desenvolvimentista, baseado na industrialização e voltado para a expansão do capitalismo na economia brasileira. A FIMG é o desdobramento dos acontecimentos do início do século, de uma nova etapa que se descortinava para o país, coma implantação do sistema sindical corporativo, no qual se faziam presentes as Federações Estaduais de Indústrias.

A configuração da FIMG estava atrelada às normas e imposições de decretos e portarias engendradas pelo estado. Foi por isso que a fundação desta entidade patronal ocorreu em 1933: dentre esses decretos e portarias, foi determinado que até 20 de maio deste referido ano, que as organizações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho poderiam realizar um processo eleitoral, para que dele fossem escolhidos os representantes que iriam participar

da Assembléia Constituinte. Portanto, a FIEMG enquanto representante oficial dos empresários industriais de Minas Gerais, não poderia ficar de fora desse movimento. E é por isso que tanto o Governo Provisório de Getúlio Vargas, quanto o Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, foram tão importantes para a consolidação da estrutura sindical nacional (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 49).

Nesse primeiro momento, a FIMG se acomodou nas dependências do Edifício da Feira Permanente de Amostras, na Praça Rio Branco, que hoje é denominada Praça da Rodoviária (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 50). Inclusive foi nesta feira que a indústria mineira e o pensamento empresarial foram divulgados.

A feira de Amostras foi um exemplo efetivo da aliança estratégica entre agricultura e indústria. Tanto que o primeiro Presidente da FIMG, José Carlos de Moraes Sarmento, recebera um ofício no dia 02/12/1933, no qual estava registrado um convite para que a FIMG, em parceria com as “Comissões da Sociedade” e a Associação Comercial de Belo Horizonte, agissem frente ao Governo, objetivando seu consentimento para a realização do evento – o que seria interessante para a federação, que tinha como metas as reuniões de congressos e a realização de exposições industriais.

No que se refere à conjuntura internacional, a FIMG foi fundada num período no qual a economia mundial ainda sofria os males da Grande Depressão, na qual o ritmo do crescimento econômico estava reduzido (HOBSBAWN, 1995, p. 92)²⁴. Nesse momento,

Apesar da situação de crise que o país atravessava, com a queda das exportações de café, a conseqüente queda da arrecadação e aumento da dívida pública, havia em Minas uma forte expectativa de superação do atraso econômico. Este se viu representado dramaticamente na crescente emigração de mineiros para os pólos econômicos. (FIEMG/SESI, 1998, p. 49).

No princípio, a entidade recebia a denominação de FIMG (Federação das Indústrias de Minas Gerais) sob a coordenação de um grupo de industriais mineiros, composto por Américo René Giannetti²⁵, Euvaldo Lodi²⁶ e Alvimar Carneiro de Rezende. Consistia numa instituição

²⁴ “Durante a Grande Depressão, até mesmo o fluxo internacional de capital pareceu secar. Entre 1927 e 1933, os empréstimos internacionais caíram mais de 90%” (HOBSBAWN, 1995, p. 93).

²⁵ “Giannetti foi uma das personalidades mais importantes do empresariado em seu tempo, senão a mais importante: presidiu por muitos anos a Federação das Indústrias, de que foi um dos criadores na década de 30” (DULCI, 1999: 162). Além disso, “Giannetti, por seu turno, foi talvez o maior animador da FIEMG, tendo-a presidido ele próprio de 1939 a 1947” (DULCI, 1999, p. 162).

²⁶ “Lodi foi deputado federal classista em 1934, integrando a Comissão dos 26 que redigiu o projeto de Constituição aprovado naquele ano. Em 1938, tornou-se Presidente da Confederação Nacional da Indústria” (DULCI, 1999, p. 175).

de âmbito estadual, que tinha (e continua tendo) como principal objetivo, a representação oficial dos interesses da indústria mineira, enquanto entidade sindical e patronal.²⁷

A FIEMG, nessa conjuntura de transição, figurava como trincheira de idéias conservadoras. Mas nem sempre foi assim. Em seus primórdios, foi um órgão dinâmico, graças à projeção de seus dois principais organizadores, Giannetti e Euvaldo Lodi, que exerciam grande ascendência sobre a categoria e ao mesmo tempo se movimentavam nacionalmente, dando visibilidade à FIEMG no contexto de mobilização do empresariado que sucedeu à revolução de 1930. (DULCI, 1999, p. 175).

O marco principal de Giannetti é sua atuação enquanto “mobilizador da causa coletiva do desenvolvimento” e esse aspecto permaneceu também enquanto marca da FIEMG e enquanto herança de um de seus fundadores (DULCI, 1999, p. 175). Outro fato marcante é que tanto no que se refere a Giannetti quanto se refere a Lodi,

[...] ambos eram ligados ao ramo metalúrgico, que era o setor de ponta da indústria mineira. Ao contrário, depois que Giannetti se afastou, a composição do poder interno se fez por coalizões encabeçadas por representantes de ramos de escassa expressão econômica (calçados, serralheria, mármore, etc.), embora a área metalúrgica mantivesse certo peso por meio de figuras chave. (DULCI, 1999, p. 176).

Por ser fundada por um grupo de empresários pioneiros na indústria metalúrgica e também em função da metalurgia ter sido o eixo dinâmico da estrutura industrial mineira, os sindicatos vinculados a tal ramo predominaram nos primeiros anos de existência da FIEMG.

Depois disso, novas entidades representativas de outros ramos de atividades, iriam se filiar à FIEMG. Em 1939, ano no qual se eclodiu a II Guerra Mundial a economia nacional sofreu alguns desdobramentos dela originados. E o pensamento empresarial desse contexto era o seguinte: ao colaborar para com a guerra, a indústria concomitantemente acarretava sua expansão (em função de sua produção estar voltada para o mercado externo) e para isso, os empresários deveriam unir suas forças associando-se à FIEMG – com certeza, o principal beneficiário de toda essa movimentação seria o empresariado industrial mineiro. Foi desse modo que, durante a Guerra, a FIEMG atuou em parceria com a Coordenação da Mobilização Econômica, garantindo o fornecimento de matérias-primas para os diversos setores industriais de Minas. Por conseguinte, a organização do empresariado mineiro tem seu fundamento

²⁷ Dados coletados nos arquivos do Centro de Memória da FIEMG.

marcado por um comprometimento com um modelo de desenvolvimento que conferisse ampla liberdade ao movimento do capital (OLIVEIRA, 1981, p. 13).

Por outro lado, empresariado mineiro enfrentava um problema de cunho organizacional, referente ao modo pelo qual ele iria se alinhar ao esquema corporativista próprio do Governo provisório: “De uma resistência inicial – que caracterizava a busca de um status privilegiado de autonomia em relação ao proletariado – passou-se em certo momento à sindicalização massiva de organizações empresariais” (DULCI, 1990, p. 116). Segundo Dulci (1990, p. 117), essa mudança fora ocasionada pelos requisitos utilizados para a escolha dos representantes classistas na Constituinte de 1934, em que daquele momento em diante, a participação era exclusividade das entidades oficializadas²⁸. Ou seja, a fundação da FIEMG foi uma consequência dessas modificações, no intuito de suceder o Centro das Indústrias de Minas Gerais, enquanto entidade sindical nos parâmetros oficiais²⁹. A constituinte de 1934 assegurava a pluralidade sindical e “completa” autonomia dos sindicatos (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 53). Mas na verdade, defendia-se a representação classista comprometida com os interesses empresariais e não dos trabalhadores.

Enquanto as organizações de trabalhadores necessitavam de mobilização, de disposição para agir, as organizações empresariais tendiam a ser monológicas, haja vista que tanto os interesses capitalistas quanto a produção industrial já estavam solidamente estabelecidos enquanto dominantes, além de contarem com o respaldo institucional em outras agências, como o estado (DELGADO, 1997, p. 34). Com isso, Delgado (1997, p. 35) depreendeu que as associações empresariais como a FIEMG, têm suas raízes históricas na defesa contra o movimento operário e na busca da definição do limite e do sentido do intervencionismo estatal. As associações empresariais não necessitavam da participação ativa dos seus membros, mas apenas da disposição para pagar, um vez que seus recursos de poder encontravam-se principalmente fora de tais organizações (DELGADO, 1997, p. 35). Consequentemente,

²⁸“As entidades mineiras levaram à Constituinte de 1934 uma representação de três membros, entretanto forte pela sua expressão: Euvaldo Lodi, João Pinheiro Filho e João Jacques Montandon. Lodi, em especial, foi participante ativo da Constituinte, tendo integrado a Comissão dos 26, o organismo-chave dos trabalhos” (DULCI, 1990, p. 117). Nesse momento Lodi representava os mineiros na Confederação Industrial do Brasil e posteriormente (1938) iria presidir a CNI; João Pinheiro Filho figurava na primeira diretoria da FIEMG (1933) e Montandon presidia a Associação Mineira de Agricultura e a Comissão de Discussão da Constituinte (VIEIRA apud DULCI, 1999, p. 117).

²⁹ Paralelamente a FIEMG atuava a Associação Comercial, que em termos de associação civil, agia externamente (com debates e deliberações da política econômica mineira e como núcleo que responsável pela divulgação das idéias empresariais) – de modo que ambas em conjunto e numa relação de complementaridade constituíam as duas mais importantes entidades da elite mineira (DULCI, 1990, p. 117).

Suas comunicações com o Estado serão, pois, “publicamente menos visíveis” (pela necessidade reduzida de mobilizar aliados externos), mas técnicas, mais universais (porque os empresários podem falar em nome da continuidade da acumulação, que do ponto de vista do Estado, “dependente de impostos”, constitui um interesse geral) e negativas (advertindo sobre medidas “irrealistas”, inoportunas etc.). (DELGADO, 1997, p. 33).

No caso específico de Minas Gerais e do Brasil, as associações empresariais foram imprescindíveis para afirmar a sua identidade, além de exercer um papel crucial na configuração tanto da prática quanto dos projetos de cunho industrial, que antes de 1950 ainda não estavam plenamente consolidados. Logo, as associações empresariais brasileiras, visando o embate contra o movimento operário e a defesa da indústria, “[...] funcionaram como veículo de um projeto de classe que, [...] buscava estabelecer a indústria como a “redenção da nação”, numa prática consistente com a condição de uma burguesia criadora e criatura do capitalismo dependente e retardatário no país” (DELGADO, 1997, p. 35). Tanto que nas raízes de sua emergência, ao objetivar seu auto-reconhecimento enquanto classe, o empresariado industrial adotou a estratégia de postergar os confrontos, de modo a manter suas articulações com a oligarquia agrário-exportadora, para firmar as bases materiais de seu poder, que viriam por meio da concretização da estrutura industrial no país (DELGADO, 1997, p. 43).

Foi assim que, por meio dos mecanismos de poder indireto, que a burguesia industrial conduzia a consolidação de entidades próprias do empresariado industrial e a busca nas “brechas do estado” para a intermediação de seus interesses (DELGADO, 1997, p. 44).

Em 1937, em função do quadro político consolidado a partir do Estado Novo e da Constituição de novembro de 1937, foi elaborada uma nova carta constitucional que impôs um novo modelo de sindicalismo, que a partir de então teria um perfil unitário e monolítico, atrelado ao estado de modo a transformar as representações sindicais em instrumentos da política oficial – ou seja, as entidades sindicais estavam condicionadas ao exercício das exigências legais impostas pelo estado (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 54). O que somente veio legalmente confirmar o que já estava posto.

A nova Constituição viria, portanto, eliminar o caráter combativo do sindicato, excluindo a possibilidade de conflitos entre patrões e empregados. Sua função corresponderia, naquele contexto, à finalidade precípua da organização corporativa. Elementos como produção, capital, trabalho e técnica deveriam interagir em perfeita consonância, para a realização do bem comum. (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 54).

Também em 1937, a produção siderúrgica mineira foi fortalecida em função da construção da Usina de Monlevade, pertencente à Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira (FIEMG/SESI, 1998, p. 49). No ano de 1938, foi criada sob a posse do grupo Giannetti, a ELQUISA, que começou a produzir na região de Ouro Preto, produtos químicos para a indústria nacional e que posteriormente seria a primeira indústria de alumínio da América Latina (FIEMG/SESI, 1998, p. 49). Nessa dinâmica, estavam presentes empresas de emigrantes cuja origem era italiana ou portuguesa em sua maioria (FIEMG/SESI, 1998, p. 52 e 54).

Em 1939, o Decreto-lei nº 1.402, de 5 de julho de 1939, o qual proibiu os membros das entidades sindicais de proferirem doutrinas que eram contrapostas aos interesses e às instituições da nação e instituiu o Imposto Sindical, que a partir daí até 1988, seria cobrado sobre o capital de todas as empresas por meio de uma tabela progressiva elaborada pelo Ministério do Trabalho – tanto que foi deste imposto que saiu o sustento de toda a estrutura sindical brasileira (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 56).

Estes e mais outros decretos implementados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, se multiplicavam incessantemente, no intuito de regulamentar os novos aspectos da relação capital X trabalho, além de estabelecer as bases para que um novo ramo do Direito no Brasil se constituísse: o Direito do Trabalho, que posteriormente suscitaria a criação da Justiça do Trabalho e seus respectivos Tribunais e Juntas de Conciliação e Julgamento (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 58). E o empresariado industrial nacional, foi politicamente favorecido pelas legislações trabalhista e sindical dos anos 1930 a 1940,

[...] a começar pelo próprio tipo de utilização da estrutura sindical de que se valeu. Esta, concebida de forma verticalizada e hierarquizada, a partir da representação única por categoria profissional, não só transformou o sindicato numa agência do aparelho de Estado, como permitiu a mobilização controlada das classes trabalhadoras e suas lideranças. (MENDONÇA, 1986, p. 30).

Por outro lado, a classe trabalhadora também é obrigada a pagar o imposto sindical, que na verdade, estava pagando pelos instrumentos que iriam controlar ela mesma, que por sua vez “[...] além de propiciar à União considerável reforço em sua receita, contribuiu para consolidar o papel tutelar do Estado junto aos sindicatos” (MENDONÇA, 1986, p. 30). Foi dessa nova fonte geradora de recursos que emergiram as várias funções de cunho previdenciário e educacional próprias dos sindicatos: “Daí decorreu a ratificação de seu papel de mobilizador da classe trabalhadora reforçando-se, em contrapartida, o controle do Estado

sobre as classes subalternas através dos sindicatos, que dele dependiam para a distribuição do imposto arrecadado” (MENDONÇA, 1986, p. 30 e 31).

Mediante todos esses aspectos, o nível de atuação da FIEMG era de âmbito interno, voltado para o aspecto organizacional do setor industrial, além de prepará-lo para os embates contra demais setores, principalmente contra a organização dos operários (DULCI, 1990, p. 117). Em função do clima de incerteza próprio do período de transição, tal qual foi afirmado anteriormente, somente a partir de 1950 essa organização institucional do empresariado mineiro intensificou sua vigência e suas respectivas articulações, isto por que, por exemplo, esta entidade criou seu principal órgão de comunicação, denominado “Revista Vida Industrial” em 1947 e somente em 1952 inaugurou sua primeira sede própria.

Justamente devido a tal incerteza sentida pelo empresariado em 1930, seu objetivo a partir de então, era divulgar a “cultura” empresarial ou ideologia industrializante, enquanto condutora do desenvolvimento brasileiro e promotora da produção e do trabalho (DULCI, 1990, p. 116). Nessas condições, tanto os objetivos do empresariado quanto do estado eram convergentes: as metas modernizantes. E os aspectos educacionais, como será demonstrado mais adiante, tangenciavam essas metas. Logo, a articulação entre o empresariado e o estado foi se intensificando cada vez mais.

A partir da década de 1940, Minas intensificou os debates sobre como superar o seu atraso econômico, até traçar um plano de Governo que tinha por convicção que a alternativa seria a industrialização, que somente poderia ser orientada e promovida por uma ação coordenada pelo setor público³⁰. Tanto que foi a partir de então que começou a se fazer sempre presente na história de atuação da FIEMG, a realização de cursos, seminários, congressos, etc., todos voltados para organização e métodos na indústria, apuração de custos, qualidade e produtividade, ensino industrial e diversos outros temas, visando “preparar” o empresariado e o operariado industriais mineiros para os desafios da modernidade.

Neste contexto, a maioria da população mineira estava dispersa por todo o estado: numa população de 6,8 milhões de habitantes, apenas 1,7% estava na zona urbana e ainda assim, em pequenas cidades e vilarejos, vinculadas ao setor agropecuário, apenas com mercado regional de alimentos (DINIZ, 1981, p. 36).

Ainda no início da década de 1940, o setor industrial mineiro se deparou com um grande impasse, ao perder para o estado do Rio de Janeiro o grande projeto siderúrgico no

³⁰Para John Wirth (1982), embora os interesses da elite política estivessem dissociados dos interesses da elite econômica, em Minas Gerais foram criados vários mecanismos por meio dos quais os interesses econômicos fossem manifestados junto ao Estado. Um exemplo claro era a executiva do PRM (Partido Republicano Mineiro), visto como uma arena na qual os interesses políticos se condensavam com os econômicos.

qual iria ser construída a Usina da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e ao distanciar-se da consolidação da Fábrica de Aviões de Lagoa Santa: “A instalação da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda (RJ), representou uma enorme frustração para os mineiros, cada vez mais conscientes da necessidade de garantir os benefícios da indústria extrativa, para a qual o Estado foi historicamente vocacionado” (FIEMG/SESI, 1998, p. 58).



Figura 8: Inauguração da Companhia siderúrgica Nacional. 1946

FONTE: <http://www2.fiemg.com.br/exposicao%5Findustria/painel-28.htm>

O Governo Federal justificou esta perda, argumentando que Minas não tinha a infraestrutura mínima para receber a CSN, em função de sua distância do litoral e da falta de carvão mineral (DINIZ, 1981, p. 115). “Embora a siderurgia mineira continuasse crescendo, a inauguração da CSN em 1946 significou não só uma perda da posição relativa de Minas como também inibiu sua expansão para os próximos anos.” (DINIZ, 1981, p. 61).

Afinal, o projeto de construção da CSN representava o maior sonho do empresariado mineiro. A decepção foi grande porque era notável a produção industrial da Zona Metalúrgica, que em 1940, já superava a da zona da Mata numa proporção de 44% para 20%.

A perda do projeto siderúrgico e a dificuldade de promover a expansão industrial de Belo Horizonte, especialmente pela insuficiência e deficiência da oferta energética, cuja distribuição de energia no município era de concessão da Bond and Share, levaram o Governo, inspirado pela tecnocracia emergente, a busca de uma estratégia para a saída do impasse. Em início de 1940, era lançado o plano da cidade industrial de Contagem e o respectivo sistema energético, através da Usina Gafanhoto. (DINIZ, 1981, p. 52).

Conseqüentemente, mediante tamanha decepção,

A perda do projeto siderúrgico levou as entidades mineiras a centrarem suas atenções nos problemas relativos à oferta de energia elétrica e aos transportes, bem como sobre os que diziam respeito à concentração regional das indústrias. (DELGADO, 1997, p. 60).

Por conseguinte, mesmo mediante à perda da CSN para o Rio de Janeiro, os pronunciamentos favoráveis à siderurgia em Minas não se calaram, mas pelo contrário, mantiveram em suspenso a expectativa de industrialização do estado via setor minério-metalúrgico: “Entretanto, à medida em que se ganha relevo o tema da necessidade de implantação das “indústrias de base” no país, com maior intensidade as entidades mineiras vão posicionar-se pelo assentamento da grande siderurgia no Estado.” (DELGADO, 1997, p. 95). Tanto que, os pronunciamentos favoráveis à grande siderurgia em Minas Gerais, segundo Delgado (1997, p. 96), apareceram freqüentemente nos artigos da Revista Vida Industrial, a fonte primária dos estudos aqui desenvolvidos³¹.

Uma das ações que divulgava a produção industrial e incentivava o seu crescimento era a Feira de Amostras, que foi construída no centro da capital mineira e como já foi anteriormente afirmado, local no qual se instalou a primeira sede da FIEMG (FIEMG/SESI, 1998, p. 58). Mas a situação do caso mineiro se agravou ainda mais pelo fato de que a Zona Industrial criada em 1930, em Barro Preto, por estar situada na zona urbana, era incapaz de comportar a instalação de indústrias pesadas em função das restrições de espaço. Frustrados com todos esses acontecimentos, principalmente com a grande perda da localização da CSN, o empresariado e o Governo canalizaram suas forças na construção da Cidade Industrial em Betim, que num aspecto mais amplo impulsionou o desenvolvimento do estado e num aspecto mais específico proporcionou a Belo Horizonte o título de pólo econômico do estado (FIEMG/SESI, 1998, p. 58).

³¹ Mais tarde (em 1956), a implantação da USIMINAS iria representar por parte do Governo federal, um resgate da esperança do empresariado mineiro que tinha sido depositada neste projeto da grande siderurgia (a CSN) (DULCI, 1990, p. 119).

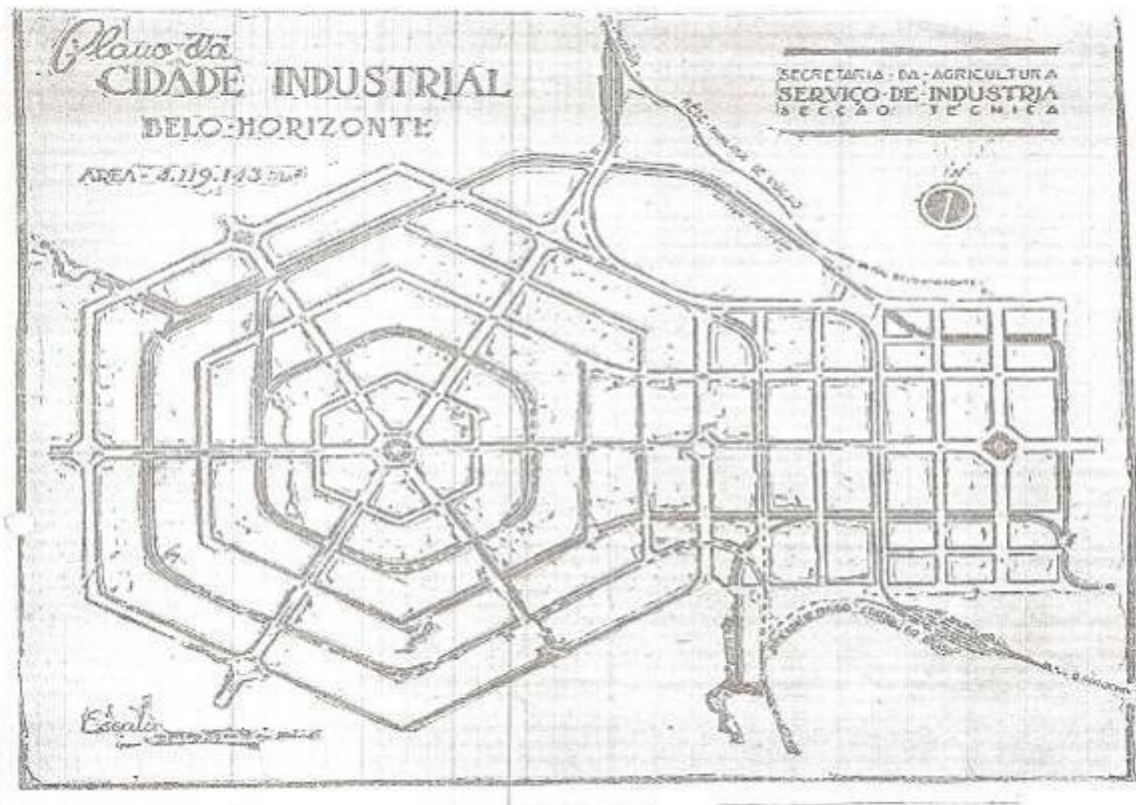


Figura 9: Planta da Cidade Industrial

FONTE: Documentação avulsa do Centro de Memória da FIEMG

Pois dessa maneira, seria possível continuar tanto o estímulo quanto a consolidação do desenvolvimento de Belo Horizonte enquanto principal pólo econômico do estado de Minas Gerais. Com isso, no dia 20 de março de 1941, foi assinado o Decreto nº 770 que criou a Cidade Industrial, localizada em Ferrugem, no município de Betim, que iria constituir o marco mais significativo do processo de industrialização na capital:

O Governo desapropriou uma área de 770 hectares, loteou, promoveu o arruamento e desviou as linhas da E. F. Oeste de Minas e da Central do Brasil para facilitar o acesso ao local. Os terrenos foram arrendados às empresas que tivessem um projeto de construção. A posse dos mesmos estava condicionada à conclusão das obras em prazo determinado, findo o qual a área retornaria ao Estado. Para viabilizar a implantação de grandes indústrias, o Governo construiu a Usina de Gafanhoto, no Rio Pará, durante a II Guerra. (FIEMG/SESI, 1998, p. 58).

Mas apesar de ter sido lançada em 1940, sua inauguração somente aconteceu em 1946, em função da lentidão das obras e da crise dos anos de guerra (DINIZ, 1981, p. 61). Com todas essas movimentações e modificações, a Cidade Industrial fora inaugurada depois da II Guerra, em 1946, mas antes de 1950 foram poucas as empresas que lá se instalaram. A década de 1940 marcou o início de uma tendência a qual as indústrias da área urbana da capital

mineira foram transferidas para os municípios vizinhos. Esse movimento seria intensificado no final de 1960, em função de que essa mudança para os demais municípios da Região Metropolitana, que buscava novos e mais adequados espaços para as empresas e suas respectivas instalações (FIEMG/SESI, 1998, p. 58).

Em 1942, o Brasil entrou na guerra e foi instituída pelo Governo a Comissão de Organização Econômica, um órgão extremamente poderoso na planificação e o controle das atividades econômicas, que estavam cada vez mais centralizados (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 57). A partir de 10 de novembro 1943, tanto a FIEMG como as demais entidades de classe, tiveram que se adequar às novas exigências legais oriundas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – pois esse foi o momento no qual ela foi implantada (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 59). Fica perceptível, portanto, que compartilhando do mesmo dinamismo e movimento da economia e do desenvolvimento brasileiros desde a década de 1930, a FIEMG em seus primórdios ainda denominada FIMG, somente atingiria seu auge a partir de 1950. Reforçando tal afirmação, no que diz respeito à expansão do ciclo urbano-industrial, Oliveira aponta que:

Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizaria é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. (OLIVEIRA, 1981, p. 14).

Segundo Delgado (1997, p. 56), a fundação da FIMG em 1933 foi a expressão de um momento crucial para a diferenciação dos industriais mineiros, pois o quadro até então apresentava uma relativa indiferenciação: o Centro Industrial de Juiz de Fora apesar de ser o principal articulador dos interesses industriais, era de âmbito apenas regional e a Associação Comercial de Minas, que por sua vez era o principal organismo que agrupava o empresariado do estado tinha uma feição bastante eclética. Desse modo, os fatores que mobilizaram o empresariado à institucionalizar a FIEMG foram os seguintes: as campanhas (contra impostos interestaduais, instituição do imposto de renda, elevação dos direitos alfandegários e às

deficiências e tarifas da EFCB³²), a defesa de um programa rodoviário, contraposição aos movimentos e mobilizações dos trabalhadores.

Logo, “[...] os fundadores da FIEMG viam nela a oportunidade para assegurar a hegemonia do empresariado do centro do estado no processo de organização da classe” (DELGADO, 1997, p. 57). Mas, por outro lado, tanto a Associação Comercial quanto o Centro Industrial de Juiz de Fora reagiam à legislação corporativa expressa pela FIEMG – tanto que José Carlos Moraes Sarmiento (Presidente do Centro Industrial) destacou numa correspondência³³ enviada para Euvaldo Lodi, no dia 25 de fevereiro de 1933, que o que seria mais favorável para os interesses das “classes conservadoras” o aproveitamento dos dois organismos já consolidados (Associação Comercial e Centro Industrial de Juiz de Fora), de modo a contemplar os recursos e esforços realizados por tais instituições até então. A estratégia que se contrapôs à este posicionamento, está expressa numa outra correspondência³⁴, datada em 27 de fevereiro de 1933, na qual Lodi enviou para Gianetti, comentando a carta de Moraes Sarmiento: nesta carta, Lodi destacou que muitos eram os argumentos para convencer Moraes Sarmiento e um deles era a lei de sindicalização, que trazia em seu corpo, a determinação das capitais do estado para sedes das respectivas Federações Industriais. Além disso, Lodi sugeriu estrategicamente que Moraes Sarmiento fosse o Presidente da federação.

Desta forma, a FIEMG se constituía como *locus* por excelência da arregimentação dos industriais, sob a liderança do empresariado ligado à siderurgia. Apesar de José Carlos Sarmiento ter sido indicado como o primeiro Presidente da FIEMG, em sua diretoria, pontificavam os nomes de João Pinheiro Filho e José da Silva Brandão, ligados à indústria siderúrgica. Além disto, Lodi e Gianetti – o primeiro, junto com Roberto Simonsen, principal articulador da constituição CNI (Confederação Nacional da Indústria) –, já pareciam como as mais destacadas lideranças industriais do estado. (DELGADO, 1997, p. 58).

Neste contexto, o objetivo do empresariado industrial mineiro era preservar sua fração de classe de modo que ela fosse organizada em federações regionais, agrupando o conjunto da indústria mineira e não os ramos industriais, em virtude da variedade de categorias econômicas de cunho industrial no estado (DELGADO, 1997, p. 60). Mas por outro lado, contraditoriamente, somente um ramo específico estava à frente da instituição:

³² Estação de Ferro Central do Brasil.

³³ Segundo as normas do regulamento do Centro de Memória da FIEMG, todo o material está disponível para consulta, entretanto, as correspondências, por conter assinaturas, podem ser copiadas e transcritas, mas não xerocopiadas. Eis portanto, a justificativa das mesmas não terem sido digitalizadas neste trabalho.

³⁴ Idem.

Com a fundação da FIEMG, pois, os industriais, sob a hegemonia dos empresários ligados ao ramo metalúrgico, passam a participar como força social, dotada de recursos organizacionais próprios, nos debates que se observam acerca do rumo a ser tomado pela economia nacional e mineira. (DELGADO, 1997, p. 58).

Portanto, fica perceptível o quanto é complexa e variável a organização dos empresários. No momento inicial da fundação da FIEMG, foi notável a prevalência dos ramos mais dinâmicos da indústria mineira estimulando seu desenvolvimento, o que por sua vez, também revelava uma forma de suporte à batalha pela sua hegemonia no setor e o seu discurso, que apontava o processo de industrialização enquanto alternativa por excelência para o desenvolvimento da nação (DELGADO, 1997, p. 61). O que viria justificar a emergência dos primeiros projetos educacionais da FIEMG, voltados para a capacitação da força de trabalho necessária para a industrialização em voga.

2.2 Emergência e materialização das primeiras estratégias educacionais da FIEMG: O SENAI e o SESI

2.2.1 Departamento regional do SENAI-MG: a instituição educacional oficial da FIEMG

Desde as primeiras gestões da FIEMG, especificamente a de Giannetti, fazia-se presente a recorrente preocupação que já acirrava os ânimos tanto do Governo, quanto do empresariado: o ensino profissionalizante. E até mesmo antes da existência da FIEMG, esta problemática já estava em pauta:

Fidélis Reis, mineiro de Uberaba, foi um dos primeiros que defendeu a necessidade de se instituir o ensino profissional no país, ao argumento de que o desenvolvimento dos setores produtivos estava diretamente condicionado à existência de mão-de-obra especializada. Em 1922, apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei disciplinando o assunto, o qual, apesar de aprovado e transformado em lei não foi executado. (COUTO, 1992, p. 120).

Depois deste fato, o assunto foi retomado em 1934, quando Gustavo Capanema estava à frente do Ministério da Educação e Saúde, de modo a promover uma ampla reforma do

ensino brasileiro. Um de seus desdobramentos, foi o Decreto-Lei 1238 de 2 de maio de 1939, que definia enquanto dever das indústrias que tivessem acima de 500 trabalhadores, a criação de refeitórios e escolas profissionais para os mesmos. Este decreto engendrou um caloroso debate, no qual os industriais apontavam que o ensino profissional era obrigação do Estado e não deles e, além disso, eram vários os fatores de contraposição: a injustiça para os trabalhadores de fábricas menores, que não teria acesso aos direitos promulgados no decreto; de que o operariado das grandes indústrias não necessitava de profissionalização, em função da “simplicidade” das atividades que executavam – o que por sua vez era diferente dos operários das pequenas indústrias, que lhes demandava grande habilidade e conhecimento técnico; a ineficácia, porque antes de tudo estes trabalhadores necessitavam ser alfabetizados, etc. (COUTO, 1992, p. 120 e 121).

Como se pode perceber, desde os primórdios da FIEMG, o empresariado já sustentava um discurso contraditório, ora apontando a necessidade de capacitação dos trabalhadores, ora dispensando a necessidade da escola em detrimento da capacitação no próprio local de trabalho, pois no período aqui analisado, a elite empresarial sempre deixou claro que o necessário por parte do operariado era que, acima de tudo, houvesse atenção, moralidade, desejo pela ascensão social, empenho e disciplina – no mais, a indústria moldaria seus trabalhadores do modo que lhe fosse mais conveniente.

Foi assim que,

Acolhendo a proposta dos industriais, o Presidente Getúlio Vargas expediu o Decreto 4048, de 22 de janeiro de 1942, criando o SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, pessoa jurídica de direito privado, a ser organizada e dirigida pela Confederação Nacional da Indústria, com o objetivo de administrar e instalar em todo o país escolas de aprendizagem para industriários, mantida pelos estabelecimentos industriais através de contribuições mensais calculadas sobre o número de empregados. (COUTO, 1992, p. 123).



Dr. Euvaldo Lodi, presidente da CNI, no Palácio do Itamarati, assina, pelo Senai acordos internacionais para a vinda de técnicos estrangeiros destinados aos programas de desenvolvimento de mão-de-obra

Figura 10: Acordo do SENAI assinado por Lodi

FONTE: MOURÃO, 1992, p. 120

Nas deficiências de pessoal qualificado, de nível superior ou médio, encontra-se outro ponto grave de estrangulamento. É notória a escassez de técnicos, a que se acrescenta uma distribuição inadequada dos suprimentos disponíveis.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, novembro/dezembro, 1952, p. 421).

Conseqüentemente, a Confederação Nacional das Indústrias, vinha justificar a consolidação do SENAI:

A Confederação Nacional da Indústria, no campo da qualidade profissional, realizou tarefa de grande porte e de profunda repercussão na produtividade industrial, a criação do SENAI. Contudo, impõe-se expandir e continuar noutras linhas essa iniciativa. A preparação de técnicos equivale à condição necessária para a formação de uma tecnologia afeiçoada às peculiaridades de nossos recursos naturais e ao minguado montante de economias que anualmente se acumulam.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, novembro/dezembro, 1952, p. 421)

Durante todo este contexto, Giannetti sempre esteve próximo ao processo de institucionalização do ensino profissional por meio do SENAI, que logo depois de sua implementação, teve definida a sua organização por meio de Departamentos Regionais – e Minas, por seu turno, teve o seu departamento fundado em 26 de setembro de 1942: “Providências de toda ordem deveriam ser tomadas, pois tudo ainda estava por fazer. Era necessário escolher um local para as instalações, assim como era preciso contratar pessoal administrativo, professores, preparar cursos e muitas outras coisas mais.”



Fachada da primeira unidade do Senai em Minas Gerais. "Escola de Aprendizagem de Belo Horizonte" – hoje Centro de Formação Profissional Américo Renê Giannetti, em funcionamento desde 16/11/44

Figura 11: Primeira unidade do SENAI em Minas Gerais

FONTE: MOURÃO, 1992, p. 123

Dáí em diante, “Em todo seu período de existência, o SENAI jamais se afastou do firme propósito de lapidar a conduta de seus alunos, ensinando-lhes os direitos e obrigações e inculcando-lhes sadias ambições como o desejo de crescer e progredir.” (COUTO, 1992, p. 127).

A Lei orgânica de ensino (nº 4.073) própria do ensino industrial foi promulgada no dia 30 de janeiro de 1942, e, por sua vez, se interligava com outro decreto-lei, nº 4.048, do dia 22

de janeiro de 1942, que institucionalizava a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

Quanto ao ensino industrial, além do básico, de quatro anos, existia, no mesmo ciclo, um de mestre, de dois anos. Já o 2º ciclo possuía, além dos cursos técnicos, de três a quatro anos, o curso de formação de professores – o pedagógico com duração de um ano. Também achavam-se previstos na lei os cursos artesanais, que ofereciam um treinamento rápido, ou seja, de duração curta e variável, e os de aprendizagem, destinados à qualificação de aprendizes industriais. (MOURÃO, 1992, p. 107).

Além disso, a Lei Orgânica do Ensino Industrial, apontava que seria de obrigação dos empregadores para com seus empregados, o ensino dos ofícios e em atividades que demandassem formação profissional (MOURÃO, 1992, p. 107 e 108). Afinal, o Governo não tinha estrutura suficiente para que sua rede oficial de ensino arcasse com a oferta de educação profissional que a indústria demandava.

Foi essa uma conquista indiscutível no terreno do ensino profissional, pois é reveladora da preocupação do Governo em engajar a indústria na qualificação do seu pessoal, além de obrigá-la a colaborar com a sociedade na educação de seus membros. (MOURÃO, 1992, p. 108).

Cabia à Lei orgânica do ensino industrial tomar as providências necessárias para o desenvolvimento do ensino industrial no país, ao tratar dos vários aspectos educacionais que deveriam estar sob a sua tutela (calendário escolar, quadro de disciplinas, práticas educativas, estágios, cultos cívicos, regime disciplinar, escolas industriais e técnicas federais, escolas artesanais e de aprendizagem, etc.) (MOURÃO, 1992, p. 108). E quanto aos empregadores:

A indústria precisava de operariado portador de uma formação mínima, feita com rapidez e da forma mais prática possível. Pressionado por essas múltiplas necessidades, o Governo apelaria para o recurso de aliciar as empresas no treinamento de seu pessoal – ninguém melhor para definir o que a indústria precisava que os próprios industriais (MOURÃO, 1992, p. 115).

Paralelamente ao sistema oficial de ensino, foi organizado, em parceria com as indústrias, o ensino industrial enquanto empreendimento econômico, de modo, que a partir de então, a gestão da aprendizagem industrial estaria sob a tutela das entidades patronais, que neste caso, estava circunscrita à FIEMG (MOURÃO, 1992, p. 115 e 116). Uma educação

profissional de caráter fragmentado e utilitário, próprio da implantação do fordismo internacional do período pós-guerra.³⁵

Nesse momento, havia no Brasil uma diversificação do aparelho produtivo, em virtude da crescente incorporação de tecnologia pesada. Conseqüentemente, entrava em cena, o Departamento regional do SENAI em Minas Gerais, com o discurso de capacitar os trabalhadores necessários para a estrutura industrial mineira, que também visava tal diversificação.

Tendo como um dos pressupostos pertencentes ao sistema funcional que por sua vez, constitui a política econômica, a educação profissional, neste contexto, era considerada elemento chave ou pré-requisito de tal sistema:

A política econômica, entendida como um sistema funcional em que se articulam, organicamente, mais habéis, e, por conseguinte, a política comercial a monetária, a creditícia e fiscal, a educação profissional, as pesquisas tecnológicas, consiste em gerar, sistematicamente, essas condições.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, novembro/dezembro, 1952, p. 420).

No discurso que sustenta a emergência do SENAI, fica perceptível sua sustentação ideológica de captar, por meio da capacitação de seus alunos, tanto sua objetividade (formatando seu trabalho) quanto sua subjetividade (configurando sua personalidade). Um sinal que, mesmo distante das futuras marcas toyotistas que posteriormente se instalariam no território brasileiro, ainda que de modo distorcido, já se pensava em captar o trabalhador tanto pela dimensão objetiva, material, quanto pela dimensão subjetiva:

Não se pode falar em Conselho Regional do SENAI sem abordar a entidade como um todo, porque o SENAI é um todo. É como uma grande árvore que tem na base de suas raízes as normas e deliberações do Conselho, ergue-se e se sustenta no firme tronco de seu corpo de funcionário e se multiplica nos ramos das atividades que culminam na boa colheita dos frutos: o preparo do jovem para a vida, através da sua formação profissional. *Aqui se ensina algo mais que a técnica*, afirma Nansen Araújo, Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, *aqui não se esquece o coração. O mundo se tornou muito intelectualizado por eu a técnica é fria e se esquece o coração. Resultado: a falta de sensibilidade que vivemos. Isso causa o homem sendo lobo para outro homem. O SENAI, procura o homem e o ensina a ser técnico e a ser homem.* (MOURÃO, 1988, p. 17).

³⁵ Estes aspectos foram minuciosamente problematizados no terceiro capítulo.

O SENAI enquanto instituição formadora de profissionais e educadora da mocidade trabalhadora configurava, portanto, não somente a consciência profissional, mas também os ensinamentos considerados indispensáveis para a formação do caráter de um trabalhador (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, novembro/dezembro, 1953, p. 52). Afinal, a meta a ser atingida pelo processo educacional disponibilizado pelo SENAI era moldar racionalmente não apenas a maneira de trabalhar do operariado mineiro, como também a maneira de viver.

Segundo Mourão (1988, p. 26), antes da existência do SENAI, a força de trabalho brasileira era basicamente composta por trabalhadores braçais e operários semi-qualificados, executores de tarefas rotineiras e repetitivas

Era relativamente reduzido o número de operários qualificados e de técnicos brasileiros, categorias estas nas quais o número de estrangeiros era muito expressivo, se não predominante. O Governo preocupava-se com a composição da mão-de-obra sob este aspecto; daí, a obrigatoriedade a que estavam sujeitas as empresas de comprovarem, anualmente, que 2/3 de seus empregados eram brasileiros, o que era feito pela apresentação da famosa Declaração de 2/3, posteriormente transformada na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), com objetivos mais amplos que possibilitam, hoje, a análise qualitativa da mão-de-obra. Este aspecto da proteção à mão-de-obra nacional, nessa fase de industrialização, impunha-se a formação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra qualificada que assegurasse a operação e a manutenção dos equipamentos industriais. (MOURÃO, 1988, p. 26).

Este indício da expressividade no número de imigrantes presentes na estrutura industrial brasileira vem ser confirmado por alguns dados coletados no Centro de Memória da FIEMG, nos quais, como será abordado adiante, foi encontrada a comprovação da abertura de Minas Gerais à força de trabalho estrangeiro, que por sua vez já estava “qualificada” para indústria, de modo a reduzir os custos educacionais das empresas que os contratavam.

O SENAI emergiu enquanto fruto de uma “conjugação de esforços, talentos e experiências”: “[...] o SENAI foi criado como entidade privada mantida e dirigida pela Indústria e das Federações de Indústrias Estaduais; sua atuação se exerce por meio de órgãos executores – orientados, respectivamente, pelos Conselhos Nacionais e Regionais, que dispõem de ampla autonomia.” (MOURÃO, 1988, p. 27). Tanto que sua manutenção era assegurada por uma contribuição de todos os estabelecimentos industriais, por meio do desconto de 1% sobre suas respectivas folhas de pagamento (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, março, 1952, p. 76).

Em sua edição pertencente ao volume 6, número 62, do mês de setembro de 1943, nas páginas 27 e 28, a Revista Comercial de Minas Gerais reservou um espaço para apresentar o que seria o SENAI – sob a organização, direção e administração geral da Confederação

Nacional da Indústria) e a atividades desenvolvidas por tal instituição no estado de Minas Gerais.

Segundo o artigo divulgado nesta revista, o SENAI emergiu em detrimento de problema que há muito vinha obstaculizando a produção industrial nacional: a falta de preparação de seu corpo técnico. Conseqüentemente, “A direção, embora competente, ressentia-se da falta de operadores à altura, isto é, elementos capazes de desempenhar com conhecimento e eficiência, as tarefas impostas pelas modernas exigências do industrialismo.” (REVISTA COMERCIAL MG, setembro de 1943, p. 27).

Foi nessa situação que

O Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários foi criado pelo decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, com o fim de organizar e administrar, em todo o País, escolas de aprendizagem para industriários.

REVISTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS

Setembro de 1943

27

Logo, a partir de janeiro 1942, estava lançado um projeto educacional nacional, sob o respaldo do empresariado brasileiro, voltado para a formação do trabalhador nacional. O objetivo era expandir, estrategicamente, em todo o território brasileiro as escolas de aprendizagem pertencentes à rede do SENAI, de modo que tais instituições fossem localizadas nos pólos de industrialização, disponibilizando oficinas e salas de aulas adequadas ao ensino prático de vários ofícios (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, março, 1952, p. 76).

Eis o que se verificava: as oficinas e fábricas, ocupadas em produzir, não podiam dispender de margem de tempo para ser empregado na instrução dos elementos de que mais tarde careceriam. Assim, os aprendizes iam, com visíveis perdas para a indústria, acompanhadas quase sempre de prejuízos, adquirindo seus conhecimentos profissionais no próprio desempenho da tarefa. É fácil concluir-se, pois, a que onus estavam sujeitas as indústrias, tendo como finalidade o lucro, expondo-se às imperícias de um aprendiz e arcando ainda com as responsabilidades oriundas porventura do desconhecimento do seu métier.

A aprendizagem profissional não

REVISTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS

Setembro de 1943

27

O trecho acima aponta que o posicionamento do empresariado se deparava com um grande prejuízo na produtividade (e sua respectiva lucratividade), no tempo despendido na instrução do operariado ao “aprender fazendo”, fora as possíveis consequências negativas que tal fato poderia lhes causar. E o termo utilizado pelo empresariado para a instrução dos aprendizes é “adestramento”, que por seu turno, desumaniza o trabalhador, animaliza-o, desconsiderando-o enquanto ser pensante, que deveria, como uma máquina, estar apto apenas para executar atividades rotineiras e mecânicas.

O SENAI veio preencher esta lacuna. E' ele a escola primária do aprendizado industrial. Sobre os seus ombros pesa hoje a responsabilidade da educação técnica do operário.

O SENAI não é uma repartição do govêrno. E' um órgão da própria indústria, mantido por contribuições das empresas industriais, à razão de Cr \$ 2,00, por empregado, mensalmente.

REVISTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS

Setembro de 1943

27

Como está acima exposto, o objetivo geral do SENAI era, neste contexto, a “educação técnica do operário”. E fica claro que é uma instituição de cunho privado, sob a responsabilidade da indústria, que “paga” para a capacitação de seus empregados. Ou seja, o SENAI era uma instituição criada por industriais e mantida pela indústria:

A criação do SENAI foi para atender à indústria – explica Afonso Greco, diretor regional de Minas – o espírito era a renovação da mão-de-obra, havendo uma exigência de que esses aprendizes fossem mantidos no SENAI pela indústria. Entretanto, com o passar dos tempos, a instituição extrapolou esta sua primeira finalidade, conquistou novos espaços, quebrando seus próprios limites, e ganhou mundo. Hoje, exporta tecnologia, é um modelo operacional copiado por outros países. Vive uma dimensão humana mais profunda e coerente. (MOURÃO, 1988, p. 21).

Cabe ressaltar que se fazia presente uma questão de custo-benefício: que proporções teria a margem de lucratividade das indústrias, que seria extremamente beneficiada ao melhorar a sua produtividade, mediante a possibilidade de ser operacionalizada por força de trabalho capacitada? Tanto que, na Revista Comercial de Minas Gerais, maio de 1944, numero 69, p. 26-27, foi publicado um artigo retratando o aparelhamento técnico da indústria:

Em meio a nossa campanha, tivemos a satisfação de verificar que o Governo Estadual baixara decreto criando na Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, um Instituto Tecnológico, que terá sede nesta capital. Aguardamos ansiosamente o momento em que a esplêndida medida governamental se concretize em realidade. Se de um lado nossas dificuldades no terreno de pesquisas científicas foram sempre acentuadas, por outro, também lutávamos com a falta de operários tecnicamente aparelhados para os diversos misteres de nossas empresas. Entretanto, esta face do problema tende a desaparecer, felizmente, em virtude da instalação dos cursos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Por conseguinte, vem a justificativa que o SENAI emergiu enquanto resposta às exigências mais lógicas da era técnica na qual o Brasil estava penetrando.

O homem sem uma habilidade técnica terá, forçosamente, que ficar à margem da vida. Ao passo que, não só dispõe de um conhecimento técnico, mas o conhece em todos os seus meandros, acha-se habilitado a, não só ganhar dignamente sua vida, mas até, dentro da sua profissão, como categoria de personalidade, atingir os mais altos degraus da hierarquia social. (REVISTA COMERCIAL, setembro de 1943, p. 27).

Fundamentado num discurso no qual ficaria marginalizado aquele indivíduo que não se submetesse à especialização técnica, o SENAI ainda agregava à sua falácia de que seria por meio dessa profissionalização que o homem moldaria sua personalidade. Além disso, estava explícito no seu discurso, o seu objetivo principal: o adestramento de operários hábeis nos seus ofícios. Ou em outras palavras: o aparelhamento do país com uma selecionada equipe de técnicos necessários para os mais diversos setores de produção, enquanto conhecedores “perfeitos” de sua especialidade – caminho mais viável que conduz ao desenvolvimento.

ra. A organização dos cursos do SENAI responde, não só a uma necessidade material, mas outrossim representa uma aspiração do operariado industrial brasileiro. De há muito que os operários esperam, de uma forma ou de outra, uma oportunidade dessas, que lhes facultasse possibilidades de ascensão dentro da capacidade de cada um e em relação com a sua profissão. Foi

A fonte primária acima demonstra que o discurso de apresentação da organização do SENAI além de fundar a justificativa de sua fundação na emergente necessidade da indústria de trabalhadores capacitados, havia também, por outro lado, a satisfação ideológica de uma necessidade do operariado: uma oportunidade de qualificação e sua conseqüente ascensão social. Pois, conferindo orientação no preparo de força de trabalho especializada para trabalhar na indústria, o SENAI para os trabalhadores e suas respectivas famílias era concebido enquanto possibilidade de obtenção de uma formação profissional para milhões de pessoas que objetivavam uma inserção e progressão no mercado de trabalho (MOURÃO, 1988, p. 34). Além disso, foi enfatizado que tais cursos seriam inteiramente gratuitos, desde a aquisição de um caderno, até a necessidade dos materiais específicos necessários a aprendizagem de cada ofício específico (REVISTA COMERCIAL, setembro de 1943, p. 28).

E, no que se refere ao estado de Minas Gerais, o SENAI no contexto de sua instalação em 1942, tinha como Presidente de seu conselho, o mesmo empresário que estava à frente da presidência da FIEMG neste período: Américo René Giannetti³⁶. “A implantação do SENAI em Minas Gerais fez-se sob o comando de Américo René Giannetti, Presidente da Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais, pioneiro da indústria do alumínio no Brasil, e que também teve grande influência na criação desta entidade” (MOURÃO, 1988, p. 28). Em relação ao seu caráter ideológico, “O Conselho Regional do SENAI mantém independência nas suas decisões. Esta atitude da representação normativa demonstra a soberania da entidade, responsável pelo bom êxito dos seus empreendimentos” (MOURÃO, 1988, p. 33).³⁷

Nos seus primórdios, foi objetivada a construção inicial de quatro escolas voltadas para aprendizes industriais: Belo Horizonte³⁸ (com capacidade para 750 alunos), Juiz de Fora (com capacidade para 400 alunos), Nova Lima e Sabará (com capacidade média para 300 alunos em cada) (REVISTA COMERCIAL, setembro de 1943, p. 27).

³⁶ Giannetti esteve presente na estruturação do sistema de preparação da mão-de-obra especializada da indústria, que resultaria na criação do SENAI, além de ser o patrono do primeiro Centro de Formação Profissional de Minas Gerais (MOURÃO, 1988, p. 47).

³⁷ O Conselho Regional do SENAI – MG é a instância maior de onde escoam as diretrizes que regem a instituição. Seu papel, como órgão normativo é o de orientar, fazer o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela entidade, indicando-lhe normas de ação (MOURÃO, 1988, p. 39). “Os conselheiros representantes da Indústria são profissionais ativos frente às suas empresas; portanto, homens do trabalho, aptos a exercerem a função de orientar e acompanhar os trabalhos do SENAI. São três nomes eleitos pelo Conselho de Representantes da Federação das Indústrias de Minas Gerais que têm, junto com suas respectivas suplências, as indicações homologadas pelo Presidente. Para esta escolha, são observados critérios relativos à diversidade dos ramos das empresas e a sua localização nas geográficas, de modo a se obter uma representatividade que reflita todo o parque industrial mineiro. A presença da Indústria é essencial ao bom andamento dos trabalhos.” (MOURÃO, 1988, p. 43).

³⁸ No início, o SENAI teve uma parceria com a Universidade de Minas Gerais, que cederá salas de sua Escola de Engenharia para as instalações provisórias de suas estruturas (REVISTA COMERCIAL, setembro de 1943, p. 27).

Era preciso construir as escolas de aprendizagem nos locais de maior concentração da indústria. Foi, portanto, realizado, em Minas Gerais, um estudo minucioso dessas necessidades, e houve acordo unânime ao se concluir que as quatro primeiras escolas deveriam ficar em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Nova Lima e Sabará. O número de operários que essas escolas atingiam elevava-se cerca de 47.000, o que constituía metade da população operária do Estado. Os projetos dessas escolas foram elaborados pela Seção Técnica do Departamento Nacional, com os dados fornecidos pelo Departamento Regional: todas as condições seriam estudadas – os locais, o número de operários, as suas residências, a concentração das indústrias e a facilidade de transportes. (MOURÃO, 1989, p. 117).

Mas paralelamente à necessidade de capacitação profissional, havia uma questão:

O funcionamento das primeiras escolas veio demonstrar que a atividade do SENAI não podia ser limitada ao ensino profissional propriamente dito. O preparo deficiente com que a maioria dos alunos se apresentava obrigou a criação de cursos preliminares e de alfabetização. (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, março, 1952, p. 76).

Por detrás do problema da capacitação, estava o problema da alfabetização. Não havia como pular etapas ou dar o segundo passo sem ter sido dado o primeiro. É essa analogia que deve ser feita para refletir sobre tal problematização. Mas as preocupações do empresariado não eram com o desenvolvimento humanitário dos trabalhadores da indústria e sim com a sua adequação ao trabalho industrial.

E ainda neste contexto, já era fomentada uma modalidade de cursos que atendessem aprendizes e trabalhadores menores – os que freqüentavam, alternadamente, as fábricas e as escolas. Afinal, competia ao SENAI a eles fornecer a “formação profissional” que necessitavam para executar suas atividades nas indústrias (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, n. 2, março, 1952, p. 76). “A Escola Vocacional – destinada aos meninos na faixa de 12 a 13 anos – ia realizando o adestramento manual do aluno, que se preparava para a prática das oficinas através da manipulação de materiais variados.” (MOURÃO, 1989, p. 144). Além disso, as unidades do SENAI também admitiam menores desempregados, que após serem capacitados, eram encaminhados para empresas interessadas no seu serviço (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, março, 1952, p. 76). Com isso, além de “adestrar” a classe trabalhadora, já se “adestrava” também as gerações futuras, o que revelava a lógica da descartabilidade, da desumanização do trabalho, que a partir de então estaria cada vez mais intensa na lógica empresarial. O que também vinha reforçar o caráter classista e desigualitário das oportunidades educacionais: uma educação fragmentada e diferenciada entre os que executam e os que pensam.

E segundo o relatório do departamento regional do SENAI mineiro do ano de 1950, haviam as seguintes modalidades: cursos rápidos de adestramento, cursos de aprendizagem “normais”, cursos preliminares, cursos vocacionais e cursos extraordinários noturnos – que a partir do referido período começaram a ser suprimidos em virtude do baixo rendimento que apresentavam por causa da sobrecarga de trabalho exigida dos instrutores (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, junho de 1951, p. 345). Acima de tudo estava a preocupação com a lucratividade, de modo que a produção neste contexto configurada pelo fordismo, primava por atividades simplistas e rotinizadas, que nesta lógica, eram facilmente aprendidas por aqueles que deveriam executá-las.

Como consta no artigo aqui analisado e publicado na REVISTA COMERCIAL, setembro de 1943, p. 27, o SENAI e seus respectivos cursos compunham uma “universidade prática”, que contemplasse os mais diversos setores pertencentes à estrutura industrial brasileira:

um milhão de cruzeiros. E notório, que, para um ensino eficiente, os cursos do SENAI terão de se munirem de máquinas e utensílios os mais variados, afim de satisfazerem a vários ramos e gêneros de indústrias, pois, os cursos serão tantos quantos forem as modalidades da indústria. Um aprendiz de indústrias gráficas, por exemplo, terá necessidade para o complemento de seu curso, de máquinas do seu ofício. E assim por diante.

REVISTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS

Setembro de 1943

27

As matrículas efetivadas nas unidades do SENAI em Minas Gerais estavam, em síntese, condicionadas aos seguintes exames: teste de aptidão mental, exame de saúde, e testes elementares de conhecimentos e aptidões. Além disso, o SENAI também contava com uma fiscalização responsável por realizar rigorosamente um censo das empresas industriais, que por força de um decreto-lei, deveriam matricular e manter assiduamente a frequência no SENAI, de um determinado número de aprendizes de ofícios qualificados e de operários menores não qualificados (REVISTA COMERCIAL, setembro de 1943, p. 27).

E sobre a estrutura dos cursos, tem-se a seguinte constatação:

Quanto à programação dos cursos, tudo é cuidadosamente elaborado. A aprendizagem é metódica e racionalmente ministrada conforme programas e séries de desenhos cuidadosamente elaborados e selecionados por técnicos no ramo.

Na aprendizagem prática, por exemplo, o desenho de cada peça a ser executada pelo aprendiz é feito de acordo com regras da moderna técnica e acompanhado de quadros explicativos que especificam, dando a seriação das diversas operações, as ferramentas a utilizar, o material a empregar,

Desse modo, com base numa tecnologia educacional de formação profissional elaborada por um engenheiro suíço, o processo de aprendizagem do SENAI, era executado por meio de operações em ordem crescente de dificuldade (MOURÃO, 1988, p. 28).

Sob outro ângulo, foi constatado que as metas previstas estavam sendo satisfatoriamente atingidas, em relação ao coeficiente de frequência nos cursos, o que para o SENAI significava que era manifesto o interesse dos principais atores envolvidos no processo: tanto o operariado quanto os empresários (REVISTA COMERCIAL, setembro de 1943, p. 28). Mas contraditoriamente, esses dados ocultavam que os serviços educacionais ofertados pelo SENAI estavam longe de atingir todos os trabalhadores mineiros que necessitavam de qualificação.

[...] grandes dificuldades estavam sendo enfrentadas e haveriam de persistir por um bom tempo. Eram ligadas à evasão de alunos, explicada, em parte, nos curso extraordinários pela fadiga dos operários no final de cada dia de trabalho na indústria. Nesses cursos, as causas eram múltiplas, tendo sido criado, pelo Departamento Regional, o Serviço de Assistência Social, que lhes apuraria as causas. Aventava-se que poderiam ser causadas por dificuldades criadas pelo empregador, ou por negligência, falta de estímulo, incompatibilidade com os ofícios e idade dos aprendizes. Existiam, igualmente, obstáculos e ordem administrativa, causados pela dificuldade em se obter pessoal técnico habilitado. A remoção desses entraves ia-se fazendo, aos poucos, pelo departamento regional. (MOURÃO, 1989, p. 139).

O que mais tarde viria justificar a abertura do mercado de trabalho da indústria mineira aos imigrantes e a possibilidade de treinar o trabalhador dentro da própria empresa – ações essas, complementares à atuação do SENAI.

Ainda na Revista Comercial, setembro de 1943, p. 73, há outro artigo cujo cerne está circunscrito à questão do ensino técnico profissional em Minas Gerais enquanto urgência do Estado Moderno. Para isso, o referido artigo define “Humanismo técnico” enquanto a valorização do homem enquanto por meio da soma dos bens materiais que ele pode produzir – definição esta de cunho essencialmente capitalista, desumanizado e alienado. E a face oculta e destruidora desta definição é ainda mais mascarada mediante a assertiva de que a técnica é muito mais do que uma atividade fabricante de coisas, pois concilia a “perfeita” integração do homem com os meios de produção (REVISTA COMERCIAL, setembro de 1943, p. 73). Fenômeno este que também mascarava o fato que o operariado atuante no chão de fábrica, que por sua vez constitui a grande maioria dos trabalhadores pertencentes ao quadro de empregados da estrutura produtiva industrial, na verdade não necessitava desses cursos técnicos. Afinal suas tarefas eram parcelarizadas e simplificadas o bastante para que eles aprendessem sua execução numa reduzida parcela de tempo.

pela técnica. Todos falam em “técnica” e não produzem senão mediocridades... Isto não passa de uma ironia fácil. A técnica exige a necessária penetração intelectual afim de conceber os seus elementos e para seu adestramento uma cerebração perfeita é sempre exigida. Faz-se mister uma preparação complementar, isto é, paralela à preparação técnica.

Neste, sentido, a concepção de educação moderna, é a “educação para o que der e vier”, voltada para ensinamentos práticos, nos quais havia o domínio pedagógico da tecnologia. Conseqüentemente, a profissão nestes termos restritos, fragmentados e feitichizados, a profissão decorria da aplicação dos conhecimentos técnicos (REVISTA COMERCIAL, setembro de 1943, p. 73).

E um dos subtítulos desta publicação, traz a seguinte titulação “A escola e o estado responsáveis pela formação – o exemplo norte-americano”. O que revela a plena vigência da

maneira norte-americana de viver e trabalhar consolidada pelos parâmetros fordistas de organização da produção: a adaptação às necessidades do momento.³⁹

Em Minas Gerais, a inteligência objetiva, clara e moderna do seu governo compreendeu logo a eminência do problema. E no propósito de resolvê-lo no mais curto lapso de tempo, se tem empenhado com todo o patriotismo. Uma vez que o Estado moderno é também uma tecnocracia, cujo exemplo mais brilhante temos nos Estados Unidos da América com o *brain trust* do New Deal terá de acorrer solícito a todos os setores de atividades técnicas, afim de ir preenchendo os claros que ainda, infelizmente, abroham no nosso país.

74

Setembro de 1943

REVISTA COMERCIAL DE MINAS GERAIS

Passados alguns anos, era possível notar o progressivo crescimento dos serviços educacionais ofertados pelo SENAI, que tinha como parâmetro o desenvolvimento e fortalecimento da estrutura econômica mineira. Na tentativa de contribuir constantemente com esses objetivos em voga, o SENAI, em 1955, divulgou seus serviços na Revista Vida Industrial, a partir de então, com dez escolhas dispersas pelo território mineiro e com diversas modalidades de capacitação. A finalidade dessa divulgação, por parte da FIEMG, era conferir visibilidade e expandir sua atuação, de modo a despertar um número cada vez maior de associados, isso por que o público alvo da Revista Vida Industrial era o empresariado mineiro.

³⁹ Torna-se válido ressaltar que neste artigo (REVISTA COMERCIAL, setembro de 1943, p. 73), foi revelada tanto a capacitação industrial quanto a capacitação agrícola, haja vista a articulação dialética e contraditória do arcaico com o novo, sempre presente no processo de desenvolvimento do Brasil. Além disso, ainda nesta publicação, foi possível constatar que paralelamente ao funcionamento das unidades do SENAI dispersas pelo estado, também faziam parte do cenário educacional mineiro referente ao ensino técnico-profissional, as seguintes instituições: Escola Superior de Agricultura do Estado de Minas Gerais, Instituto “João Pinheiro”, Escola de Horticultura de Itajubá, Fazenda Escola de Florestal, Instituto “Barão de Camargos”, Fábrica-Escola “Bejamim Guimarães” e Fábrica-Escola “Candido Tostes” (REVISTA COMERCIAL, setembro de 1943, p. 73-76).

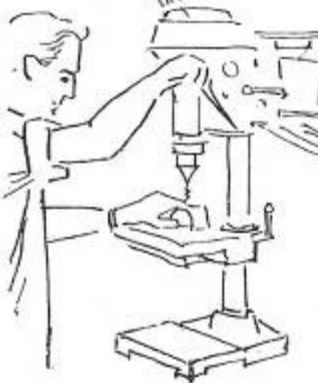
*prepara
a mão de obra
qualificada
para a indústria*

SENAI



Para cumprir a sua finalidade, que é o preparo da mão de obra qualificada para a indústria, mantém o Departamento Regional do SENAI em Minas Gerais 10 escolas de aprendizagem, localizadas em pontos de maior concentração de operários. Assim, estão em pleno funcionamento as escolas de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Nova Lima, Sabará, Uberaba, Cataguases, Itajubá, São João del Rei, José Brandão e João Monlevade, sendo as duas últimas de propriedade da Cia. Ferro Brasileiro e Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, respectivamente.

Nestas escolas são ensinados 16 diferentes ofícios, de interesse para as indústrias de Mecânica, Mecânica de Automóvel, Fundição, Eletricidade, Mobiliário, Fiação e Tecelagem, Alfaiataria e Artes Gráficas.



senai

VIDA INDUSTRIAL

ABRIL DE 1955

31

Em relação ao corpo docente, em 1953, no pronunciamento de uma palestra sobre o SENAI, seu Presidente do período, Dr. Roberto Hermeto Corrêa da Costa, afirmou que um sério embaraço que impedia o desenvolvimento da instituição era a falta de pessoal técnico especializado, no que se refere a instrutores, professores e técnicos. E mesmo apesar desses dados não animadores, Dr. Roberto contraditoriamente afirmou que nesta época, já estava

sendo mantidos no Distrito Federal, por parte do SENAI, vários cursos de aperfeiçoamento voltado para os seus docentes, todos sob a coordenação de técnicos estrangeiros, criteriosamente selecionados (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, julho, 1953, p. 20). Tal fato era fruto da parceria entre o empresariado industrial mineiro e o empresariado norte-americano, resultante da importação dos parâmetros fordistas norte-americanos, de organização racional da produção, em conjunto com os princípios tayloristas de gestão da produção industrial.

Segundo artigo exposto na REVISTA VIDA INDUSTRIAL, out./dez. de 1951, ano I, p. 476, em 1951, Departamento Regional do SENAI em Minas Gerais continuava sob a decisiva orientação e fiscalização do Conselho Regional, que neste contexto estava sob a direção do Sr. Newton Antonio da Silva Pereira, que no referido momento era também Presidente da FIEMG⁴⁰. O que demonstra o quanto ambas instituições estavam em consonância (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, out./dez. de 1951, p. 476).

Neste mesmo artigo, foi afirmado que o processo de aprendizagem ocorrido nas unidades do SENAI estava fundamentado nos mais atualizados métodos de ensino industrial, que se situavam no mesmo patamar dos países mais desenvolvidos do mundo (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, out./dez. de 1951, p. 476). Eis abaixo o trecho no qual foi descrita a aprendizagem lá executada:

Na aprendizagem prática da maioria dos ofícios empregam-se séries metódicas, onde as dificuldades do trabalho são gradativamente introduzidas. Este método possibilita ao aprendiz, sob a orientação dos instrutores, familiarizar-se com a interpretação do desenho, a sequência das operações a executar e o emprêgo racional das ferramentas. Os conhecimentos teóricos necessários são ministrados em aulas de Português, Matemática, Ciências e, aplicados a cada ofício, Desenho e Tecnologia. A educação física e jogos esportivos completam o programa educacional do SENAI.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, out./dez. de 1951, p. 476)

⁴⁰ O que não foi diferente do contexto de 1942, período anteriormente analisado, no qual René Giannetti presidia a FIEMG e administrava o Departamento regional do SENAI em Minas Gerais.

Tanto que, um renomado cientista e técnico internacional, segundo a Revista Vida Industrial,

Impressionou-se, sobretudo, com os departamentos que tratam dos problemas vocacionais, dos inquéritos sobre o desinteresse, falhas e fugas ao serviço, admirando, ainda, o entusiasmo de professores e alunos no ambiente do ensino. Tal foi a impressão que lhe causou o SENAI, principalmente em Minas e em São Paulo... (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, n. 8, maio-junho, 1951, ano I, p. 386).

Neste período, o número de unidades de SENAI em Minas dobrou: já estavam em atividade, além das escolas inauguradas em 1942, unidades em Uberaba, Cataguases, Itajubá e São João Del Rei, sem contar com duas inaugurações em Monlevade e Caeté – que seriam mantidas pela Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira e pela Cia. Ferro Brasileiro (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, out./dez. de 195, p. 476). Tanto que foi massiva e expressiva a divulgação dessa expansão no meio empresarial:



senai escola da indústria!

Para cumprir a sua finalidade, que é o preparo da mão de obra qualificada para a Indústria, mantém o Departamento Regional do SENAI em Minas Gerais 10 escolas de aprendizagem, localizadas em pontos de maior concentração de operários. Assim, estão em pleno funcionamento as escolas de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Nova Lima, Sabará, Uberaba, Calaguanes, Itajubá, São João del Rei, José Brandão e João Monlevade, sendo as duas últimas de propriedade da Cia. Ferro Brasileiro e Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, respectivamente.

Nestas escolas são ensinados 16 diferentes ofícios, de interesse para as indústrias de Mecânica, Mecânica de Automóvel, Fundição, Eletricidade, Mobiliário, Fiação e Tecelagem, Alfabetaria e Artes Gráficas.

senai

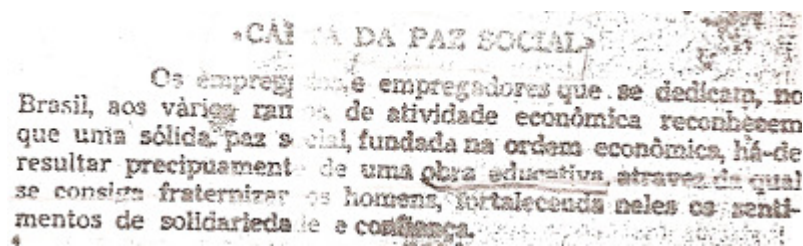
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

4 DEZEMBRO DE 1955 VIDA INDUSTRIAL

Portanto, é possível constatar que o SENAI emergiu do intuito de “[...] atender às necessidades urgentes do parque industrial brasileiro, forçado a se expandir pelas dificuldades das importações causadas pela Segunda Grande Guerra” (MOURÃO, 1988, p. 75). Por conseguinte, sua fundação está diretamente atrelada ao fato da emergente e progressiva necessidade de força de trabalho capacitada nos setores específicos que constituíam a estrutura industrial brasileira – fato este, que era considerado um dos pontos de estrangulamento da economia nacional.

2.2.2 Departamento regional do Sesi-MG: a dimensão educacional da assistência social ao trabalhador da indústria

Em 1945, enquanto fruto de uma parceria entre a Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio (CNC) foi elaborado um documento designado de “Carta da Paz Social”, destinada à discussão com os sindicatos de trabalhadores, de modo a estabelecer as bases para uma “obra educativa” que congregasse a confraternização entre os homens, para que neles fossem fortalecidos os sentimentos de solidariedade e confiança (DELGADO, 1997, p. 101). E esta carta foi publicada na íntegra, no relatório anual da FIEMG do ano de 1945, como consta na digitalização do seu primeiro parágrafo:



(Relatório Anual da FIEMG, 1945, p. 18)

Este documento tinha como propósito colaborar nas relações entre capital e trabalho, para que assim fossem melhoradas as condições de vida (educação, saúde e lazer) do trabalhador da indústria não em primazia ao seu bem-estar, mas sim em primazia da própria indústria e do benefício dos interesses da camada empresarial. Conseqüentemente, a construção do Sesi foi divulgado enquanto sinônimo de um esforço dos industriais pela paz social.

Em Minas Gerais, esta carta ou pacto entre empregados e empregadores foi discutida e assinada no dia 28 de dezembro de 1945, na FIEMG, onde compareceram os sindicatos operários da capital (DELGADO, 1997, p. 117). A mesma objetivava inaugurar um período de cooperação entre empregadores e empregados, em prol do desenvolvimento das forças produtivas e do padrão de vida do brasileiro (RELATÓRIO ANUAL DA FIEMG, 1945, p. 18). Para isso, foram traçados direitos e deveres de todos os interessados no processo. E dentre os objetivos, torna-se válido destacar os seguintes pontos: a primazia da liberdade econômica que somente poderia ser limitada pelos interesses nacionais em jogo; o capital, além de instrumento de lucratividade, deveria ser concebido enquanto meio de expansão econômica e bem-estar coletivo; o trabalho deveria ser direto de cada um a participar da vida social e dever de contribuir para o desenvolvimento da nação; a criação de um Fundo Social

para os trabalhadores sob o respaldo das empresas (RELATÓRIO ANUAL DA FIEMG, 1945, p. 19 e 20).

Além disso, foram nitidamente delineadas, as posturas de todos envolvidos no processo: empregadores, empregados e Estado. Dotados de “boa vontade”, os empregadores deveriam promover: a racionalização do trabalho, as providências educativas e assistenciais necessárias para seus empregados e para o fortalecimento dos valores humanos, as premiações que estimulasse uma maior eficiência e desempenho por parte dos trabalhadores, a cooperação no desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino profissional. Enquanto que os empregados, por sua vez, deveriam corresponder com seu constante esforço de melhoramento e cooperação para a expansão econômica do país, devendo agir conduzido pelos seguintes princípios: assiduidade, estabilidade no emprego, evitando desentendimento com os patrões e demais trabalhadores, disciplina, aperfeiçoamento constante por meio do SENAI, incentivando a produtividade com vistas à riqueza nacional. E o estado, por sua vez, deveria: agir no combate contra a inflação e elevação dos preços dos bens essenciais, redução de impostos dos artigos alimentícios, favorecendo as habitações populares, modificando a Previdência Social, conferindo autonomia dos sindicatos em relação à escolha de seus dirigentes e a administração de seus fundos sociais (RELATÓRIO ANUAL DA FIEMG, 1945, p. 20 e 21).

É nesta carta que estava inscrita a criação do SESI (Serviço Social da Indústria), que deveria ser consolidada em função da pouca eficiência das instituições públicas de Previdência Social. Caberia ao SESI estudar, planejar, realizar e cooperar para com o bem-estar dos trabalhadores da indústria, promovendo entre empregadores e empregados a melhoria do padrão de vida, a educação moral e cívica e o espírito de solidariedade (DELGADO, 1997, p. 117).

Esta carta social, juntamente com o SESI, representava a perspectiva empresarial de lutar para que o operariado não se “contaminasse” pela luta de classes, de modo que a conseguir uma maior aproximação com os trabalhadores e a contenção de movimentos grevistas (DELGADO, 1997, p. 116).

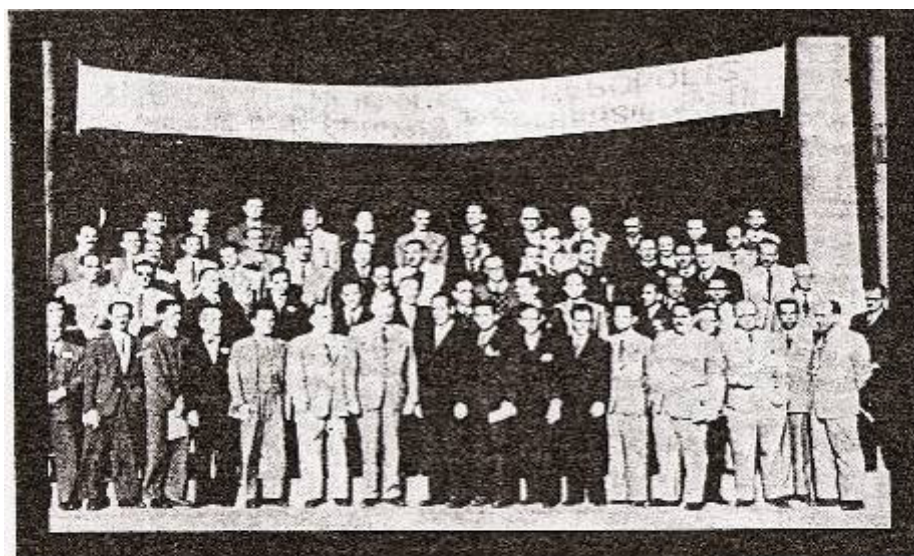
Não foi muito difícil para as classes patronais constatar que as suas relações com seus empregados não era somente material, mas que acarretavam várias implicações sociais, referentes à habitação, educação, assistência, saúde, etc.. Conseqüentemente, mediante esta necessidade assistencial emergente, “Foi assim que o ideal da criação de um serviço destinado a prestar assistência social ao operariado, com vistas a promover a integração entre empresários e trabalhadores, passou a dominar a mente dos homens da indústria (COUTO,

1992, p. 131). Com isso, o empresariado industrial objetivava “defender e valorizar” o trabalhador da indústria e sua respectiva família, o que por outro lado, também se concretizaria o estímulo e o desenvolvimento da produção industrial nacional. O que também revela a predominância dos princípios fordistas em relação à formatação não somente do trabalho, mas também da maneira de viver dos trabalhadores da indústria mineira.

Da mesma maneira que o SENAI, o SESI tinha seus departamentos regionais dispersos pelo território brasileiro, cada um com sua jurisdição nas bases das federações industriais. E em Minas Gerais,

A instalação do Serviço Social da Indústria em nosso Estado deu-se no dia 7 de março de 1947, quando então foram empossados os membros do primeiro Conselho Regional [...]. Naquela oportunidade o Dr. Giannetti enfatizou que a finalidade precípua do Conselho era a de “planejar e executar direta ou indiretamente medidas que contribuam para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida do país. Valorizando o homem será desenvolvido o espírito de solidariedade entre as classes. (COUTO, 1992, p.133).

E no discurso de instalação do SESI em Minas, Giannetti, destacava os aspectos educacionais, afirmando que o alicerce da grandeza de um povo está na educação, de modo a expor um dos planos iniciais a serem executados pelo SESI: profissionalização de menores de 10 a 14 anos de idade (COUTO, 1992, p. 133).



A Conferência das Classes Produtoras, realizada na cidade de Teresópolis em 1945, reuniu industriais brasileiros e os representantes das federações industriais. Desse evento resultou a Carta Econômica, que por sua vez impulsionou a criação do Serviço Social da Indústria – SESI. Américo Renê Giannetti, Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, aparece na foto ao lado de Euvaldo Lodi, Presidente da Confederação Nacional da Indústria. Roberto Simonsen, Presidente da Federação paulista, não compareceu ao evento uma vez que se encontrava em Campos do Jordão, recuperando-se de uma enfermidade.

Figura 12: A Conferência das Classes Produtoras em Teresópolis, 1945

FONTE: COUTO, 1992, p. 130



Figura 13: Industriais que estavam a frente da criação do SESI: Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen e René Giannetti

FONTE: Revista de comemoração dos 60 anos do SESI, s/p, s/d

Em parceria com outros órgãos, sob a tutela da FIEMG, o Conselho Nacional do SESI (Serviço Nacional da Indústria) em Minas Gerais, fundado em 1947⁴¹, tinha como objetivo contribuir de modo decisivo para com a melhoria das condições de vida do operariado pertencente à indústria mineira.

A justificativa da consolidação do projeto o qual constituía o SESI estava no fato de que não bastava apenas capacitar o trabalhador, haja vista que sua produtividade também depende de toda uma assistência favorável às suas condições de vida (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, novembro/dezembro, 1952, p. 421).

ções de vida. Com o SESI visou a Confederação Nacional da Indústria, no interesse geral do parque manufatureiro, ao bem estar do operariado e, pois, à segurança e à estabilidade do mercado de trabalho.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, novembro/dezembro, 1952, p. 421).

para o trabalhador

e sua família!



O Serviço Social da Indústria é uma instituição criada, mantida e dirigida pelas indústrias, no sentido de preservar os trabalhadores e suas famílias, assistindo-os em todas as suas necessidades, acautelando seu destino, tudo orientando para conservação de um clima de tranquilidade entre os obreiros da produção pela paz social do Brasil!

SESI

⁴¹ O lançamento nacional do SESI foi fruto das resoluções da Conferência de Teresópolis, no ano de 1945, no Estado do Rio de Janeiro, sob o discurso no qual a classe empresarial manifestou sua intenção de compartilhar com os trabalhadores os benefícios do crescimento econômico. Neste contexto de pós segunda guerra, estava em voga a redemocratização do país e um cenário promissor de “prosperidade” e “harmonia” e “solidariedade”.

Sua preocupação principal era elaborar e implantar projetos de programas de ação social nos locais/municípios do estado onde se concentravam as atividades industriais.

Segundo seu documento de Divisão da Assistência e Serviço Social, publicado na Revista Vida Industrial de abril de 1953, p. 20, o SESI oferecia várias atividades educativas, que denomina de educação social. Dentre elas, foi possível encontrar: o Serviço de Cinema (com 295 exibições assistidas por quase 60 mil pessoas – em todas as sessões, eram exibidos filmes educativos abordando diversos temas, como, cuidados com a saúde, paisagens e cultura mineira, etc. e também uma breve palestra educativa sob a coordenação de uma assistente social), as palestras educativas e seminários (com expressivo número de ouvintes: quase 28 mil), a Educação Artística para adultos (com 28 apresentações, cada uma acompanhada por um média 650 expectadores), atividades esportivas (educação física e recreação, por meio de jogos desportivos e atividades recreativas) e por fim, o Serviço de Biblioteca, que atendia milhares de leitores, com um acervo de quase 7 mil volumes atingindo o total de quase 19 mil empréstimos de livros.⁴²

No que se refere aos aspectos educacionais próprio do SESI, diretamente articulados com o foco desta pesquisa, é imprescindível analisar a sua biblioteca. A biblioteca do SESI e o respectivo acesso a leitura se concretizava por meio dos empréstimos de livros. Havia até mesmo campeonatos de leituras entre os trabalhadores, no intuito de obter determinados recordes de livros lidos por cada um deles (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, novembro/dezembro, 1952, p. 398). Tudo isso para que o empresariado industrial pudesse demonstrar o quanto era “politizado” e “culto” o operariado mineiro. O que não deixava de expressar o individualismo primado pela política econômica liberal do contexto.

O serviço de biblioteca do SESI se subdividia em três setores: biblioteca central (atendendo por meio de empréstimos ou consultas todos os trabalhadores que necessitavam de seus serviços), a biblioteca circulante (que estava disponível para as fábricas da capital que tinham menos de 50 trabalhadores) e a biblioteca ambulante (dispersa pelas indústrias por meio das suas caixas-estantes de aço) (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, fevereiro, 1953, p. 16).

⁴² Além das atividades educativas, havia também as atividades do serviço social (matrículas, casos individuais, etc.), as atividades assistenciais (assistência médica, exames laboratoriais, assistência hospitalar e odontológica), atividades de assistência econômica (assistência alimentar, assistência a cooperativas, etc.), atividades de estudos e pesquisas econômico-sociais (estudos e pesquisas, etc.) e atividades de divulgação e propaganda (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, fevereiro, 1953, p. 21 e 22).

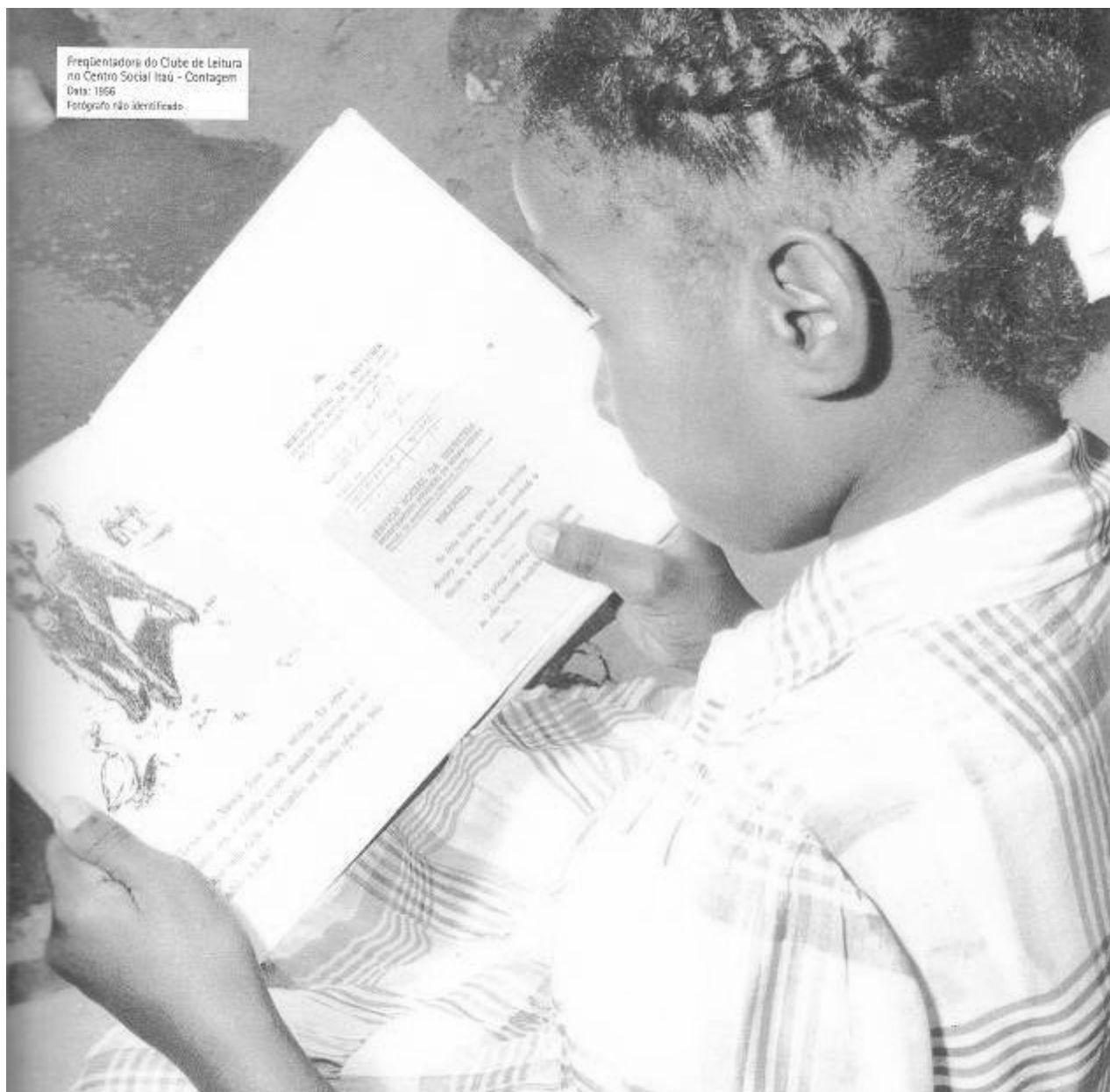


Figura 14: Frequentadora de uma das bibliotecas do SESI, 1956

FONTE: Revista de comemoração dos 60 anos do SESI, s/p, s/d

Na publicação da Revista Vida Industrial, do ano de 1953, fevereiro, p. 16, foi divulgado um breve relatório sobre o funcionamento da biblioteca do SESI, destacando seu êxito:

Realmente, com menos de dois anos de funcionamento, o Serviço de Biblioteca já possui cerca de 100 caixas-estantes em atividade em 18 municípios do Estado. Isto é prova não somente do grande âmbito que esse setor educativo do SESI já conquistou, como também testemunha o alto grau de interesse que os nossos trabalhadores votam à leitura.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, fevereiro, 1953, p. 16)

O discurso ideológico da biblioteca do SESI estava fundamentado na falácia de contribuição na auto-consciência do operariado mineiro em relação às suas responsabilidades. Pois, segundo o SESI, tais trabalhadores, no contexto da modernidade, tinham como uma de suas principais reivindicações o acesso à ascensão social e atingir o topo da hierarquia fabril, o que por sua vez, demandava um entendimento sobre todos os problemas da atualidade, que estavam disponibilizados nos livros.

Dessas 100 caixas-estantes, em pleno exercício, 45 delas estavam na capital mineira, 19 em Juiz de Fora (um dos mais significativos pólos industriais do estado) e 28 dispersas pelos municípios do interior mineiro. Tais caixas atendiam regularmente nas fábricas, postos dentários do SESI e em instituições variadas. Neste período (início de 1953), o SESI tinha bibliotecas ambulantes em 78 indústrias mineiras (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, fevereiro, 1953, p. 16).

No momento em que escrevemos, estavam em circulação no Estado nada menos de 6.580 livros, ascendendo os empréstimos feitos a várias dezenas de milhares.

Só estes números bastam para mostrar que a Biblioteca do SESI já é um elemento atuante e relevante posto à disposição dos trabalhadores da indústria para lhes proporcionar uma de suas maiores necessidades presentes: o alimento do espírito, o cultivo da inteligência. (SESI - Jornal n. 55).

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, fevereiro, 1953, p. 16)

Desse, modo, fica perceptível que o sistema educacional do SESI começou a se formar na década de 1950, com a implantação do ensino supletivo, que por seu turno, tinha como meta, alfabetizar o trabalhador da indústria e ensiná-lo a calcular, de modo a viabilizar a melhoria na sua condição de vida. Com efeito, fica perceptível que, enquanto o SENAI tinha como foco o ensino industrial, o SESI, atuando complementarmente em relação à primeira instituição, se focava, em termos educativos, no ensino regular.



Figura 15: O primeiro Curso Supletivo do SESI
 FONTE: Revista de comemoração dos 60 anos do SESI, s/p, s/d

As divulgações do SESI eram recorrentes nas publicações da Revista Vida Industrial, principalmente nos anos de 1955 e 1956, período no qual o processo de industrialização viria atingir seu auge. Nesse sentido, utilizando sempre a imagem da família, ou melhor, dos membros diretamente dependentes do pai trabalhador, no intuito de sensibilizar e mobilizar estrategicamente, os empresários, do quanto seria benéfico (e lucrativo) investir num serviço social que assistisse seus operários, enquanto um investimento de médio a longo prazo, o SESI investia em propagandas a serem expostas na Revista Vida Industrial. Por outro lado, o empresariado demandava de um trabalhador disciplinado, pai de família, que dispensasse orgias, para que desse modo, sua energia física fosse despendida apenas no processo produtivo. Todos esses objetivos, se baseavam na falácia da finalidade maior: a recuperação

da pátria – como se por detrás dela, não se fizesse presente a incansável e exploratória luta pelo aumento da lucratividade, a máxima do capitalismo que se instalava no território nacional.



Conforme consta na propaganda acima, o SESI apresentado ao empresariado mineiro (leitores da Revista Vida Industrial): uma instituição privada, fundamentada no discurso nacional desenvolvimentista “em nome do desenvolvimento da nação”, para evocar a classe empresarial ao provimento dos serviços sociais básicos para os seus trabalhadores por meio de um planejamento objetivo e racional, o que por sua vez, incidiria diretamente na concretização de reais “benefícios” para o operariado. Afinal, em termos de assistência social, seria muito mais interessante investir para evitar certos transtornos do que esperar que os problemas se instalassem para tomar alguma atitude.

Na Revista Vida Industrial do mês de abril de 1955, p. 39, o SESI publicou o relatório das atividades de que desenvolvera no exercício de 1954. Os dados expostos não foram muito diferentes dos divulgados no relatório de 1953. Consta no referido relatório que, a melhor contribuição que o SESI poderia proporcionar aos trabalhadores mineiros e suas respectivas famílias, no intuito de viabilizar sua ascensão social eram a oferta de serviços de cunho educacional. Com isso, objetivava-se a “[...] criação, entre nós, de uma coletividade industriaria ativa e sadia, de inteligência despertada para problemas, e em pleno gozo dos benefícios espirituais oferecidos pela civilização moderna” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, abril, 1955, p. 40).

Ao relatar os seus serviços educativos em 1954, o SESI citou avanços mais em termos quantitativos, do que em termos qualitativos, de suas atividades que englobavam a educação, ocorridas no seu departamento regional de Minas Gerais. Tanto que, nesta mesma edição na qual o relatório foi publicado, houvera também, uma propaganda resgatando, por meio de dados qualitativos, o progresso da atuação do SESI:



No ano de 1954 foram atendidas pela assistência médica do SESI, em todo o Estado, 106.123 pessoas. No ambulatório da Capital, que é um serviço modelar, de que muito se orgulha a Instituição, foram dadas 84.342 consultas e feitas 15.437 abreugrafias, 8.331 chapas radiográficas e 33.645 exames de laboratórios.



SERVIÇO
SOCIAL
DA INDÚSTRIA

Os serviços educacionais do SESI em 1954, contemplaram os seguintes setores: biblioteca, ensino supletivo, corte e costura, teatro, cinema, música, jornal e recreação física (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, abril, 1955, p. 40).



Figura 16: Atividades relacionadas ao teatro e biblioteca do Sesi

FONTE: Revista de comemoração dos 60 anos do Sesi, s/p, s/d

E por fim, o relatório do Sesi de 1954, se finalizou enfatizando que os seus serviços encontravam-se à disposição dos senhores industriais e que todos os avanços e resultados concretizados até então, somente tinham sido possíveis em virtude do constante apoio irrestrito e firme do empresariado industrial mineiro, “[...] que são os mantenedores e responsáveis pela grande obra, feita em seu nome, para o benefício da coletividade que serve suas fábricas” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, abril, 1955, p. 40).

2.3 A década de ouro do capitalismo em Minas Gerais e no Brasil: o auge da FIEMG e a consolidação da indústria pesada

Foi no período que compreende os anos de 1943 e 1950, em que ocorreu a primeira tentativa do empresariado industrial nacional em se estabelecer enquanto fração de classe hegemônica. Havia um enquadramento corporativo entre os interesses patronais e dos trabalhadores. Por meio de uma proposta de reforma dos Institutos de Previdência e da constituição do SESI (Serviço Nacional da Indústria) enquanto mecanismos de intermediação entre burguesia e estado, o empresariado objetivava retirar do Estado o seu papel de principal articulador de consenso junto aos trabalhadores. Além disso, havia dentro do aparelho de Estado os canais que asseguravam o contato direto entre os industriais e os gestores das políticas públicas (DELGADO, 1997, p. 46).

Ainda que nesse período a produção industrial já tivesse adquirido maior relevância, ela não era capaz de impedir o controle dos partidos políticos por parte do poder oligárquico (DELGADO, 1997, p. 46). Mediante esse contexto:

A crítica à “demagogia dos políticos”, aliás, vai se constituindo como um dos aspectos centrais do discurso empresarial, em sua “desilusão” com o **rebento populista** da democracia autoritária, diante do fracasso da tentativa de constranger a ação dos partidos segundo os mecanismos do poder direto. (DELGADO, 1997, p. 46).

Na medida em que o fim da II Guerra Mundial se aproximava, a aliança entre o empresariado e o Estado foi se afrouxando, em detrimento das mudanças no quadro internacional, que se contrapunha aos regimes autoritários e/ou ditatoriais⁴³:

[...] A Segunda Grande Guerra continuaria dificultando a rearticulação entre os centros e as “periferias”. O mundo resultante do conflito vivia o problema crucial da reconstrução das economias dos países ex-inimigos e isto desviava recursos que poderiam se dirigir para as nações não-industrializadas do sistema, gerando um padrão de investimentos “de centro a centro”. Dentro desta caracterização da divisão internacional do trabalho, continuaria cabendo aos países do Terceiro Mundo o papel de produtores de matérias-primas e produtos agrícolas. A industrialização brasileira acelerada nesta etapa se realizaria, pois, nas brechas deste “policentrismo” e a despeito dele. A “opção” nacionalista pode, assim, ser retraduzida como fruto de uma circunstância de escassez de recursos disponíveis internacionalmente. (MENDONÇA, 1986, p. 35).

⁴³ O que acarretou essa mudança foi a derrota do nazi-fascismo, que por sua vez provocou em nível mundial, uma reestruturação das relações de poder (DINIZ, 2004, p. 8).

Nesse período próximo ao fim da II Guerra, visando a estabilidade das relações financeiras internacionais, aconteceu de 1 a 22 de julho de 1944, na cidade de Bretton Woods, estado de New Hampshire, nos Estados Unidos, o Acordo da Conferência Internacional Monetária de Bretton Woods⁴⁴, no intuito de construir uma nova ordem econômica mundial que fosse resistente a crises como a de 1929 e que foi fundamentada no padrão ouro. Foi no seio dessa conferência que nasceu o Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto responsável pela estabilidade do sistema financeiro internacional; o Banco Mundial (World Bank), enquanto responsável pelo financiamento da reconstrução dos países atingidos pela destruição e pela ocupação e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) – que posteriormente daria origem à Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo objetivo diminuir as barreiras entre os países, permitindo o fortalecimento do comércio mundial.

É importante destacar que um dos membros que compôs a delegação brasileira na Conferência de Bretton Woods, foi o empresário Euvaldo Lodi, grande e célebre nome que compôs o quadro do empresariado industrial brasileiro. Conseqüentemente, “É então que os empresários aliam-se às forças contrárias à ditadura e unem-se às vozes que clamam pelo retorno à democracia” (DINIZ, 2004, p. 7). O período entre 1945 e 1964, foi marcado pela experiência democrática: muitas foram as mudanças de cunho essencialmente político, mas no que concerne à industrialização, era um processo irreversível que estava posto à realidade do desenvolvimentismo brasileiro.

Um dos projetos mineiros relacionados com a Segunda Guerra Mundial foi a criação da Companhia do Vale do Rio Doce, fruto dos “Acordos de Washington”, entre os Governos brasileiro e mineiro e os Estados Unidos e Inglaterra, de modo que os primeiros se comprometeram a organizar uma companhia que explorasse e exportasse minério de ferro para os últimos (DINIZ, 1981, p. 55).

Até o final de II Guerra Mundial, pode-se afirmar que o processo de industrialização avançou de modo relativamente espontâneo, pois na medida em que o modelo de substituição de importações ia se concretizando, gradualmente ia se elevando a capacidade de acumulação do empresariado nacional:

A industrialização contribuía, então, para a generalização das relações assalariadas, para a intensificação da urbanização, para uma maior integração do mercado nacional, para um expressivo desenvolvimento das

⁴⁴ Essa conferência reuniu representantes de 45 países, dentre eles o Brasil, que acordaram entre si o estabelecimento de um sistema de cooperação econômica, no intuito de evitar que mais uma vez a economia mundial mergulhasse numa Grande Depressão como a de 1930.

forças produtivas voltadas para o mercado interno e para o fortalecimento da base empresarial nacional. (SAMPAIO JÚNIOR, 1999, p. 420).

Por outro lado, no que se relaciona com a dinâmica internacional, Martins (1968, p. 44 e 45), apontou que a história das nações pós II Guerra Mundial foi marcada pelas relações de dependência das periferias aos centros e dos conflitos que objetivavam superar essas relações. Tanto que entender a situação do subdesenvolvimento e a tipicidade histórica dos países nela inseridos é entender o jogo das respostas adaptativas resultantes dessa interação (MARTINS, 1968, p. 45). Além disso, “[...] quaisquer que fossem os objetivos conscientes ou inconscientes que moldavam a história do mundo atrasado, a modernização, ou seja, a imitação de modelos derivados do Ocidente era o caminho necessário e indispensável para atingi-los” (HOBSBAWN, 1995, p. 202).

No período pós-guerra até 1954 foram elevados a taxa de desenvolvimento e os índices de consumo da população – mas o problema estava na estrutura de tal consumo e na capacidade do sistema econômico de criar um “mercado de massas” (MARTINS, 1968, p. 54). Tanto que, “Entre 1945 e 1980, o Produto Interno Bruto cresceu à taxa anual média de 7,1%, o crescimento do setor manufatureiro foi de 9% ao ano e a participação do setor industrial na renda interna passou de 26% em 1949, para 33,4% em 1970” (FIORI, 2001, p. 273). Conseqüentemente, nesse contexto a pauta de exportações sofreu uma significativa diversificação, de modo a incidir diretamente num aumento da população economicamente ativa empregada pelo setor secundário – 10% em 1940 e 25% em 1980 (FIORI, 2001, p. 273).

No entanto,

O grande ritmo de crescimento da produção bruta nacional e mesmo da produção per capita, que os economistas gostam de exibir para provar o “grande desenvolvimento” do país, não foi acompanhado do crescimento da renda per capita. O país pode ter enriquecido, como enriqueceram os milionários, os banqueiros, os grandes industriais e financistas, mas o povo empobreceu. (BASBAUM, 1975, p. 222).

Nesse período, o Estado enquanto regulador da economia manejou heterodoxamente suas políticas fiscal e monetária, de modo a incentivar o investimento e manter a lucratividade de várias frações do capital privado, que foram felizes ao preservar politicamente as suas rentabilidades (FIORI, 1995, p. 127). No contexto pós-guerra no qual se instalaram no Brasil grandes trustes multinacionais, os laços de dependência externa da economia brasileira foram se intensificando, o que na percepção de Caio Prado, iria desembocar num controle do capital estrangeiro sobre os eixos dinâmicos da economia, que por sua vez iria comprometer de modo

irremediável a nacionalização da economia do país (SAMPAIO JÚNIOR, 1999, p. 421). E com o desenvolvimento econômico nacional enquadrado no sistema capitalista mundial, é possível depreender que

Em suma, não é com empreendimentos imperialistas que podemos contar para um real desenvolvimento. Ao contrário desse desenvolvimento, o que os empreendimentos imperialistas determinam na atual conjuntura brasileira, é uma deformação e amesquinamento do que deveria ser o nosso processo de industrialização. E representam assim um reforçamento do sistema colonial que é o principal responsável pelas nossas deficiências, limitando o desenvolvimento aos acanhados horizontes daquele sistema. (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 330).

No quadro internacional, grande parte das nações estava empobrecida em função da guerra (exceto Estados Unidos) ou em vias de consolidar efetivamente o capitalismo ainda que tardiamente (como o caso brasileiro). Nesse aspecto mais amplo, foram colocadas em prática duas soluções: 1) a Guerra Fria⁴⁵ 2) o Plano Marshall⁴⁶ (BASBAUM, 1975, p. 196). E sobre esses fatos, Hobsbawn (199, p. 237) chama atenção para a questão de que não se deve esquecer que em todas as decisões e políticas formuladas no contexto pós-guerra estavam presentes as premissas econômicas de cunho americano. Tanto que, mais a frente, ao analisar os projetos educacionais gestados pela FIEMG, fica perceptível a notável parceria dos Estados Unidos com a entidade. Afinal, o empresariado industrial mineiro abriu as portas de sua economia para o capital estrangeiro. E vários foram os vínculos da FIEMG com o exterior. Tal fato se comprova tanto pela referência bibliográfica quanto pelas evidências empíricas encontradas nas fontes primárias.

Não obstante, a presença do capital estrangeiro em outras atividades será bem acolhida. Tanto a Associação Comercial quanto a FIEMG apoiaram a instalação da Mannesman em Minas. As duas entidades participam também da seção mineira da Comissão Mista Brasil-EUA, defendendo nela a concessão de ajuda técnica e financeira externa para a industrialização do Estado. Por seu turno, os Departamentos Técnicos da FIEMG promoverão estudos destinados à atração de capital externo e na Associação Comercial,

⁴⁵ Com o fim da II Guerra Mundial, abriu-se uma oposição ideológica entre o bloco capitalista (representado pelos Estados Unidos) e o bloco socialista (representado pela União Soviética) de modo que cada um, mesmo sem se confrontar diretamente, tentava expandir seu fortalecimento no intuito de ser mundialmente hegemônica por meio de uma corrida armamentista. Desse modo, “[...] a guerra fria, mantendo a tensão de guerra, justificava as medidas governamentais de encomendar novas armas e novos aparelhamentos de guerra às grandes indústrias, que assim começaram a funcionar e a dar trabalho aos desempregados” (BASBAUM, 1975, p. 196).

⁴⁶ O Plano Marshall consistiu num Programa de recuperação econômica que objetivava auxiliar os países capitalistas mais afetados pela II Guerra Mundial. Nessas condições, “[...] permitindo empréstimos a longo prazo aos principais países europeus, salvara, ao mesmo tempo, de um colapso, o imperialismo americano e o capitalismo europeu” (BASBAUM, 1975, p.196 e 197).

Osório Diniz sugere a publicação de folhetos no exterior com esta finalidade. (DELGADO, 1997, p. 85).

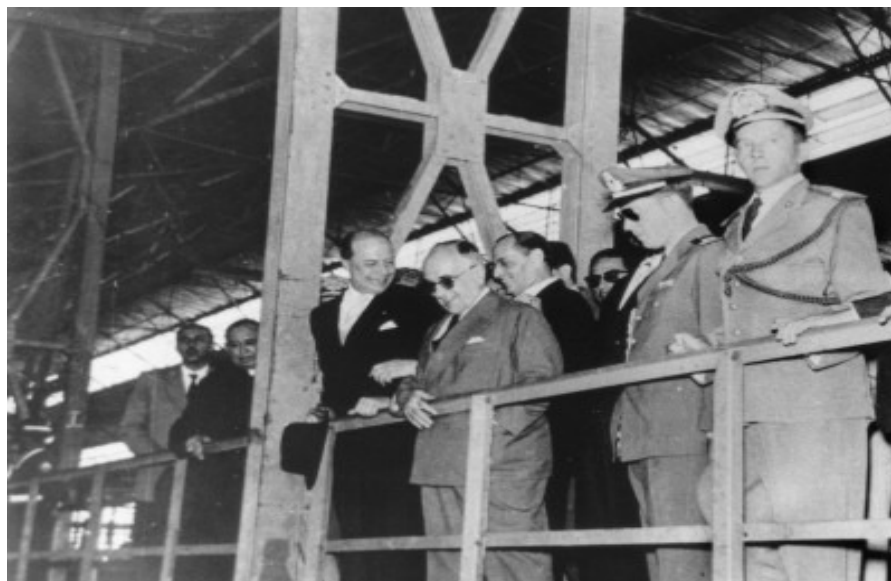


Figura 17: Inauguração da Cia. Siderúrgica Mannesmann, agosto de 1954

FONTE: <http://www2.fiemg.com.br/exposicao%5Findustria/painel-31.htm>

Ou seja, a FIEMG em sua atuação teve a presença marcante do capital estrangeiro de origem norte-americana em várias de suas ações. E dentre elas, obtiveram destaque os projetos educacionais resultantes desta parceria, sempre alicerçados pelos departamentos da FIEMG, o Econômico e o de Produtividade.

Com os valores democráticos liberais em ascensão se concretizando de diversas formas, e, dentre elas, o que se relacionava diretamente com a temática aqui abordada, foi a melhor representatividade e organização sindical⁴⁷ (MARTINS, 1968, p. 20). Tanto que a própria FIEMG apresentava nesse contexto, visíveis melhoras na sua organização, como por exemplo, a inauguração da Revista Vida Industrial⁴⁸.

Em Minas Gerais, o momento posterior a 1945 consolidou uma dupla tendência: De um lado, em função da restauração de uma política “aberta”, voltaram para a cena vários partidos e Governos partidários; de outro lado, foi introduzido um planejamento mais integrado, em função do aprofundamento da estratégia desenvolvimentista, para que assim os homens de negócios pudessem efetivar novas conquistas (DULCI, 1990, p. 112). O resultado foi que ambas tendências, que tinham em comum o relacionamento com o meio empresarial, se articularam, “[...] redundando na formação de agrupamentos tecno-empresariais

⁴⁷ Outras formas se referem à maior participação no processo político eleitoral, que por sua vez sofrera um aperfeiçoamento (MARTINS, 1968, p. 20).

⁴⁸ Haja vista que sua primeira edição ocorreu em 1947 – dado colhido do acervo de memória da FIEMG.

alternativos, correspondentes à bipolaridade partidária da política mineira. Os administradores e empresários ativos no Estado Novo vão formar no PSD, enquanto a abertura gera um setor alternativo, alinhado à UDN” (DULCI, 1990, p. 112).

Foi aprovada uma nova Constituição em 1946, a qual manteve os direitos trabalhistas anteriormente outorgados por Getúlio Vargas e ampliou os direitos políticos individuais, mas sem alterar radicalmente a ordem econômica:

O empresariado industrial de Minas, liderado pela FIEMG e pelos Sindicatos filiados, apoiou a redemocratização, e, na Constituinte, os deputados alinhados com a livre iniciativa. Grande parte da estrutura estatal de controle das atividades econômicas foi extinta, mas a legislação sindical só foi expurgada daqueles dispositivos que impunham controle ideológico sobre os dirigentes sindicais. (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 57).

Em relação ao posicionamento do Brasil na conjuntura internacional, “[...] era visível a existência de dois extremos: no interior das correntes desenvolvimentistas e em meio à esses dois pólos, uma certa variedade de posições” (MARTINS, 1968, p. 20). De um lado estavam os defensores de um desenvolvimento que só poderia ser viabilizado à sombra dos EUA e de sua respectiva liderança, de outro lado estavam os defensores do estabelecimento de um compromisso entre o Brasil e a potência hegemônica central da área e seus respectivos interesses (MARTINS, 1968, p. 68).

Com isso fica perceptível que depois de 1930, os EUA “globalizaram-se”, justificando o fato de ter se transformado num parâmetro de sociedade industrial capitalista (HOBBSBAWN, 1995, p. 259). Esse contexto foi favorável para a “grande invasão imperialista norte-americana”: por estar gozando de plena estabilidade econômica⁴⁹; por estar livre da competição econômica com os antigos países imperialistas europeus (principalmente Inglaterra, França e Alemanha – que ainda não estavam recuperados o bastante para adentrar na competição); por perceber que alguns países como o Brasil, procuravam produzir artigos antes importados, por meio de uma nova burguesia industrial gerada e estimulada pela guerra; e no intuito de afirmar sua hegemonia cada vez mais, os Estados Unidos resolveram “[...] investir capitais nessa parte do continente, construindo eles próprios as fábricas que os brasileiros pretendiam e poderiam construir” (BASBAUM, 1975, p. 197). Um dos frutos deste contexto, se desdobrou nas parcerias entre o empresariado industrial norte-americano e o

⁴⁹ “Tranqüilizada internamente, garantidas suas posições na Europa, desiludida da Ásia, onde povos começam a dar sinais de independência, volta-se a nação americana para a América Latina, o “chinelo velho”, onde povos atrasados e subdesenvolvidos continuavam dominados por Governos corruptos ou corruptíveis, aonde os capitais podiam ser tranqüilamente exportados, pois não exigiam muito.” (BASBAUM, 1975, p. 197).

empresariado industrial mineiro, principalmente em relação aos aspectos e estratégias educacionais da FIEMG.

Nessa etapa, a preocupação era criar no Brasil novas indústrias, que posteriormente (em 1955) atingiriam seu auge e ocasionariam a emergência de uma nova categoria social: “[...] a dos diretores brasileiros de empresas americanas, a dos advogados administrativos, a dos public-relations interessados na política de boa vizinhança com os Bancos e financistas norte-americanos” (BASBAUM, 1975, p. 197). Em uma quantidade cada vez maior, esses homens de negócios participariam ativamente da vida política, além de manterem vínculos estreitos com grandes industriais e banqueiros associados ao capital estrangeiro, de modo a ocupar postos fundamentais tanto nos partidos políticos, quanto da administração estatal: “[...] se tornam instrumentos dos capitalistas estrangeiros, agindo em função desses interesses alienados” (BASBAUM, 1975, p. 228 e 229).

Essa dinâmica de admissão da participação de novos grupos e camadas sociais no processo político foi favorável ao empresariado industrial nacional, uma vez que nela estava a possibilidade de que ele fosse incorporado a essa gama de relacionamentos. Retornando ao viés da conjuntura internacional, esse período iniciado posteriormente a 1945, em que os EUA reinaram soberanamente no trono da economia capitalista mundial e se desenvolveram ainda mais por meio dela, atingiram seu ápice em 1950 de tal modo que esse período é amplamente designado no debate científico de “anos dourados do capitalismo” ou “era de ouro”.

Pois os anos dourados constituíram um fenômeno mundial, ainda que a riqueza por ele gerada nunca fora acessível à maioria da população dispersa pelo globo. “Entretanto, a população do Terceiro Mundo aumentou num ritmo espetacular” (HOBBSBAWN, 1995, p. 255). E em Minas Gerais, os primeiros cinco anos da década de 1950 já anunciavam os anos dourados que o estado iria vivenciar: no Governo Milton Campos, estava em vigência, a elaboração de um Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (FIEMG/SESI, 1998, p. 66). Neste Plano,

Os problemas que estrangulavam o crescimento da economia mineira e os rumos de sua superação foram definidos em bases técnicas e científicas. Setenta e oito por cento dos investimentos previstos no Plano eram destinados ao setor de transportes e apoio à industrialização. Setenta por cento desses recursos seriam investidos exclusivamente em energia e transportes. A Taxa de Serviços de Recuperação Econômica foi instituída através do Decreto-Lei nº 2.153, de 12/7/47, para financiar os projetos governamentais. (FIEMG/SESI, 1998, p. 66).

Ele foi formulado por Américo René Giannetti – considerado a maior liderança industrial do estado, desde 1930 e secretário do Governo Milton Campos (DELGADO, 1997, p. 20). E constituiu a primeira tentativa de planejamento da economia mineira:

Os mineiros assimilaram antes que qualquer outro Estado Brasileiro as idéias de planejamento e da industrialização como caminho para a superação do atraso econômico, daí sua precocidade em termos de elaboração de planos e montagem da infra-estrutura como suporte à industrialização. (DINIZ, 1981, p. 62).

A implementação deste planejamento se justificava pelo esgotamento da economia mineira, causado por diversos fatores (falta de acesso ao mar, localização da estrutura comercial e financeira fora do estado, topografia, problemas de transporte, diminuição da fertilidade da terra, etc..). Conseqüentemente, a centralização típica de qualquer planejamento, era considerada fundamental para o alcance do progresso econômico. Este plano, que deveria ser executado pela Secretaria de Agricultura, tinha uma gama de projetos e programas que cobriam praticamente todas as atividades econômicas e assistenciais de Minas Gerais, porém, a preocupação principal se assentava na industrialização. E uma das principais barreiras que no referido período impedia este processo era a falta de energia elétrica (DINIZ, 1981, p. 63).

Ou seja, o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção se deparou com o problema da energia e dos transportes, ao objetivar transformar a região central do estado de Minas Gerais num pólo fundamental de desenvolvimento do estado. “O Plano de Recuperação, pois, respondia a velhos apelos das classes produtoras de Minas Gerais e, em especial, os formulados pelos industriais.” (DELGADO, 1997, p. 88).

Segundo as quantificações de Diniz (1981, p. 63), do total dos investimentos visados pelo Plano, 78% eram destinados ao transporte e apoio à industrialização, sendo que desta quantia, 67% eram exclusivamente aplicados no programa energético e de transportes. Na elaboração deste plano, a FIEMG teve uma participação expressiva: o diagnóstico e indicação dos rumos a serem tomados pela economia estadual tiveram à sua frente a mais importante elite industrial de Minas e o binômio do Governo de JK iria conferir continuidade à tais medidas (DELGADO, 1997, p. 147).

No que tange aos aspectos educacionais, o plano também tinha algumas ações como foco: o ensino profissionalizante, voltado tanto para a indústria, quanto para a agricultura:

Com a finalidade de viabilizar a política de fomento à produção vegetal, animal e industrial, prevê o plano um programa de desenvolvimento do

ensino profissional e técnico bem como do ensino agrário ambulante e outro visando à criação de cooperativas e ao fomento ao cooperativismo. (COUTO, 1992, p. 139).

A contribuição de Giannetti, como se sabe, industrial de peso, foi considerada ímpar na implementação deste plano. Tanto que, “Convém salientar que nos dias atuais o Plano de Recuperação Econômica é apontado pelos técnicos como o “maior legado de Giannetti para a história do planejamento em Minas Gerais”, estando muito próximo dos ditames científicos.” (COUTO, 1992, p. 141).

Apesar de todos os esforços centralizados no Plano de Recuperação Econômica consolidado no Governo Milton Campos, não houve sucesso em relação aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro – embora os problemas prioritários tivessem sido equacionados.

Em suma, sob o Governo Milton Campos, otimiza-se a modalidade de relação entre o Governo e o empresariado que compunha há bastante tempo a formulação específica da elite empresarial a respeito da questão, além de estreitarem-se os contatos entre as lideranças empresariais e os titulares dos órgãos públicos que, a rigor, constituíam os centros de poder mais importantes de Minas Gerais. (DELGADO, 1997, p. 140).

Porém o seu sucessor, Juscelino Kubistchek, teria um quadro mais ou menos claro da situação econômica de Minas Gerais e de seus respectivos problemas:

O Plano de Eletrificação indicava ao Governo a política a ser seguida no setor. A taxa de Serviços de Recuperação Econômica e o sistema de incentivos à industrialização mostraram-se posteriormente dois importantes instrumentos. Achavam-se pois colocadas as bases para uma nova etapa de política econômica. O Governo seguinte se aproveitaria desses instrumentos e conhecimentos acumulados e sintetizaria sua ação no bem sucedido binômio: energia e transporte. (DINIZ, 1981, p. 71).

Por conseguinte, Juscelino Kubitschek obteve sua posse do Governo do estado de Minas Gerais no início de 1951, sendo altamente favorecido pelo legado do Governo anterior de Milton Campos, que deixou um relativo conhecimento da situação econômica estadual. Desse fato depreendeu que o que impediu o sucesso do Plano foram problemas de cunho técnico e, conseqüentemente, neles se focalizou: para JK, os pontos básicos de estrangulamento à expansão da economia mineira eram os transportes e a energia, que constituíram o lema de seu Governo: “Binômio Energia e Transporte” (DINIZ, 1981, p. 72). Paralelamente, estava à frente da prefeitura da capital mineira, Américo René Giannetti.



Figura 18: Giannetti (Prefeito de BH) e JK (Governador de Minas)

FONTE: COUTO, 1992, p. 147

No final do Governo Milton Campos, a possibilidade de ter Giannetti como Governador do Estado garantia a continuidade necessária à implementação do Plano. O Presidente da FIEMG, no entanto, não consegue a indicação para a disputa do cargo na UDN e Juscelino Kubitschek elege-se Governador com um programa condensado no binômio “energia e transportes”. (DELGADO, 1997, p. 90).

Enfim, foram grandes os esforços mineiros voltados para a construção da infraestrutura que daria suporte à expansão capitalista, que foram concretizados por meio deste plano. No que diz respeito à energia, foi criada a CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A), em 1952, para dar suporte à expansão capitalista em voga. E em relação ao transporte, todas as ações foram voltadas para o sistema ferroviário (DINIZ, 1981, p. 73 e 77).

A criação da CEMIG alavancou um processo que se iniciou em 1940 e que teve respaldo no argumento da disponibilização de energia abundante e barata para as indústrias (FIEMG/SESI, 1998, p. 66). Além disso, a construção civil do estado nesse período cresceu de tal modo que, em virtude do seu alto grau de competência técnica, foram as construtoras mineiras que estiveram à frente da construção de Brasília, além do significativo impulso que também sofreram os setores de móveis e de aparelhos elétricos (FIEMG/SESI, 1998, p. 58). E esta transferência da capital federal para Brasília, muito auxiliou Minas a superar seu isolamento geográfico (DINIZ, 1981, p. 18).

Foi assim que “A conjugação de fatores energia (CEMIG), transportes, ação política do Estado e dinamismo empresarial fizeram com que os anos 50 se constituíssem na década de ouro da industrialização de Minas” (FIEMG/SESI, 1998, p. 66). E além disso, tanto Milton Campos quanto JK, responderam as demandas das entidades empresariais mineiras e

acompanharam sua execução por meio de vários mecanismos (DELGADO, 1997, p. 68). A diferença entre ambos os Governos é que houve uma diferenciação na relação entre Governo e empresariado:

No primeiro ela é bastante estreita, por força mesmo da presença de Giannetti em seu primeiro escalão. Já Kubitschek se elege numa composição em que estão presentes as forças políticas mais tradicionais do Estado. Seu Governo apresentará uma dualidade básica, decorrente da tentativa de conciliar o atendimento a estas forças e a orientação industrializante do titular do Governo. (DELGADO, 1997, p. 156).

Enquanto no Governo Milton Campos as entidades empresariais como a FIEMG se faziam presentes em vários Conselhos da administração pública estadual, no Governo JK, elas estavam mais distantes dos centros de decisão – ainda que neste contexto, tivesse havido vários contatos diretos com Lucas Lopes (Presidente da CEMIG) e inúmeras mesas redondas (DELGADO, 1997, p. 157). Por conseguinte, ao final do Governo de JK, já havia solução para o problema da energia e dos transportes e a Usiminas tinha sua instalação garantida, de modo a assegurar Minas Gerais enquanto pólo siderúrgico.

De toda forma, pode-se afirmar que a expansão da indústria siderúrgica, de 1920 a 1940, proporcionou a emergência de um novo segmento na elite industrial mineira. Respondendo pelos estabelecimentos de maior porte e adotando formas mais complexas de organização empresarial, este segmento, ao contrário dos industriais vinculados à produção têxtil e de alimentos, vai constituir-se fundamentalmente no Centro do estado. É a partir de sua liderança que esta região assume a condição de principal área de concentração industrial de Minas Gerais, dando um fundamento material à perspectiva de estabelecê-la como um pólo que articulasse as diversas regiões do estado. (DELGADO, 1997, p. 53).

Conseqüentemente, a partir da década de 1950, se por um lado a indústria mineira teve o seu perfil marcado pela concentração regional e setorial do ramo siderúrgico, sob a tutela do capital estrangeiro em conjunto com o Estado, por outro lado, não é válido desconsiderar o papel exercido pelo empresariado industrial mineiro entre 1920 e 1940 (período de expansão da siderurgia).

A FIEMG, no período considerado, evolui, pois, de uma entidade dirigida por uma elite empresarial egressa do ramo metalúrgico para um organismo ocupado essencialmente por pequenos sindicatos, no qual vão pontificar as atividades desenvolvidas por seu Departamento de Estudos Econômicos. Não obstante, ela operou como canal efetivo para a implementação do projeto formulado pela elite empresarial mineira nos anos 30 e 40, projeto

este que, em linhas gerais, era compartilhado pela Sociedade Mineira de Engenheiros e Associação Comercial de Minas. (DELGADO, 1997, p. 65).

Desse modo, “o tiro acabou saindo pela culatra”, pois a elite industrial que tivera sido pioneira no projeto estadual de industrialização acabou ficando às margens do processo. Mas por outro ângulo, estavam asseguradas as condições para a operação de uma estrutura econômica integrada e polarizada pelo dominante sistema capitalista de produção (DELGADO, 1997, p. 158).

Os anos dourados traziam em seu interior alianças implícitas e interesses totalmente convergentes com a dinâmica do capitalismo monopolista. E, nesse sentido, ainda que sinteticamente, pode-se observar que

A grande característica da Era de Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores. Contudo, o ímpeto e rapidez do surto econômico eram tais que, durante uma geração, isso não foi óbvio. Pelo contrário, a economia cresceu tão depressa que mesmo nos países industrializados a classe operária industrial manteve ou mesmo aumentou seu número de empregados. [...] Apesar disso, o ideal a que aspirava a Era de Ouro, embora só se realizasse aos poucos, era a produção, ou mesmo o serviço, sem seres humanos, robôs automatizados montando carros, espaços silenciosos cheios de bancos de computadores controlando a produção de energia, trens sem maquinistas. Os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como os compradores de bens e serviços. Aí estava o seu problema central. Na Era de Ouro, isso ainda parecia irreal e distante, como a futura morte do universo por entropia, da qual os cientistas vitorianos haviam avisado a raça humana. (HOBSBAWN, 1995, p. 262).

Já em relação aos anos dourados da industrialização em Minas Gerais, pode-se afirmar resumidamente que,

Os investimentos realizados durante a década de 1950 transformaram Minas Gerais numa das regiões brasileiras mais propícias a realizar seu salto industrial. A criação da Cemig e a construção de mais de 3 mil km de estradas foram o saldo do programa de JK. No setor industrial houve um grande fortalecimento dos setores metalúrgico, siderúrgico (a Usiminas havia sido criada em 1956) e cimenteiro. O parque industrial mineiro especializava-se, assumindo a liderança do setor de bens intermediários. (FIEMG/SESI, 1998, p. 73).

Com JK à frente do Governo mineiro, no início década de 1950, a política econômica mineira já apresentava traços desenvolvimentistas que somente emergiriam no restante do território nacional a partir de 1956:

Ou seja, a Administração de Kubitschek reproduziu, a nível federal, o que já se fazia em escala menor ao nível estadual. Dentro do Programa de Metas, dois setores tiveram repercussão especial ao nível de Minas Gerais: o desenvolvimento da indústria básica e da energia elétrica. (DINIZ, 1981, p. 85).

Todos os projetos que nesse período já se voltavam para a industrialização pesada e eram elaborados em departamentos de estudos econômicos das grandes entidades classistas. Nessas condições, foi fundado em 1948 o Departamento de Estudos Econômicos da FIEMG, sob a direção de um economista designado Jayme Peconick. A inauguração deste departamento significou a abertura de um espaço reservado para a formulação de estratégias que contribuíssem para a consolidação da indústria pesada em Minas Gerais (DULCI, 1999, p. 181). Posteriormente, este departamento teria uma intensa atuação nas estratégias e projetos educacionais da FIEMG.

Já o Estado, entrou efetivamente em cena, ao investir diretamente nas atividades produtivas industriais – com a justificativa de que o capital pertencente ao empresariado industrial era insuficiente e incapaz de implantar por si só dispendiosos empreendimentos de infra-estrutura (siderurgia, energia elétrica, desenvolvimento dos sistemas de transportes, etc.), “[...] o Estado se viu pressionado a atuar muito além do papel de um mero coordenador da economia, transformando-se em investidor” (MENDONÇA, 1986, p. 31). Com efeito, essa “intervenção estatal” maximizava os lucros privados, que foram favorecidos pelas empresas estatais, pois foram elas que proveram as pré-condições necessárias para a acumulação industrial privada. Mas esse favorecimento foi muito adiante: pois além de estabelecer as bases para tal lucratividade, os produtos e serviços disponibilizados pelas empresas estatais eram vendidos por preços mínimos ao empresariado industrial. Isso era possível porque,

Lançando mão, dentre outros expedientes, de sua capacidade tributária – até o limite permissível pelo pacto político do “compromisso” –, o Estado arcaria com o ônus da instalação das unidades essenciais do setor de bens de produção. Tornando-se este setor o detentor da mais moderna tecnologia na época, ele também se tornou aquele de mais elevados índices de incremento da produtividade do trabalho. Em consequência, esses ganhos puderam ser repassados às demais unidades industriais sob a forma de insumos e serviços a menores preços, potencializando o desempenho lucrativo da indústria privada. (MENDONÇA, 1986, p. 32).

Além disso, a política do Estado nesse contexto se apropriou ideologicamente de um caráter nacionalista, de modo a incutir nas representações de certos segmentos sociais importantes convicções:

a) a consciência de que o desenvolvimento ocorrido no país era um reflexo das flutuações do capitalismo mundial; b) a descoberta de que os surtos de desenvolvimento eram relacionados às conjunturas críticas do sistema capitalista; e c) a certeza de que as transformações do sistema econômico se associavam ao grau de nacionalização das decisões sobre políticas econômicas. (MENDONÇA, 1986, p. 36)

Dessa maneira, este nacionalismo consistia numa idéia de industrialização condizente com a idéia de independência econômica, no sentido de romper a subordinação do Brasil aos países centrais – o que por sua vez, acabou por acirrar tal submissão (MENDONÇA, 1986, p. 36). O nacionalismo, correspondente ao Estado nacional, era fundamental para que pudesse ser estabelecido um regime político e uma aliança entre os novos parceiros do poder, sem rejeitar o capital estrangeiro⁵⁰: “Nesse sentido, os conceitos de nação, nacionalismo e nacional seriam alvo da disputa dos grupos sociais diversos que compunham o “compromisso” (MENDONÇA, 1986, p. 37).

O crescimento econômico demandou forte coordenação estatal, até mesmo em relação ao empresariado, para que assim fossem colocados os seus limites aos estreitos horizontes do setor privado (DRAIBE, 1985, p. 19). Estavam estabelecidas, portanto, pela etapa da industrialização restringida, as bases que viabilizaram a efetivação do processo de industrialização no Brasil.

A partir de então, seria implantada no país a industrialização pesada e seu respectivo círculo vicioso de riqueza. Uma fase marcada pela emergência de blocos de investimentos que, por meio de uma ação complementar, provocaram uma grande mudança do sistema produtivo e significativa ampliação da capacidade produtiva tanto de bens de produção, quanto de bens duráveis de consumo (DRAIBE, 1985, p. 13). Nesse mesmo contexto, o eixo composto pelas indústrias dinâmicas da economia atingiu uma taxa média anual de crescimento correspondente a 14,2%, enquanto que as indústrias anuais apresentaram 7,8% nessa mesma taxa (MARTINS, 1968, p. 59)⁵¹. Tais mudanças estão diretamente atreladas ao fato de que no contexto de 1956 a 1962, JK, frente à gestão nacional, abriu as portas da nação para a entrada do fordismo internacional.

Segundo Mello (1984, p. 117), neste referido período, houve a implantação de um bloco de investimentos altamente complementares, que de um lado alterou radicalmente a

⁵⁰ A construção da nação também perpassava pela questão de o Estado deveria ser o responsável pelo controle da classe trabalhadora (MENDONÇA, 1986, p. 37).

⁵¹ Com essas significativas proporções de crescimento, a Companhia Siderúrgica Nacional inaugurada no primeiro Governo Vargas, sofreu uma ampliação e, além disso, tanto a Petrobrás quanto o setor estatal produtor de energia elétrica também sofreram uma expansão (FIORI, 1995, p. 129).

estrutura do sistema produtivo por meio de profundo salto tecnológico e que de outro lado, ampliou a capacidade produtiva muito a frente a demanda que preexistia até então.

Há, portanto, um **novo padrão de acumulação**, que demarca uma nova fase, a as características de expansão delineiam um **processo de industrialização pesada**, porque este tipo de desenvolvimento implicou um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo antes de qualquer expansão previsível de seus mercados⁵². (MELLO, 1984, p. 117).

Nesse momento, a atuação do estado, foi decisiva para o provimento da infra-estrutura industrial e das indústrias de base, de modo a impulsionar o notável desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho – pré-requisitos básicos para a industrialização pesada (DRAIBE, 1995, p. 19). Conseqüentemente, as relações entre o Estado e a economia brasileira durante o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foram notavelmente aprofundadas: “O poder público passara a atuar no sistema econômico do País lançando mão de todos os recursos disponíveis. Essa atuação destinou-se a acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro.” (IANNI, 1971, p. 152).

E no que se refere à Minas Gerais, “[...] a presença de um mineiro na presidência da República abria possibilidades à conquista de velhas aspirações dos empresários do Estado, como aliás se verifica com a Usiminas.” (DELGADO, 1997, p. 133).

Logo, o gasto público foi ampliado, no intuito de mobilizar recursos financeiros a favor do estabelecimento da industrialização pesada. “Coube-lhe, ademais, uma tarefa essencial: estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo, claramente, um esquema de acumulação e lhe concedendo generosos favores” (MELLO, 1984, p. 118).

Se por um lado, Estado e grande empresa oligopolista internacional comandavam o processo de industrialização pesada, por outro lado, embora não tivessem um sólido alicerce para sustentarem sozinhos os problemas de tal processo, os interesses concretos do capital industrial nacional não deixaram de ser atendidos (MELLO, 1984, p. 119). Além disso, a industrialização pesada favoreceu a forte expansão do capital industrial nacional, pois as empresas estrangeiras estimularam o surgimento, crescimento e expansão das pequenas e médias empresas brasileiras, “[...] conformando-se um oligopólio diferenciado, nucleado pela grande empresa estrangeira, com um cordão de pequenas e médias empresas nacionais, tanto

⁵² Grifos do autor.

fornecedoras, quanto distribuidoras” (MELLO, 1984, p. 120). É possível depreender que, “Em suma, há na expansão uma profunda solidariedade, ao nível da acumulação, entre Estado, empresa internacional e empresa nacional, o que não elimina, evidentemente, fricções de ordem secundária” (MELLO, 1984, p. 121).

Com todas as mudanças ocorridas na base produtiva do país, ou seja, na estrutura industrial, foram desembocadas outras mudanças que se expandiram entre as mais diversas esferas da sociedade:

Nesse período, expandiu-se e fechou-se a fronteira agrícola, criaram-se novos e poderosos complexos agro-exportadores e agro-industriais e, simultaneamente, desfez-se e fragmentou-se a pequena propriedade tradicional, liberando ou expulsando populações forçadas a uma migração interna descontrolada, a qual mudou o panorama sócio-econômico e cultural de nossa mão-de-obra. Oligopolizaram-se e internacionalizaram-se novos setores produtivos, dando origem o expandindo os complexos metal-mecânicos e petroquímicos responsáveis pelo surgimento de uma moderna classe operária. Cresceram as cidades, as massas marginais e as classes médias, ligadas ou não a uma burocracia estatal em expansão com o crescimento do setor público da economia. (FIORI, 1995, p. 133).

Logo, o que predominou nesta etapa⁵³ foi a “[...] implantação do sistema produtor de bens de consumo durável de valor unitário alto ou relativamente alto” (MARTINS, 1968, p. 55). O seu marco está na grande entrada de capitais estrangeiros no setor industrial e no destaque da indústria automobilística – enquanto expressão mais significativa desta fase⁵⁴ (MARTINS, 1968, p. 56). Desse modo, o setor de ponta da acumulação, foi o Departamento III ou produtor de bens de consumo duráveis – para ele eram direcionados todos os estímulos econômicos do Governo (MENDONÇA, 1986, p. 45).

Os setores mais dinâmicos se concentravam na região sudeste do país, mais especificamente em São Paulo, onde a indústria automobilística associada ao capital estrangeiro se destacava. Mas outros setores como o da metalurgia, que se destacara no estado de Minas Gerais, também tinha uma contribuição essencial para a dinamicidade da economia – ainda que fosse reduzida em relação ao desempenho dos grandes centros industriais.

Além disso, a produção de aparelhos eletrodomésticos e o setor de construção civil também se destacavam no estado mineiro – ainda que não tanto quanto o setor metalúrgico.

⁵³ A estrutura industrial do país foi substancialmente modificada, por terem sido efetivados nesta etapa os ramos modernos (metalurgia, materiais elétricos, comunicações e transportes), que predominaram em relação aos ramos tradicionais (têxteis, alimentos, bebidas, etc.) (MENDONÇA, 1986, p. 55).

⁵⁴ A indústria automobilística foi o “carro-chefe” desse novo padrão de acumulação, por estar diretamente ligada ao desenvolvimento dos demais setores (MENDONÇA, 1986, p. 54).

Logo, o que atraía o capital estrangeiro para Minas eram as atividades relacionadas com o aproveitamento de recursos naturais, mas somente isto era pouco mediante as facilidades econômicas disponibilizadas pelos grandes centros urbanos e industriais como São Paulo (DINIZ, 1981, p. 19).

Sob a ótica do desenvolvimento regional fundamentado em fatores de mercado, Minas Gerais e outros estados brasileiros atuaram ativamente na fase pioneira da indústria no país, nos mesmos moldes de São Paulo. Tal ciclo processou-se nesses vários estados de forma semelhante: dependeu de circunstâncias econômicas ligadas à disponibilidade de capitais, de mercado de força de trabalho (DULCI, 1999, p. 32)⁵⁵.

No entanto, a entrada de capital estrangeiro e as respectivas produções que ele acarretou no setor automobilístico e de aparelhos eletrodomésticos que por sua vez se tornaram a parte mais dinâmica da economia demandou um grande fluxo de importações de máquinas e equipamentos para que tais produtos fossem fabricados e, pior do que isso, a remessa dos lucros obtidos não permanecia no Brasil, mas eram enviadas para os países onde situavam as matrizes dessas multinacionais.

Todas essas mudanças na estrutura industrial brasileira se deram em função do fato de que a gestão de Juscelino Kubitschek, em vigência nesse mesmo momento, se rompeu quase que totalmente com a política econômica de Vargas, de modo que além de ter sido redefinido, o setor industrial passou a ser privilegiado pelo estado e houve a emergência de novas estratégias financiadoras da industrialização no país (MENDONÇA, 1986, p. 45).

Nesse sentido, a novidade não estava no fato da expansão e mobilidade das atividades de empresas estrangeiras que, apesar de terem suas matrizes em seu país de origem, descentralizavam seu processo de produção em várias partes do globo, mas sim no fato da abrangente escala dessas entidades transnacionais, haja vista que além das empresas norte-americanas, várias empresas de outros países também incorporaram essa mesma tendência (HOBBSAWN, 1995, p. 273).

A partir daí, intensificou-se um movimento da economia brasileira, o qual mais a frente viria aprofundar o país numa extrema vulnerabilidade aos ditames do capital internacional e subordinação às leis do imperialismo⁵⁶. E daí adiante, estava estabelecida uma

⁵⁵ Para Dulci (1999, p. 33), o desenvolvimento regional foi basicamente viabilizado, internamente, na esfera econômica por São Paulo e na esfera política por Minas Gerais e Rio Grande do Sul; e externamente, na esfera econômica por Paraná e Goiás e na esfera política pelo Nordeste e pela Amazônia.

⁵⁶ Com efeito, Mendonça (1986, p. 48) destacou o “porém” de que essa abertura do Brasil ao capital estrangeiro era uma faca de dois gumes: “Por um lado resolvia-se a contradição crucial do modelo anterior, liberando-o da dependência do desempenho do setor agrário-exportador. Por outro, semeavam-se novas contradições que, surgidas no médio prazo, revelariam as fragilidades da dependência brasileira.”

vinculação entre a política exterior e o desenvolvimento econômico brasileiro, de modo que ambos eram condicionados pelas estruturas econômica e política (a primeira condicionando a segunda) (MARTINS, 1968, p. 50).

Graças à Instrução 113⁵⁷, a expansão industrial apresentou números expressivamente significativos, que na verdade apontavam para o favorecimento do câmbio para a entrada de equipamentos estrangeiros no país em virtude do proporcional prejuízo do capitalismo nacional (BASBAUM, 1975, p. 227). Entre 1957 e 1959, cerca de 100 empresas ou se associaram ou se entregaram ao capital americano (até mesmo as dos setores mais conservadores e tradicionais, como por exemplo, os Matarazzo), de modo que os proprietários de tais empresas tomaram partido ao capital americano e aos interesses imperialistas para que por eles fossem beneficiados (BASBAUM, 1975, p. 237).⁵⁸

Na verdade, a instrução 113 consistiu em apenas um dentre vários compromissos assumidos pelo poder público na década de 1950, com o objetivo de favorecer a entrada de capital e de tecnologia no país, e à saída de lucros, dividendos e amortizações. Por exemplo, em 1953, foi lançada a instrução nº 70, por meio da qual a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) substituiu a CEXIM (Carteira de Exportações e Importações) – o que significou uma adoção por parte do Governo, das diretrizes que facilitassem o financiamento da importação de máquinas e equipamentos necessários para o funcionamento e expansão da economia no Brasil (IANNI, 1971, p. 129 e 171).

Para não perder mercados ou sua participação nas decisões acerca do crescimento da economia, as políticas das empresas estrangeiras deviam ser compatíveis com o processo interno de reprodução do capital (OLIVEIRA, 1981, p. 50). Daí em diante, se inaugurou efetivamente no Brasil, o monopólio das corporações, mediante a tendência do capital internacional de financiar a formação de uma estrutura político-administrativa (LUCENA, 2004, p. 36). Por trás dessa tendência, estava oculta uma estratégia de controle econômico e social por parte dos grupos que representavam o capital internacional, com a justificativa de

⁵⁷ O capital estrangeiro foi atraído para o país durante o Governo transitório Café Filho, por meio de um o conjunto de facilidades agregadas na Instrução 113 da Superintendência da Moeda e Crédito (Sumoc), na qual além de permitir a entrada de capital estrangeiro sem cobertura cambial, levou o capital nacional a se associar compulsoriamente com as multinacionais – se ele quisesse ser também beneficiado (MENDONÇA, 1986, p. 48). Acarretando consequências danosas para a economia nacional, a Instrução 113 – criada pelo Ministro da Fazenda e homem de negócios de renome nacional Eugênio Gudin – marcou o início da desnacionalização da indústria brasileira: “[...] através dela reconhecia-se às empresas estrangeiras interessadas em operar no Brasil, a concessão de favores cambial para transferir de seus países de origem, maquinarias industriais depreciadas, como se fossem equipamentos novos, embora já funcionando aqui indústrias nacionais similares” (BASBAUM, 1975, p. 219).

⁵⁸ Tal fato, também se comprova no diálogo com as fontes, abordado no capítulo a seguir. Uma tendência recorrente na economia mineira e na dinâmica da FIEMG.

que havia uma necessidade de tornar mais capitalistas os países que ainda não eram (LUCENA, 2004, p. 36). Nesse momento, no qual os Estados Unidos gozava de sua supremacia que substituiu o “velho imperialismo”, foram estabelecidas diretrizes de política externa “especial” para os países coloniais e dependentes como o Brasil nas suas respectivas regiões, como o caso de Minas Gerais (IANNI, 1971, p. 154).

O Estado, mediante tal situação, na qual era concomitantemente banqueiro e investidor, optou pela inflação, para não afetar as classes proprietárias e seus respectivos lucros (MENDONÇA, 1986, p. 48). Além disso, a ideologia nacional-desenvolvimentista conseguiu cooptar o envolvimento dos trabalhadores no projeto 50 anos em 5, em função do fato de que com o aceleração do crescimento industrial, a massa total de empregos foi ampliada, compensando mesmo que temporariamente, os efeitos perversos sobre os salários e o custo de vida (MENDONÇA, 1986, p. 49).

Ou seja, no quadro de consolidação do capitalismo monopolista no país, o Estado foi se transformando paulatinamente, ou melhor, se ajustando aos ditames do capital internacional, ao se compatibilizar com a dinâmica do mercado mundial e da hegemonia da grande indústria: “O Estado assumiu um outro papel, tornando-se progressivamente essencial ao próprio desenvolvimento das forças produtivas, um aliado do capital, indispensável para a imposição de uma nova sociedade” (LUCENA, 2004, p. 41). Estava em voga, um Estado altamente interventor e forte o bastante no sentido de possibilitar e favorecer o amplo movimento do capital. Coube ao Estado definir as bases da associação com as empresas estrangeiras, isso porque devido ao fato dele ter tido experiências anteriores com planejamento econômico, essa não fora sua preocupação, pois

[...] pôde o Governo, na gestão Kubitschek, executar sua mais séria e ambiciosa experiência de planejamento integrado: o Programa de Metas, originado dos diagnósticos do grupo CEPAL-BNDE, formado em 1952, com integrantes da Comissão Econômica para a América Latina e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. (MENDONÇA, 1986, p. 50).

Pois nesse momento, pouco importava identificar se o Governo JK estava próximo ou distante de um planejamento acabado: “[...] o importante é reconhecer que os meios e os fins objetivados não apenas eram coerentes entre si, como não foram logrados” (OLIVEIRA, 1981, p. 48).

No período entre os anos de 1955 e 1960, no qual a indústria brasileira deu um passo efetivamente qualitativo, acarretou-se uma real expansão e diferenciação da estrutura industrial, que foi articulada pelo Estado e o seu primeiro plano global de ação, que foi o

Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek: “A participação estatal na formação bruta de capital fixo passa de 3,1% para 8,2%, e os investimentos estatais globais aumentam a uma taxa aproximada de 15% ao ano em termos reais, criando-se vinte e três novas empresas públicas no período” (FIORI, 1995, p. 129). Logo, não faltaram motivos nem dados para se reconhecer que este Governo foi precisamente o mais desenvolvimentista de todos.



Figura 19: O Presidente Juscelino Kubitschek apresenta ao país o Plano de Metas

FONTE: <http://www2.fiemg.com.br/exposicao%5Findustria/painel-32.htm>

Ao elaborar o Plano ou Programa de Metas, o que Juscelino tinha em mente eram os desafios que ele enfrentara ao governar o estado de Minas Gerais, que consistiram em solucionar concomitantemente os problemas da educação, da modernização da agricultura e da industrialização (SILVA, 1983, p. 119). Mas como isso seria impossível, priorizou-se acima de tudo a industrialização e seus respectivos pressupostos.

A partir de então, juntamente com a USIMINAS, o Programa de Metas vinha favorecer a indústria mineira, e, seus setores que se consideravam mais preparados aproveitaram, a ocasião da aceleração da expansão do mercado nacional (DINIZ, 1981, p. 88).

Além do Plano de metas que objetivava atingir patamares de pleno desenvolvimento industrial, a outra constante do Governo de Juscelino Kubitschek foi a construção de Brasília, a nova capital do país.

Demonstrando possuir uma tremenda energia, a extraordinária capacidade de trabalho (foi o único Presidente que jamais tomou férias durante o período em que dirigiu o país) conseguiu realmente mobilizar Ministérios, institutos, repartições, que modorravam na burocracia e na inércia. Com seu avião presidencial, visitou todo o país, jamais parando mais de três dias no palácio

presidencial, a ponto de ser cognominado de Presidente voador. (BASBAUM, 1975, p. 223).

Esta construção da nova capital em Brasília veio beneficiar o estado de Minas Gerais:

Com a construção de Brasília, Minas Gerais tornou-se passagem obrigatória para as ligações entre a nova capital e os centros econômicos e políticos mais importantes do país, São Paulo e Rio de Janeiro. Brasília, foi assim a oportunidade para acelerar a superação do isolamento geográfico em que se encontrava o Estado. [...] Assim, os transportes, que até então continuavam sendo o maior fator de estrangulamento para a expansão econômica mineira, tiveram oportunidade de solução acelerada com a implantação de Brasília. (DINIZ, 1981, p. 96).

O Plano de Metas⁵⁹ é considerado um marco no Governo de JK, por ter reelaborado as relações entre o Estado e a economia: nele, pela primeira vez, estavam integrados no mesmo planejamento, sob a tutela do Governo, atividades do capital público e do capital privado – de cunho nacional e estrangeiro. Em síntese,

O Programa de metas do Presidente Juscelino Kubitschek elaborado com estudos e pareceres de autoridades de cada assunto, constituía-se de uma série de programas setoriais e investimentos destinados a orientar a execução de obras e expandir ou implantar indústrias e serviços indispensáveis ao equilibrado desenvolvimento do País. (SILVA, 1983, p. 119).

As metas foram estabelecidas com base em quatro áreas de atuação, consideradas essenciais para o desenvolvimento econômico (setor energético, setor de transportes, setor de alimentação, e setor de indústrias de base – o mais fundamental de todos), de modo que todos os objetivos fossem voltados para elas e caso a eficácia não fosse quantitativamente constatada num certo prazo, o programa sofreria revisões (SILVA, 1983, p. 120 e 121). “Dessa forma, se lograva capitalizar politicamente o debate em torno das realizações do Programa de Metas, produzindo-se “efeitos-mágicos” sobre a população das grandes e médias cidades, engajada no sonho da modernização e de um novo e promissor way of life..”. (MENDONÇA, 1986, p. 51 e 52). Um novo modo de vida, ou melhor, de viver e trabalhar, era o que justificava as parcerias entre o empresariado mineiro e o empresariado norte-americano, tendo como foco a modernização.

⁵⁹ É possível sintetizar o Plano de Metas em dois níveis: um a curto prazo (no qual o processo de acumulação capitalista seria acelerado por meio da expansão da produtividade de investimentos já concretizados ou em vias de se concretizar) e em médio prazo (por meio do aumento do nível de vida da população, de modo que o que superaria a miséria seria a abertura de um novo modo de emprego e pela consolidação de um novo modo de viver) (MENDONÇA, 1986, p.51).

Para Ianni (1971, p. 155), o que explica em boa medida o clima favorável para a formulação e execução do Programa de Metas eram duas tendências: as que eram próprias do subsistema econômico brasileiro, que por sua vez, se combinavam com as tendências do sistema capitalista mundial, sob a hegemonia norte-americana.

As medidas expressas no Plano de Metas destinadas a aumentar e expandir a hegemonia das classes dirigentes na economia brasileira se deu no âmbito interno, pelas próprias classes dirigentes (OLIVEIRA, 1981, p. 49). A elaboração do projeto desenvolvimentista realizada por Juscelino Kubitschek foi influenciada pelo contato que ele tinha com as idéias dos principais líderes empresariais do país, que eram adeptos de uma linha de pensamento econômico em que se acreditava que os únicos meios de superar a situação de subdesenvolvimento seriam o planejamento econômico e a intervenção estatal. Tanto que muitos desses líderes, como por exemplo, Lídio Lunardi e Lucas Lopes foram convidados (e aceitaram) o convite de compor os conselhos e grupos executivos mais importantes do Governo, para atuar na formulação de projetos nas áreas de infra-estrutura e industrialização⁶⁰. Essa convivência, de certa forma, representou uma continuidade do relacionamento de Getúlio Vargas, no período 1930-1945, com Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen e Américo René Giannetti, dentro, porém do marco institucional “democrático” (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 63).

Os projetos da gestão de JK demonstravam que ele conseguira se articular com diversos setores: empresários, trabalhadores, setores mais conservadores de base agrária, militares, etc. Foi assim que “Esse arranjo político fez com que o mandato do Presidente transcorresse com relativa tranquilidade, uma vez que o crescimento econômico permitia o atendimento de demandas dos segmentos sociais mais organizados” (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 62 e 63).

Como consequência, a participação de representantes sindicais nas decisões governamentais estratégicas foi intensificada e o Estado subvencionou certos produtos para que fossem abrandados os efeitos das perdas do poder aquisitivo (MENDONÇA, 1986, p. 53). Foi aqui que os representantes sindicais encontraram um espaço para participar das decisões governamentais, que no caso mineiro, estavam associados à FIEMG e foi dessa maneira que o empresariado mineiro transitou entre as esferas política e econômica.

⁶⁰ “[...] as entidades empresariais participarão de uns sem número de conselhos, comissões permanentes ou provisória, configurando um modelo de relação com o Estado que privilegia os canais inscritos nos órgãos e ramos do aparelho administrativo do Estado.” (DELGADO, 1997, p. 111).

As lideranças do empresariado mineiro representadas pela FIEMG, Sindicatos patronais e pela entidade máxima da indústria, a CNI – Confederação Nacional da Indústria (presidida entre 1956 e 1960 pelo mineiro Lídio Lunardi), apoiavam a política do Presidente Juscelino Kubitschek, constituindo um dos pilares do sistema de alianças políticas que o sustentou. (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 63).

Disso é possível depreender o quanto era complexo o jogo político do período. O Estado fazia vistas grossas a várias questões, e atuou atenuando os efeitos de sua política econômica, de modo a promover sucessivos reajustes salariais ou possibilitando a intensificação da participação dos dirigentes sociais nas decisões sociais mais importantes, para que assim houvesse um relativo equilíbrio no seu relacionamento com o movimento operário (MENDONÇA, 1986, p. 58 e 59). Conseqüentemente, foi gerado no meio empresarial, um quadro de insatisfação⁶¹, de modo a reivindicar, por meio de seus respectivos sindicatos, uma revisão dos níveis salários mínimos que tinham sido decretados para a indústria mineira.

Enfim, voltando à problematização do Governo Juscelino Kubitschek e da efetiva consolidação da industrialização no Brasil, é possível constatar que, contemporâneo a outros nacionalismos⁶², o nacionalismo de cunho desenvolvimentista, que vigorou durante tal gestão, como se sabe, era favorável ao capital estrangeiro, desde que ele fosse controlado pelo Estado e procurasse conciliar interesses oriundos de diferentes setores sociais, como por exemplo, os do empresariado industrial nacional. Ou seja, é possível perceber a forte presença, ainda que modificada, de um Estado de Compromisso, nos mesmos parâmetros daquele ocorrido no período de 1930.

O nacional-desenvolvimentismo teve seu discurso elaborado no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros):

Criado em 1955, sob o “patrocínio” do Ministério de Educação e Cultura, o ISEB teria por objetivo pensar o desenvolvimento do país, seus problemas e alternativas de superação [...]. Congregando intelectuais importantes das mais diferentes tendências, o Instituto promovia cursos, palestras, e encontros a partir dos quais se difundiu a matriz de pensamento responsável pela mobilização social para o “progresso” do país. No dizer de Caio Toledo,

⁶¹ Pois o aumento do salário mínimo afetava nocivamente e principalmente pequenas e médias empresas do interior, pertencentes à economia tradicional, que seriam prejudicialmente atingidas pelas conseqüências da concentração de capital e pelas pressões do movimento operário sindical (GONTIJO e NUNES, 1999, p. 65).

⁶² Havia por exemplo, o nacionalismo neoliberal defendido pela UDN (favorável à abertura ao capital estrangeiro enquanto necessidade vital e sua não submissão ao controle estatal) e o nacionalismo radical defendido pelos adeptos ao PCB, alguns setores de esquerda do PTB e do grupo varguista remanescente (que se contrapunha à abertura do país ao capital estrangeiro, por considerar que tal fato conduziria a uma relação de subordinação entre centro e periferia do capitalismo) (MENDONÇA, 1986, p. 60).

o ISEB se tornaria uma verdadeira “fábrica de ideologias”, legitimadoras das transformações econômicas em curso no período. (MENDONÇA, 1986, p. 61 e 62).

Oriundo do período no qual Juscelino Kubitschek Governou o país, período no qual também atingiu sua plena vigência, o ISEB veio teorizar o desenvolvimento do país, promovendo-o e incentivando por meio da elaboração da ideologia nacional desenvolvimentista. Conseqüentemente, o nacionalismo foi a ideologia hegemônica dentro do ISEB, principalmente no Governo de JK.

Com isso, o ISEB emergiu da necessidade do Estado em providenciar agências que tratasse de modo racional o surto do desenvolvimento brasileiro (TOLEDO, 1997, p. 41). Dessa maneira, enquanto norteador ideológico do projeto nacional desenvolvimentista o ISEB⁶³ reuniu intelectuais brasileiros no intuito de produzir um conjunto doutrinário que fundamentasse tal projeto. Ele foi gestado por um grupo de intelectuais designado “Itatiaia” que, no ano de 1953, tentaram convencer o Ministro da educação da época (Cândido Mota Filho) do quanto seria relevante para o Governo, formar um grupo que lhe provesse o assessoramento necessário pra todas as responsabilidades e matérias que o Estado capitalista lhe impusesse, por meio da criação de um Instituto de Estudos e Pesquisas com vínculos diretos com o Ministério da Educação e da Cultura (TOLEDO, 1997, p. 203). Nos dois anos posteriores, o ISEB (ainda com distinta designação – IBESP – Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas), se revelou frágil e precário, até que, em 1955,

A experiência dessas limitações pressiona no sentido de se criar uma instituição de projeção nacional e juridicamente melhor definida. Em meados de 1955, a reivindicação de alguns setores da vida nacional – interessados que estão no “incentivo e na promoção do desenvolvimento nacional” – leva o Presidente da República a constituir o ISEB. (TOLEDO, 1996, P. 204).

Como constava no seu Regulamento Geral, por um lado, o ISEB fora criado pelo Ministério da Educação e da Cultura e submisso ao Ministro de Estado. Mas por outro lado, contraditoriamente, também constava no mesmo documento, que o ISEB era uma instituição

⁶³ “O Instituto Superior de Estudos Brasileiros foi criado em 14 de julho de 1955 (Decreto nº 57.068) por João Café Filho, que assumira o Governo diante do suicídio do Presidente Getúlio Vargas. Foi extinto a 13 de abril de 1964, por força do decreto nº 53.884, assinado por Pachol Ranieri Mazzili, que respondia provisoriamente pela presidência da República logo após a deposição do Presidente João Goulart” (TOLEDO, 1997, p. 203). E na sua fundação, tal Instituição era composta por três órgãos: Conselho Consultivo, Conselho Curador e Diretoria Executiva. Mas além de tais órgãos, o ISEB também tinha como alicerce, a sua parte docente, composta por cinco departamentos, que por seu turno, eram responsáveis pela organização dos cursos e de atividades culturais (TOLEDO, 1997, p. 204).

dotada, em termos administrativos, de autonomia e em termos de liberdade plena, no que se referia à pesquisa, à opinião e à cátedra (TOLEDO, 1997, p. 204).

O objetivo do grupo era a “[...] ambição de intervir praticamente na realidade socioeconômica, através de uma ideologia dotada de força crítica, originada nas consciências capazes de “forjar” transformações e enraizada no processo histórico que estaria pressionando no mesmo rumo” (TOLEDO, 1997, p. 19).

O pensamento isebiano tinha em suas bases, tal qual foi anteriormente afirmado, uma percepção dualista da sociedade brasileira, além de eleger a burguesia industrial enquanto vanguarda capaz de suscitar uma possível revolução no Brasil. Com efeito, na percepção dos isebianos, bastante cartesiana por sinal, a sociedade era concebida por meio de paradoxos: de um lado os setores dinâmicos e produtivos e de outro os estáticos e parasitários – além disso, amplos setores abrigavam fracções das três classes fundamentais (burguesia, classe média e proletariado) (TOLEDO, 1997, p. 133).

Sob o viés de tal pensamento, o que conferia a situação de atraso do Brasil no quadro da divisão internacional do trabalho, era sua condição inferior de país agrário exportador. Por isso, era aceitável qualquer contribuição que fosse favorável ao desenvolvimento do Brasil, até mesmo a incorporação do capital estrangeiro (MENDONÇA, 1986, p. 62). Por conseguinte, o consenso que os pensadores isebianos tinham entre si era “[...] a necessidade de uma ideologia que preparasse para o desenvolvimento” (MENDONÇA, 1986, p. 63).

Outro objetivo do ISEB era formar elites, para que as mesmas estivessem aptas para a batalha pelo desenvolvimento. Tanto que, alguns de seus atores raramente destacavam pontos “negativos” do Governo JK, enquanto que por outro lado, muito ressaltavam os aspectos “positivos” do período desenvolvimentista. Logo, Toledo afirma que nos ensaios isebianos nunca foi executado um exame crítico-sistemático das realizações de todo o Governo de JK.

Com isso, se pretende dizer que, no seu início interessava ao Governo JK a utilização do ISEB “como instrumento ideológico” para a propaganda do desenvolvimentismo, aos poucos esse interesse será atenuado em razão de uma certa discrepância quanto à compreensão que se passa a ter do desenvolvimento nacional (suas contradições, limites, dificuldades etc.). Enfim, não se dispensarão definitivamente os serviços do ISEB, mas o controle ideológico, por parte do Governo, não será rígido nem absoluto. (TOLEDO, 1997, p. 158).

O ISEB foi a instituição responsável pela disseminação de uma ideologia de classe, formuladora de uma teoria da estrutura social e porta-voz dos interesses dos grupos dominantes. No ideário do ISEB,

[...] anulam-se os conflitos de classe determinados no processo produtivo, surgindo, em seu lugar, um corpo social unificado pelo esforço de alcançar o progresso, anunciado como necessidade histórica, como verdade do conhecimento, como alvo da política. A nação se edifica mediante a indústria brasileira, a atividade coletiva, a harmonia da unidade nacional, são ao mesmo tempo, a defesa da classe produtora autenticamente brasileira, portadora do progresso. (TOLEDO, 1997, p. 19).

Por fim, no que se refere ao ISEB, Toledo (1997, p. 1999), a guisa de conclusão, aponta que embora tenha sido fundado enquanto porta-voz oficial das ideologias desenvolvimentistas governamentais, ele foi muito além:

Se uma relativa autonomização da produção isebiana em face do Estado e das camadas dominantes pode ser admitida, não se deve, contudo, deixar de assinalar que a instituição – coincidindo com aquilo que era substancial nas ideologias oficiais e dominantes – nunca deixou de postular o desenvolvimento econômico brasileiro sob moldes estritamente capitalistas. (TOLEDO, 1997, p. 199).

Além do ISEB, as contribuições Cepal também forneceram sustentação analítica e conceitual para a construção da supremacia do Estado desenvolvimentista, de modo “[...] que suas idéias centrais acabaram ocupando um espaço decisivo nas lutas políticas que cercaram as transformações econômicas e sociais vividas pelo continente nas últimas quatro décadas” (FIORI, 1995, p. 123 e 124).

Em relação aos trabalhadores, essa ideologia predominante foi incutida neles de tal maneira que, havia a “necessidade” de que o processo de industrialização fosse efetivado a qualquer custo, para que assim o Brasil passasse a pertencer ao âmbito das nações mais desenvolvidas do mundo. Conseqüentemente, foi nessa perspectiva que a ideologia nacional-desenvolvimentista passou a ser percebida por eles como uma maneira de viver e trabalhar, um modo de vida. E todo esse processo realmente teve como um de seus desdobramentos a ascensão social, embora acompanhado de uma crescente precarização do trabalho, em decorrência da maior intensidade de exploração.

Mas na verdade, a taxa de exploração da força de trabalho se elevou em virtude do esforço de acumulação (pois essa taxa é que fornecia os excedentes externos para essa acumulação): “A intensa mobilidade social do período obscurece a significação desse fato,

pois comumente tem sido identificada com melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, que ao fazerem-se urbanas comparativamente à sua extração rural, estariam melhorando” (OLIVEIRA, 1981, p. 51).

Estava em voga o sindicalismo político, no qual o discurso do nacionalismo-desenvolvimentista substituiu a temática da luta de classes da expropriação do capital privado nacional, para que assim fosse reforçada a idéia de que acima de tudo estavam os problemas da sociedade como um todo e, que perante isso, as reivindicações particulares do proletariado e do movimento sindical tornavam-se irrisórias (MENDONÇA, 1986, p. 66).

Por parte do empresariado industrial nacional, enquanto houvesse eficácia na manutenção da estabilidade social, ele estaria ligado ao pensamento isebiano, afinal, “[...] foi sob sua proteção e abrigo que se desenvolveu a organização interna da classe, tanto em termos da criação de núcleos de debate, quanto em termos da definição dos canais de expressão dos interesses industriais” (MENDONÇA, 1986, p. 67).

O que acontecia era que não havia competição, mas sim uma inter-relação ou uma relação de complementaridade entre capital estrangeiro, capital privado nacional e controle estatal dos recursos básicos, que mais uma vez desembocava em um Estado de Compromisso – pois, como afirma Mendonça (1986, p. 66) e outros autores, o empresariado nacional jamais se posicionou a favor de uma industrialização autônoma e assumira as bases do modelo da internacionalização. Até porque, “Uma vez que o capital, os técnicos e os equipamentos estrangeiros se dirigissem para áreas em que a indústria nacional não atendesse satisfatoriamente o mercado, os empresários nada teriam a opor à colaboração externa” (MENDONÇA, 1986, p. 66 e 67).

Já em relação ao Estado, sem se opor à sua intervenção, o empresariado industrial nacional estabeleceu limites ao controle estatal dos meios de produção, justificando que essa esfera era prioritariamente de domínio privado: “Ao Governo só caberia investir naquelas áreas onde o volume de recursos ultrapassasse a capacidade da burguesia ou então onde estivessem envolvidos problemas de segurança nacional” (MENDONÇA, 1986, p. 67).

No intuito de obter certa autonomia frente à estrutura corporativa oficial, a liderança empresarial elaborou enquanto alternativas núcleos representativos de seus interesses: “Ressentidos com a eleição proporcional para a Confederação Nacional da Indústria – que garantia um só voto por estado nas eleições à diretoria – os grupos paulistas organizaram associações civis paralelas à estrutura sindical oficial” (MENDONÇA, 1986, p. 67). Um exemplo é a ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base), que em função de suas sedes regionais, possibilitou um “[...] importante avanço nos processos

de articulação interna da classe e de consolidação de seu poder de pressão política” (MENDONÇA, 1986, p. 67). Desde então, o empresariado tinha seus interesses duplamente representados, primeiramente por uma estrutura oficial (Confederação Nacional das Indústrias) e outra paralela (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base). Sem contar, que como os próprios rumos históricos revelam, as condições eram cada vez mais favoráveis ao fortalecimento e expansão da FIEMG e seus respectivos departamentos.

Contudo,

Por mais nocivos aos interesses nacionais que possam ter sido, os resultados do Plano de Metas foram, sem dúvida, exitosos do ponto de vista quantitativo. Enquanto se previra a construção de 10 mil km de novas rodovias, elas estenderam-se por mais de 20 mil km. Enquanto a potência hidrelétrica em 1955 era de 3 milhões de kw, em 1961 a capacidade instalada atingira 4 milhões e 750 mil kw. Muito mais expressiva foi a rapidez do crescimento da produção petrolífera, que saltou dos 2 milhões de barris/ano em 1955, para 30 milhões em 1960. Também no setor de bens de produção houve ganhos notáveis, em particular na siderurgia, cuja produção passou de 1 milhão e 150 mil toneladas de aço (1955) para 2 milhões e 500 mil em 1960. (MENDONÇA, 1986, p. 54).

A instauração de empresas multinacionais no Brasil foi propícia tanto para as empresas nacionais (de grande porte), quanto para as empresas estatais, pois sua consolidação atingiu toda a estrutura industrial brasileira – mesmo apesar de ter sido a causa da situação de dependência e excludência cada vez mais acentuada no país.

Com a instalação das empresas estrangeiras no território brasileiro – superiores às empresas nacionais, em termos de capital e em termos tecnológicos, além de contarem com o respaldo do Estado – foi provocada uma situação de dependência das segundas às primeiras, pois “Instalava-se, assim, um padrão de eficiência da grande empresa industrial que vedava qualquer oportunidade aos pequenos capitais. A oligopolização era uma realidade em curso na economia brasileira” (MENDONÇA, 1986, p. 56). Conseqüentemente, por meio das multinacionais, a estrutura do setor industrial brasileiro se integrou amplamente à estrutura econômica mundial (IANNI, 1971, p. 173).

O que possibilitou essas mudanças econômicas e políticas foram, em síntese, os seguintes fatores: 1) a concentração de renda do modelo anterior no qual houve em âmbito interno uma formação de capitais e a alteração do perfil da demanda nacional, pois “Ao longo das décadas de 1930 e 1960, o capital privado nacional beneficiou-se de uma série de maneiras, da política econômica do Estado” (MENDONÇA, 1986, p. 45); 2) o pacto

conservador ou Estado de Compromisso 3) as transformações do mercado interno brasileiro – com o crescimento do pólo urbano-industrial, atraiu-se para a cidade um grande contingente populacional oriundo do campo, de modo a expandir a massa total de poder aquisitivo e a inchar o consumo da produção industrial, pois ainda que os salários fossem baixos, as indústrias de bens de consumo foram beneficiadas (MENDONÇA, 1986, p. 46).

Com efeito, toda a linha de bens industriais – desde os bens de consumo mais simples até os bens de capital, passaram “[...] a uma taxa média anual de crescimento da ordem de 8,3 por cento, nos vinte e cinco anos que vão de 1939 a 1964” (MARTINS, 1968, p. 101). Mas por trás desses dados se manifestava a perversa desigualdade na distribuição de renda e os fatores que posteriormente esgotariam o impulso dinâmico e o esquema político que sustentavam o desenvolvimentismo. Foi desse modo que as causas de cunho estrutural fadaram o Brasil ao “subdesenvolvimento na dependência” (MARTINS, 1968, p. 101).

Como questão nuclear foi referida a existência de um círculo vicioso em virtude do qual a riqueza não se irradia, mas, ao contrário, corre em circuito reduzido, gerando marginalidades ao invés de generalizar, ainda que em moldes capitalistas, recursos capazes de integrar a nação no processo. (MARTINS, 1968, p. 101).

Além disso, com a consolidação de um capitalismo caracteristicamente tardio, mesmo apesar de o Brasil ter atingido durante o desenvolvimentismo uma das mais altas taxas médias de crescimento, o seu projeto de industrialização nunca se associou com a idéia de potência (FIORI, 2001, p. 270).

O centro da questão e da problemática do desenvolvimento brasileiro foi gerado nesse contexto no qual predominava o efeito excludente – e esse cenário como um todo é designado por Martins (1968, p. 59) de “círculo vicioso da riqueza”: “[...] uma demanda de altas rendas induz a um topo de produção cujos efeitos circulares são represados no âmbito limitado do mercado de consumo que a condicionou” (MARTINS, 1968, p. 59).

Conseqüentemente, foi estabelecida uma relação periferia-centros, que aprofundou o grau de dependência externa da economia brasileira: apesar de ter se expandido, o setor produtivo estatal responsável pela produção dos bens de produção acabou se atrofiando, por não ter crescido o tanto necessário para acompanhar o crescimento do setor de bens duráveis. (MENDONÇA, 1986, p. 56 e 57).

Dessa maneira, a condição do Brasil enquanto país subdesenvolvido e dependente tornou-se cada vez mais acirrada, sempre à mercê da economia mundial conduzida pelos países desenvolvidos. É nesse sentido que Lucena (2004, p. 37) apontou que os marcos do

capitalismo monopolista são a opressão e a dependência dos países subdesenvolvidos aos países desenvolvidos e hegemônicos. Por isso, “O que é essencial, para a compreensão desse Governo e da sua política econômica, é que se adotou uma estratégia política de desenvolvimento que acabou por consolidar e expandir o capitalismo dependente; associado, segundo a perspectiva do Governo da época” (IANNI, 1971, p. 159).

2.4 Um breve balanço da ideologia nacional desenvolvimentista: os desdobramentos que permaneceram

Basbaum (1975) elaborou um balanço sobre a gestão de Juscelino Kubitschek. Se por um lado: foi efetivada a consolidação do processo de industrialização, o desenvolvimento das cidades – ainda que tenha ocorrido às custas do dinheiro falso da inflação⁶⁴ e não tenha sido acessível à maioria da população; o número da população cresceu significativamente – de 45 milhões em 1945 passou para 70 milhões em 1960; foram construídos cerca de 10 mil quilômetros de estradas asfaltadas; foram construídas novas usinas hidrelétricas; foram criadas várias destilarias; a produção de petróleo aumentou significativamente (BASBAUM, 1975, p. 226, 227, 228).

Por outro lado, os problemas foram ainda mais numerosos. Um deles está na inversão que Juscelino fez na proposição de que “um povo rico faz uma nação rica”, pois para ele, na verdade é uma nação rica que faz um povo rico: “Na verdade, em seu Governo o povo ficou mais pobre para que o Brasil pudesse fabricar automóveis para os ricos” (BASBAUM, 1975, p. 224).

E, por fim, o problema mais grave foi o de “[...] manter a Instrução 113, permitir a entrada do capital estrangeiro em condições privilegiadas com sacrifício do capital nacional” (BASBAUM, 1975, p. 225).

As consequências de todas estas evidências foram nefastas: desnacionalização da indústria; alienação da burguesia brasileira; déficits permanentes nas trocas cambiais pela constante evasão de dólares responsável pela desvalorização internacional do cruzeiro, que

⁶⁴ “O Governo [...] ajudava a inflação com uma derrama fantástica de dinheiro-papel, para sustentar inutilmente os preços do café e para alimentar uma das mais onerosas máquinas burocráticas do mundo” (BASBAUM, 1975: 228). Vejamos os números de papel moeda em circulação (em milhões de cruzeiro) por década: 2.842 em 1930; 5.189 em 1940; 31.202 em 1950; 202.140 em 1960 (BASBAUM, 1975, p. 228).

por sua vez acarretou uma redução do salário real e o aumento da miséria; acirramento do processo de colonização imperialista do país (BASBAUM, 1975, p. 225). Com isso,

Fazendo um balanço final desses quinze anos de democracia e constituição, verificamos que afinal os problemas fundamentais do país, em particular a luta contra o subdesenvolvimento e a corrupção, e pela sua emancipação econômica e política, permanecem onde estavam. Democracia, voto secreto, constitucionalização, desenvolvimento juscelinista, não conseguiram resolvê-los. (BASBAUM, 1975, p. 232).

Logo, o modelo de substituição de importações oriundo dos parâmetros norte-americanos de industrialização (fundamentado na indústria de bens duráveis e no consumo de massas) ao ser aplicado na realidade brasileira, acabou tendo um caráter excludente em detrimento do fato de que o seu mercado consumidor – relativamente reduzido ao mercado de trabalho organizado – era extremamente restrito e selecionado: “Constituiu-se assim, num modelo essencialmente concentrador de renda de trabalho pelo capital – sem combinar a persuasão em termos salariais e de integração de amplas massas de trabalhadores num novo padrão de vida proporcionado pelo desenvolvimento industrial” (LUCENA, 2004, p. 70).

O efeito excludente gerado pelo processo de industrialização é caracterizado, basicamente, por duas dimensões complementares:

[...] a) a exclusão de áreas situadas fora do pólo dinâmico dos resultados circulares e cumulativos do processo produtivo; b) a exclusão sacrificada no interior mesmo do pólo dinâmico por obra de um sistema de distribuição de renda regressivo e que tende a circunscrever-se ao atendimento dos estratos situados nos extremos superiores da pirâmide. (MARTINS, 1968, p. 37).

É nesse sentido que para Martins (1968, p. 75), foi consolidado no Brasil um capitalismo periférico, justamente pelo fato de que se trata de um padrão de desenvolvimento marcado pelo efeito excludente, o que agrava estruturalmente as suas condições/dimensões de marginalidade. Mediante a esse contexto, fica visível que o capitalismo periférico depende estruturalmente do capitalismo central, em virtude de sua vulnerabilidade e da tendência deficitária de seu comércio exterior (MARTINS, 1968, p. 95).

Portanto, depois de percorrer e problematizar a trajetória dos acontecimentos posteriores a 1930, que trouxeram em seu cerne a formação do Estado capitalista no Brasil, o processo de desenvolvimento brasileiro e a industrialização em suas diversas etapas, de modo a articular dialeticamente a dinâmica da conjuntura internacional, a realidade nacional e as especificidades do caso mineiro, é possível depreender, o porquê de determinados fenômenos

conseguiram atingir seu ápice somente a partir de 1950 – ainda que gestados nos primeiros anos da década de 1930.

Foi visto que em detrimento dos aspectos que o quadro internacional apresentou desde 1930, o Brasil, diretamente a ele articulado, enveredou num processo de que nele fosse consolidado, mesmo que tardiamente, o capitalismo em seus parâmetros monopolistas. Em virtude das próprias especificidades nacionais, esse processo que acarretou outros fenômenos como a urbanização, a industrialização, o embate de classes onde cada uma atuava em prol de seus interesses, etc., que aconteceram de modo lento, complexo, problemático e contraditório. O que não foi diferente no estado de Minas Gerais.

Por isso, em relação à fundação da FIMG, ocorrida em 1933, cabe aqui retomar brevemente alguns dos fatores que justificam o porquê que tal instituição somente conseguira atingir seu auge a partir de 1950. Primeiramente, devido ao fato de que por se tratar de uma entidade representante de não todos, mas pelo menos das principais entidades patronais que em sua totalidade representavam a estrutura industrial do estado, somente puderam se organizar efetivamente, com a real consolidação tanto das bases capitalistas, quanto do processo de industrialização, pois afinal, ela é fruto desse movimento. Além disso, enquanto no primórdio da industrialização no país, o empresariado era resistente a inovações no plano econômico, a partir de 1950, os empresários “da segunda geração” eram mais abertos à sociedade. Até porque, o que viria impulsionar o fortalecimento da FIEMG seriam os ramos industriais modernos, que somente no auge da industrialização, ou seja, a partir de 1950, tomariam fôlego o bastante para alavancar a atuação dessa entidade patronal.

Além disso, entre 1930 e 1950, o empresariado nacional atuou numa linha de divulgação da “cultura” empresarial ou de difusão da ideologia industrializante, enquanto mola propulsora do desenvolvimento brasileiro, da produção e do trabalho. Logo, dentro de todos esses processos e acontecimentos, é que foram se formando, como se viu, as possibilidades para que a Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais fosse solidificando sua organização, ampliando sua estrutura e aprimorando seus projetos educacionais. Paralelamente, nesse mesmo contexto, foram se configurando as alianças políticas que estabeleciam o Estado de Compromisso, sempre presente no decorrer de toda essa trajetória. E nessas alianças, o empresariado nacional mais desenvolvido, embora subalterno ao capital estrangeiro e ao Estado, ao invés de ser prejudicado, tirou proveito da situação sob a proteção estatal.

Somente depois da II Guerra, a representatividade e a organização sindical adquiriram maior visibilidade, margem de manobra e respaldo legal – desde que com isso, não

acarretasse distúrbios à ordem econômica e que fosse favorável ao movimento do capital: o empresariado apoiava as políticas do Governo e em troca o Estado concedia às entidades sindicais oficiais o direito de participação das decisões governamentais estratégicas. Com efeito, as lideranças do empresariado mineiro representadas pela FIEMG aproveitaram o momento propício para apoiar as políticas de JK e com isso, atingir o auge da atuação de sua respectiva instituição. É por isso que anteriormente foi possível correr o risco de afirmar que pelo menos o empresariado mineiro, nos anos dourados que Minas Gerais vivenciara nesta etapa da industrialização, pode transitar entre a dimensão econômica do setor industrial e a dimensão política: “[...] encontramos nas elites mineiras um número significativo de personagens polivalentes – políticos/empresários/técnicos – que vão da empresa privada à administração pública e/ou à política partidária. Ou, alternativamente, seguem caminho inverso, da política ou da administração pública à empresa privada.” (DULCI, 1990, p. 106).

Por fim, o círculo vicioso da riqueza foi um dos principais frutos gerados no cerne da implantação da indústria pesada no país: efeitos circulares representavam a demanda, a produção (por parte tanto do empresariado nacional quanto do internacional) e o consumo daqueles que eram economicamente e politicamente capazes de poder desfrutar dos resultados também circulares e cumulativos de tal círculo. Enquanto isso, o “resto”, ou seja, a maioria da população também vivenciava as conseqüências do círculo vicioso de riqueza, embora de modo totalmente diferente: sentindo na pele os efeitos da excludência, da miséria e da constante precarização do trabalho, até mesmo pela educação fragmentada e classista que lhe era disponibilizada.

Estabelecido o processo do desenvolvimento brasileiro no que tange à industrialização, foi possível perceber que tanto as economias regional (mineira) e nacional, quanto a articulação dos empresários e a própria fundação da FIEMG, estiveram em consonância com o movimento de expansão do capitalismo vigente desde 1930.

Em síntese, na década de 1950 houve um grande avanço da infra-estrutura em Minas Gerais e ao mesmo tempo um relativo desenvolvimento das indústrias de bens intermediários, especialmente aço e cimento. No entanto manteve-se a posição do atraso relativo da economia mineira. (DINIZ, 1981, p. 97).

Tanto que os marcos do processo no qual atuaram articuladamente empresariado e Estado na diversificação econômica de Minas Gerais, foram representados pelos seguintes fatos (que aqui já foram anteriormente pormenorizados):

- 1) a implantação da Cidade Industrial (início dos anos 40);
- 2) a introdução do planejamento econômico global (fim dos anos 1940);
- 3) a superação de obstáculos infra-estruturais, com a criação da CEMIG e a expansão da rede viária (anos 50);
- 4) a implantação da USIMINAS (fim dos anos 50 e começo dos 60);
- 5) a montagem do aparato estatal de apoio à industrialização, através da criação do BDMG, do INDI e outros órgãos (anos 60). (DULCI, 1990, p. 118).

Mas todo o esforço industrializante mineiro não teve muito êxito. Os problemas não eram simples e nem poucos: o relativo atraso econômico de Minas, a falta de um centro comercial exportador que centralizasse as atividades econômicas do estado, essencial para acumular e apropriar excedentes necessários para o investimento industrial; a reduzida transição para o trabalho assalariado, que por sua vez obstaculizou a formação de um mercado de trabalho e de consumo, além de ser acentuado pela dispersão espacial da população e das atividades industriais dentro do estado; o precário sistema de comunicações; a concentração industrial no Rio de Janeiro e São Paulo; a vocação industrial mineira situada na mineração e metalurgia, que se deparava com as dificuldades técnicas de transporte e de grande demanda de capital, adversos à indústria incipiente; a dimensão espacial do estado, agregada aos limites naturais de sua geográfica, dificultava o desenvolvimento do sistema de comunicações e a unificação do mercado (DINIZ, 1981, p. 18 e 19).

Em síntese, é possível afirmar que, de acordo com a interpretação do desenvolvimento brasileiro sob a ótica de Oliveira (1981, p. 28), a gênese do processo de industrialização no Brasil se direcionou para a “[...] redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do “exército industrial de reserva”, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação.”

Portanto, a desigualdade combinada fruto da formação de um capitalismo tardio, periférico e subordinado, configurou o país enquanto estado nacional desigualmente desenvolvido, no qual as suas respectivas regiões, como por exemplo, o estado de Minas Gerais, competiam vorazmente pelas oportunidades e meios de crescimento em termos econômicos e políticos, no intuito de se destacar perante as demais partes do país.

O fato do capitalismo, ainda que retardatário e excludente, estar em fase de consolidação, é que colocava a necessidade da preparação de quadros para o seu grande desenvolvimento, o que por sua vez, se desdobra na capacitação dos trabalhadores que constituem a estrutura produtiva industrial, que em termos fordistas, era rigidamente hierarquizada, do topo (os que pensam) à base (os que executam). Era preciso qualificar profissionalmente toda esta estrutura, é claro, por meio de projetos educacionais específicos

para cada camada específica da pirâmide. A estrutura industrial organizada dessa maneira compunha o que Gramsci denomina de “bloco industrial-produtivo”, que diz respeito a todo elemento técnico (direção e operários) necessário para o capitalismo, ou seja, o “[...] bloco de todos elementos diretamente ligados à produção” (GRAMSCI, 1976, p. 387).

Com isso, se colocavam neste contexto, as exigências de uma política econômica a fim de renovar, por meio da complexa modernização conservadora, uma estrutura econômico-industrial da nação resultante de uma vinculação complementar entre agricultura e indústria. Gramsci oferece importante contribuição que nos dá fundamentos para problematizar a dimensão e atuação política da FIEMG. Para Gramsci, os elementos acima citados eram os únicos capazes de reunir-se numa entidade e constituir uma organização corporativa, tanto que, os que estavam no topo dessa hierarquia, as classes dirigentes, neste caso, o empresariado industrial, no momento da real consolidação do capitalismo já estavam institucionalmente organizada, por meio de sua entidade oficial patronal.

[...] o movimento corporativo existe e, sob alguns aspectos, as realizações jurídicas já verificadas criaram as condições formais em que a transformação técnico-econômica pode-se realizar em larga escala, sem que os operários possam opor-se a ela e possam lutar para ser os seus portadores. (GRAMSCI, 1976, p. 388).

É possível perceber que o empresariado industrial mineiro se fez presente de maneira oficialmente institucionalizada, de modo a defender seus interesses, fundamentado no discurso de que seria para o bem estar de toda a nação e para a efetivação do desenvolvimento econômico do país, objetivos que apareciam como se estivessem a frente de qualquer outra meta, ocultando o que na verdade estava acima de tudo: o fortalecimento dessa camada pertencente às classes produtoras e o progressivo aumento de sua lucratividade. Mediante a tamanha organização, o empresariado conseguiria produzir em larga escala, além de manter (ainda que por certo tempo), a não oposição dos trabalhadores às condições de trabalho que lhe estavam sendo impostas.

“Este fato verificou-se na América e determinou a semiliquidação dos sindicatos livres e a sua substituição por um sistema de organização sindical” (GRAMSCI, 1976, p. 387). Ou seja, o fato das indústrias de um mesmo estado, no caso de Minas Gerais, centralizarem sua estrutura representativa em um único órgão, acabara por reduzir a presença dos sindicatos livres, uma vez que pelo menos a maioria referente aos principais ramos da indústria mineira, tinha seus sindicatos associados ao sistema FIEMG.

Mas apesar de atingir todos os componentes da planta industrial, os trabalhadores, ou operários do chão-de-fábrica, foram os portadores diretos de todas as exigências industriais defendidas pelo empresariado fundamentado nas técnicas fordistas (GRAMSCI, 1976, p. 387). Em termos educacionais, isso porque “Da análise e interpretação da organização escolar no período de 1955 a 1965, podemos perceber que as peculiaridades da sociedade brasileira, passam a ser encaradas por determinados setores interessados na educação da população” (RIBEIRO, 1986, p. 161). E são estes aspectos e demais questões de cunho educacional, que foram abordados, em termos pormenores, no capítulo a seguir, enquanto desdobramentos do fordismo internacional posto no Brasil, sob o impulso da racionalidade taylorista.

CAPÍTULO 3

DIALOGANDO COM AS FONTES: A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR MINEIRO MEDIANTE OS DITAMES DO CAPITALISMO RETARDATÁRIO E EXCLUDENTE

Mediante todas as complexas mudanças que a estrutura produtiva da economia brasileira vinha sofrendo, frente à expansão do capitalismo no Brasil via industrialização e que foram aqui problematizadas até então, incidiram nas estratégias e nos projetos educacionais voltados para o ensino industrial, que por seu turno, também passou a ser influenciado pelos desdobramentos oriundos deste processo:

As mudanças ocorridas na relação de produção e o contingente populacional concentrando-se nos centros urbanos trouxeram novas necessidades. O capitalismo, além de gerar aumento da oferta de trabalho assalariado – o que representava um crescimento constante da demanda social da educação –, trouxe, ao setor industrial, a necessidade de levar conhecimentos às camadas cada vez mais numerosas, oriundas das próprias características e exigências de produção e mesmo pelas necessidades de consumo que esta produção acarretava. (MOURÃO, 1992, p. 93).

Com o capitalismo industrial em voga no país, abrem-se novas demandas, fundamentadas em novas exigências educacionais, visando a consolidação do projeto de modernização da nação e as metas focadas na ascensão social. Cabe aqui problematizar e caracterizar esta demanda social de educação com suas raízes fincadas no processo de industrialização. Uma educação ocorrida em espaços escolares institucionalizados, ou educação “adestradora”, ocorrida dentro do próprio processo de trabalho.

Depois de todo o debate fomentado e desenvolvido até então, torna-se possível sustentá-lo a partir das fontes primárias que fundamentam a pesquisa. Com efeito, este espaço do trabalho está reservado às reflexões diretamente vinculadas aos aspectos educacionais da FIEMG, em sua maioria encontrados na Revista Vida Industrial e demais documentação pertencente ao Centro de Memória da mesma.

A Revista Vida Industrial, em 1950 era considerada o órgão oficial da FIEMG e do Centro das Indústrias do estado de Minas Gerais (CIEMG⁶⁵). Nos dias atuais, a referida revista está disponível para consulta tanto no Centro de Memória FIEMG, na Biblioteca Comunitária do SESI (em Belo Horizonte) e no Arquivo Público Mineiro.

⁶⁵ Associação patronal independente, vinculada à sociedade civil e organizada por critérios distintos daqueles que fundamentam o ordenamento corporativo.



(Revista Vida Industrial, maio/junho, 1951, p. 3)

De acordo com o relatório anual da FIEMG de 1950, p. 34

"VIDA INDUSTRIAL" vem focalizando os assuntos do maior interesse do parque manufatureiro assim como aquelas realizações dos serviços cuja administração compete, por força de lei, à Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e são eles o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Social da Indústria (SESI), bem como divulgando os projetos de lei em curso pelas Casas do Congresso, que possam interessar aos senhores industriais e aqueles Estatutos legais cujo cumprimento é dever que corre a todos.

Ou seja, a revista seguia uma lógica nas suas edições, de modo a contemplar os assuntos em voga, que se vinculavam diretamente aos interesses do empresariado industrial mineiro. Dentre os temas abordados, como foi analisado a partir de então, as estratégias, propostas e projetos de cunho educacional oriundos da FIEMG, se fizeram presentes na maioria das publicações da revista e são estes aspectos que serão minuciosamente estudados e problematizados deste momento em diante.

Tendo seu registro sob o número 57 no Cartório do Primeiro Ofício Judicial, até a primeira metade da década de 1950, a revista tinha a seguinte estrutura organizacional: "O momento" (neste espaço era discutida alguma temática geralmente de cunho econômico ou político, bastante em voga no período, que estivesse diretamente relacionada com os interesses industriais); "Direito – Doutrina, Legislação, Jurisprudência" (aqui o objetivo era divulgar a legislação específica de algum sindicato, também articulada com o ramo industrial); "Município em Revista" (a cada nova edição, este espaço da revista era reservado para caracterizar e divulgar algum município mineiro, principalmente em relação à sua potencialidade para o desenvolvimento econômico, que por sua vez era sinônimo de desenvolvimento industrial); "Notas e Comentários" (manchetes relacionadas com as

indústrias, notas de falecimento ou de comemoração natalícia, comunicados importantes); “SENAI – Departamento Regional de Minas Gerais” (notas informativas do SENAI, órgão oficial de cunho educacional da FIEMG – que mais a frente será discutido de modo pormenorizado, pois esta parte da revista que se articula diretamente com o foco desta pesquisa); “Vida Econômica” (destaca os principais aspectos econômicos do estado de Minas Gerais e prestação de contas); “SESI – Atividades Sociais” (notas informativas sobre o órgão oficial de serviços sociais da FIEMG, que por sua vez, também apresenta alguns aspectos educacionais); “Previdência Social” (legislação previdenciária vinculada tanto ao empresariado industrial quanto ao operariado industrial); “Pelas Entidades” (notas diversas, sobre as várias entidades interligadas com a FIEMG); “Notas úteis” (divulgação de congressos, conferências, reuniões, encontros, etc.). Toda esta estrutura da revista, se situava no canto direito de sua primeira página, como na ilustração a seguir:

<i>Sumário</i>
O Momento
Direito
Doutrina
Legislação
Jurisprudência
Município em Revista
Notas e Comentários
Parnaso
SESI
Atividades Sociais
Previdência Social
Pelas entidades
Notas Úteis

(Revista Vida Industrial, maio/junho, 1951, p. 3)

As análises aqui desenvolvidas têm como foco todas as edições da Revista Vida Industrial que compreendem o período de 1951 a 1961. Tal delimitação se justifica pelo fato que apesar de ser lançada em 1947 (como consta no centro de memória da FIEMG), as edições somente foram elaboradas com certa constância nesta referida década, até porque, como se sabe foi na década de 1950 que efervesceu a industrialização e seus demais desdobramentos, a exemplo da trajetória da FIEMG. Logo, na busca de fontes que comprovassem a participação do empresariado na elaboração e execução dos projetos educacionais voltados para o estado, emergiu o objetivo de efetivar tal procura no órgão oficial da FIEMG – o que foi uma tentativa de sucesso na confirmação das hipóteses da pesquisa⁶⁶.

Mas no período de 1951 a 1961, a revista não foi regularmente publicada. Apresentam-se como justificativas duas hipóteses. A primeira é que as edições não presentes no Centro de Memória, na Biblioteca do Sesi e no Arquivo Público tenham desaparecido, haja vista a quantidade de anos de lançamento das mesmas. A segunda é que nos intervalos entre diferentes gestões da FIEMG no período, houve aquelas que davam ênfase na publicação da revista (que demandava tempo e dinheiro) e aquelas que não consideravam relevante a divulgação da FIEMG. Além disso,

Na FIEMG, não obstante os esforços desenvolvidos pelos responsáveis pelo PRÓ-MEMÓRIA da entidade, detectamos lacunas importantes nos anos de 1947 e 1948 e outras de menor monta em 1952, 1954 e 1955. Algum material pode ter sido perdido, em função de mudanças de sede por que passou a entidade, mas tais lacunas também podem indicar, para os anos de 1947 e 1948, uma diminuição no ritmo de funcionamento da entidade em função da ascensão de Giannetti, sua maior liderança, à condição de secretário de Governo. (DELGADO, 1997, p. 21).

Na primeira revista da década de 1950, de número 5, lançada em fevereiro de 1951, ano I, (p. 149 e 150), a revista foi aberta com o seguinte discurso: “Providências devem ser tomadas tendo como foco a reestruturação da política comercial e econômica mineira que complementem a inauguração das diretrizes a serem seguidas: as relações com o comércio exterior”. Ou seja, o objetivo neste período era estar em consonância com as tendências econômicas do Governo de JK: “abrir as portas” do estado mineiro ao capital estrangeiro.

⁶⁶ Complementar e concomitantemente às análises da revista, foram de grande valia para os estudos aqui realizados, os relatórios anuais da FIEMG.

Neste sentido, um dos aspectos muito enfatizados neste contexto, era incutir no operariado a idéia de que qualquer dano em relação à produção seria caracterizado como desídia (preguiça, indolência). E tal idéia, geralmente deveria ser internalizada por enquanto sanção moral, considerada mais forte até mesmo do que uma imposição legislativa. O que revela o quanto os aspectos morais e cívicos, de cunho mecânico e positivista eram acentuados na “formação” identitária do operariado.

Com efeito, a racionalização é indissociável do proibicionismo: “[...] os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, os serviços de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários são necessidades do novo método de trabalho.” (GRAMSCI, 1976, p. 396).

Nos primeiros anos das publicações da Revista Vida Industrial, ocorridos na década aqui focada, eram constantes as correspondências⁶⁷ nas quais a FIEMG reivindicava frente ao empresariado a ela associado que fossem enviados artigos para serem publicados nas edições da revista, pois era reduzido o envio deste tipo de material para a instituição. Fato este que se desdobra em outra possível hipótese: que as lacunas nos períodos de publicação possam ser justificadas pela falta de conteúdo a ser publicado. Ou seja, pode ter havido uma dificuldade do corpo editorial da revista em organizar e agregar constantemente, o número de artigos necessários para cada seção para que houvesse sua veiculação. Tal assertiva pode ser comprovada por meio de uma correspondência datada em 29/10/1951, titulada “Remessa de noticiário do SENAI para publicar na revista vida industrial”, na qual Roberto Hermeto Corrêa da Costa (regional do SENAI), comunicou ao Dr. Newton Antonio da Silva Pereira (Presidente da FIEMG), que a preocupação do SENAI era enviar para a revista as notícias principais (construções de novas escolas, aberturas de inscrições, etc.), mas que não era fácil enviar constantemente tais notícias, porque uma divulgação amiúde das atividades da instituição correria o risco de se tornar repetitiva, fato este sempre evitado pelo SENAI. Depois deste episódio, ele se comprometeu a enviar diversos informes sobre acontecimentos na região, tópicos sob a legislação do SENAI, no intuito de assegurar a presença do seu noticiário em todos os números da revista.

Nas consultas e análises realizadas no Centro de Memória da FIEMG, ficou claramente perceptível que, no que se refere à dimensão educativa, era grande a preocupação

⁶⁷ Lembrando novamente as correspondências disponíveis para consulta no Centro de Memória, por conter assinaturas, podem ser copiadas e transcritas, mas não xerocopiadas. Eterem sido digitalizadas neste trabalho.

⁶⁷ Relembrando que de acordo com as normas do regulamento do Centro de Memória da FIEMG, todo o material está disponível para consulta, entretanto, as correspondências, por conter assinaturas, podem ser copiadas e transcritas, mas não xerocopiadas. O que vem justificar, por sua vez, a ausência das digitalizações destes documentos nesta pesquisa.

do empresariado mineiro com a capacitação da força de trabalho, que seria peça-chave para a desobstrução do desenvolvimento do processo de industrialização objetivado como nunca a partir de 1950. Foi assim que, tal qual já foi abordado anteriormente, frente a tal “preocupação” foi fundado o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) – departamento regional de Minas Gerais, que teria, a princípio, unidades dispersas em pontos estratégicos do estado, onde se concentravam as atividades industriais. E no que se refere à mão-de-obra, a preocupação da indústria com o desenvolvimento da produção voltado para a lucratividade, era mascarado pelo discurso de que “na verdade”, o que estava acima de tudo era a efetivação de um projeto nacional, que visava tanto o desenvolvimento de Minas quanto do Brasil.

Conseqüentemente, a Revista Vida Industrial manteve regularmente em suas publicações referentes aos primeiros cinco anos da década de 1950, um espaço exclusivo, reservado para a divulgação do departamento regional do SENAI de Minas Gerais. E esta seção era aberta com o seguinte símbolo e sua respectiva titulação:



DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS GERAIS

(Revista Vida Industrial, maio/junho, 1951, p. 23)

Eram diversas as informações contidas no espaço da Revista Vida Industrial reservado ao SENAI, que primava pela não repetição. Um exemplo disto, está na Revista n. 5, de junho de 1952, p. 210, na qual, certamente em função da ausência de informações mais interessantes, estavam listados os nomes de inúmeros formandos que tinham concluídos vários cursos no SENAI de Belo Horizonte e a descrição da solenidade que envolveu tal processo.

Esse espaço regular do SENAI na revista se justifica pelo fato do mesmo consistir na instituição educativa formal/oficial da FIEMG, que por sua vez, estava voltada para a necessidade emergente de capacitação de trabalhadores para a indústria utilizando a máxima racionalidade possível, para formar não somente para o trabalho, mas para a maneira de viver num contexto industrializado.

Uma entidade de ensino profissional sabe que é seu dever levar o aluno a uma compreensão lúcida e ampla de formação dentro dos novos princípios científicos e tecnológicos que regem o mundo. O SENAI de Minas Gerais tem consciência de que antes de educar *para um trabalho*, deve-se educar *para o trabalho*. A entidade não se restringe, pois, a uma mera preparação instrumental de mão-de-obra especializada para a indústria – desde o início, de forma a cada dia mais acentuada, vem extrapolando suas finalidades e ampliando seu conceito de educação. O SENAI acolhe o jovem que o procura de modo a atender suas várias necessidades de formação – que vão muito além de um simples adestramento. Procura compreendê-lo no seu contexto como um todo – observando suas forças biológicas e psicológicas, o meio sócio-econômico em que está inserido e a sua faixa etária, orientando-o adequadamente. A educação ministrada pelo SENAI vem, assim, imbuída de um compromisso social. A filosofia de trabalho que rege as atividades em Minas concentra-se na formação do homem tanto como trabalhador quanto cidadão. A formação profissional é orientada de modo que se realize pelo trabalho, não para um posto de trabalho. (MOURÃO, 1989, p. 213).

Mas, paralelamente e contraditoriamente ao ensino industrial, disponibilizado pela via SENAI, o empresariado industrial mineiro e a respectiva entidade que o representa, ou seja, a FIEMG, abriram as portas do seu estado não apenas para o capital estrangeiro, como também para a mão-de-obra estrangeira.

Num telegrama⁶⁸ do dia 16 de dezembro de 1949, o diretor do Departamento Nacional de Imigração, Viriato Saboya, enviou para a FIEMG uma lista de imigrantes alemães que tinham sido “selecionados” para embarcar rumo ao Brasil. Estes trabalhadores em potencial possuíam as seguintes qualificações – enquanto técnico e especialistas capacitados para atuar nos mais diversos setores da indústria (de engenheiros diplomados a operários qualificados) – 51 engenheiros e operários para consertos e reparações em máquinas industriais; 45 engenheiros e operários especializados em eletrotécnica e eletromecânica; 25 engenheiros e operários especializados em indústria siderúrgica e metalúrgica em geral.

Isto porque, por mais que houvessem unidades do SENAI dispersas pelo território mineiro, eram poucos aqueles que se formavam em comparação com a demanda de trabalhadores oriunda da industrialização se consolidava no país. Mediante uma necessidade urgente, a FIEMG tratou de efetivar articulações que se desdobraram na importação de mão-de-obra do exterior.

Há outras duas fontes que também confirmam este fato. No dia 23 de fevereiro de 1949, o Presidente do Conselho de Imigração e Colonização, enviou para o Presidente da

⁶⁸ Idem. Os telegramas compartilham das mesmas regras do Centro de Memória que proíbem xerocopiar as correspondências.

FIEMG, em anexo a uma correspondência⁶⁹, a cópia da relação dos operários imigrantes especializados que procuravam colocação no Brasil (e a quantidade de membros por família) – eram de nacionalidade italiana, com antecedentes profissionais recomendáveis (que trabalharam em importantes empresas industriais) e como não tinham recursos, era preciso que eles e suas famílias fossem custeados, de modo a combinar a posterior indenização para as empresas, que seria paga com venda de sua força de trabalho.

E a segunda fonte, consiste numa correspondência⁷⁰ do Diretor do Departamento Nacional de Imigração para o Presidente da FIEMG, em 7 de maio de 1951. Ela comunicava um novo acordo entre o Governo Federal e a “Organização Internacional dos Refugiados”, que em breve (primeiros dias de maio) chegariam em Belo Horizonte cinco mil novos imigrantes selecionados e enquadrados nas mais diversas categorias profissionais, que seriam direcionados para as empresas mais “carentes” de força de trabalho (colocação realizada pela confederação nacional das indústrias em pareceria com o Sesi e os sindicatos patronais do país). Para isso, foi solicitado à FIEMG o preenchimento de um mapa discriminado da mão de obra (nome da empresa ou do particular interessado, endereço completo, profissionais desejados, quantidade, salário médio oferecido, possibilidade da interessada providenciar alojamento para o imigrante) – o que viria colaborar para interesses recíprocos, tanto por parte dos trabalhadores, que estavam desempregados quanto dos empregadores que necessitavam de mão-de-obra.

Com efeito, foi possível constatar que além de se responsabilizar pela formação ideológica de trabalhadores nacionais a partir de uma iniciativa privada, a FIEMG também supriu a demanda por trabalhadores por parte das indústrias mineiras, por meio da importação de mão-de-obra já capacitada. Fato este que, por seu turno, certamente iria se desdobrar numa redução dos gastos com a capacitação de força de trabalho.

Visando a redução de custos, a tendência era racionalizar cada vez mais o processo de trabalho, de modo a introduzir na estrutura produtiva industrial mineira, os novos mecanismos e organizações técnicas mais “perfeitas” do complexo industrial, em voga neste contexto (GRAMSCI, 1976, p. 387). Tais mecanismos e organizações tinham suas raízes fincadas no jeito norte-americano de viver e trabalhar, local onde foram executadas as idéias de Ford e formuladas as técnicas necessárias para as mudanças em voga neste período em questão. Afinal,

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Ibidem.

A americanização exige um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um determinado tipo de Estado. O Estado é o Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que alcança através de meios próprios, como “sociedade civil”, que alcança através do próprio desenvolvimento histórico, o regime da concentração industrial e do monopólio. (GRAMSCI, 1976, p. 388).

Nessa perspectiva⁷¹,

O fordismo é compreendido como a grande expressão de um modelo de sociedade baseado na produção e no consumo de mercadorias em larga escala. Porém, seu estudo no limite do cotidiano fabril não dá conta da sua complexidade. O fordismo deve ser compreendido como um processo mais complexo do que a iniciativa empresarial de produção em massa. Ele foi muito além, concretizando-se como um projeto que afetou o jeito de viver da sociedade. (LUCENA, 2004, p. 70 e 71).

Todo o alicerce das idéias desenvolvidas por Ford se sustenta basicamente na racionalidade. Segundo Gramsci (1976, p. 381), a recordação das experiências realizadas por Ford e a respectiva economia que ele conseguiu fazer em sua empresa – via gestão direta do transporte e do comércio da mercadoria, incidindo no custo de produção – foi que possibilitou melhores salários e melhores preços de venda com a padronização da estrutura produtiva. Conseqüentemente, a produção e o trabalho foram facilmente racionalizados, de modo combinar, estrategicamente, a força (coação) com a persuasão (propaganda ideológica), para que assim, toda a vida do país fosse baseada na produção.

O que apesar de suas particularidades próprias, não se diferencia em termos de Brasil, uma vez que o estado tinha ações caracteristicamente liberais: conferia a livre iniciativa e o individualismo econômico, além de auxiliar o processo de industrialização, numa parceria na qual agia conjuntamente com os capitais privados de cunho nacional e internacional.

Num discurso de inauguração da “Escola Roberto Simonsen”, em abril de 1949, proferido por Euvaldo Lodi (que neste período era deputado, Presidente da Confederação Nacional da Indústria e do conselho do SENAI), divulgado na Revista Vida Industrial número 5, lançada em fevereiro de 1951 (p. 176 e 177), foram emitidos alguns conceitos sobre a indústria. Neste discurso, ele destacou a importância do espírito de liderança, de iniciativa e de racionalidade presentes no conceito de indústria.

⁷¹ Torna-se válido destacar que o fordismo no Brasil ocorreu de forma precarizada, enquanto resultado de uma combinação entre o capital local autônomo e uma parcial classe operária ainda em formação (LUCENA, 2004, p. 69).

O que aponta para a manipulação e a racionalização das forças subalternas, ou seja, dos trabalhadores, de acordo com a imposição dos novos objetivos do capitalismo retardatário e excludente que se consolidava no Brasil, via industrialização organizada nos moldes fordistas.

A história do industrialismo sempre foi (e hoje o é de forma mais acentuada e rigorosa) uma luta contínua contra o elemento “animalidade” do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animalescos e primitivos) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão precisão, que tornem possíveis formas sempre mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo. (GRAMSCI, 1976, p. 393).

Segundo Lodi, o conceito de indústria é sinônimo do conceito de civilização, que vai além do principal objetivo da fábrica no sistema capitalista (a mais-valia):

[...] implica o adequado uso da inteligência na elaboração de bens necessários à coletividade [...] é capacidade de congregar homens, é poder de comando, é faculdade de transmitir aos que se associam e trabalham uma idéia comum, uma série de planos a serem levados a cabo por muitos e fixar todos num conjunto de comportamentos e comunicar um estado de confiança coletiva. (LODI IN REVISTA VIDA INDUSTRIAL, fevereiro de 1951, p.176).

Afinal, o próprio termo “indústria”, pressupõe racionalidade e planejamento, por se tratar de uma organização produtiva. A falácia de um bem-estar coletivo, ou seja, da nação, presente no conceito de indústria na perspectiva empresarial, demonstrava com clareza, a utilização da inteligência para a execução de movimentos mecânicos, rotineiros, próprios da organização científica da produção fundamentada os princípios fordistas.

Indústria é disciplina e ordem que possibilitam o trabalho de grandes equipes e a entrosagem de fatores materiais e humanos contados aos milhares. Indústria é técnica. É com esta palavra mágica que se dá o milagre da transformação dos bens da natureza em utilidade para uso do homem. É por ela que se faz a utilização dos imensos recursos científicos da hora em que vivemos, em métodos racionais de trabalho e em processos de transformação de matéria-prima, sem o que seria impossível a vida em nossos dias, tal como estamos acostumados a vivê-la. (LODI IN REVISTA VIDA INDUSTRIAL, fevereiro 1951, p.177).

Para isso seria necessária a fixação de um conjunto de comportamentos, os quais seriam efetivados por meio da aprendizagem industrial ofertada pelo SESI.

Nem mesmo podemos ler, nem estudar, nem preservar nossa saúde, nem nos resguardar da agressividade da natureza, nem nos defender dos inimigos, sem um vasto parque industrial atrás de nós a abastecer-nos de um sem número de instrumentos imprescindíveis. [...] Podemos nascer com muitas dessas virtudes, mas não se constituem elas em patrimônio utilizável pela maioria, sem um processo longo e sistemático de formação da personalidade. É que essas aptidões só são qualidades quando são hábitos, e os hábitos se formam por caminho lento, contínuo e sistemático. Tão pouco nascemos sabendo as técnicas modernas do trabalho. Essas têm de ser aprendidas. (LODI IN REVISTA VIDA INDUSTRIAL, fevereiro 1951, p.177).

Educação restrita, fragmentada, voltada para os interesses do capital. É assim que se caracteriza a educação voltada para a capacitação de mão-de-obra necessária para a consolidação industrialização pesada em Minas Gerais e no Brasil. E os projetos educacionais que configuram estes aspectos educacionais foram gestados no seio do empresariado mineiro. Além disso, no que se refere à formação de personalidade enfatizada por Lodi, está expresso um dos principais objetivos que permeavam o projeto desenvolvimentista de construção na nação: a formação ideológica de um trabalhador nacional, configurado nos parâmetros de desenvolvimento próprios do capitalismo tardio que se instala definitivamente no Brasil a partir da década de 1950.

Em oposição aos instintos animais do homem, a industrialização fomentada pela racionalização fordista, era voltada para a rigidez e rotinização não somente do trabalho, mas da própria maneira de viver. Isto por que o industrialismo tinha como pressuposto, incutir no trabalhador normas e hábitos que favorecessem o processo e os objetivos capitalistas a serem alcançados. O homem da indústria tinha de ser educado para um novo modo de viver e trabalhar, baseado na disciplina e submissão. Essa racionalização, voltada para a concretização de novas formas de produção e de trabalho, foi realizada de modo coercitivo: uma imposição que deveria ser acatada pelos trabalhadores, porque estava em questão a manutenção de sua própria sobrevivência: “Efetivamente, estas massas ou já adquiriram os hábitos e costumes necessários aos novos sistemas de vida e de trabalho, ou então continuam a sentir a pressão coercitiva sobre as necessidades elementares de sua existência” (GRAMSCI, 1976, p. 394).

Tanto que, nessa perspectiva, a distorcida concepção do trabalho por um viés capitalista, era frequentemente afirmada pelo empresariado. Desse modo, num discurso pronunciado pelo Dr. Newton Antonio da Silva Pereira (Presidente da FIEMG neste contexto), no dia do trabalhador, ele apontou que “O trabalho, disse um grande pensador de nosso tempo, não é apenas o laço que une o homem a Deus; é também o laço que une o

homem a outro homem, uma espécie de escola de serviço social, uma base da solidariedade humana.” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, n. 8, maio-junho, 1951, p. 303). Um discurso essencialmente capitalista, composto pela falácia da solidariedade, da prevalência do coletivo, ocultando a competitividade e concorrência próprias do liberalismo econômico, sempre presentes no espaço no qual perpetua a busca pela lucratividade.

Paralelamente aos projetos empresariais direcionados para o operariado mineiro, ocorriam cursos que congregavam a “harmonização” do interesses patronais e dos trabalhadores. Tanto, que como consta na Revista Vida Industrial, número 6, março de 1951, (p. 208), “Inaugurou-se dia 15 de fevereiro PP., às 20:30 horas, na sede da Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais, o Curso de Legislação Sindical e do Trabalho, destinado a ampliar conhecimentos entre as classes patronais e proletárias”. Ministrado pelo Ministro Astolfo Serra, o curso objetivava reduzir os conflitos entre capital e trabalho, visando a ordem social brasileira e incutir tanto nos empregados quanto nos empregadores, seus papéis e responsabilidades mediante a realidade nacional. No referido curso, o Ministro Astolfo

Historiou o pacifismo de nossa gente, a instituição de uma ordem jurídica baseada nos mais elevados princípios de solidariedade humana e um novo regime político de respeito aos mais belos ideais de comunhão universal, tudo isso sem o derramamento de uma gota de sangue. Analisou que o campo propício à pregação devastadora das instituições é o ambiente do trabalho, minados pelos falsos líderes. Não se pode, pois, descuidar do ponto de vista filosófico e econômico da colaboração entre empregadores e empregados: ambos visam iguais objetivos, no trabalho em comum, como observa Cesarino Junior. (SERRA IN REVISTA VIDA INDUSTRIAL, março de 1951, p. 208 e 209).

Um discurso de fundamento liberal, que contraditoriamente prima pela igualdade nos direitos universais (que igualdade?) e liberdade econômica. Longe de demonstrar a realidade concreta, composta por múltiplas determinações, complexa, contraditória e permeada pelos conflitos. Serão os mesmos os objetivos do trabalho em comum para empregadores e empregados?

Em seguida, na mesma edição da citação acima, no espaço reservado para a previdência social, no que se refere à caracterização da relação de emprego, foi apontado que “Seja, pois o industrial, além de empresário, o mentor de seus colaboradores. Os benefícios não serão destes apenas, mas também da empresa a que pertencem” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, março de 1951, p. 214). Ou seja, desde a elaboração da Carta da Paz Social,

tal qual já foi aqui analisada, e que representa a instalação do SESI em Minas, para que houvesse uma colaboração entre empregadores e empregados.

Havia duas maneiras de captar o trabalhador para este novo modo de vida fundado no trabalho voltado para a indústria: pela coerção e pela persuasão. Pela coerção das classes hierarquicamente superiores ou/e pela persuasão recíproca ou convicção individualmente proposta e aceita: “Pode-se criar uma situação de duplo fundo, um conflito íntimo entre a ideologia “verbal” que reconhece as novas necessidades e a prática real “animalesca” que impede aos corpos físicos a absorção efetiva de novas atitudes.” (GRAMSCI, 1976, p. 395). Logo, a combinação entre coerção, persuasão e consentimento, devia ser estrategicamente elaborada, de modo que o consentimento fosse fruto de uma maior retribuição, de um maior salário, que de início, seria fundamental para manter um determinado nível de vida, que justificasse o desgaste das forças empreendidas no novo tipo de trabalho.

Mas, logo que os novos métodos de trabalho e de produção se generalizem e difundirem, logo que o tipo novo de operário for criado universalmente e o aparelho de produção se aperfeiçoar mais ainda, o *turnover* excessivo será automaticamente limitado pelo desemprego em larga escala, e os altos salários desaparecerão. (GRAMSCI, 1976, p. 405).

É neste sentido que os parâmetros educacionais dos projetos formulados pela FIEMG se baseavam na capacitação/aperfeiçoamento de um novo tipo de trabalhador próprio da indústria fordizada, a serviço da satisfação das “necessidades” e exigências das classes produtoras (GRAMSCI, 1976, p. 376). Afinal, neste contexto, a indústria norte-americana de Ford representava a mais moderna e aperfeiçoada forma de organização da produção.

Nos espaços entre uma e outra seção da revista, havia informes publicitários voltados para o fortalecimento da FIEMG. Num deles, havia a seguinte mensagem para o empresariado: “Ingresse no seu Sindicato. Seja um associado operante. As iniciativas do seu Sindicato, constituem o fortalecimento de suas iniciativas privadas.” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, março de 1951, p. 214).

Na publicação consecutiva, ou seja, de junho de 1951, no espaço reservado ao SENAI (Departamento Regional de Minas Gerais), foi divulgado o relatório do ano de 1950 desta instituição. Como consta no relatório, no exercício de 1950, funcionavam plenamente no estado cinco unidades/escolas do SENAI, nos seguintes municípios: Belo Horizonte, Juiz de Fora, Nova Lima, Sabará e Uberaba. Além disso, neste mesmo período, estavam em vias de inauguração mais duas escolas: uma em Cataguases e outra em Itajubá.

No ano de 1950, caracterizou-se pelo impulso dado ao plano de construções, que permitiu o término das obras e instalações das escolas de Cataguases e Itajubá, ambas construídas com os recursos orçamentários normais. Com estas, eleva-se para 7 o número de escolas do SENAI em Minas, faltando apenas a construção da de S. João Del Rei, para a conclusão da etapa até agora traçada. (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, junho de 1951, p. 344).

Além de todos estes investimentos em infra-estrutura, ocorreram nas unidades do SENAI já atuantes, pequenas obras de construções ou adaptações, no intuito de melhorar o funcionamento das mesmas ou aparelhamentos específicos, necessários para determinados aprendizados. Tem-se como exemplo o fato da unidade instalada na capital mineira, que inaugurava neste período, a oficina de fiação, estruturada por uma maquinaria importada da Inglaterra e voltada para o atendimento (de produção de fio) de suas necessidades próprias e as da unidade de Juiz de Fora (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, junho de 1951, p. 344).

Ainda no ano de 1950, os diretores e pessoal técnico de todas essas unidades do SENAI se reuniram no intuito de estudar meios de obtenção de melhores rendimentos no ensino. Afinal.

Os problemas do ensino mereceram especial atenção do Departamento Regional, que promoveu reuniões do pessoal técnico, inclusive professores e diretores das escolas, nas quais foram debatidas as normas a serem adotadas para se conseguir maior eficiência e rendimento nas aulas práticas e teóricas.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, junho de 1951, p. 344)

Conseqüentemente, os frutos de tal reunião se desembocaram nas tomadas de algumas decisões. Dentre elas, apresentam-se aqui aquelas que se articulam com a formação de trabalhadores para a indústria:

[...] selecionar elementos capazes de assimilar, como proveito real, as noções teóricas e práticas que formem, desde o primeiro termo do curso, a base sólida indispensável ao normal desenvolvimento da aprendizagem; [...] alterações de alguns programas no sentido de simplificá-los e melhor adaptá-los às normas de um ensino condensado, de caráter sumamente prático, e reduzido à matéria essencial ao progresso mental e técnico do aprendiz; [...] desenvolvimento da parte educacional, com preleções, reuniões ou festas para comemorações cívicas, incentivo dos alunos por meio de competições intelectuais e esportivas, instituição de prêmios. De conseguinte é de se esperar que a atuação do SENAI torne-se, cada vez mais útil e prestante ao industrial e ao industriário, colimando, assim, sua finalidade. (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, junho de 1951, p. 344).

Na ordem pela qual foram apresentados os objetivos acima, faz-se necessário tecer alguns comentários. A aprendizagem industrial demanda, como aponta o próprio termo, “noções” que se refere ao acesso ao conteúdo básico, superficial, dos conteúdos teóricos e práticos necessários para a execução de tarefas específicas, fragmentadas e rotineiras, próprias da organização científica da produção industrial da época, limitada aos parâmetros fordistas/tayloristas do contexto e que muitas das vezes dispensa a aprendizagem numa instituição escolar especializada, em detrimento da aprendizagem no próprio local de trabalho. Era a vigência do fordismo internacional, fundamentada no taylorismo, que por seu turno, consistia na aplicação de métodos da ciência aos problemas de controle e organização do trabalho nas empresas capitalistas em expansão (BRAVERMAN, 1980, p. 80). E o objetivo posterior, que visa um ensino condensado, prático, técnico, aponta para a os moldes de uma educação liberal, fragmentada, de conhecimento restrito, distante de uma formação integral, que contemplasse todas as dimensões humanas. E por fim, num aspecto eminentemente social, a educação sob a perspectiva das relações sociais, da sociabilidade, que acaba por ocultar o individualismo e a competição, pregados pela política econômica vigente.

Os símbolos e valores da ordem liberal instituía, no imaginário das elites, os alvos a serem alcançados pela sociedade nacional, associados aos padrões de organização econômica e política presentes nas nações capitalistas “centrais”. A tal polarização utópica articula-se, como sua contraface ideológica, a imagem do atraso. (DELGADO, 1997, p. 42).

No intuito de congrega as principais dimensões que envolvem sua esfera de ação, no que se refere à formação de trabalhadores, para que os mesmos estejam aptos para trabalhar na indústria, a FIEMG articulava a atuação do SENAI (que contemplava os aspectos educacionais) com a atuação do Sesi (que contempla os aspectos sociais). Dessa parceria emergia a consolidação do projeto educacional do empresariado mineiro, voltado para a capacitação do operariado industrial. Tanto que,

Bem significativo foi o acréscimo de atividades do Serviço Social que dobrou de quase cinco vezes, de 1949 para 1950. Nesse fato tem, sem dúvida, a instituição um índice seguro e auspicioso, porquanto é do próprio espírito do Sesi e sua razão de ser o emprego racional e sistemático do serviço social como elemento indispensável para a solução dos desajustamentos e dificuldades que resultam dos problemas do trabalho entre nós. (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, abril de 1951, p. 261).

O que demonstra que a meta dos projetos da FIEMG tinha como foco, capacitar trabalhadores e aos mesmos disponibilizar serviços sociais básicos (saúde, lazer, entretenimento, etc.), por meio da parceria entre uma instituição educacional e uma instituição social. E uma das grandes preocupações do SESI, como revela a citação acima, era minimizar os conflitos e problemas de trabalho. Tanto, que o objetivo central do SESI era “[...] harmonizar os interesses dos patrões e operários, de modo que eles se respeitem e não tomem ao outro o que não for seu.” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, fevereiro de 1951, p.180). Em outras palavras, adestrar o trabalhador. Tanto que o próprio termo é utilizado no relatório do SENAI de 1950:

À exceção dos cursos rápidos de adestramento têxtil das escolas de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberaba, manteve o Departamento Regional apenas cursos de aprendizagem normais e cursos preliminares, além do curso vocacional da escola de Belo Horizonte. A supressão, a partir de 1950, dos cursos extraordinários noturnos, teve como motivos o pequeno rendimento escolar que vinham apresentando e a sobrecarga de serviço que exigiam dos nossos instrutores, obrigados, em sua maioria, a horas diárias de trabalho extraordinário. (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, julho de 1951, p. 345)

Ao agir dessa forma, compartilhando da mesma perspectiva que o industrial americano, o empresariado industrial mineiro tinha como preocupação conservar e manter a eficiência física e psicológica do trabalhador, manter seu quadro de funcionários estável. Isto porque a coletividade expressa pelos trabalhadores de uma empresa é sinônimo de uma máquina, que por sua vez, não pode ser freqüentemente desmontada sem prejuízos, ainda que haja a reposição por meio de novas peças (GRAMSCI, 1976, p. 398). É aqui que se revela outro aspecto da alienação: o trabalhador não é visto pelos donos dos meios de produção, nem pelas classes dirigentes, a partir de sua humanidade, mas sim a partir do utilitarismo, concebido enquanto coisa, enquanto objeto equiparado até mesmo com uma máquina, como se não fosse dotado de inteligência e subjetividade.

Cursos de curta duração, voltados para a empregabilidade. O discurso que visava a formação de trabalhadores e de sua respectiva personalidade, revelando seu lado mais sombrio: como designar de processo educativo o que até mesmo a própria instituição gestora denomina de adestramento?

Além de sua parceria com o SENAI, dentro do próprio SESI, várias de suas atividades eram de cunho educativo:

O eminente aspecto educativo que ressalta das atividades do serviço social é, inegavelmente, a mola e a meta que procura atingir o SESI ao se propor a contribuir para o levantamento do nível de vida do nosso operário das fábricas. Não basta a esse propósito a atividade assistencial, classicamente concebida. É por isto que, ao lado da assistência médica, dentária, jurídica, alimentar, o SESI instituiu como objetivo central o serviço social que se tem desdobrado num sem número de atividades sociais e educativas para cumprir em todo o sentido a missão que justifica. (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, abril de 1951, p. 261 e 262).

Como esteve sempre explícito no discurso dos próprios industriais que estavam a frente da FIEMG, fundamentados numa mentalidade nacional desenvolvimentista, era “formar personalidades”, que iriam constituir um parâmetro de trabalhador nacional. E pela própria racionalidade, que vinha à frente do pensamento empresarial, não bastava somente capacitar, mas também prover a assistência básica necessária para a manutenção das condições de existência dos trabalhadores e de suas respectivas famílias, para captá-los por meio da persuasão.

A estatística de 1950 apresenta a esse respeito dados mais do que expressivos. Basta acentuar que o serviço que em 1949 representou 9,77% de todas as atividades do SESI em Minas, o ano passado contribuiu com uma quota de 24,436% sobre o total da assistência dispensada aos nossos associados. O crescimento da importância quantitativa e qualitativa dos trabalhos do Serviço Social dentro do SESI afigura-se desse modo como o dado mais frisante a mostrar que a instituição cada vez mais se aparelha entre nós para desempenhar, convenientemente o papel educativo que é o traço característico do serviço social. Se esses foram os resultados de 1950, não menos animadores se mostram as perspectivas das atividades educativas do SESI, no corrente ano, com o início e o desenvolvimento que vêm tendo os novos serviços de cinema, de bibliotecas ambulantes, de teatro operário e os cursos populares de alfabetização. (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, abril de 1951, p. 261 e 262).

Desse modo, o serviço social era primordial para o SESI, mas desde que articulado com a função educativa, em diferentes parâmetros: via SENAI – ensino técnico industrial ou via SESI – cinema, teatro, bibliotecas, cursos de alfabetização, etc.

No ano posterior, o relatório anual da FIEMG, referente ao ano de 1952, p. 34, publicou um balanço da Revista Vida Industrial:

VIDA INDUSTRIAL

É o órgão oficial da Entidade e de distribuição gratuita aos senhores associados dos Sindicatos filiados.

Dez números foram editados, versando assuntos de direito, de economia, especialmente economia industrial, de ensino técnico profissional e de serviço e assistência social, e divulgando os projetos de lei apresentados ou em trânsito pelo Congresso Nacional e de interesse para a indústria.

Este lado positivista fica claro pela constante utilização de uma palavra-chave sempre presente nas publicações da Revista Vida Industrial: “disciplina”. Este aspecto era tão forte e perceptível, a ponto de que, em uma breve nota sobre o referido termo, há a seguinte assertiva: “Não se esqueça de não se pode <<mandar bem>> sem saber ser <<bem mandado>>” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, junho, 1952, p. 209). Além disso, outro termo chave que está intrinsecamente articulado com a disciplina é a palavra ordem, que sob a perspectiva de Francisco Campos, “Ordem e liberdade, seja este, que é o tema de Minas, o programa, a vontade e a decisão do Brasil.” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, abril, 1953, p. 44). Ironicamente e contraditoriamente, o trabalhador mineiro, para o empresariado industrial era livre o bastante, para ser disciplinado, submisso às imposições da elite que hierarquicamente está no topo da estrutura industrial.

Tanto que, para Francisco Campos, a indústria somente podia cumprir com suas obrigações mediante o emprego de um coeficiente de energia intelectual inversamente proporcional à complexidade dos problemas em voga: “Nosso sistema econômico demanda, igualmente, em grande escala o emprego não somente da indispensável força de caráter, como também de um grau elevado de energia intelectual.” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, abril, 1953, p. 42). E ele ainda equipara o déficit de energia intelectual ao déficit de energia elétrica e de outras formas de energia física. O que revela que o trabalho enquanto atividade essencialmente humana é concebido por Francisco Campos como algo desumanizado, coisificado. Para ele, o saber humano e a força física são apenas energias como outras quaisquer, dispersas na estrutura econômica de um país.

Numa oração proferida na comemoração do dia 21 de abril, em Ouro Preto, Francisco Campos, considerado por muitos uma celebridade política e figura de destaque do campo educacional, fez alguns apontamentos sobre a educação. A inteligência, para ele, era o maior capital de uma nação, em virtude dela ser a soma das energias intelectuais necessárias para o

desenvolvimento econômico e social do país (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, abril, 1953, p. 41).

Em 1953, de acordo com o relatório anual da FIEMG, foi possível constatar os vínculos entre o empresariado mineiro e o empresariado norte-americano. Tanto que, neste período, a FIEMG recebeu a visita de Thomas Brenan, vice-Presidente da Associação Industrial Norte-Americana, no intuito de estabelecer relações entre os povos americano e brasileiro por meio do que tinham em comum: as suas respectivas classes produtoras industriais. Além disso, neste contexto, ocorreu uma conferência na FIEMG, abordando “A vida do operário americano e o seu senso de responsabilidade”, para que desse modo o empresariado mineiro conhecesse os diversos aspectos sócio-econômicos que se vinculavam às relações de emprego existentes na América do Norte (Relatório anual da FIEMG, 1953, p. 6).

Esse tipo de parceria era comum nesta situação, pois a organização da estrutura produtiva industrial mineira e brasileira, tinha como parâmetro os métodos aplicados nos Estados Unidos – ainda que na realidade brasileira tenha se distorcido em função das peculiaridades nacionais. Daí em diante, as associações e parcerias do empresariado mineiro com o empresariado norte-americano foram se intensificando cada vez mais. Afinal, desde as suas raízes, a consolidação e afirmação do empresariado industrial nacional foi conduzida e dirigida pelas grandes empresas industriais, que por sua vez, absorviam os padrões tecnológicos dispostos no mercado mundial capitalista (DELGADO, 1997, p. 44).

Segundo Gramsci, como ocorreu na América, a racionalização da produção trouxe consigo a necessidade de formulação de um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de produção próprio do processo de industrialização (GRAMSCI, 1976, p. 382). Foi o que aconteceu com o Brasil e Minas Gerais, com o projeto desenvolvimentista de modernização em voga, se fazia cada vez mais presente e urgente, a necessidade de formar um novo tipo de trabalhador para a expansão das indústrias, seja via escola, seja via empresa.

Na percepção de Delgado (1997, p. 71), a “formação comum” oferecida pela escola regular, não definia, de antemão, o “destino social” que teriam seus ex-alunos, que teriam papéis distintos no mundo da produção. Por outro lado, a formação técnica, traz consigo a particularidade de reforçar nos indivíduos as escolhas que irão lhes conduzir ao seu destino social. E essa segunda modalidade de formação pode ou não ocorrer na escola, pois há também a aprendizagem durante o exercício do trabalho. E o empresariado, por sua vez, dispensa essa formação de cunho institucionalizado, por um tipo de educação “prática”,

ocorrido dentro das próprias indústrias, que constitui o que hoje se denomina por saber tácito – que por sua vez será pormenorizado mais adiante.

E em setembro de 1953, foram estabelecidos acordos entre a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) e o SENAI de Minas Gerais, no intuito de oferecer um curso de “Operação de Cubilô e Prática Manual Mecânica e Moldagem” (Relatório anual da FIEMG, 1953, p. 12).

A Revista Vida Industrial não possui publicações referentes ao ano de 1954. No entanto, dos aspectos educacionais do referido ano, teve destaque, no relatório anual da FIEMG, p. 11, o lançamento do método TWI (Treinamento dentro da Indústria) em Belo Horizonte e o início de um intercâmbio que divulgasse o método no estado, entre a FIEMG e a CBAI:

	<u>FIEMG</u>	<u>TOTAL</u>
Supervisores treinados.....	120.....	203
Cursos dados.....	10.....	19
Instrutores formados (no Rio)....	2.....	2
Empresas beneficiadas.....	28.....	38

Num convênio entre a FIEMG (e seu respectivo Departamento de Produtividade), a Escola Técnica de Belo Horizonte (sob a tutela do Ministério da Educação) e a Comissão Brasileiro Americana de Educação Industrial (CBAI), o método do TWI se expandiu permanentemente pelo território mineiro. Dessa maneira, toda a estrutura visualizada na digitalização acima fora organizada pelo Departamento de Produtividade e os cursos realizados na sede da FIEMG (Relatório Anual, 1954, p. 11).

Além de ter participado ativamente do TWI, o Departamento de Produtividade da FIEMG, também em 1954, com a colaboração da Comissão Consultiva de Administração Pública, realizou o primeiro seminário sobre “O valor dos Métodos Racionais de Administração”, objetivando aprimorar os dirigentes industriais, por meio de um rigoroso estudo dos problemas que afetavam a administração de suas empresas (Relatório Anual, 1954, p. 11).

A partir de 1955, a revista Vida Industrial deste referido ano e de 1956 sofreu modificações na sua configuração. Antes as revistas eram pequenas (como se fosse as duas metades de uma folha de papel A4 utilizadas em seu sentido horizontal), enquanto que as revistas publicadas no final desta referida década, vieram com um número bem maior de propagandas estrategicamente elaboradas (uma folha de papel A4 utilizado em seu sentido

vertical). E a própria FIEMG começou a investir maciçamente em sua divulgação, por meio do seu meio de comunicação oficial:

PODE ALGO**ANDAR SEM ASSISTÊNCIA?**

O fortalecimento da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais é um imperativo ao qual não deve faltar o apoio incondicional de toda a indústria mineira. A nova era de industrialização que se abre com tantas esperanças nos alterosa reclama assistência cada vez mais positiva e crescente às grandes e pequenas empresas, a cujo bem estar se entrega a Federação das Indústrias, nas atividades de seus diversos setores.

A atual direção da entidade representativa da indústria mineira tem um programa a cumprir e espera contar com o apoio dos homens de indústria do Estado. A todos leva a mensagem de sua cordialidade, dispondo-se, entre outras preocupações, a incrementar o convívio associativo de seus associados, do nascimento, paralelamente, novas idéias e oportunas reivindicações.



**FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS**

H. S. O.
F. R. M.

A FIEMG conferia consistência no seu discurso fundamentada nos princípios nacionais desenvolvimentistas de que acima de tudo estava o progresso da nação e o avanço de seu respectivo projeto de modernização. E como está perceptível na propaganda acima, a entidade ainda distorce os papéis: a FIEMG precisa do apoio e assistência incondicionais do empresariado, seja ele de grande ou pequeno porte – e não o empresariado que necessitava se organizar em prol dos seus interesses.

Seriam novos rumos para a indústria, principalmente com JK presidindo o Brasil e o que na propaganda acima está sob a designação de nova era da industrialização. E para isso, “os homens de indústria” do estado de Minas Gerais deveriam estar a postos.

Mas a divulgação da FIEMG por si só não era o bastante. Por que não divulgar os seus departamentos internos e suas possíveis contribuições para o empresariado?

Prestar Serviços é nossa tarefa...



A Procuradoria da Federação das Indústrias está aparelhada para assistir às firmas associadas em suas necessidades junto a órgãos do serviço público e autarquias. Numerosas empresas do interior são beneficiadas com o perfeito encaminhamento de seus processos, economizando não só despesas, como tempo e demais encargos que providências dessa natureza comumente acarretam.

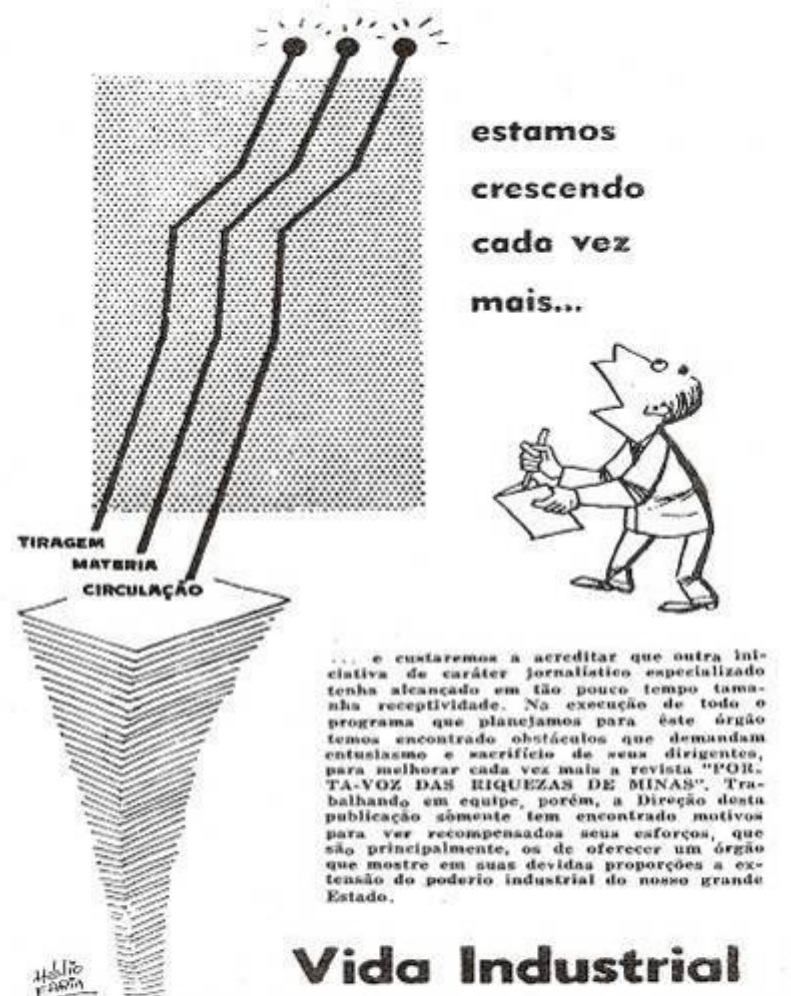
A indústria filiada ao seu Sindicato de Classe ou diretamente à Federação das Indústrias conta com essa assistência e se beneficia grandemente à custa de pequena contribuição anual. Seja também MAIS UMA a contar com o prestimoso serviço da Procuradoria da Federação das Indústrias.



Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

Prestando serviços jurídicos às empresas associadas à FIEMG, estava à disposição dos empresários, a Procuradoria da Federação das Indústrias de Minas Gerais. Seria o mesmo que dizer: “deixe a ‘dor de cabeça’ conosco, que nós resolvemos para você da melhor maneira.” Era a FIEMG tentando seu fortalecimento: o empresariado que a ela se filiasse, ainda teria como benefício, uma eficaz assessoria jurídica.

E no auge da industrialização, a revista também atinge o seu até porque ambas estão intrinsecamente articuladas.



estamos
crescendo
cada vez
mais...

... e custaremos a acreditar que outra iniciativa de caráter jornalístico especializado tenha alcançado em tão pouco tempo tamanha receptividade. Na execução de todo o programa que planejamos para este órgão temos encontrado obstáculos que demandam entusiasmo e sacrifício de seus dirigentes, para melhorar cada vez mais a revista "PORTA-VOZ DAS RIQUEZAS DE MINAS". Trabalhando em equipe, porém, a Direção desta publicação somente tem encontrado motivos para ver recompensados seus esforços, que são, principalmente, os de oferecer um órgão que mostre em suas devidas proporções a extensão do poderio industrial do nosso grande Estado.

Vida Industrial

Senhor Gerente:
Estamos remetendo em separado, cm a importância correspondente a assinatura reformada da revista VIDA INDUSTRIAL, editada mensalmente, pelo prazo de:

☐ 1 ano — Cr\$ 200,00 ☐ 2 anos — Cr\$ 400,00

Queira assinalar com "x" o quadrinho correspondente.
A revista deverá ser remetida para o seguinte endereço:

Nome _____

Endereço _____ Estado _____

Cidade _____ País _____

Recorte e envie para Rua Curitiba, 835 — 10º andar — Belo Horizonte

IMPORTANTE: Os cheques devem ser emitidos em nome da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

20 de Abril de 1955

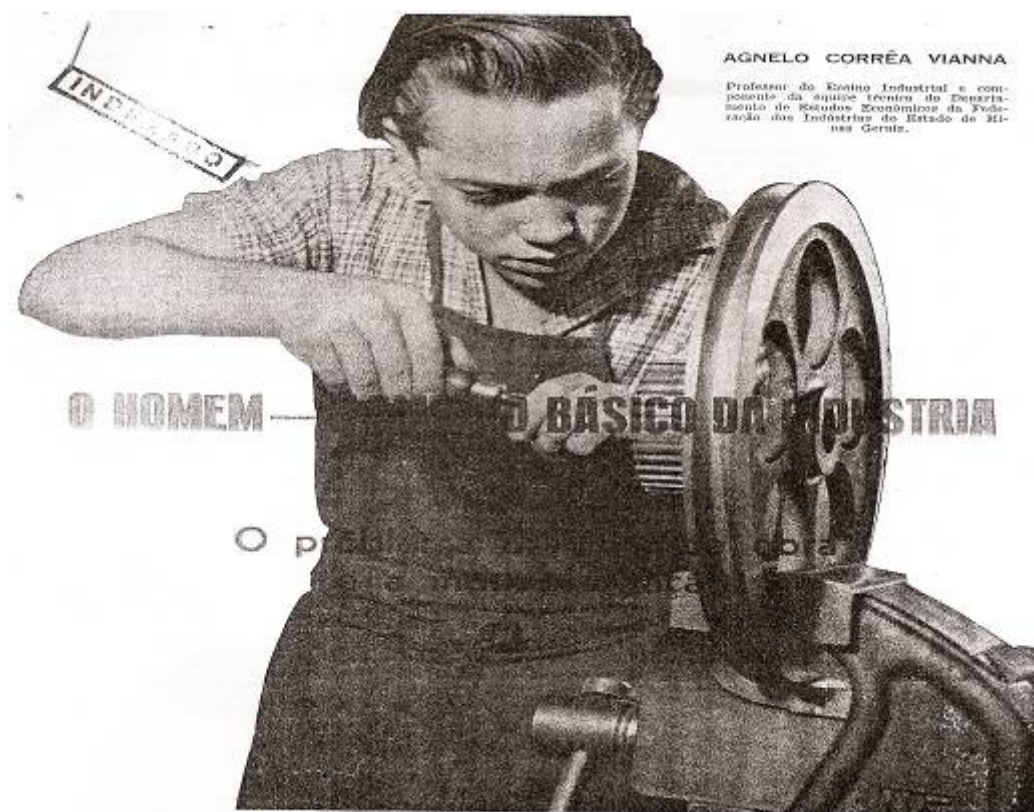
(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, abril de 1955, p. 45)

Com a auto-denominação de “porta-voz das riquezas de Minas”, a revista *vida industrial* estava em pleno exercício e que as suas publicações eram um sucesso, mesmo mediante os obstáculos com os quais se deparava. Logo abaixo à “sedutora” propaganda, estavam as formas de pagamento da assinatura da revista.

Uma diferença bastante notável, posterior à reconfiguração da revista, foram as publicações de relatórios minimamente detalhados, relativos ao exercício de 1954, dos órgãos pertencentes ao sistema FIEMG (SESI, SENAI, etc.) e da própria federação. Hipoteticamente é possível depreender desse fato que seria um balanço delimitador de Governos.

Ao analisar todas as edições da Revista *Vida Industrial* do ano de 1955, foi possível constatar a publicação de três artigos (nos meses de maio, setembro e dezembro do referido ano), todos abordando a um dos principais obstáculos sofrido pela estrutura industrial brasileira e mineira: o restrito número de técnicos especializados para atuar na indústria – pouca oferta e intensa demanda.

O primeiro artigo (*REVISTA VIDA INDUSTRIAL*, maio, 1955, p. 6), designado “O homem – membro básico da indústria”, foi exposto ao longo de sete páginas, minuciosamente elaboradas, abordando a questão a peça-chave para a dinâmica de qualquer indústria: o homem, o trabalhador. Eis abaixo, a figura que inaugurou o artigo:



A discussão foi iniciada por meio do reconhecimento do homem enquanto elemento essencial para qualquer meio de produção, inclusive, mesmo com a presença progressiva das máquinas, o trabalhador se torna indispensável:

A falta de elemento humano capaz para o trabalho é, hoje, assunto obrigatório em qualquer meio de produção. Paradoxal que nos pareça o fato, em época de crescente "mecanofatura", o homem é solicitado, requisitado mesmo se habilitações possui e se reúne qualidades que o recomendam como trabalhador diligente.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 6)

Por conseguinte, é possível compreender que já no seu início, o debate foi aberto com uma das grandes contradições do capital, ou seja, do antagonismo do capitalismo em sua essência: se por um lado, era recorrente a necessidade de técnicos especializados, de trabalho vivo, para atuar nas indústrias, por outro lado, contraditoriamente se faz presente o trabalho morto, o progresso das máquinas, que ao mesmo tempo em que são criadas para substituir a força de trabalho humano, dela necessitam para sua execução. Uma contradição que exige novas habilidades/qualificações, ou seja, trabalho vivo, para reduzir cada vez mais o próprio trabalho vivo em detrimento do trabalho morto.

Industrializar é, a um tempo, libertar e ocupar mão-de-obra. Tem de libertar o trabalho pouco produtivo, imprimindo-lhe processos de maior produtividade pela mecanização, por exemplo, para conseguir braços para outras tarefas e mercado de consumo.

Um impacto estabelece a procura imediata de milhares de trabalhadores. Acreditamos que as empresas encontrarão, sem muita dificuldade, o número requerido. Mas essa mão-de-obra disponível teria sido liberada por processos de valorização do trabalho humano, ou teria sido atraída apenas por um surto de melhores rendimentos, abandonando lavou-
ras e artesanatos ainda vitalmente necessários?

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 7)

Os termos utilizados eram utópicos: libertar o trabalhador em relação ao que? Libertá-lo para que ele faça parte do exército industrial de reserva e ocupá-lo com uma atividade altamente exploratória e alienante. Foi sob o discurso que traz em destaque a essencialidade do elemento humano para a indústria, que o artigo divulgou, por meio de uma entrevista a 27 proprietários de empresas, as qualidades desejáveis em empregador:

As respostas indicaram com maior frequência os quesitos referentes à formação humana do empregado:

- 1.º lugar — Espírito de iniciativa e de cooperação.
- 2.º lugar — Honestidade e noção de responsabilidade.
- 3.º lugar — Interêsse pela firma e produtividade.
- 4.º lugar — Apresentação pessoal.
- 5.º lugar — Conhecimento do ramo.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 6)

Cabe destacar que termo “qualidade” na perspectiva empresarial nada mais é do que disposição em empregar muito trabalho em pouca matéria, de modo a aperfeiçoar o produto o máximo possível. E ainda assim, o termo para Gramsci (1976, P. 402) é erroneamente utilizado, haja vista que ele se relaciona intimamente enquanto atribuição humana, e não atribuição utilitária a coisas, objetos, que por seu turno remetem à questão da “quantidade”. “A política da qualidade quase sempre determina o seu oposto: uma quantidade desqualificada.” (GRAMSCI, 1976, p. 403). E como consta na digitalização acima, todos os pré-requisitos se relacionam com a formação humana, com os aspectos geralmente subjetivos, inerentes ao trabalhador. “De preferência, mão-de-obra não qualificada, não organizada, dócil, disciplinada, de fácil contratação e dispensa em função da conjuntura, como se fosse um produto descartável.” (SALM, 1980, p. 94).

E segundo o empresariado, o trabalhador que reunisse todas essas características, seria bem-vindo na empresa: “Mande o homem, que o profissional nós fazemos. E até preferimos formá-lo aqui porque sai ao nosso modo” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 7). Com efeito, o empresariado industrial mineiro dispensava por si só a necessidade da escola e mais do que isso, ainda tinha respaldo na sua decisão:

O regime de isenção era um sistema previsto no Decreto-Lei 4.048 – de criação do SENAI - , que estabelecia a possibilidade de a própria empresa realizar a formação profissional de seus operários, através do recurso de isenção de parte da contribuição à devida entidade, para fins de aplicação em

construção e manutenção de escolas dentro das próprias empresas. (MOURÃO, 1989, p. 158).

Preocupar-se com a formação humana para que? Para configurar um mercado de trabalho fundamentalmente capitalista, competitivo e desumano; para organizar cientificamente a produção visando o fim último da lucratividade. Porque em primeiro lugar, o que vem realmente? A formação humana ou os lucros oriundos da alta produtividade? Para que se preocupar com essa formação ideológica, que na verdade, demandava na maioria das atividades, o exercício de uma tarefa simples, rotineira e mecânica? Para empregar trabalhadores dóceis, disciplinados, estáveis e principalmente produtivos. Desses indivíduos não era exigido o conhecimento, mas sim a simples execução da forma mais hábil e intensa que ele conseguisse atingir. Afinal como Gramsci (1976, p. 381 e 382) apontava em suas análises, “A hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia.” Além disso, havia justificativa concreta para tamanha preocupação:

O Estado de Minas Gerais tem vocação industrial. Suas reservas minerais definem essa vocação.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 8)

Há então, outra contradição: por um lado se disseminava a urgente necessidade educativa de trabalhadores capacitados para trabalhar na indústria, e por outro lado, os industriais colocavam a preferência de que os operários aprendessem fazendo, que eles fossem moldados no decorrer da execução de sua atividade. E entremeio a essa contradição, estava o SENAI, que capacitava formalmente mão-de-obra para a indústria. Mas, segundo o artigo, o ano de 1960 apontava uma estimativa da necessidade de 350.000 operários industriais – número este, muito longínquo do total de técnicos e especialistas formados por ano no SENAI (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 8). Até porque, mais adiante, foi divulgado que neste período, a indústria mineira tinha do total de seus empregados, apenas 20% de mão-de-obra qualificada (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 10).



Numa retrospectiva divulgada ainda neste artigo, há o número de operários empregados em indústrias mineiras em três períodos distintos:

Daí, sòmente em 1907 vamos encontrar notícias publicadas em conjunto sôbre a indústria mineira no inquérito realizado pelo Centro Industrial do Brasil que declarou 9.307 operários ocupados nos 528 estabelecimentos fabris existentes e, depois, nos censos econômicos de:

1920	18.522 operários
1940	74.267 "
1950	110.477 "

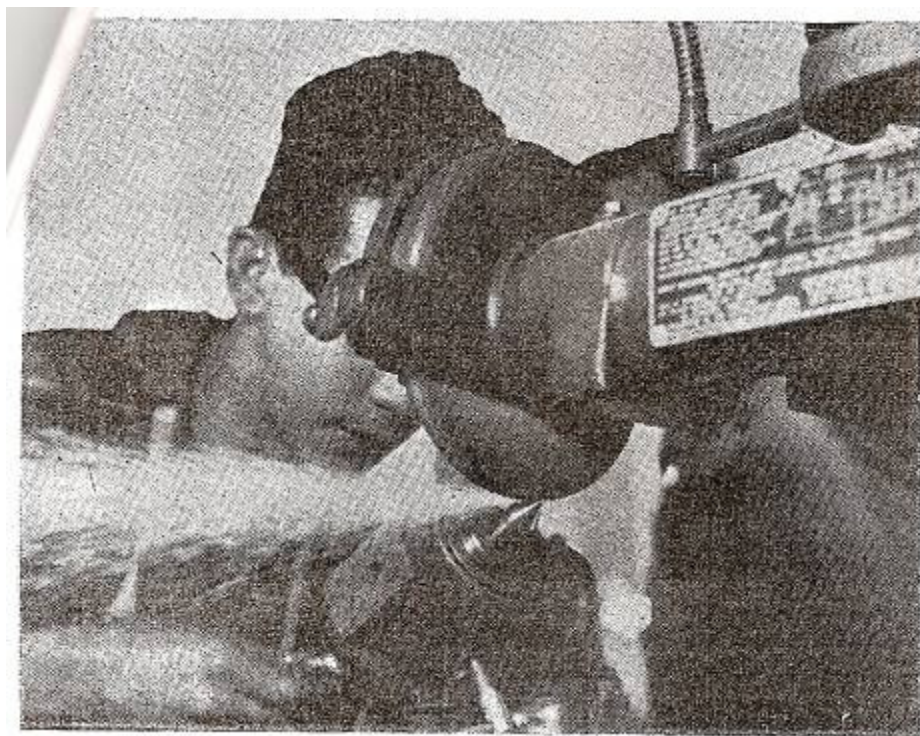
A taxa acumulativa de crescimento anual foi de 5,9%, quase o dobro da que é tomada como índice normal de incremento de mão-de-obra no país.

Desejando ir mais adiante, se longe fomos no passado, poderemos prever, mediante a taxa ocorrida nos 43 anos passados, total de 200.000 operários para 1960, em números redondos.

Já se acha divulgada, como citamos, uma estimativa de 350.000 operários para 1960, levando-se em conta a ampliação das oportunidades industriais por influência de maior potencial de energia elétrica.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 9)

Com isso, é possível depreender que houve realmente em Minas Gerais, um forte movimento vinculado à industrialização desde a década de 1920 – que vem justificar a posterior fundação da FIEMG e o estabelecimento de unidades do SENAI em diversas partes do estado. Torna-se válido destacar que, paralelamente a este movimento, se fez presente também o ramo da agricultura e pecuária, que não se insere nos objetivos das análises aqui propostas.



(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 10)

De um lado, foi perguntado para os empresários, o perfil desejável de um trabalhador⁷². E de outro lado, também foram expostos, os quatro desejos principais do operariado em geral, mas não foi divulgado o número de trabalhadores entrevistados:

- 1 — Estabilidade (direito de trabalhar continuamente com salários razoáveis).
- 2 — Possibilidades de progredir
- 3 — Tratamento como seres humanos
- 4 — Dignidade.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 11)

Em síntese, a aspiração dos trabalhadores mineiros, comum a qualquer operário de qualquer parte do globo, era a estabilidade, a possibilidade de ascensão e ter o direito e acesso ao trabalho humanizador – entretanto, como se sabe, os trabalhadores são vistos pelos empregadores como coisas, como mercadorias. Até porque, juntamente com os princípios fordistas/tayloristas também estava em plena vigência o discurso do Welfare State, ou Estado do bem-estar social. E quando são vistos a partir de sua “formação humana”, enquanto indivíduos com direito ao desfrute de serviços sociais, educativos, etc., é porque na verdade,

⁷² Vide página 173, a resposta do empresariado.

o que está se primando não é o seu bem estar apenas, mas sim, seu bem-estar que gere uma maior produtividade, o trabalho cada vez mais intenso.

A tendência do empresariado conceber o trabalhador enquanto ser humano constituía uma campanha de “educação industrial”, de um operário treinado/adestrado para dar sentido não à vida humana ou à vivência em sociedade, mas sim para dar sentido ao empreendimento econômico. Contraditoriamente foi difundido entre o empresariado industrial mineiro o tratamento mais humano dos seus empregados, que por sua vez, seriam, como o próprio termo de animalidade e desumanidade sugere, adestrados. O que faz parte de uma perspectiva ideológica empresarial na qual a empresa moderna não é um fim em si mesmo, mas apenas um contrato, uma ferramenta da produção, que somente tem sentido quando composta pelas forças humanas dos empregadores e empregados (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 12). Para esta campanha, havia um programa que tinha como foco os seguintes objetivos:

- o ensino de base;
- o treinamento de mestres e de supervisores;
- o treinamento de operários no próprio trabalho;
- o aperfeiçoamento de operários;
- a observação de processos novos de trabalho;
- a divulgação de atualidades técnicas;
- as atividades de orientação e seleção profissional;
- um programa educativo geral, desde a escola primária, de atitudes positivas de trabalho, hábitos de economia e de segurança, informações profissionais e relações humanas;
- um plano prático de encaminhamento profissional;
- a fiscalização efetiva das qualificações dos candidatos a emprego.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 12)

Contudo, de acordo com o artigo, o programa com as metas acima estava em vigência, mas descompassado com o ritmo e intensidade do processo de industrialização. E tal fato era alarmante, pois segundo o discurso nacional desenvolvimentista, seria uma consonância entre o ensino industrial e a industrialização que viria reforçar as bases econômicas do estado de Minas Gerais (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 12).

O artigo é finalizado, reforçando a importância da escola industrial para formar tanto os trabalhadores, quanto sua boa atitude e também para a formação profissional dos filhos dos trabalhadores (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 8). Ou seja, a escola sob esta percepção, é concebida enquanto escola capitalista, geradora e afirmadora de desigualdade social: escola de trabalhadores para os filhos de trabalhadores; universidades e centros de ensino superior para os filhos de empregadores, ou filhos dos patrões. Ou seja, o SENAI enquanto uma escola formada para o capital.

E as empresas, por sua vez, contraditoriamente, não necessariamente dependeriam das escolas profissionalizantes para capacitar sua força de trabalho:

Para ter influência direta e substancial no suprimento de mão-de-obra qualificada à indústria o caminho é oferecer seus recursos de método e pessoal para o treinamento de operários dentro do próprio trabalho ou em cursos noturnos de aperfeiçoamento.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio, 1955, p. 12)

Ou seja, em parceria com as escolas industriais, deveriam incentivar o treinamento, a aprendizagem no próprio local de trabalho e, como se não bastasse a árdua e sacrificante jornada à qual os operários eram submetidos, poderia também ser interessante a sua extensão, com os cursos noturnos. “Nesse tipo de escola não há desperdícios. Nada que não seja prático é ensinado. Aprende-se fazendo e aprende-se apenas aquilo que serve à operação a ser executada. Qualquer informação teórica ou tecnológica só será transmitida na estrita medida da necessidade prática.” (SALM, 1980, p. 95).

Ainda com referência ao ano de 1955, a Revista Vida Industrial lançou em sua edição do mês de setembro, p. 36, um outro artigo, intitulado “A escassez de técnicos em Minas Gerais”, sob a autoria de um professor chamado Osório da Rocha Diniz, catedrático da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais. Segundo o Prof. Osório, o Brasil neste período, estava muito aquém tanto dos países “civilizados”, quanto das suas próprias necessidades oriundas de sua estrutura industrial. E a defasagem não estava situada somente no número de profissionais capacitados (graduados, técnicos, especialistas, etc.), mas também na própria forma do ensino industrial, que não estava plenamente adaptada às particularidades do Brasil: “Esse desentrosamento de nossas instituições e, especialmente, as de ensino técnico e profissional, com o meio ambiente, mostraram que vem desde o ensino

ginasial ou médio, antes de atingir o ensino de nível superior ou as instituições de pesquisas.” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1955, p. 36). Foi a partir destas constatações que o Professor apontou que especialistas das Missões Brasileiro-Americanas, sugeriram ao Governo brasileiro a criação de Universidades técnicas, cursos vocacionais e profissionalizantes com menor duração, etc., que conduzissem ao aceleração da industrialização e seus prováveis desdobramentos (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1955, p. 36).

E por fim, na sua publicação do mês de dezembro de 1955, a Revista Vida Industrial, p. 3, lançou um artigo com a seguinte titulação: “Aperfeiçoamento técnico”, que veio comentando o artigo do Prof. Osório, reforçando que a missão da industrialização somente seria cumprida mediante a cooperação eficaz de técnicos suficientemente preparados. E que além dos profissionais diplomados no ensino superior, era também recorrente a demanda das indústrias de trabalhadores capacitados em níveis de ensino inferiores ao de graduação. Enfim, necessidade de “[..] elemento humano especializado indispensável” à existência e desenvolvimento da industrialização (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1955, p. 3).

Portanto, no que se refere ao ano de 1955, ficou perceptível que as preocupações estavam centralizadas na capacitação de mão-de-obra para a indústria mineira, ou seja, em estratégias educacionais que viabilizassem num curto período de tempo, a formação não somente para o trabalho na indústria, mas para a sobrevivência no contexto da industrialização. E que como ficou demonstrado pelas próprias publicações expostas na Revista Vida Industrial, foi grande as mobilizações e reflexões do empresariado acerca dessa questão.

Dando continuidade às problematizações e análises desenvolvidas até então, torna-se necessário prosseguir com as publicações da Revista Vida Industrial do ano de 1956, que estão articuladas com a pesquisa.

A revista de 1956 foi aberta com a apresentação do que foi considerado um dos mais significantes eventos do ano: o Fórum Econômico ocorrido em Minas Gerais. Nele participaram ilustres figuras do cenário econômico e político brasileiro – dentre elas, o Presidente da república Juscelino Kubitschek, que veio debater com o empresariado industrial os problemas econômicos daquela atualidade (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, janeiro, 1956, p. 16). Em síntese,



Minas Gerais acaba de dar um magnífico exemplo. Chamou todos os dirigentes industriais do País para o debate franco e leal das idéias. Não se circunscreveu ao regionalismo anacrônico das reivindicações egoístas. Todos puderam expor livre e desembaraçadamente os seus pontos de vista. O Presidente Juscelino Kubitschek, acostumado ao permanente diálogo com o povo e as classes responsáveis, ouviu as sùmulas das reivindicações e depois expôs os pontos básicos de seu programa de governo.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, janeiro, 1956, p. 16)

Este Fórum atingiu amplas proporções, e dentre as conferências nele realizadas, uma ganhou destaque: “Educação para o desenvolvimento” – proferida pelo Ministro da Educação do período, Clóvis Salgado:



FORUM ECONÔMICO

Educação

Conferência realizada pelo
MINISTRO CLÓVIS SALGADO
no auditório da FIEMG

O MINISTRO CLÓVIS SALGADO PRONUNCIANDO A SUA CONFERÊNCIA. NA FOTO APARECEM AINDA O SR. LÍDIO LUNARDI, PRESIDENTE DA FIEMG; O REPRESENTANTE DO GOVERNADOR DO ESTADO; O SR. CELSO MELO AZEVEDO, PREFEITO DA CAPITAL E DR. JOSÉ AUGUSTO, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 4)

Tanto que, no salão reservado para este evento, ficou lotado. Afinal, tratava-se de um assunto que direta ou indiretamente, tangia a sociedade como um todo, principalmente, os que mais precisam da educação industrial: o empresariado mineiro.



ASPECTO DA ASSISTÊNCIA QUE LOTOU O SALÃO «AMÉRICO GIANNETTI» DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS PARA OUVIR A CONFERÊNCIA DO MINISTRO CLÓVIS SALGADO

VIDA INDUSTRIAL

MAIO E JUNHO DE 1956

A autoridade oficial máxima da educação nacional, Ministro Clóvis Salgado, iniciou seu pronunciamento comunicando aos mineiros que, longe de conduzir suas discussões para um complicado debate do problema filosófico que implica qual seria a melhor educação, seu eixo norteador seria a orientação do Governo, que consistia no estímulo e desenvolvimento do ensino profissional.

a doutrina. Vamos procurar a educação que mais convenha ao Brasil atual, que faça da escola um elemento ativo para resolver os nossos problemas e conduzir-nos pela estrada do progresso. Ninguém contesta

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 4)

E dando continuidade à conferência, o Ministro reforçou o que esteve em voga nas discussões da Revista Vida Industrial durante todo o ano de 1955: que um dos principais pontos de estrangulamento do desenvolvimento econômico brasileiro era a ausência de preparação adequado do homem para as tarefas próprias da vida moderna. Afinal, segundo ele, somente por meio do aumento da produção e do fortalecimento da economia, que seria possível suprir todos os setores fundamentais da vida nacional. E a partir daí, grande parte da conferência se fundamentou num discurso alicerçado numa percepção extremamente linear e evolucionista das realidades mundial e nacional (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 4). O que por seu turno, se justifica na própria fala/analogia do Ministro:

O Brasil terá que fazer como a lagarta, que rastejava comendo as folhas vizinhas, e que um dia se concentrou sobre si mesma, apelou para todas as suas energias, transformou a própria estrutura orgânica, rompeu o casulo da pobreza e partiu vistosa borboleta, para a aventura gloriosa da vida nas asas que conduzem às alturas dos frutos e das flores.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 4)

Na digitalização acima, é notável o auto-reconhecimento do Brasil enquanto país marginalizado, periférico e submisso a hegemonia dos países desenvolvidos, ideologicamente

iludidos pela independência econômica, uma percepção utópica de desenvolvimento, incompatível com os parâmetros capitalistas e liberais, que sempre se sustentaram nas bases das desigualdades das mais diversas dimensões da sociedade.

Utilizando tamanha racionalidade de cunho cartesiano, próprio da fundação da ciência moderna, o Ministro justifica no fato de que, para ele, “Métodos científicos passaram a dirigir todas as ações humanas, para torná-las mais eficientes.” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 6).

Contudo, o Ministro ainda prossegue, se focando numa “pseudo-emancipação humana”:

As máquinas, substituindo o esforço muscular do homem, permitiram a libertação dos escravos e uma efetiva redução das horas de trabalho do operário. Antes da era tecnológica, a duração do trabalho era de 14 a 16 horas. Em 1802, a primeira lei indus-

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 6)

Continuando seu discurso evolucionista, o Ministro afirmou que o processo de industrialização e seus respectivos desdobramentos (como a urbanização, por exemplo) demandavam um mínimo de preparação técnica de pelos menos algumas noções básicas de leitura, escrita e cálculo – o que na perspectiva do empresariado é muitas vezes considerado o bastante para a educação das massas:

Daí a necessidade de uma assistência educacional a essa imensa massa obreira em marcha para os centros urbanos. Educação de um tipo especial, educação de base, de conhecimentos e práticas indispensáveis, que a escola tradicional não se encontra apta a ministrar. É claro que o problema pode-

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 6)

Um projeto de educação “diferenciada”, voltada para a realidade econômica brasileira, uma educação que viabilizasse os interesses do capital. A contraposição da educação utilitária sobre a educação humanista. E a promessa para os trabalhadores era que com a firmação da economia e a expansão da indústria, todos eles seriam acolhidos pelo mercado de trabalho – mas para isso, o primeiro passo de uma política de fortalecimento econômico, segundo o Ministro Clóvis Salgado era o preparo técnico. Por conseguinte, ele pormenoriza o título de

sua conferência: “Educar para o desenvolvimento implica em conhecer previamente as reais necessidades, em mão-de-obra, do parque tecnológico contemporâneo. Resumidamente, a produção moderna precisa de quem planeje e administre as empresas;” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 7).

Baseado em Faria Góis, o Ministro distribuiu estatisticamente a mão-de-obra industrial da seguinte maneira:

Operários não qualificados e semiquualificados (74%)	}	Braçais ———— 21%
		Operários de máquinas ———— 26%
		Semiquualificados — 27%
Operários qualificados 20%	}	Artífices de todos os tipos
Pessoal técnico e administrativo, de supervisão e de controle (6%)	}	Administradores
		Técnicos
		Mestres

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 7)

De um ponto de vista utilitário, a educação dos trabalhadores, que de acordo com o esquema acima, gira em torno de 74%, demandava apenas, como era designado no período em questão, o curso primário e uma complementação no próprio ambiente de trabalho (treinamentos, cursos rápidos, etc.), que deveria estar acessível à massa, composta pelas crianças, adolescentes e adultos analfabetos. Já os 20% de operários qualificados, demanda uma formação “um pouco mais avançada”, cursada em tempo integral ou nos intervalos do trabalho. E o foco do SENAI está nessas frações de classe:

O SENAI, iniciativa dos industriais, vem realizando um trabalho notável de preparação e recuperação da mão de obra, através de cursos regulares para jovens aprendizes e do treinamento de operários nas próprias fábricas. O vul-

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 8)

Entre os treinamentos dos operários nas fábricas e na capacitação dos 20% de operários qualificados. E por fim os 6% que para o Ministro, é o pessoal que move a indústria

– ou seja, os 94% “restante” são secundários – deveriam cursar o nível médio e o superior e passar pelas escolas técnicas (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 7 e 8).

Apenas 6% do pessoal, de nível médio e superior, devem dirigir-se a escolas de formação mais demorada e dispendiosa.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 9)

Somente este percentual acima, pertencente à estrutura industrial é que deveria passar pelo ensino superior, nível de ensino acessível no período em questão, apenas aos filhos dos patrões/empregadores ou demais indivíduos que fizessem parte da elite. Eis então, a educação sob a perspectiva do modo de produção capitalista, a educação de classes, restrita à hierarquização das indústrias. Afinal a educação distante da emancipação e formação integral do homem, estava configurada enquanto empreendimento econômico e não como política efetivamente social.

Segundo Salm (1980, p. 91), os custos que as empresas têm com treinamento são menores do que os custos com a própria contratação. E além disso, quando estes cursos de treinamento existem, são direcionados ao pessoal técnico-gerencial: “Conclui-se daí que o treinamento é não apenas relativamente barato, como tem, pelo menos para a mão-de-obra direta, a forma de gasto corrente, nem sempre passível de explicação contábil, o que já revela seu caráter de processo mais ou menos automático.” (SALM, 1980, p. 91). Conseqüentemente, o autor deixa claro que a grande maioria dos trabalhadores pertencentes à estrutura produtiva (no mínimo, 74%), é qualificada no próprio trabalho. Ou seja, o processo de formação do trabalhador é produto natural do processo de trabalho no qual ele está inserido.

A preocupação com a sistematização da educação brasileira, por parte do Governo federal, se direcionava para as escolas médias profissionais, pois com isso, objetivava suprir as necessidades de três grandes ramos profissionais: a indústria, a lavoura e o comércio. Conseqüentemente, em relação ao ensino industrial, havia, essencialmente, a proposição de duas inovações: 1) conferir autonomia didática às unidades de ensino, para que elas organizassem seus cursos de acordo com as suas necessidades regionais; 2) autonomia administrativa para que tais unidades pudessem se articular com as indústrias locais, ou seja, uma parceria entre as classes produtoras e as escolas (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 8).

classes produtoras. O ensino guardará estreito contato com as fábricas, cujo operariado técnico se propõe a fornecer. Os cursos se organizarão de acôrdo com as demandas do mercado de trabalho. Os jovens serão preparados para ganhar a vida como elementos dinâmicos das atividades produtoras de cada região. Serão, portanto, fatores de integração social e demográfica, capazes de promover a prosperidade de sua terra.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 9)

Para o Ministro, as escolas industriais e técnicas seriam culturalmente equivalentes às “escolas secundárias do povo”, nas quais, fazendo jus ao “ideal democrático do mundo contemporâneo”, se apresentavam às massas enquanto possibilidade de ascensão social – para aqueles que fossem mais dotados, se abririam as portas do ensino superior (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 9). Numa perspectiva taylorista e conseqüentemente de cunho extremamente racional, o Ministro afirmou que a política de educação para o desenvolvimento se consolidaria na preparação “adequada” do trabalhador para que ele seja mais eficiente e que sua produtividade cresça, pois desse modo, ele poderia “conquistar” seu salário, sem precisar procurá-lo por meio de reivindicações penosas e enganadoras (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 25).

Ainda no ano de 1956, foi divulgado na Revista Vida Industrial (maio e junho, 1956, p. 32), o TWI (Treinamento dentro da Indústria – uma “técnica revolucionária de treinamento”), que tal qual já foi destacado anteriormente, estava em vigência nas indústrias mineiras desde 1954, completando dois anos de existência (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 9).

Trata-se do treinamento dentro da indústria, o T. W. I., um dos tipos de treinamento no próprio local de trabalho.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 25)

O TWI era destinado, especificamente, aos supervisores da gerência mediana e para a “classe de mestria industrial” (ou seja, a alta direção da empresa e os seus respectivos executores). Pois era este quadro pertencente ao topo da hierarquia da estrutura industrial responsável pela educação do trabalho do demais componentes pertencentes aos patamares

inferiores de tal estrutura. O que vem confirmar as análises de Salm (1980, p. 91), ao constatar que os cursos de treinamento geralmente se direcionam para o pessoal técnico-gerencial, que por sua vez corresponde a uma pequena parcela dos trabalhadores pertencentes a uma estrutura industrial.

O que se procura com o T. W. I. é substituir nos supervisores suas tradições errôneas de trabalho por atitudes mais metódicas e humanas, em planos mais racionais. E' assim que três aspectos da atuação do supervisor são examinados de maneira prática e sugestiva: a capacidade para treinar; a capacidade de lidar com as pessoas, liderando-as, e a capacidade de simplificar métodos de trabalho.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 25)

Era uma pequena parcela da estrutura produtiva industrial, pensando pela grande maioria, de modo a efetivar definitivamente o que o capitalismo fragmentou desde os seus primórdios: o saber e o fazer. Tal parcela era responsável pela implantação do modelo fordista/taylorista de organização da produção. Fato este que, legitima e concretiza um dos principais princípios do taylorismo:

Em conclusão, tanto a fim de assegurar o controle pela gerência como baratear o trabalhador, concepção e execução devem tornar-se esferas separadas do trabalho, e para esse fim o estudo dos processos do trabalho devem reservar-se à gerência e obstar aos trabalhadores, a quem seus resultados são comunicados apenas sob a forma de funções simplificadas, orientadas por instruções simplificadas o que é seu dever de seguir sem pensar e sem compreender os raciocínios técnicos ou dados subjacentes. (BRAVERMAN, 1980, p. 107).

Por conseguinte, como demonstra a última digitalização, o TWI se revelava uma técnica fordista fundamentada nos princípios tayloristas, de racionalizar o trabalho executado no chão da fábrica, visando uma lucratividade cada vez maior. E o homem nesse processo, mais do que nunca era coisificado, a começar pela própria substituição requerida pelo TWI das atitudes subjetivas pelas racionais. Para isso era necessário treinar, liderar e tornar os métodos de trabalhos cada vez mais simples, o que facilitaria a execução do processo de trabalho por parte do operariado, sem dele exigir um conhecimento mais apurado. Com isso, o treinamento por meio do TWI, objetivava alcançar os seguintes resultados:

- redução da instabilidade de empregados
- redução do tempo de treinamento do pessoal
- redução de refugos e desgaste do material
- redução de conflitos nas relações no trabalho
- melhor compreensão pelos supervisores das suas funções e responsabilidades
- maior interesse pelo aperfeiçoamento de trabalhos
- maior rendimento da produção.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 25)

Em suma, os resultados a serem atendidos, estavam todos agregados à organização científica da produção de acordo com os parâmetros fordistas. E foi visando tais resultados que a FIEMG investiu profundamente no TWI:

E' por isto que a Federação das Indústrias procurou incrementar em todo o Estado de Minas Gerais a divulgação do T. W. I., oferecendo o mais decidido apoio ao convênio para tal fim entabulado com a CBAI, em fevereiro de 1954.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 25)

Afinal, com a notável percepção de que o método do TWI acarretaria significativos benefícios para o empresário industrial mineiro, a FIEMG prontificou seu generoso apoio à materialização de tais técnicas. Como resultado, a Revista Vida Industrial publicou como resultado do TWI, o comentário de um dossiê pormenorizado de tal técnica, aplicada no município de Uberaba:

Houve boa melhoria nas relações de trabalho. Verifica-se melhor entendimento entre mestres e contramestres e estes últimos com os operários. Nem mesmo as últimas marchas e contramarchas dos salários e vigência, algumas dispensas necessárias, chegaram a perturbar o bom ambiente de trabalho. (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 26).

Mas o TWI não obtivera grandiosos resultados apenas em nível de Minas Gerais:

Além do mais, é preciso notar-se que o T. W. I. já treinou a cerca de 22.000 supervisores no Brasil, atendendo a perto de 2.400 empresas, não sendo, assim, um trabalho eventual e sem repercussão, pois já atinge a 8 Estados da União.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 26)

O escritório do TWI sempre contava com o apoio administrativo da FIEMG para incrementar o parque industrial do estado:

Nas duzentas e quinze empresas, representando cerca de 30 atividades diferentes, mais de 2.400 supervisores foram treinados. E, note-se que já em onze cidades do Estado de Minas os benefícios do TWI contribuem para a melhoria da produção, da qualidade, das relações entre empregados e empregadores, mais harmonia no trabalho e, concomitantemente, barateamento da produção para conquista de maior mercado. (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 33).

Enquanto em 1954 o TWI tinha seu escritório regional somente na capital mineira, em 1955, ele se estendera para o interior do estado, atuando em consonância com as orientações da FIEMG e com o apoio direto do Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do estado de Minas Gerais. Foi assim que, a atuação do escritório regional do TWI no território mineiro foi conduzida por uma “[...]política de criação de núcleos de treinamento que possam constituir-se em centros de aplicação das técnicas de treinamento dentro da indústria.” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 25).

Em sua edição de setembro de 1956, foi publicado um artigo na Revista Vida Industrial (p. 13), comentando a conferência do Ministro da educação anteriormente aqui comentada e analisada, acompanhada do elogio de ter sido um dos momentos mais brilhantes do Fórum Econômico. O artigo tinha a seguinte titulação:

EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

DOIS ANOS DE T.W.I. EM MINAS GERAIS

O pue tem sido o trabalho conjunto da FIEMG e CBAI no treinamento dentro da indústria no Estado

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 13)

Todavia, o artigo vinha chamar atenção que apesar de todo o êxito do TWI em Minas, o Ministro não apresentou e nem mesmo nada proferiu esta técnica em sua conferência (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 13 e 14). Tanto que o artigo da edição anterior (de maio e junho), que comemorava os dois anos de vigência do TWI no território mineiro, foi finalizado com o seguinte apontamento:

Se o lema do Ministro da Educação é
“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO”,
um dos seus maiores e mais eficientes aplica-
dores é o TWI — a REVOLUÇÃO HUMANIZA-
DORA DO TRABALHO.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, maio e junho, 1956, p. 33)

E o artigo é finalizado com a decepção provocada pelo silêncio do Ministro Clóvis Salgado sobre o TWI, devido ao fato que este treinamento era oferecido às indústrias por meio do patrocínio do Ministério da Educação (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 26).

E como demonstra a subtítulo do artigo, ele era fruto de uma parceria entre a FIEMG e a CBAI (Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial). A CBAI constituiu um Programa de cooperação educacional voltada para a formação/capacitação de docentes para atuarem no Ensino Profissional, que foi firmado pelos Governos do Brasil e dos Estados Unidos, assinado em 1946, sendo anualmente renovado até 1963, quando suas publicações passaram a ser editadas pelo CPTP (Centro de Pesquisas e Treinamento de Professores) – uma instituição vinculada à CBAI⁷³ (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 13 e 14).

Por parte da FIEMG, havia o seguinte objetivo a ser alcançado, com o seu apoio e promoção do TWI:

⁷³ As fontes analisadas neste trabalho não ofereceram maiores informações sobre o CBAI, o que por sua vez, não interfere nos estudos aqui propostos, em função da centralização de sua discussão em torno da FIEMG e de seus respectivos projetos educacionais.

O órgão técnico da entidade da indústria do Estado de Minas pretende assim, através da congregação do trabalho técnico-científico, produzir a análise sistemática de coisas ou origens de problemas e encontrar uma síntese sempre renovada de boas normas e de princípios defensáveis, que se poderia denominar de atualismo dinâmico.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 14)

Em síntese, é possível constatar que, a educação presente nas estratégias e projetos da FIEMG, era reduzida a mero treinamento, que para Salm (1980, p. 94) é distinguido de duas maneiras: 1) o treinamento que demanda algum tipo de atenção ao aprendiz, que deve ser disponibilizada pelos supervisores, mestres ou trabalhadores experientes; 2) o treinamento em serviço, totalmente assumida pelo trabalhador, ou “aprender fazendo”: “Realiza-se por uma espécie de osmose, pela mera presença física no local de trabalho, pela observação e eventual execução das tarefas realizadas pelos empregados encarregados de operações mais complexas.”. O segundo tipo de treinamento corresponde por seu turno, ao conhecimento tácito, o conhecimento adquirido no processo de trabalho e em sua respectiva vivência cotidiana: “[...] expressão de um conhecimento informal, é inseparável do trabalho.” (LUCENA, 2004, p. 250). E esta forma de aprendizagem é extremamente favorável ao movimento do capital, ao demandar um custo praticamente nulo para a indústria. Por outro lado, pode se tornar um mecanismo de resistência por parte dos trabalhadores, ao se rebelar contra a precarização do trabalho.

No que diz respeito à dinâmica do funcionamento externo da FIEMG, o seu Departamento de Estudos Econômicos (DEE) também tinha projetos educacionais e obtinha resultados significativos com seu trabalho: “Dentro da estrutura da entidade, e em coordenação com outros órgãos, o Departamento lançou uma série de cursos intensivos de grande aplicabilidade na economia industrial” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 13 e 14). Com isso, o Departamento de Estudos Econômicos da FIEMG, numa ação complementar à das atividades do SESI, do SENAI e do TWI, consolidou a linha mestra das suas diretrizes, que com o oferecimento constante de cursos, trabalhos e estágios, efetivava seus objetivos sempre centrados na permanente dinamização e atualização.

Além disso, em parceria com o Departamento de Produtividade e o Departamento de Relações Públicas – lembrando que todos eram circunscritos à FIEMG, o DEE incentivava

constantemente o cursos de TWI e a realização de eventos (seminários e trabalhos especiais – tanto que o Fórum Econômico de 1956, que atingira amplas proporções, foi idealizado e planejado pelo DEE⁷⁴), contando sempre com a participação direta do empresariado industrial mineiro (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 15).

Também competia ao DEE, no campo editorial, elaborar o Anuário das Indústrias, grande parte das matérias publicadas na Revista Vida Industrial e até mesmo as publicações da FIEMG expostas em jornais e revistas dispersos por todo o país e até mesmo no exterior (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 15).

O quadro dos funcionários de alto escalão atuantes no DEE também eram altamente qualificados, afinal se tratava dos poucos que pensavam pelos muitos: dois de seus economistas foram capacitados e realizaram seus estágios em centros universitários dos Estados Unidos. E, além disso, o DEE disponibilizou para outros técnicos seus, estágios especializados ininterruptamente e os seus funcionários prestavam serviços diretamente a indústrias, o que eram bom para ambos os lados, pois “[...] a intimidade com os problemas práticos das empresas representa valioso subsídio na formação profissional” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 15).

E, por fim, o artigo que apresentou o DEE se findou com as seguintes palavras:

O presente texto registra as diretrizes gerais do órgão técnico da F.I.E.M.G., “Departamento de Estudos Econômicos”. A descrição de seu processo de funcionamento ou a citação da relação mais completa dos trabalhos de relêvo que tem preparado, seria exhaustiva. A parte informativa e histórica das presentes notas circunscreveu-se, necessariamente e de maneira geral, aos registros dos últimos meses. — J.A.P.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 15)

Outro departamento da FIEMG, que também atuava nos projetos educacionais da instituição, era o de Produtividade (DP – Departamento de Produtividade). Em relação às atividades educativas, competia a este departamento organizar Seminários de Administração

⁷⁴ “A par da constante participação direta da equipe técnica nos seminários e nas conferências do Fórum Econômico, o Departamento de Estudos Econômicos encarregou-se da preparação e estruturação de trabalhos paralelos ao empreendimento, inclusive, elaborando as conclusões e os estudos para as sessões de maior relevo.” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 12)

de Empresas Privadas, divulgar o Método de Treinamento TWI em Minas Gerais e realizar cursos especializados (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 13). Em 1954, o DP formou sua biblioteca especializada, que já tinha aproximadamente 50 volumes, que na sua maioria, estava em idioma estrangeiro (Relatório Anual, 1954, p. 12).

Os seminários promovidos pelo DP representavam racionalização extrema:

A realização de Seminários muito tem contribuído para a divulgação de normas racionais de administração. Estamos convencidos de que o estudo acurado e bem orientado dos problemas que atingem as empresas será o primeiro passo no sentido de obtermos uma maior produtividade na indústria. (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, setembro, 1956, p. 13).

Ao analisar o programa do Departamento de Produtividade (DP) da FIEMG, em consonância com o seu Estatuto, foi possível constatar que dentre o total de seis objetivos norteadores, cinco deles se situavam na dimensão educacional: 1) as empresas deveriam ser por ele orientadas, no que concerne à racionalização do trabalho, o que implica na educação do trabalhador; 2) promoção de cursos intensivos voltados para o treinamento dentro da indústria, que possibilitara a seleção, o aprimoramento e a formação de mão-de-obra especializada; 3) orientação técnica especializada, no setor de produtividade, por meio de biblioteca especializada, serviço de resposta, exibição de filmes, etc.; 4) treinamento de técnicos e industriais brasileiros em cursos e estágios de treinamentos realizados em empresas norte-americanas; 5) instalação de “fábricas-piloto” no nível de demonstração e treinamento de técnicos (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, agosto, 1953, p. 19 e 20).

E a racionalização em voga na indústria, não deixou de fora as pequenas fábricas. Segundo a Revista Vida Industrial, sob a perspectiva do DP, as técnicas racionais poderiam ser aplicadas em qualquer empresa, independentemente de seu tamanho. Tanto que a organização destes métodos, no geral, deve ser conduzida pelas seguintes etapas: 1) análise (verificação de cada etapa específica da produção, ela objetiva descartar do processo todas as operações desnecessárias tornando o método mais simples e rápido); 2) padronização (adoção das melhores operações e condições de trabalho possíveis, de modo que os operários sejam bem treinados para conseguirem acompanhar tais inovações metódicas); 3) mensuração (estabelecimento de um número padrão de horas nas quais o operário bem treinado consegue, razoavelmente, trabalhar numa velocidade normal); 4) compensação (por meio de um salário incentivo, elaborar um plano que estimule os operários a manter ou superar o seu rendimento normal) (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, outubro e novembro, 1956, p. 4).

Pois apesar de terem seus interesses comuns organizados e amparados institucionalmente pela FIEMG, cada empresa era única, mas “[...] são os pequenos segredos de fabricação e de trabalho, “truques” que em si parecem secundários, mas que, repetidos, uma infinidade de vezes, podem adquirir uma grande importância econômica.” (GRAMSCI, 1976, p. 407).

E, além dessas etapas, havia também algumas providências fundamentais, a serem tomadas no programa geral de aplicações das técnicas acima descritas: 1) os dirigentes da empresa deveriam conhecer bem o programa e aprová-lo; 2) um dos diretores deveria registrar por escrito, as normas do programa, visando que elas fossem substancialmente seguidas; 3) pelo menos parte dos contramestres e supervisores deveriam conhecer e compreender o programa; 4) os executores dos métodos deveriam ter o conhecimento técnico detalhado dos princípios e das aplicações da organização de métodos; 5) deveria estar à frente do serviço de organização metódica um indivíduo satisfatoriamente habilitado para exercer as técnicas objetivadas e para resolver os problemas de pessoal, além de se comprometer a executar tal atividade até o fim (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, outubro e novembro, 1956, p. 4, 5 e 6).

Entremeio à tais providências, havia necessidade de que se fizessem presentes os seguintes eixos norteadores, que por sua vez, nada mais são do que a materialização dos princípios fordistas: estabelecimento de salários incentivos; planejamento, programação e controle; estabelecimento de fórmulas de tempo; introdução de aperfeiçoamento de métodos (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, outubro e novembro, 1956, p. 6 e 7).

Com isso, “Quase inevitavelmente a aplicação inteligente do processo da Organização de Métodos resulta em maior produção, custos mais baixos e melhor estado de espírito.” (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, outubro e novembro, 1956, p. 4).

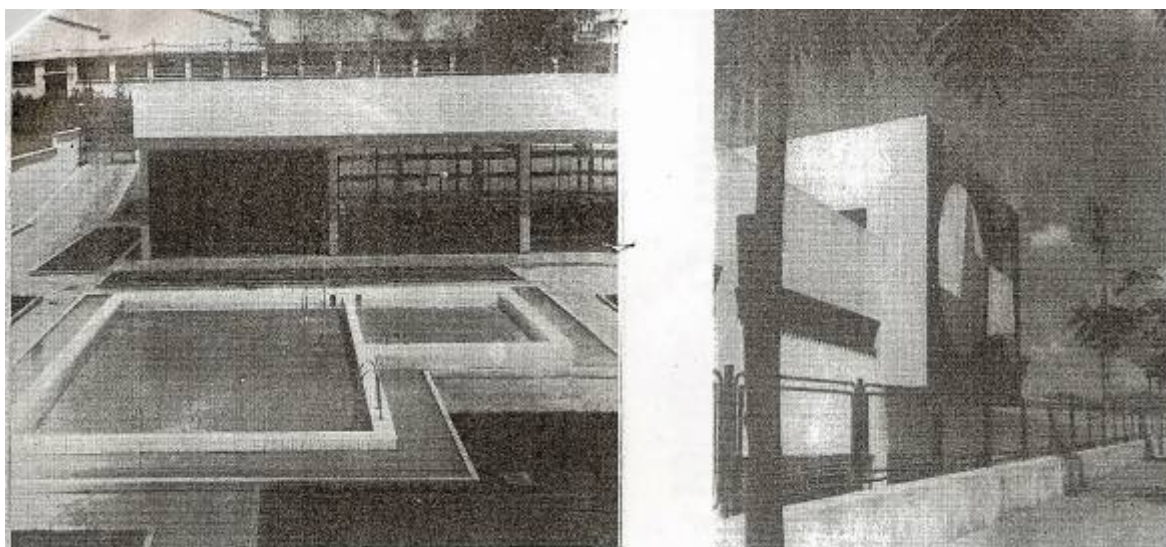
Depois da edição da Revista Industrial do ano de 1956, referente aos meses de outubro e novembro, houve uma grande lacuna de modo que a edição posterior somente foi publicada no último mês de 1961. E para verificar se esta lacuna era uma deficiência do arquivo da FIEMG ou se realmente acontecera dessa maneira, foram verificadas as coleções da Revista na biblioteca do SESI localizada na capital mineira e o arquivo público mineiro. Em ambas instituições, constavam nos arquivos as mesmas publicações, nesta mesma ordem cronológica.

E em relação às questões educativas presentes na Revista Vida Industrial do ano de 1961, p. 26, se destacaram a apresentação da nova escola do SENAI que tinha estabelecida na Cidade Industrial de Contagem, com capacidade para 400 matrículas em cursos ordinários e

200 matrículas em cursos extraordinários (aperfeiçoamento de adultos) (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, dezembro, 1961, p. 26).



O projeto foi elaborado em São Paulo, no Departamento Regional do SENAI, mas fora modificado no Departamento Regional de Minas, em função à realidade específica à qual pertenceria.



(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, dezembro, 1961, p. 28 e 29)

Outro fato marcante, que a Revista destacou foi sobre o Encontro dos Governadores, que deveria ter ocorrido no ano de 1961, mas fora adiado em virtude da renúncia de Jânio Quadros (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, dezembro, 1961, p. 30). Mesmo assim, a revista

publicou as reivindicações que a indústria iria fazer neste encontro, sobre a política geral de crédito:

ENUNCIADO:

Que se promova a descentralização do Banco do Brasil e se separem as carteiras industrial e agrícola.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, dezembro, 1961, p. 30)

Ou seja, no evento que fora adiado, o objetivo da indústria era fragmentar as carteiras de crédito, ficando uma específica para a indústria e outra específica para a agricultura. E por fim, foi encontrada uma nota também na edição de 1961, com a seguinte titulação:

ensino primário nas empresas

Divulgamos para conhecimento dos Senhores Industriais, o inteiro teor das «Resoluções», nº 7 e 8, da Comissão Estadual de Ensino Primário pelas Empresas, publicadas no «Minas Gerais», de 30-11-61, pág. 19 (Diário do Executivo), relativamente ao Ensino Primário pelas Empresas.

(REVISTA VIDA INDUSTRIAL, dezembro, 1961, p. 45)

Na Resolução número 7 deliberou enquanto injusto e com procedência de recurso, a obrigatoriedade de um pagamento, por parte das indústrias, de uma quota reservada para o ensino primário nas empresas. E na Resolução número 8 deliberou que o pagamento desta quota poderia ser realizado em duas parcelas iguais (REVISTA VIDA INDUSTRIAL, dezembro, 1961, p. 45).

Com isso, pode-se depreender que foi recorrente a dispensa da escola por parte da industrial. Pois a educação numa perspectiva utilitária apresentava um duplo benefício: ao se realizar dentro das próprias empresas, significava uma redução de gastos com as escolas de aprendizagem e conseqüentemente, o trabalhador seria treinado/adestrado segundo os eixos norteadores da empresa.

Afinal a primazia neste contexto é do trabalho alienado, no qual não há como a personalidade do trabalhador se refletir no objeto por ele criado ou produzido. Sob a perspectiva das classes patronais, no mundo exterior ao do trabalho, somente objetivava-se o equilíbrio psicofísico do trabalhador (no caso, disponibilizado pelo SENAI), que o impedisse de entrar num colapso. Tudo tinha um sentido e nada era por acaso ou visava o bem-estar do trabalhador despropositalmente: cada detalhe deveria ser minuciosamente pensado em prol do

aumento da produtividade e dos lucros que ela poderia acarretar. Até porque, o treinamento ou adestramento, termos tão recorrentes nas falas dos empresários e nos artigos da Revista Vida Industrial, quando se falava sobre os aspectos educacionais do mundo trabalho industrial, já deixavam claro que o objetivo não era que o trabalhador fosse um ser pensante, mas que simplesmente exercesse com eficácia a atividade que lhe era delegada de modo mecânico e rotineiro:

Da mesma forma que se caminha sem necessidade de refletir sobre todos os movimentos necessários para mover sincronizadamente todas as partes do corpo, assim ocorreu e continuará a ocorrer na indústria em relação aos gestos fundamentais do trabalho; caminha-se automaticamente e, ao mesmo tempo, pode-se pensar em tudo aquilo que se deseja. Os industriais norte-americanos entenderam compreenderam muito bem esta dialética inerente aos novos métodos industriais. (GRAMSCI, 1976, p. 404).

O trabalho neste contexto, era concebido como uma atividade mecânica, desvinculada do ato de pensar. Contraditoriamente, utilizou-se a racionalidade para tornar irracional a execução do trabalho humano. E realmente, como consta na citação acima, os industriais norte-americanos assimilaram tão bem essas técnicas fordistas, que se tornaram referência para várias partes do mundo. Tanto que foi em parceria com os Estados Unidos, que a FIEMG e o estado de Minas Gerais elaboraram e executaram parte de seus projetos educacionais.

Objetivava-se, portanto, configurar um novo tipo de trabalhador mineiro de modo a restringir sua atividade de trabalho às ações físicas, que não o levassem a pensar. O que está por de trás das iniciativas “puritanas” por parte do empresariado não era a preocupação com a “humanidade” e “espiritualidade” do trabalhador, como pregaram os discursos nacionais desenvolvimentistas da FIEMG, do SENAI e do Sesi, mas justamente o contrário: o esmagamento imediato dessas essências na dimensão social, que na verdade, somente podiam existir no mundo da produção e do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui desenvolvidas, em função da própria delimitação da temática a ser pesquisada, ao analisar as fontes, enfatizar todos os projetos e ações da FIEMG na esfera educacional, demandaram uma retrospectiva econômica, social e histórica desde sua fundação em 1933, até o final da década de 1950. Com efeito, foram detectados vínculos de caráter educacional, no que se refere à FIEMG, nos seguintes órgãos, sob ela coordenados: Departamento de Estudos Econômicos, Departamento de Produtividade, Departamento Regional do SENAI, Departamento Regional do SESI. O único órgão da FIEMG, que também atua na esfera educacional e que não foi aqui pormenorizado é o “Instituto Euvaldo Lodi”, haja vista que seu primeiro núcleo em Minas Gerais foi fundado em 1969, período este que, por sua vez, extrapola o contexto aqui analisado e problematizado.

Desse modo, faz-se necessário, à guisa de conclusão, retomar os principais aspectos abordados neste trabalho, não tendo em vista sua finalização, mas apenas as possíveis considerações, que por sua vez, deixam lacunas que viabilizam a continuidade das análises e problematizações aqui desenvolvidas, em estudos posteriores.

O processo de industrialização no Brasil teve, sinteticamente, a seguinte trajetória: anos de 1920 chegaram ao Brasil investimentos industriais estrangeiros por meio de filiais de grandes corporações americanas; em 1930 ocorreu a crise internacional, que por sua vez impulsionou um longo processo de industrialização com base na substituição de importações e, por fim, após 1950 a indústria finalmente se estabeleceu enquanto eixo dinâmico da economia (FIORI, 1995, p. 126).

No entanto, de acordo com Diniz (1981, p. 17), a experiência industrial mineira teve suas características específicas e sua história não pode ser reduzida ao caso do Brasil em geral, mas sim coerentemente a ela ser articulada. Isso porque sua estrutura produtiva, sua geografia e seu tempo econômico são únicos, de modo a caracterizá-la como secularmente defasada e retardatária.

Apesar de todos os esforços e avanços, Minas Gerais continuou economicamente atrasada no *ranking* da divisão inter-regional do trabalho, na qual Rio de Janeiro e São Paulo⁷⁵ eram considerados os centros hegemônicos da economia brasileira. Desde 1930, a economia mineira estava conscientemente orientada para a promoção da industrialização: lançou um

⁷⁵ “Nas condições concretas da economia brasileira da época, São Paulo constituía, o maior mercado e o maior parque industrial do País, em condições de oferecer vantagens locais sobre outras regiões.” (DINIZ, 1981, p. 119)

sistema energético público, construiu a cidade industrial, foi o território pioneiro no que concerne ao planejamento, antecipou a atuação do capital público complementarmente associado ao capital privado em prol da indústria, teve uma tecnocracia própria que lançou os princípios desenvolvimentistas, etc. Tanto que, conforme aponta Diniz (1981, p. 117), é incoerente justificar o atraso econômico mineiro pela incapacidade empresarial, haja vista a própria trajetória de um dos seus ilustres empresários: Américo René Giannetti e o próprio percurso da FIEMG. Ou seja, o reduzido êxito da industrialização de Minas Gerais não é fruto das tentativas fracassadas, ou pelo menos inatingíveis ao nível que se esperava, mas sim dos aspectos econômicos próprios do estado e de suas respectivas características e contextualização. Até porque, justificar o atraso por essa via seria sinônimo de negligência às dinâmicas, complexas e contraditórias relações entre o Estado, a economia e a sociedade. Mas, por outro lado, não foram encontradas forças que superassem a dinâmica da expansão industrial de São Paulo e Rio de Janeiro (DINIZ, 1981, p. 112 e 113).

E foram vários os elementos que contribuíram para este atraso: a queda da produção cafeeira ocorrida desde 1930, não foi compensada por outros produtos; as relações capitalistas no estado eram débeis e isto impedia o desenvolvimento industrial do estado⁷⁶; a consolidação da indústria pesada demandava altíssimos investimentos, que por sua vez, eram controlados pelas grandes empresas oligopólicas dos países industrializados; a perda da CSN; os projetos industriais mineiros vinculados ao capital estrangeiro em 1950, foram insignificantes em relação à São Paulo⁷⁷.

A imagem do atraso é, pois, o princípio articulatório específico do discurso burguês, a partir do qual são definidos os papéis a serem desempenhados por outras forças sociais e em torno do qual gravitam as imagens de outros discursos, “não classistas, que constituem a matéria-prima sobre a qual atua a prática ideológica de classes”. (DELGADO, 1997, p. 76).

Em Minas Gerais, a imagem de atraso sob a perspectiva do empresariado demonstra a sua população enquanto portadora de um projeto que via na industrialização um eixo norteador que a conduzisse à conquista de sua independência econômica – mas prejudicada em detrimento das medidas tomadas pelo Governo Federal, ao efetivar o Projeto Siderúrgico no estado do Rio de Janeiro. Essa indigesta frustração dos mineiros, sempre transpareceu nos

⁷⁶ “Em 1940, de uma população total de 6,7 milhões de habitantes em Minas Gerais, 75% era rural. Os 25% urbanos distribuíam-se em grande número de pequenas cidades. Belo Horizonte, a maior cidade, dispunha à época de 211 mil habitantes, enquanto a capital de São Paulo já dispunha de 1,3 milhões e o Rio de Janeiro 1,8 milhões de habitantes.” (DINIZ, 1981, p. 114).

⁷⁷ “Em síntese, na década de 1950 acentuou-se o atraso relativo de Minas Gerais. São Paulo aumentou sua participação no produto industrial de 41% em 1939 para 49% em 1949 e 56% em 1959. Enquanto isso, Minas Gerais reduziu a sua participação de 7,5% em 1939 para 6,6% em 1959.” (DINIZ, 1981, p. 119).

discursos de Giannetti: para ele era uma visão totalmente errônea supor que os horizontes do Brasil se situavam apenas nos centros hegemônicos do país (Rio de Janeiro e São Paulo) e, era isto que fatalmente prejudicava Minas, mesmo apesar de todas suas riquezas potenciais e possibilidades reconhecidas (DELGADO, 1997, p. 76 e 77).

Em Minas Gerais, o peso do capital estatal, estrangeiro e de empresas com sede em outros estados, confinou o empresariado mineiro a ramos de pouca expressão econômica. A vitória da perspectiva que alimentava colocou-o, pois, como fração regional e dispersa da burguesia brasileira. É o custo de seu projeto. A estratégia de um revés. (DELGADO, 1997, p. 98).

Com isso, foi no final da década de 1950 que Minas estava realmente preparada para alavancar sua economia por meio da expansão industrial, que agora estava dotada da infraestrutura necessária e de um parque industrial:

No início dos anos de 1960, o parque industrial brasileiro encontrava-se em situação peculiar. As indústrias de bens intermediários, especialmente as indústrias pesadas, de aço e cimento, eram relativamente modernas, em geral instaladas após 1930, com escala e tecnologia compatíveis com a atual etapa do capitalismo mundial. As indústrias metal-mecânicas eram também indústrias modernas, a maioria instalada na década de 1950 e em boa medida filiais de grandes empresas internacionais. (DINIZ, 1981, p. 129).

Porém, apesar de toda essa potencialidade, a economia brasileira mergulharia numa recessão, em função da crise econômica e política, de modo a frustrar, por mais uma vez, a expectativa dos mineiros, uma vez que as “indústrias tradicionais” mergulhariam em tal recessão juntamente com a economia (DINIZ, 1981, p. 120). Mas por outro lado,

Em síntese, a crise dos anos de 1960 teve efeitos diferenciais na indústria mineira. Ocorreu o crescimento da indústria de bens intermediários, provocando a expansão do capital e acentuando a especialização produtiva. Houve a descapitalização do setor “tradicional” da indústria, e, após sua defasagem temporal, iniciou-se o processo de centralização, no momento em que havia uma retomada econômica geral, facilitando a expansão industrial. Houve, pois, um acelerado processo de concentração do capital, fruto da expansão e da centralização do capital, simultaneamente. O processo agiu no sentido de preparar ou fortalecer as bases para que o parque industrial já existente experimentasse altas taxas de crescimento, quando as condições gerais da economia assim permitissem. (DINIZ, 1981, p. 147).

Mas apesar de todo este contexto, o esforço do empresariado mineiro para o desenvolvimento da indústria foi progressivo e constante.

Durante o período considerado, a elite nunca perdeu a confiança em sua capacidade de controlar e canalizar a mudança para direções não-ameaçadoras. Houve migração maciça e deslocamentos econômicos, mas nenhuma crise de autoridade ou desafio à ordem estabelecida. O crescimento econômico inadequado contribuiu para a manutenção das regras da elite nesses termos. Porém, como já foi mencionado diversas vezes, o relativo declínio econômico, em comparação com São Paulo, era uma condição que causava grande preocupação em Minas, dando origem a diretrizes que procuravam encontrar uma solução. (WIRTH, 1982, p. 308).

Tanto que para Delgado, também no que se refere à trajetória do empresariado industrial, ele

[...] evoluiu dos postulados fordistas da década de 1920 para a aceitação de uma ação definida do Estado no apoio à indústria. Interferiu nos órgãos técnicos do Estado Novo na defesa de uma política de industrialização. Definiu com clareza, nos anos 30 e 40, o papel que reservava ao Estado e ao capital estrangeiro para efetivação do arranque industrial. Associou-se de forma constante às correntes políticas que vinculavam “a construção da nação” a alguma forma de “autoritarismo instrumental”. Soube usar o discurso liberal como “reserva ideológica” diante dos “excessos” do Estado e *last but not least*, revelou profunda capacidade para a ação conspirativa. (DELGADO, 1997, p. 18).

É possível depreender que embora o empresariado industrial mineiro tenha conferido uma significativa ênfase na elaboração de projetos educacionais compatíveis com o nacional desenvolvimentismo em voga, tinha-se por trás desses objetivos, o intuito de ajustar a educação na sua perspectiva profissionalizante aos interesses econômicos e não enquanto consolidação de um direito social a ser garantido pelo estado a todos os cidadãos. Fato este que por sua vez, revela que todos os projetos educacionais fomentados e consolidados pela FIEMG e sua respectiva estrutura, caracterizam a educação em moldes utilitários, capitalistas (educação hegemonicamente para o capital) – favorável para a constituição de uma economia mais competitiva – e, não como se pode erroneamente captar a partir das fontes e do discurso da época, uma educação humanista, voltada para a emancipação do homem enquanto ser social. “Esta era a questão de fundo: garantir a modernidade seja com os objetivos dos liberais ou dos de esquerda, em ambas as denominações cabendo muitos matizes.” (SANFELICE, 2007, p. 554).

Voltando-se as atenções para a experiência da indústria mineira – à qual está relacionado o movimento do mercado de trabalho – é possível destacar que ela, como todo o país, é marcada por grande fragilidade tecnológica e organizacional, quando relacionada com o quadro internacional. Para garantir um modelo de crescimento fundado na industrialização e

sem contar com um empresariado nacional capaz de sustentar esse projeto, o Estado interveio fortemente na economia e na sociedade, desde os anos 30 do século XX. A incorporação de tecnologias ao processo produtivo foi tardia e lenta, marcada pela dependência em relação aos países centrais e pela falta de investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. E o ensino industrial por sua vez, parte importante deste processo, foi sinônimo de uma gradativa qualificação de recursos humanos para a promoção do crescimento econômico estadual tornando-se uma dimensão central na retórica das classes produtoras dirigentes do período histórico contemplado. De forma simultânea, disseminou-se, ainda mais, a crença na educação como um importante meio para que os indivíduos pudessem adquirir mobilidade vertical em uma sociedade de classes.

Sob o argumento de que as novas formas de organização do trabalho e da produção das indústrias mineiras estariam a exigir um novo perfil de qualificação profissional dos trabalhadores, teve início um processo que visava adaptar a dimensão educacional a essas necessidades. No conjunto das políticas públicas encaminhadas pelo governo a educação foi alçada à condição de espaço privilegiado a ser reformado. Mas o estado por si só não sustentaria essa demanda educacional, que por sua vez, tivera seu ônus dividido com a iniciativa privada, na qual a indústria implantou oficialmente, sob a tutela da FIEMG, os serviços educacionais oferecidos pelo SENAI e o SESI, além do ensino tácito ocorrido no próprio local de trabalho. No mesmo movimento, o discurso oficial preconizou a necessidade de aumentar a escolaridade da população como meio para melhorar as condições de inserção da economia no contexto mundial. Esse movimento reformista ganhou adesão de quase toda a mídia, da burguesia, de parcelas do movimento sindical e de algumas instituições representativas dos trabalhadores da educação.

É possível perceber que, como Gramsci apontou,

[...] a vida na indústria exige um tirocínio geral, um processo de adaptação psicofísica para determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é inato, “natural”, mas requer uma assimilação, enquanto os caracteres urbanos adquiridos se transferem por herança ou são absorvidos no decorrer da infância. (GRAMSCI, 1976, p. 391).

Ou seja, a vida daqueles que estavam ligados à indústria demandava que houvesse um aprendizado específico, uma prática voltada para atuação na indústria, não somente em sua dimensão profissional, mas em sua dimensão enquanto modo de vida. Foi por isso que a

FIEMG, organizou sua estrutura de um modo que fossem providas tanto as necessidades profissionais, quanto as necessidades sociais dos trabalhadores.

As primeiras, necessidades profissionais, puderam ser supridas de várias maneiras. Uma delas se deu pelo departamento regional do SENAI, que em parceria com departamentos da FIEMG, executou projetos educacionais voltados para a profissionalização dos trabalhadores das indústrias mineiras na escola. Mas havia uma contradição: por um lado uma instituição escolar além de ter seus problemas (evasão escolar, professores qualificados, etc.), não poderia capacitar todos os trabalhadores necessários para atuar na indústria, que em virtude da expansão industrial apresentava uma significativa demanda. Mas por outro lado, como apontaram os dados da Revista Vida Industrial, 74% dos trabalhadores pertencentes à estrutura de uma indústria, necessitavam de uma formação mínima para executar seu trabalho, que conforme indicavam os parâmetros fordistas que conduziam a organização da indústria, este trabalho tinha um caráter fragmentado, parcelar e rotineiro. Ou seja, dispensava-se tacitamente a passagem do operário do chão-de-fábrica pela escola, ou no caso pelo SENAI. Na maioria das vezes, a aprendizagem da atividade específica de trabalho era tão simples e rotinizada, que poderia ser aprendida no próprio fazer. Neste complexo emaranhado, a educação por sua vez era amplamente discutida por ser elemento essencial para o projeto modernizador, o que fazia com que ela estivesse sempre presente no discurso desenvolvimentista, mas dispensada dentro da indústria. O principal, como os próprios empresários enfatizavam era a disciplina e a disposição para o trabalho. Agregada ao pressuposto taylorista do controle, a disciplina vinha assegurar a submissão às normas ou a qualquer de suas extensões e variações (BRAVERMAN, 1980, p. 86). O resto dava-se um jeito, ou seja, a empresa, moldava/adestrava o seu trabalhador “ao seu bel-prazer”. E a educação intitucional, seja no SENAI, seja em escolas especializadas, seria indispensável para apenas 20% dos trabalhadores de uma indústria, que nessa hierarquização correspondiam aos operários “qualificados”.

As necessidades sociais, que demandavam assistência tanto para os trabalhadores, quanto para suas respectivas famílias, em termos de saúde, previdência social, habitação, educação, alimentação, lazer, etc., ficavam sob a tutela do departamento regional do SENAI, amplamente amparado pelo sistema FIEMG. Estas necessidades eram essenciais para adequar o modo de vida dos trabalhadores às exigências da indústria.

As tentativas de Ford de intervir, com um corpo de inspetores, na vida privada dos seus dependentes e de controlar a maneira como gastavam os salários e o seu modo viver, são indício destas tendências ainda “privadas” ou latentes, que podem se tornar, num determinado ponto, ideologia estatal, amparando no puritanismo tradicional, apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros, do “verdadeiro” americanismo, etc. (GRAMSCI, 1976, p. 398).

É dessa maneira, que o conjunto do provimento das necessidades profissionais e sociais da classe trabalhadora industrial, por parte da FIEMG e os respectivos órgãos que a compunham, configurou toda uma maneira de viver e trabalhar baseado na ideologia fordista. Ainda que o fordismo em termos de Brasil, fosse periférico e incompleto: “Enquanto nos países desenvolvidos o Estado de Bem-Estar concretizou-se em sua totalidade, nos menos avançados ocorreu o fordismo parcial” (LUCENA, 2001, p. 91). Isso porque, a economia brasileira não estava preparada para reproduzir o capital internacionalmente e gerenciar o desemprego nos países desenvolvidos.

Toda a vida dos trabalhadores, de acordo com as técnicas de Ford, deveria ser de interesse do empresário, desde a preparação para o trabalho, a acomodação de suas respectivas famílias e até mesmo suas relações sexuais (GRAMSCI, 1976, p. 392). E tal interesse era mascarado por um puritanismo, de modo a ocultar o objetivo de racionalizar a produção e o trabalho, regulamentando até mesmo o instinto sexual:

Percebe-se claramente que o novo industrialismo pretende a monogamia, exige que o homem-trabalhador não desperdice as suas energias nervosas na procura desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional: operário que vai ao trabalho depois de uma noite de “desvarios” não é um bom trabalhador, exaltação passional não está de acordo com os movimentos cronometrados dos gestos produtivos ligados aos mais perfeitos processos de automação. (GRAMSCI, 1976, p. 399).

Afinal a energia física que o trabalhador fosse gastar com a atividade sexual, podia e devia ser racionalmente transferida para o processo de intensificação do trabalho, enquanto uma forma de coerção que criasse os hábitos adequadamente a uma nova forma de trabalho: “Estes novos métodos exigem uma rígida disciplina dos instintos sexuais (do sistema nervoso), um reforçamento da “família” em sentido amplo (não desta ou daquela forma do sistema familiar), a regulamentação e a estabilidade das relações sexuais.” (GRAMSCI, 1976, p. 376).

O puritanismo que vinha mascarar o discurso da camada industrial estava acompanhado pelo significado e alcance objetivo do fenômeno americano expresso pelo

fordismo: “a consciência do fim”. Esta consciência se estabeleceu rapidamente, com o intuito de moldar um novo tipo de trabalhador e de homem apropriado para sociedade capitalista: o “gorila domesticado”. O objetivo era

[...] desenvolver ao máximo, no trabalhador, as atitudes maquinais e automáticas, romper o velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado, que exigia uma determinada participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas ao aspecto físico maquinal. (GRAMSCI, 1976, p. 397).

Mas os industriais norte-americanos compreenderam muito bem os “gorilas domesticados”, “infelizmente” eram os homens, e que pensavam durante o processo de trabalho, principalmente depois que se adaptam à atividade que exercem. E mais do que isso, depreendem que seus patrões objetivavam transformá-los em “gorilas domesticados”. Afinal, “Só o gesto físico mecanizou-se inteiramente; a memória do ofício reduzido a gestos simples repetidos em ritmos intensos, “aninhou-se” nos feixes musculares e nervosos e deixou o cérebro livre para outras ocupações.” (GRAMSCI, 1976, p. 404). Eis a “idiotice da profissão”, justificada pela própria estrutura inerente ao fordismo. Portanto, o tipo médio de operário da Ford e todo o processo de transformação psico-física que ele sofreu, se transformou no tipo médio do operário moderno, de modo a generalizar pelo mundo, a racionalidade do método de Ford – de modo de se efetivar na economia mineira enquanto padrão a ser adotado e seguido.

[...] mas para que isto ocorra faz-se necessário um longo processo, no qual se verifiquem mudanças nas condições sociais e nos costumes e hábitos individuais. Entretanto, as mudanças não podem realizar-se apenas através da “coerção”, mas só através da combinação da coação (autodisciplina) com a persuasão, inclusive sob a forma de altos salários, isto é [...] de possibilidades de alcançar o nível de vida adequado aos novos modos de produção e de trabalho, que exigem um dispêndio particular de energias musculares e nervosas. (GRAMSCI, 1976, p. 407).

E a evidência é tanta que “A existência dessa preocupação entre os industriais é comprovada por toda uma série de cautelas e iniciativas “educativas”, que se encontram nos livros de Ford e de Philp.” (GRAMSCI, 1976, p. 404).

Nesse sentido, todas as estratégias e propostas educacionais da FIEMG, voltadas para a capacitação profissional dos trabalhadores das indústrias dispersos entre os mais diversos cargos que compunham a estrutura produtiva industrial, se resumem na atuação do SENAI (focado nos aspectos educacionais) em parceria com o SESI (focado nos aspectos sociais), além de uma ativa atuação educacional gestada no cerne dos mais importantes órgãos da

FIEMG (os seus vários departamentos) e dentro das próprias empresas que a ela estavam associadas. Ou seja, cabia à FIEMG, administrar, dirigir e supervisionar as atividades das entidades de direito privado e as ações – ambas de cunho educacional, que eram criadas, mantidas e incentivadas pelas classes empregadoras da indústria.

O investimento na educação, neste caso, no ensino industrial, teve uma importância primordial no favorecimento do processo de industrialização no estado, isso porque como as próprias fontes apontaram, era urgente a necessidade de capacitar trabalhadores para atuar na indústria, ou seja, educar o “cidadão trabalhador” para a sociedade industrial (SANFELICE, 2007, p. 555). Ainda que esta educação ocorresse nas próprias empresas, ela se fez presente na vida não somente dos operários do chão de fábrica, mas até mesmo dos supervisores e gerentes situados no mais alto escalão da hierárquica estrutura produtiva da indústria.

Nessa perspectiva, a população mineira e brasileira, deveria ser “educada para o progresso”, para o aumento da capacidade produtiva, enquanto alternativa de desenvolvimento econômico da nação. Era um dos pressupostos da modernização conservadora. Educação utilitária, liberal e também de convicção positivista, na qual, ao ser voltada para o trabalho, era incutida na mente das pessoas enquanto preparação para o ato construtor da riqueza e da civilização tanto de Minas quanto do Brasil. A errônea percepção da positividade do trabalho não enquanto atividade emancipatória do ser humano, mas enquanto atividade positiva e enobrecedora – contraditoriamente e concomitantemente exploratória, alienante e sacrificada. O ensino industrial era um instrumento educativo ideal para a introdução do progresso, para a concretização da modernização de modo essencialmente conservador.

Tanto que as promessas de empregabilidade na indústria, não demandavam qualificação específica para o exercício de uma função, mas sim, pré-requisitos subjetivos, voltados para a ordem, disciplina e disposição para o trabalho. Nesse sentido, a educação, tipicamente desenvolvimentista, era concebida da seguinte maneira:

Defende-se uma educação liberal e democrática para o trabalho e o desenvolvimento econômicos, para o progresso das ciências e da técnica que residem na base da civilização industrial. [...] Uma educação fundada na liberdade, no respeito da pessoa, com uma disciplina consciente que fortaleça o amor á pátria, o sentimento democrático, a responsabilidade profissional e cívica, a amizade e a união entre os povos. Deseja-se a formação de homens harmoniosamente desenvolvidos, do seu país e do seu tempo, capazes e empreendedores. (SANFELICE, 2007, p. 551 e 552).

Pensava-se numa educação para o trabalho, edificada no discurso dos valores necessários para o adestramento de um trabalhador, que fosse dócil e submisso às condições trabalhistas que lhes eram impostas. “Daí um objetivo ainda por se explicitar: a educação pública tem que ser reestruturada de maneira que contribua para com o progresso científico e técnico, para o trabalho produtivo e o desenvolvimento econômico.” (SANFELICE, 2007, p. 552). E para que esses parâmetros de norteadores da maneira de trabalhar e de viver adequado ao contexto industrialista, a dinâmica econômica e social mineira teve como referência a ser seguida, segundo Wirth (1982, p. 237) os Estados Unidos e seu respectivo poder, riqueza, capacidade e princípios produtivos organizacionais.

Resumindo, houve um crescimento econômico, mas não o suficiente para energizar a sociedade no modelo norte-americano; a sociedade tornou-se mais complexa, porém de formas ainda passíveis com a velha ordem social; e nos anos 30 a política oligárquica baseada numa democracia limitada ainda resistiria se não houvesse novas pressões do governo federal. É claro que o modelo de progresso do século XIX, com seqüências estanques, não ocorreu. (WIRTH, 1982, p. 310 e 311).

O empresariado industrial mineiro é aqui considerado um dos responsáveis e cúmplices do projeto desenvolvimentista implantando desde 1930 e intensificado na década de 1950. Da mesma forma, que a elite da camada empresarial industrial, representada pela FIEMG, constituiu uma parcela das classes produtoras, também responsável pelo aumento da exclusão própria do capitalismo retardatário e pelo aprofundamento da relação de subordinação da economia estadual e nacional na divisão internacional do trabalho.

Ao defender a importância da educação como elemento fundamental para a consolidação do processo de industrialização de Minas e do país, o empresariado desconsiderou que as ações e projetos por ele desenvolvidos mediante a FIEMG, obstaculizavam uma melhor distribuição de renda e acentuam a diferença entre classes – ainda que tenha provocado a ascensão social de parte dos seus trabalhadores, não que este tenha sido o seu objetivo central, mas sim em detrimento das instalações das bases necessárias para a concretização deste processo. Ou seja, a educação de caráter utilitário, pregada pelos projetos educacionais da FIEMG, estava fortemente vinculada a uma concepção economicista e fordista/taylorista em relação às questões sociais existentes na sociedade mineira, de modo a reforçar, na dimensão educacional, a fragmentação social e as desigualdades entre as classes.

A FIEMG e suas respectivas estratégias educacionais, portanto, foi resultado do sistema capitalista de produção, configurado tanto em Minas quanto no Brasil, pelo projeto

nacional desenvolvimentista. Foi resultado também da contradição entre o industrialismo no Brasil e o movimento histórico fundamentalmente agrícola de Minas Gerais. Ela representou as diretrizes nacionais do processo de industrialização. Contudo, até meados de 1940, Minas Gerais ainda era um estado profundamente agrário, tanto que somente a partir deste período, foi que emergiram as primeiras estratégias educacionais da FIEMG. Sua fundação veio na contramão de um movimento que estava posto.

Isso implica reconhecer que o estado típico de uma sociedade de classes, que representa nada mais que os interesses hegemônicos das classes dirigentes, nas quais se encontram as classes produtoras e dentre elas, o empresariado industrial – um instrumento de manutenção da ordem burguesa. É por isso que a educação não era a mesma para todos. Era a educação burguesa, restrita às limitações econômicas, históricas, políticas, ideológicas e sociais do capitalismo. E neste contexto, fechavam-se os espaços para projetos alternativos que neguem as estruturas do capitalismo, que mesmo assim, contraditoriamente entre em conflito com as formas de resistência por ele dispersas. Por isso, um dos pressupostos tayloristas, rezava que pelo menos a informação conhecida pelo trabalhador que a executasse regularmente, fosse centralizada nas mãos da gerência (BRAVERMAN, 1980, p. 103).

É nesse sentido que os projetos educacionais da FIEMG, advogaram o adestramento dos trabalhadores como um elemento indispensável para o desenvolvimento da economia mineira e brasileira, comprometida com a consolidação de um parque industrial moderno e competitivo. E por detrás desse discurso e suas respectivas ações, se revelou a face mais oculta e perversa de tais projetos: extrair taxas de lucratividade cada vez maiores da força de trabalho empregada nas industriais mineiras. Tornava-se cada vez mais notável, “[...] a lógica exploratória do trabalho e de alienação que aquele projeto de sociedade impõe à maioria dos homens.” (SANFELICE, 2007, p. 553).

Afinal, como aponta Sanfelice (2007, p. 544), o que parecia bom para as elites – independentemente de estarem decadentes ou dependentes, era considerado bom para seus próprios interesses e, conseqüentemente, deveria ser bom também para cada cidadão. Estava em voga o papel da educação em preparar o trabalhador para obedecer e agir conforme as ordens ditadas por aqueles que estavam no topo hierárquico da estrutura produtiva industrial, de modo a revelar uma educação massificada, plenamente adaptável ao modelo produtivo vigente, que requeria um grande número de trabalhadores para tarefas rotineiras, a serem executadas sem questionamentos ou qualquer outro tipo de resistência.

E a FIEMG, por seu turno, foi fruto de um projeto industrial impulsionado pelo nacional desenvolvimentismo, que se rompeu dialeticamente com o discurso do estado em

base agrária. Com isso, é possível constatar que este trabalho procurou privilegiar em suas análises, a presença da ação empresarial nos projetos educacionais voltados para a capacitação de trabalhadores para a indústria mineira – o que por sua vez não revelou somente este aspecto aqui priorizado, como também as especificidades do empresariado mineiro e a maneira pela qual ele se revelou, concomitantemente, fruto e agente formador do capitalismo tardio, problemático, contraditório e dependente próprio do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. Globalização, liberalismo econômico e educação brasileira: quem controla a produção do conhecimento científico. In: **A gestão da educação na sociedade mundializada: por uma nova cidadania**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p. 33-51.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República de 1930 a 1960**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capitalismo monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

COUTO, Maria Olívia. **Ventos do sul nas montanhas de Minas**. Belo Horizonte: SENAI-MG (Coleção Memória SENAI, 3), 1992.

DELGADO, Ignacio Godinho. **A Estratégia de um Revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: Imprensa da UFMG, 1981.

DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato Raul. **Empresariado Nacional e Estado no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

DINIZ, Eli. Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930 a 1945. Texto apresentado no Seminário Internacional “**Da Vida para a História: O Legado de Getúlio Vargas**”, realizado em Porto Alegre, entre 18 e 20 de agosto de 2004. Disponível em: <http://neic.iuperj.br/textos/O%20Legado%20da%20Era%20Vargassemin%C3%A1rio.doc>
Acesso em 15/11/2006.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Rumos e metamorfoses**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

DULCI, Otavio Soares. Empresariado e políticas em Minas Gerais. In: **100 anos de República**. Revista do departamento de História nº 10/ Cadernos de Ciência Política – Número conjunto. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1990.

FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FIEMG/SESI. **100 Anos da Indústria em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: FIEMG/SESI, 1998.

FGV (Fundação Getúlio Vargas). **Dicionário de Ciências Sociais – Instituto de Documentação**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1986.

FIORI, José Luis. Para um diagnóstico da modernização brasileira. In: Fiori, J.L. e Medeiros, C. (orgs). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis, Vozes: pp.269-89, 2001.

FIORI, José Luís. Para uma economia política do Estado Brasileiro. In: **Em busca do dissenso perdido**. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

GONTIJO, Moema Moreira; NUNES, Cristina Pereira. **Tempo & Memória: a trajetória de uma entidade sindical patronal – 1933-1998**. Belo Horizonte: SINDIMOV-MG/SESI-MG, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976. p. 375-413.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos – O breve século XX 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LUCENA, Carlos. **Tempos de destruição – Educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2004.

MARTINS, Luciano. **Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio – Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 3ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOURÃO, Eliana. **A mágica das reuniões; conselho e conselheiros do SENAI de minas gerais**. Belo Horizonte: SENAI – MG SCD, 1988.

MOURÃO, Eliana. **Das técnicas artesanais à civilização industrial: a trajetória do ensino profissional no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/ND, 1992.

MOURÃO, Eliana. **O desafio vem das montanhas: história do SENAI em Minas Gerais**. Belo Horizonte, SCD, 1989.

OLIVEIRA, Francisco. **Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista**. 4ª. Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Ramon. **Empresariado Industrial e Educação Brasileira: Qualificar para competir?** São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. **Associação Comercial de Minas: uma história de pioneirismo e desenvolvimento – 1901-2001**. BH: Associação Comercial de Minas, 2001.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Seis Interpretações sobre o Brasil. In: **Pactos Políticos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1986.

SALM, Cláudio L. **Escola e Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. O impasse da formação nacional. In: Fiori, J.L. (org) **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes: pp.415-417, 1999.

SANFELICE, José Luís. O manifesto dos educadores (1959) à luz da história. In: **Educação & Sociedade**. Campinas: Cedes. Vol. 28, n. 99, maio/agosto, 2007. p. 542-557. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 20 de novembro de 2007.

SILVA, Fabrício Valentim da. **Ensino Agrícola, trabalho e modernização no campo: a origem da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (1920-1929)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

SILVA, Hélio. **Juscelino Kubitschek – 19º Presidente do Brasil (1956-1961)**. Rio de Janeiro: Grupo de Comunicação Três, 1983.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. 2ª edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

INTERNET

Exposição Virtual “**Indústria, a força do Brasil**”, http://www2.fiemg.com.br/exposicao_industria/index.htm. Acesso em: 08 de agosto de 2006.

DOCUMENTOS CONSULTADOS/FONTES PRIMÁRIAS

Revista da Associação Comercial de Minas Gerais

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS GERAIS. Número 62. Volume 6. Belo Horizonte: Associação Comercial de Minas Gerais, setembro, 1943.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS GERAIS. Número 63. Volume 7. Belo Horizonte: Associação Comercial de Minas Gerais, outubro, 1943.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS GERAIS. Número 69. Volume 12. Belo Horizonte: Associação Comercial de Minas Gerais, maio, 1944.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS GERAIS. Número 73. Volume 8. Belo Horizonte: Associação Comercial de Minas Gerais, setembro, 1944.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE MINAS GERAIS. Número 91. Volume 10. Belo Horizonte: Associação Comercial de Minas Gerais, setembro, 1947.

Revista Vida Industrial

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 5. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, fevereiro, 1951, ANO I.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 6. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, março, 1951, ANO I.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 8. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, maio-junho, 1951, ANO I.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 9. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, julho, 1951, ANO I.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 12. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, outubro-dezembro, 1951, ANO I.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 7. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, abril, 1951, ANO I.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 8. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, maio-junho, 1951, ANO I.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 9. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, julho, 1951, ANO I.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 1. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, janeiro-fevereiro, 1952, ANO II.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 2. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, março, 1952, ANO II.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 5. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, junho, 1952, ANO II.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 10. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, novembro-dezembro, 1952, ANO II.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 2. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, fevereiro, 1953, ANO III.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 4. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, abril, 1953, ANO III.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 5. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, maio, 1953, ANO III.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 6. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, junho, 1953, ANO III.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 7. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, julho, 1953, ANO III.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 8. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, agosto, 1953, ANO III.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 9/10. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, setembro-outubro, 1953, ANO III.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 11/12. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, novembro-dezembro, 1953, ANO III.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 11/12. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, novembro-dezembro, 1953, ANO III.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 1. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, janeiro, 1955, ANO V.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 3. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, março, 1955, ANO V.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 4. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, abril, 1955, ANO V.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 5. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, maio, 1955, ANO V.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 9. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, setembro, 1955, ANO V.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 12. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, dezembro, 1955, ANO V.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 1. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, janeiro, 1956, ANO VI.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 3. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, março, 1956, ANO VI.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 5/6. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, maio-junho, 1956, ANO VI.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 7/8. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, agosto, 1956, ANO VI.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 9. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, setembro, 1956, ANO VI.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 10/11. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, outubro-novembro, 1956, ANO VI.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 11. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, novembro, 1961, ANO IX.

REVISTA VIDA INDUSTRIAL. Número 12. Belo Horizonte: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, dezembro, 1961, ANO IX.

SESI

Revista de Comemoração dos 60 anos do Sesi, sem data.

Relatórios anuais da FIEMG

Relatório anual da FIEMG. Exercício de 1944/1945.

Relatório anual da FIEMG. Exercício de 1949.

Relatório anual da FIEMG. Exercício de 1950.

Relatório anual da FIEMG. Exercício de 1954.

Relatório anual da FIEMG. Exercício de 1952.

Relatório anual da FIEMG. Exercício de 1953.

Relatório anual da FIEMG. Exercício de 1958/1959.

Correspondências

Correspondência do dia 12 de fevereiro de 1933, do Diretor do Centro Industrial de Juiz de Fora, José Carlos Sarmiento, destinada ao industrial Euvaldo Lodi.

Correspondência do dia 27 de fevereiro de 1933, do industrial Euvaldo Lodi, destinada ao industrial René Giannetti.

Telegrama do dia 19 de novembro de 1940, do Diretor do Departamento Nacional de Imigração Viriato Saboya, destinado à FIEMG.

Correspondência do dia 23 de fevereiro de 1949, do Presidente do Conselho de Imigração e Colonização destinada ao Presidente da FIEMG.

Correspondência do dia 7 de maio de 1951, do Diretor do Departamento Nacional de Imigração destinada ao Presidente da FIEMG.

Correspondência do dia 29 de outubro de 1951, de Roberto Corrêa da Costa (Diretor do SENAI regional MG) destinada ao Dr. Newton Antônio da Silva Pereira (Presidente da

FIEMG) – Intitulada “Remessa de noticiário do SENAI para publicar na Revista Vida Industrial”.

Estatuto da FIEMG

Estatuto da Federação das Indústrias de Minas Gerais. Fundada em 12 de fevereiro e instalada definitivamente a 26 de março de 1933. Reconhecida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio por acto de 28 de Setembro de 1935.

Documentação avulsa

Serviço Interno. Parecer/Informação da Consultoria Técnica – Seção Sindical, sobre a regulamentação oficial da FIEMG. Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 1970.